



Mari Cecília Silvestre da Silva
Maria do Céu de Lima
Túlio de Souza Muniz
(organizadores)

Icapuí:

Educação, Arte, Vida

Icapuí
2021

Mari Cecília Silvestre da Silva
Maria do Céu de Lima
Túlio de Souza Muniz
(ORGANIZADORES)

ICAPUÍ:
Educação, Arte e Vida

ICAPUÍ - CE
2021

EXPEDIENTE

Todos os direitos reservados

Prefeitura Municipal de Icapuí

Comissão Editorial

Maria Cecília Silvestre da Silva
Maria do Céu de Lima
Túlio de Souza Muniz
João Antônio Cabral de Monlevade
Vanessa Camilo dos Santos Silva

Diagramação

Vanessa Camilo dos Santos Silva

Capa

Maiza Barros

Catálogo na Fonte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I15

Icapuí: educação, arte e vida/ Mari Cecília Silvestre,
Maria do Céu de Lima e Túlio Souza Muniz
(Organizadores). – 1.ed. – Icapuí, 2021.
300p.: il.

Livro eletrônico

ISBN 978-65-00-34231-4 (e-book)

1. Icapuí - CE. 2. Territorialidade. 3. Educação
emancipadora. I. Título.

CDU 37
CDD 370

AUTORIA

Alberto Cândido Dionísio

Professor de Educação Física Escolar, Coordenador do Desporto Escolar, Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado em Pedagogia, Universidade Vale do Acaraú – UVA. Especialização em Gestão Escolar, Universidade Kürius.

Alexsandra Bezerra da Rocha

Professora do CFP/UNAGEO-UFCG. Coordenadora do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento. Graduada em Geografia (UERN). Especialista em Geografia do Nordeste (UERN). Mestrado e Doutorado em Geografia (UFC).

Ana Maria Iório Dias

Professora aposentada da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi conselheira do Conselho Estadual de Educação do Ceará e Pró-Reitora de Graduação (UFC). Graduada em Psicologia (UFC), Mestra e Doutora em Educação (UFC). Estágio pós-doutoral em Educação, na Universidade de Brasília (UnB). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Ana Paula da Silva Lima

Assessora de Relações com a Comunidade da Secretaria de Governo de Icapuí, Ce. Socióloga, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão Pública Municipal Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Ciências Sociais e Humanas, Universidade Estadual do Ceará (UFC).

André Luiz Braga Silva

Membro da Rede de Jovens da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA/UNESCO/BRASIL. Biólogo, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Naturais Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutorando em Geografia Universidade Federal do Ceará (UFC).

Artur Bruno da Silva Barbosa

Técnico de soltura do Programa de Mamíferos Marinhos na Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, Aquasis. Bacharel em Zootecnia, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Augusto Álvaro Jerônimo Gomes

Foi Secretário Municipal de Educação em Icapuí-CE, Fortim-CE, Aracati-CE e Maracanaú-CE. Assessorou a Secretaria Estadual de Educação do CE e o escritório regional do UNICEF-CE. Graduado em Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Brena Jéssica da Silva Damasceno

Coordenadora da Atenção Primária à Saúde, Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduação em Enfermagem, Universidade Potiguar (UnP). Especialista em Gestão em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). Mestranda em Saúde da Família, Universidade Federal do Ceará (UFC). Residência em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública do Ceará.

Carlos Alberto Pereira

Coordenador de Projetos do Sistema Integrado de Gestão Escolar da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduando em Administração Pública, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Claudio Alberto Barbosa Bezerra.

Coordenador de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado em Engenharia de Pesca (UFC).

Clayton Rebouças de Sousa

Supervisor de Agricultura e Auxiliar em Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduando em História, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnico em Eletrotécnica, Instituto Federal do Rio Grande Do Norte (IFRN).

Eliabe Crispim da Silva

Diretor da Associação Grupo de Discussão do Turismo de Icapuí (GDTur) e técnico da Secretaria de Cultura e Turismo (SETUR) de Icapuí, Ce. Graduado em Turismo, Universidade do Vale do Jaguaribe (FVJ).

Érica Rebouças Alexandre

Vice coordenadora do Grupo de Estudos de Organizações do Terceiro Setor, atuantes na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, vinculado ao CNPq, Universidade Federal Rural do Semi Árido e Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduada em Administração Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Gestão de Pessoas, Universidade Potiguar (UnP).

Felipe Braga Pereira

Coordenador de Educação Ambiental do Projeto Aves Migratórias do Nordeste, da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos, Aquasis. Graduado em Biologia, Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Ciências Marinhas Tropicais, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Geovani Alves da Costa

Coordenador de Tributos da Prefeitura de Icapuí, Ce. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologias Mater Christi, Especialista em Gestão Pública, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional. Atualmente cursa Formação Pedagógica em Matemática pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci.

Geraldo Soares Menezes Filho

Proprietário da Oh! Linda Pousada. Diretor do GDTur. Engenheiro Químico, MBA Syracuse University.

Gustavo Augusto da Silva Cruz

Professor da rede de ensino da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado e Licenciado em História, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrando em Ensino de História, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Igor Freitas Gutierrez

Voluntário do Projeto Aves Migratórias do Nordeste, da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos, Aquasis. Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Ceará (UFC).

Ingra Araújo Oliveira Queiroz

Voluntária do Projeto Aves Migratórias do Nordeste da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos, Aquasis. Graduanda em Oceanografia Universidade Federal do Ceará (UFC).

Janice da Silva Pereira

Coordenadora de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduada em Administração, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Gestão Pública Municipal, Universidade Estadual do Ceará (UECE) e especialista em Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico, Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Jeovah Meireles

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará UFC, pesquisador do CNPq. (1B) e dos programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UFC) e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona,

João José da Silva

Graduado em Geografia, Universidade Federal do Ceará.

João Paulo de Sousa Rebouças

Agente Ambiental do Instituto de Fiscalização e Licenciamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado em Ciências Sociais Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Gestão Ambiental, Faculdade do Vale do Carapicuíba. Mestre em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

José Gomes dos Santos (Jota Gomes)

Agricultor, repentista e cordelista.

José de Arimatéa da Silva

Agente Ambiental da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado em Geografia Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorando em Geografia. Universidade Federal do Ceará.

José Robson Maia de Almeida

Professor do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Graduado e Licenciatura em Música Universidade Estadual do Ceará (UFC). Especialista em Arte e Educação Instituto Federal do Ceará (IFCE). Mestre e Doutor em Educação Universidade Federal do Ceará (UFC).

Keverson Assis Soares

Agente Ambiental do Instituto de Fiscalização e Licenciamento Ambiental,

Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado em Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

Luana Rebouças Pinto

Técnica em Gestão Pública e Assessora Técnica de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduada e Licenciatura em Letras e Literaturas Brasileira e Portuguesa, Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Especialista em Gestão e Coordenação Escolar (FVJ)

Manuel de Freitas Filho

Diretor de Cultura da Secretaria de Cultura e Turismo de Icapuí. Historiador e escritor, com trabalhos voltado especificamente na área de Memória e História. Graduado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Marcia Freire Pinto

Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE). Graduação e Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Ceará (UFC). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza (Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE).

Mari Cecilia Silvestre da Silva

Técnica da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduada em Letras (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Linguística Aplicada, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Maria Aparecida de Alcântara

Secretária da Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Icapuí e Secretária Executiva da Rede Tucum de Turismo Comunitário. Graduada em Ciências da Religião, Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Especialização em Psicopedagogia, Universidade do Vale do Acaraú (UVA).

Maria do Céu de Lima

Professora Titular da Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra e Doutora em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Estágio pós-doutoral em Geografia (UnB).

Maria do Rosário Rebouças da Silva

Secretária de Governo do município de Icapuí, Graduada em Ciências Sociais (UERN). Graduada em História (PUN/RJ). Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRPDEMA-UERN).

Maurício Valente Barbosa

Técnico do Departamento de Pesca e Aquicultura, da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduado em Pedagogia, Universidade Vale do Acaraú (UVA).

Mauro Alexandrino Marciel da Costa

Assessor Administrativo e Coordenador Pedagógico da 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte (DIREC) em Mossoró-RN. Graduando em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Pedagogia, Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) PR. Especialista em Educação (IFRN). Mestre em Educação, Universidad Interamericana de Assunção e Doutor em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS).

Oton Braga

É CTO da Crevettic, startup da qual é cofundador. Trabalhou como Coordenador de Ciência e Tecnologia no Município de Icapuí, CE. Foi bolsista de iniciação tecnológica FIOCRUZ pelo CNPq. Fez parte do BEPiD (Brazilian Education Program for iOS Development), treinamento voltado para o desenvolvimento de soluções inovadoras usando a plataforma da Apple. Foi bolsista FUNCAP/BPI. Fez parte do programa de pré-incubação do IFCE. Fez estágio no Instituto de Telecomunicações, UBI, Covilhã, Portugal. Bacharel em Ciência da Computação pelo IFCE-Campus Aracati. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação pela UFRSA/UERN.

Rafael Almeida Santos

Técnico Agrícola da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Técnico Agrícola com habilitação em Agroindústria, Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal de Pernambuco (UFPB).

Raimundo Félix de Lima (Ray Lima)

Cenopoeta e educador, criador da Cenopoesia. Fundador do Movimento Escambo-Janduís-RN. Foi Assessor de Cultura da PMI. Coordenou o Programa Zumbi de Desenvolvimento das Aprendizagens (Aracati-CE) e a Escola Zumbi (Maracanaú-CE). Graduação em Letras (Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde (Universidade de Campinas (UNICAMP)).

Rosimeire Rebouças

Coordenadora de Gestão e Gerente do Mais PAIC. Graduada em Pedagogia (UERN). Graduada e licenciada em História (PUC-RJ).

Rosineide Rebouças

Coordenadora da Pasta de Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura Municipal de Icapuí, Ce. Graduada em Letras, Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Especialista em Gestão Pública Municipal, Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Rosinere Ferreira da Costa Rebouças

Professora de Ciências e Biologia do Estado do Rio Grande do Norte. Graduada e Licenciada em Ciências Biológicas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista Trainee em Meio Ambiente (Fundação Boticário). Mestre em Ciências Naturais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Sarah Aparecida Campos Silva

Monitora do Centro de Visitantes CRMM, da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos Aquasis. Graduada em Zootecnia, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Saulo de Souza Castro

Monitor do Centro de Visitantes CRMM, da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos Aquasis. Graduando em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Thaís Chaves da Silva

Educadora Socioambiental da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos, Aquasis. Graduada em Ciências Ambientais e Mestre em Ciências Marinhas Tropicais pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Thais Silva Torquato

Educadora Ambiental na Fundação Brasil Cidadão (FBC). Graduada em Gestão Ambiental, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Túlio Muniz

Professor Adjunto da Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado e Mestre em História, Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor na área de Sociologia, Universidade de Coimbra. Jornalista Profissional.

Victoria Maria Reis de Souza

Bolsista do Projeto Aves Migratórias do Nordeste, da Associação de Pesquisa e Ecossistemas Aquáticos, Aquasis. Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Ceará (UFC).

ICAPUI POR TODOS OS CANTOS

Ray Lima

*Icapuí por todos os cantos
Divulga a melodia de uma nova história
Reflete o brilho policor dos cajuais
Na lua cheia de poetas e cantores*

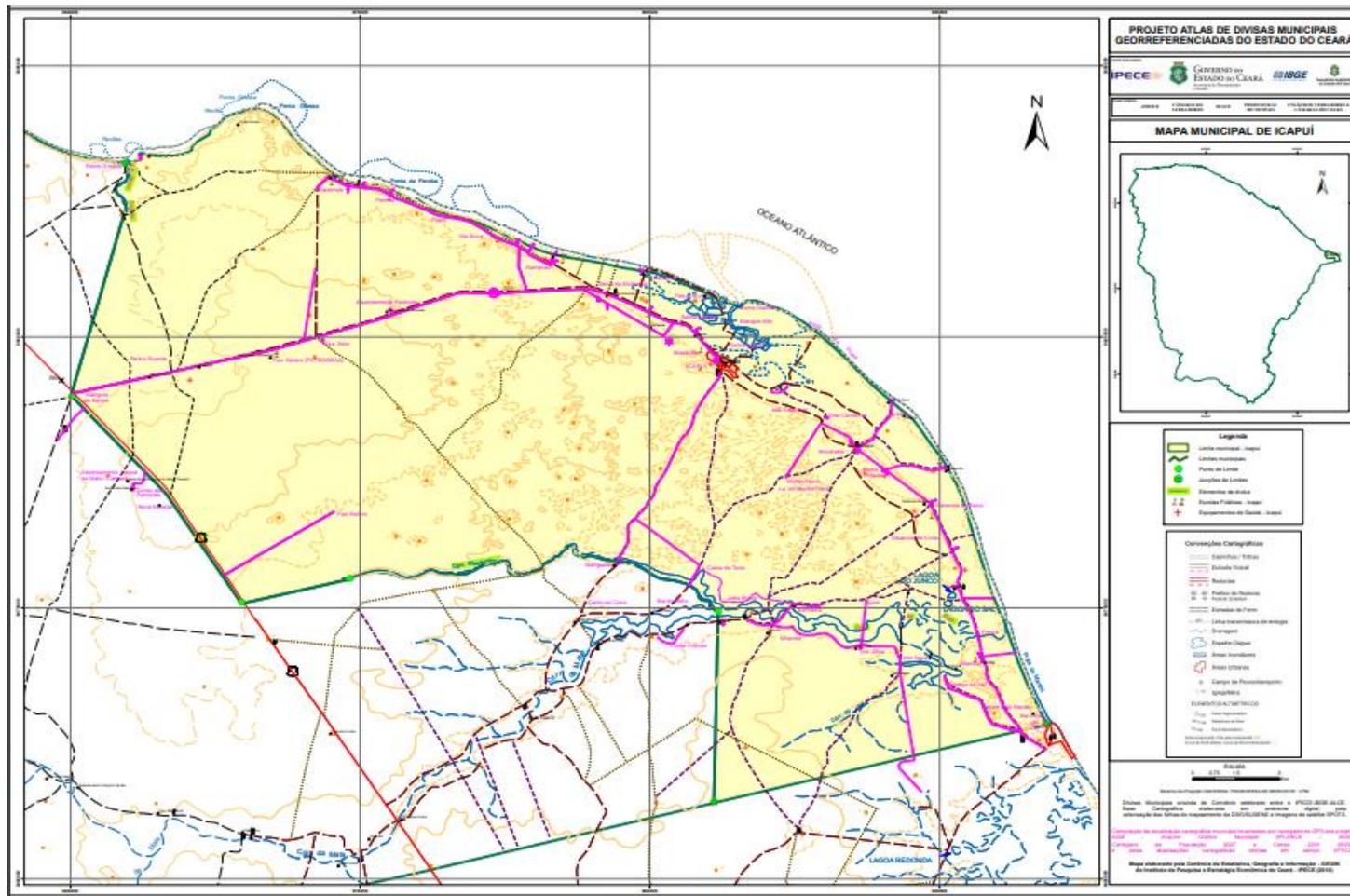
*Icapuí por todos canta o amor à terra
À liberdade forjada na esperança
À cidadania alicerçada no abraço
De uma estrela que irradia humanidade.*

*Icapuí por todos canta
A beleza da cultura popular em ação
A expressão poética e musical
Da vontade universal de ser lembrado.*

*Icapuí canta e encanta
Com a beleza natural de seu mar
O brilho do olhar de suas crianças
Na esperança e certeza de sempre avançar.*

(Lima, Ray. In CD Icapuí 20 Anos, 2004)

MAPA DE ICAPUI



Fonte: IPCE (2021).

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ICAPUI-CE

1938	1939-1943	1944-1948	1950	1959	1960	1965	1968	1985	1986	1988 ...
Distrito	Distrito	Distrito	Distrito	Município	Município	Distrito	Distrito	Município	Município	Município
Subordinado ao município de Aracati, foi criado o distrito com a denominação de Caiçara, pelo decreto estadual nº 448/1938, com terras desmembrada do distrito de Areias.	No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Caiçara figura no município de Aracati. Pelo decreto-lei estadual nº 1114/1943, o distrito de Caiçara passou a denominar-se Icapuí.	No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito já denominado Icapuí, figura no município de Aracati.	Em divisão territorial de 1950, o distrito de Icapuí permanece no município de Aracati, assim permanecendo em divisão territorial datada de I-VII-1955.	Elevado à categoria de município com a denominação de Icapuí, pela lei estadual nº 4461/1959, foi desmembrado de Aracati, com sede no antigo distrito de Icapuí. Passou a ser constituído de 3 distritos: Icapuí, Cuiquiranga e Ibicuitaba.	Em divisão territorial de 1960, o município é constituído de três distritos: Icapuí, Cuiquiranga e Ibicuitaba.	Pela lei estadual nº 8339/1965, o município de Icapuí é extinto, sendo seu território anexado, mais uma vez, ao município de Aracati.	Em divisão de 1968, o distrito de Icapuí, figura no município de Aracati, assim permanecendo em divisão territorial de 1983.	Foi elevado novamente à categoria de município com a denominação /de Icapuí/ atual, pela lei estadual nº 11003/1985, desmembrado de Aracati, com sede no antigo distrito de Icapuí. Constituído de 3 distritos: Icapuí, Ibicuitaba e Cuiquiranga.	Permaneceu instalado em 1986. Alterada lei lei estadual nº 11003/1985 o distrito de Cuiquiranga passou a denominar-se Manibu.	Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Icapuí, Ibicuitaba e Manibu. Assim permanecendo em última divisão territorial datada de 14-V-2001.

Fonte: Maria do Céu de Lima (2021)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
EDUCAÇÃO É FUTURO PARA SEMPRE	18
POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMANCIPATÓRIAS	19
MEMÓRIAS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO DA FACED/UFC, EM ICAPUÍ-CE	42
A CULTURA QUE FAZ A CANOA VELOZ	45
COMO CONSTRUIR UMA CIDADE	48
ICAPUÍ (EN)CANTO: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS	59
CONCEPÇÕES E PERCURSOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ICAPUÍ	71
USO, OCUPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO	76
AS QUERELAS SOBRE O “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”	77
ICAPUÍ, NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO CEARÁ: OS POVOADORES ...	82
CONFRONTOS INVISÍVEIS E FUNDAMENTOS DA FIXAÇÃO EM ARACATI- ICAPUÍ	100
O NEGRO NO BAIXO JAGUARIBE	109
O DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO EM ICAPUÍ	114
O JORNAL “O JAGUARIBE” EM DEFESA DOS PRAIANOS E MATENSES	123
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM ICAPUÍ	127
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DE ICAPUÍ	137
TERRITÓRIO DE ICAPUÍ-CE: AMBIENTES, USOS E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS.....	138
MANGUEZAIS, BANCO DE ALGAS, TERRAÇOS MARINHOS, DUNAS E FALÉSIAS	147
MATA DE TABULEIRO, CARNAUBAL, COQUEIRAL: CARACTERÍSTICA FITOFISIONOMIA.....	165
AS ÁGUAS DE ICAPUÍ	172
CARACTERÍSTICAS DO RIO ARROMBADO.....	181
LAGOAS COSTEIRAS.....	185
AVES DE ICAPUÍ.....	188
PEIXE-BOI MARINHO - UMA ESPÉCIE AMEAÇADA	194
GESTÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MANGUEZAL DA BARRA GRANDE E PONTA GROSSA – ICAPUÍ – CEARÁ	198
A IMPORTÂNCIA DA COLETA SELETIVA EM ICAPUÍ	204
MODOS DE SER E PRODUIR NO CAMPO E NA CIDADE	213
COMUNIDADES TRADICIONAIS E RECURSOS NATURAIS DE ICAPUÍ	214
CICLOS ECONÔMICOS EM ICAPUÍ	219

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PESCA DA LAGOSTA	222
PESCA E AQUICULTURA: RELATÓRIO 2019 AQUICULTURA E PESCA, ICAPUÍ, SEDEMA, CE	228
CAJU CULTURA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL EM ICAPUÍ	231
EMPREENDEDORISMO COMO FATOR POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL	237
CONEXÃO DE ICAPUÍ AO NOVO MUNDO	249
GESTÃO PÚBLICA EM ICAPUÍ.....	254
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANÇAS	255
PROGRAMAS E PROJETOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, CE.....	271
PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE E CONSELHOS MUNICIPAIS EM ICAPUÍ	279
ESTRUTURA GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL EM ICAPUÍ.....	288

INTRODUÇÃO

*Mari Cecília Silvestre da Silva
Maria do Céu de Lima
Túlio de Souza Muniz*

A apresentação da ideia de construção de textos e livros didáticos sobre Icapuí chegou-nos através de Augusto Jerônimo Gomes, educador e gestor icapuiense e de seu amigo professor João Monlevade, doutor em Educação pela UNICAMP, aposentado e em intensa atividade na discussão da Educação brasileira. Reuniu-se um grupo de pessoas, em Icapuí, no mês de agosto de 2019, antes da pandemia que nem se imaginava que aconteceria em 2020. Entre elas estavam secretários do governo municipal, o prefeito Lacerda Filho e o deputado federal José Airton Cirilo, além de técnicos da gestão municipal e alguns professores. O grupo recebeu com entusiasmo a proposta, pois se tratava de um sonho acalentado por muitos gestores, educadores e educadoras do município e de outros municípios e da capital, enfim cidadãos e cidadãos envolvidos com o projeto Icapuí que vem sendo tecido a partir de escritas poéticas, manifestações populares, disputas, lutas e políticas públicas. Era tal a motivação que logo após o encontro inicial, criou-se um grupo de trabalho e uma coordenação, para pensar estratégias e metodologias de ação; arquitetou-se um projeto mínimo, para orientar o percurso.

É sabido que o território de Icapuí é objeto de pesquisa de muitos docentes e discentes universitários ou não, desde a sua emancipação (1985), quando desponta no cenário nacional pela atuação em favor da universalização do acesso à Educação e à Saúde, pois não se conhecia outra experiência de tal monta no Brasil. Os prêmios conquistados pela gestão municipal atraíram o olhar do Brasil e do Ceará, principalmente, e muitas pessoas vieram conhecer e desenvolver trabalhos em Icapuí. Essa geração de conhecimentos, em diversas áreas, sempre foi tida como importante, mas ainda não havia sido sistematizada. Iniciamos, então, a jornada com a organização de um catálogo bibliográfico dessas produções, tanto impressas e em formato digital, a partir do acervo da Biblioteca Municipal de Icapuí e de acervos de particulares.

Com esse catálogo e, discutindo com os pesquisadores, escritores e artistas locais, cujas obras foram mapeadas, partimos para a identificação de quem tinha

interesse em colaborar na sistematização dos conteúdos, pessoas de perto e de longe, buscando continuamente os ajustes necessários, fruto de muitos diálogos. Em 22 de janeiro de 2020, na Semana Cultural, foi lançado o convite para muitas pessoas juntarem-se a nós na produção de material didático sobre o município de Icapuí, lugar que amamos e queremos contribuir para os seus novos rumos. A preocupação com a Educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos de Icapuí deve ser demonstrada com atitudes condizentes com o amor que proferimos por esta terra tão maravilhosa, onde nos foi permitido viver.

O contexto local nunca esteve distante das escolas de Icapuí. Avaliamos que o movimento que deu origem ao processo educacional do município, quando ainda recém emancipado, repercutiu muito positivamente nas formas de pensar e fazer a educação, inicialmente com a intensa participação das universidades e depois das organizações não governamentais. A pedagogia de Paulo Freire animou educadores, gestores, famílias, na incessante busca pela afirmação do direito à educação. Nos Círculos de Cultura, voltados à alfabetização de adultos havia a compreensão de que a leitura da palavra vinha precedida, ou andava junto com a leitura do mundo. A alfabetização passou pelo olhar atencioso ao mundo do trabalho, das formas de construir-se, construindo coisas e relações, do perceber-se parte do ambiente e da sua importância para a sobrevivência, tanto na pesca e outras atividades extrativistas, como na forma de fazer agricultura. Olhar ao redor e a si mesmo, conhecer seu meio e sentir-se parte do território em construção era um caminho a ser percorrido.

As experiências são inúmeras, provocadas por um projeto de município que se tornou uma referência para o Brasil, no período da abertura política nos pós ditadura empresarial-civil-militar. Com o Partido dos Trabalhadores (PT) crescendo no meio da classe trabalhadora, inclusive envolvendo-se nas lutas por emancipação; em 1986 elegeu a primeira gestão municipal petista do Brasil, no recém criado município de Icapuí. Sem dúvida um momento ímpar como veremos ser detalhado na presente coletânea. Tem-se um passado que muito nos orgulha e um presente com o qual estamos bastante inquietos, tendo em vista que não se pode perder a direção da barca, como nos lembra o poema do poeta angolano Agostinho Neto, “No povo buscamos a força”.

A inquietude que nos impele a reflexão nos fala sobre os desafios em torno das possibilidades de futuro para o povo Icapuiense, como no início da década de

1980, com a emancipação política e uma prefeitura de vanguarda. Se no passado o tom era a construção de políticas educacionais emancipadoras, o presente nos mostra o reflexo no contexto local de um alinhamento da Educação com Sistemas de normatização globalizados, com foco em resultados a curto prazo e avaliações externas que medem esse rendimento quantitativo. Isso nos parece um tanto assustador, pelo fato de desconectar os saberes e olhares diversos na construção do conhecimento escolar e da leitura do mundo, pela redução da formação integral do ser humano a índices e números. É evidente que há uma perda de conquistas sociais, construídas a partir de históricas lutas travadas pela classe trabalhadora, no campo e nas cidades no Brasil, inclusive em torno do direito à educação pública, de qualidade e com acesso universal. Educação é futuro para sempre!

Esta Coletânea, organizada a partir das contribuições ofertadas por quarenta oito autores, teve seu conteúdo agrupados em cinco temáticas que devem ser lidas e compreendidas de forma complexa e dinâmica, assim como é o viver no território.

Na constituição da história de Icapuí sempre esteve presente o diálogo em torno da questão da educação emancipatória, que era tecida entrelaçando práticas educativas, culturais e vivências desportivas orientadas pela participação. Razão forte para apresentarmos no capítulo inicial **“Educação é futuro para sempre”** as políticas educacionais emancipatórias em Icapuí.

O **“Uso, ocupação e emancipação política do território”** traz questionamentos sobre o “descobrimento” do Brasil e a historiografia das navegações europeias na costa brasileira, com argumentos sobre a primeira aportagem de europeus na costa brasileira, em Ponta Grossa, pelas embarcações do navegador Pinzón, antes mesmo de Cabral. Discute a presença dos indígenas de diversas etnias no Ceará e no baixo Jaguaribe e seus confrontos com os colonizadores, resistências, aldeamentos, sujeições e extermínios. Apresenta dados da situação dos negros escravizados na região de Russas, Icó, Aracati, com algumas referências a Icapuí, na criação e comércio do gado nos caminhos da colonização branca. Discute questões sobre o uso e ocupação das terras das donatárias cearenses, do ponto de vista do colonizador, fazendo referências a genealogia nos territórios de Mata Fresca, Cajuais, Redonda e Retiro Grande, ocupados por criadores de gado e militares. Apresenta também as situações dos embates por ocupação do território cearense e icapuiense, abordando as questões de terra em Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba e Picos, em períodos

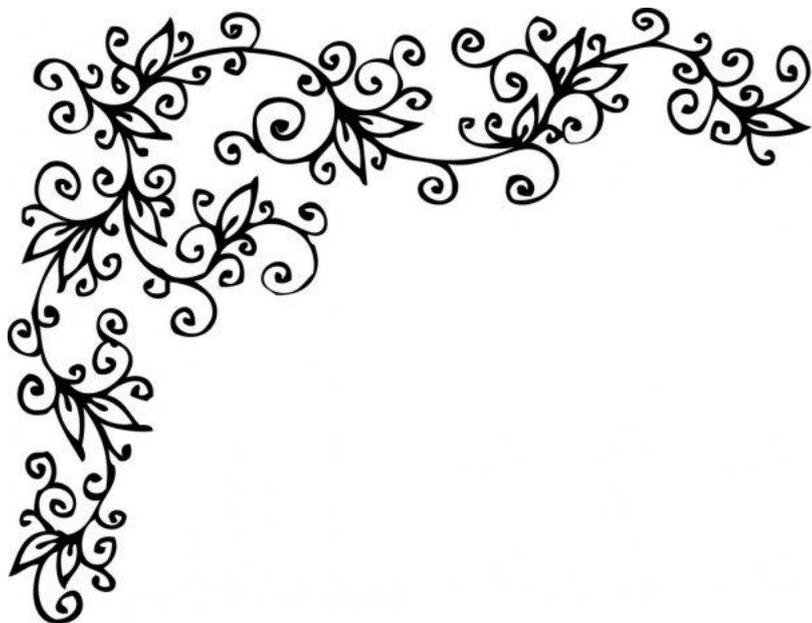
mais recentes, datando esses movimentos à década de 1970, em diante. Aborda, pela análise do jornal aracatiense “O Jaguaribe”, no período do movimento para a emancipação política de Icapuí e as disputas por poder, entre o sim e o não. Concluindo, apresenta fatos sobre o processo de emancipação de Icapuí, em relação ao município de Aracati, com a apresentação das gestões políticas governamentais e as principais ações que colocaram a gestão pública de Icapuí, em destaque, no cenário estadual e nacional.

Em “**Os aspectos socioambientais de Icapuí**” propõem-se a abordagem da diversidade da fauna, da flora locais e da área marinha costeira, que são de uma complexidade ímpar, dada a localização privilegiada de Icapuí, no litoral semiárido e aos serviços ecológicos de regulação prestados ao meio ambiente local. Ao mesmo tempo, a riqueza das nascentes e cursos de água doce, inclusive no leito marinho, propiciam berçário a diversas espécies e é onde o peixe-boi marinho vem beber e se alimentar no banco de algas. Há uma imensidade de espécies de aves migratórias que pousam, temporariamente, no encontro do mangue com o mar e em outras praias ricas em nutrientes e ornadas por tabuleiros, dunas e falésias.

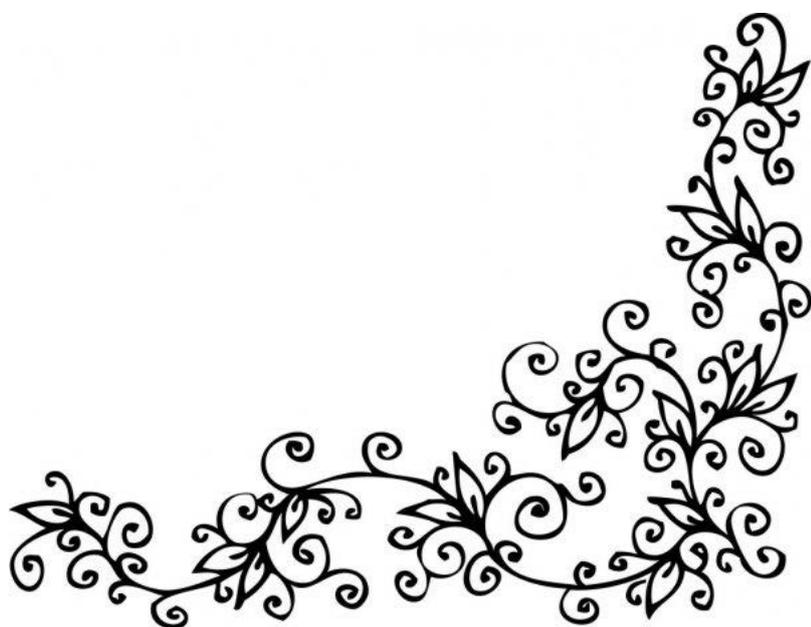
“**Modos de ser e produzir no campo e na cidade**” traz uma referência as comunidades tradicionais pesqueiras marítimas e a agricultura familiar, mantida até hoje por grande parte da população, preservando tradições que atravessam gerações no seu modo de viver. Icapuí destaca-se como referência na organização comunitária e associativa, nas políticas de fomento público à produtores locais, esses mesmos tão diversos como é o município, onde a antiga e tradicional cultura extrativista do sal e da lagosta, da opulência do coco, do caju e da carnaúba compartilham solo com frutas exportadas ao mundo todo. Nos modos de ser e produzir também se destaca o turismo de base local e de hotelaria, o artesanato e o comércio de produtos locais, no mercado municipal e em feiras, além do comércio de varejo.

Em “**Administração pública municipal**” consta, literalmente, um balanço das políticas administrativas em curso, que derivam de um já longo e conceituado processo de transparência e cuidado com a administração pública, que remonta às prestações de contas expostas em praça pública e que fizeram e fazem de Icapuí uma referência nacional. Programas e projetos das três esferas de governo são apresentados, em detalhes, traçando um painel amplo da administração pública municipal de Icapuí.

A Coletânea aqui proposta, escrita e compilada durante o ano de 2020, alia-se a inúmeras outras publicações sobre o município de Icapuí, mas este volume tem o propósito precípuo de servir como base para a formação de professores e professoras da Rede Municipal de Educação de Icapuí. Essa formação será executada em parceria com a Faculdade de Educação - FACED-UFC, através de um projeto de extensão, com o título: **FORMAÇÃO DOCENTE COLABORATIVA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE: territorialidades, saberes e práticas educativas**, envolvendo oito professores desse departamento. Durante o ano de 2021, o processo formativo irá contribuir para o conhecimento, problematização e debate de docentes e gestores de Icapuí, com resultados que irão subsidiar a produção do Livro do Aluno (2022). Cremos em uma educação de qualidade, que seja significativa para o aluno, a partir da contextualização e problematização dos conteúdos e da vida local, como está colocado nas Diretrizes Curriculares Referenciais do Estado do Ceará e na BNCC, documentos que regem a Educação em nosso Estado e país.



EDUCAÇÃO É FUTURO PARA SEMPRE



POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMANCIPATÓRIAS¹

Augusto Álvaro Jerônimo Gomes

A história da educação de Icapuí pode ser contada de várias maneiras. Muitas são as experiências, sonhos e projetos envolvidos. A escolha para escrita deste texto terá como foco aspectos mais representativos da trajetória materializados em memórias tecidas em torno dos projetos educacionais, encarnados pela política e cultura local e seus contextos de inserção, que resultou em políticas públicas que foram desenvolvidas e ganharam relevo no período de 1986-1994.

Sem esquecer que a sociedade brasileira viveu neste tempo um período de efervescência política com a “abertura concedida” pelo governo militar como, por exemplo, a volta do pluripartidarismo e de eleições para as capitais, aprovação da Assembleia Nacional Constituinte, entre outras questões candentes da política. Em Icapuí soubemos aproveitar toda a conjuntura política do país e da região e, especialmente, a mobilização e reflexão realizadas com a população no processo emancipatório – que culminaram no plebiscito para em 1984 elevar à categoria de município o antigo distrito, depois de intensa disputa política eleitoral e histórica luta iniciada lá atrás, ainda na década de 1930.

A Gestão participativa em Icapuí

O primeiro prefeito daquela cidadezinha do litoral cearense, hoje deputado federal eleito para a quarta legislatura consecutiva, sentia-se tão longe do Congresso Nacional, nem por isso desprovido de ousadia. Liderava a grande maioria da população, como demonstrou o resultado obtido na primeira eleição daquele novo município, realizada junto com a de todas as capitais de estados no Brasil, no ano de 1985, quando nosso país vivia a “abertura política” – denominação dada ao processo de redemocratização que se iniciava mais de vinte anos após o golpe militar de 1964.

Os secretários municipais reuniam-se com o prefeito toda segunda pela manhã. Nas reuniões, iniciadas às sete – para demonstrar à população, segundo o

¹ Este texto foi publicado, inicialmente, como parte do livro *POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMANCIPADORAS: Memórias de um educador que rememora a sua experiência em Icapuí, na gestão da Secretaria de Educação 1984-1994* (JERÔNIMO: 2019, p. 13-68). Para contribuir com o propósito que justifica a publicação dessa coletânea, o autor apresentou uma versão resumida sobre essa experiência em Icapuí.

prefeito, a importância de a prefeitura iniciar os trabalhos semanais todas as segundas às sete da manhã, fazendo vibrantes relatos das atividades desenvolvidas e ávidos na interação das atividades realizadas por todas as secretarias. Funcionava como uma espécie de ‘conselho de secretários’ e tomava decisões.

O que moveu a todos, a partir daí, foi o projeto, assumido com muita responsabilidade por aqueles jovens, irmanados com a população, conhecendo sua história e seu potencial tão desperdiçado – viabilizar ao povo “a direção da barca”. Todos os secretários, praticamente, tinham formação superior porque ainda mais jovens podiam sair para estudar nas grandes cidades como Fortaleza e Natal. Todos sabiam que a nova geração de Icapuí necessitaria de ter a Educação como prioridade absoluta. Integravam aquele grupo o prefeito e seus secretários, com formação em diversas áreas: engenharia civil, agronomia, geologia, medicina, psicologia, sociologia, assistência social, história, administração, pedagogia, letras. Não faltava ‘capacidade instalada’, tampouco vontade política.

A caminhada aqui rememorada parte, portanto, da referência que tem o processo de emancipação municipal como marco histórico inicial e os movimentos que a “Canoa Veloz” empreendeu a partir das experiências vividas pela sociedade icapuiense. O compromisso é valorizar desafios enfrentados e superados na luta para garantir o direito à educação, balizado em princípios humanos, democráticos, honestos e solidários que, inclusive, ancoraram o planejamento, a ação e a reflexão sobre as políticas educacionais em foco.

Em 1986, iniciou-se um trabalho que envolvia toda a gestão e que se tornou, para nossa surpresa, em pouco tempo, referência para uma série de avanços na educação pública em Icapuí, bem como exemplo, até “modelo”, para uma educação emancipadora. Antes, era um impulso encorajador para a concretização de muitas outras experiências audaciosas e exitosas, principalmente na esfera municipal e, também, nos âmbitos estadual e nacional.

Como em um sonho, imagens se sobrepõem. Experiências difundidas para outros municípios, matérias jornalísticas publicadas, teses acadêmicas escritas, rede latino-americana de aprendizagem tecida, conceitos construídos. Escolas como centro de produção, recepção e difusão de cultura; ambientes escolares refletindo a alegria de crianças aprendendo e se desenvolvendo; educadores mais artistas e artistas mais educadores; conhecendo seus educandos e interagindo com a comunidade educativa; escolas e famílias compartilhando a educação das crianças.

Conceitos suficientes para comprovar, na prática, o ditado africano: “É necessário toda a aldeia para educar uma criança”.

Assim começou...

No primeiro dia de janeiro de 1986, em Icapuí, recém emancipado do município de Aracati, aconteceu a posse da Câmara de Vereadores e da primeira gestão municipal. A cidade que se tornou sede municipal tinha uma característica bem peculiar: sua estrutura urbana bem pequena, mas era bem comprida. Na sede até hoje o casario se estende basicamente ao longo de três linhas – a da praia, a da estrada, e a da “serra” – duna mais elevada chamada ‘pretensiosamente’ de serra. Nas paisagens do município destacam-se o casario alpendrado de Mutamba, Cajuais e Icapuí, a Matriz e a Gruta, o coqueiral e Olho D’Água. Ao longe as salinas (no passado logo ao amanhecer já ficavam repletas de trabalhadores e seus carrinhos de mão feitos de madeira), as dunas brancas de Ibicuitaba com seus laguinhos cheios de inverno, o “Morro Pintado”, a linda e singela igrejinha de Melancias e o verde mar. Na linha da costa: de uma ponta a outra do município são mais de sessenta quilômetros.

Com entusiasmo de juventude e experiência de luta política por democracia no movimento estudantil e no legislativo em Aracati, opondo-se ao governo de exceção na esfera federal e ao chamado coronelismo no âmbito estadual e regional, José Airton, primeiro prefeito, anunciou o compromisso da sua administração com políticas populares, emancipatórias e democráticas. Com uma equipe de jovens secretários municipais, estabeleceram-se princípios éticos norteadores das ações, tais como *universalidade, transparência e participação*. Em todos os sonhos, desejos, planos e projetos esses princípios eram referências essenciais. Por isso, o direito de cidadania era afirmado como direito de todos, principalmente na educação e saúde, mas também em outras questões como moradia, cultura, esporte e lazer.

Muita expectativa fora criada nos processos eleitorais recentes – plebiscito para a emancipação política da cidade e eleição do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores. Mas não se tinha informações que pudessem indicar a amplitude dos desafios a serem superados. Havia urgência no desenho das ações a serem realizadas, no entanto, tinha-se clareza, de que isso não poderia atropelar o

processo participativo - ele mesmo educativo, além de princípio ético norteador da ação.

Aliança com as famílias e as comunidades locais

No início foi necessário visita às casas e conversas com as famílias, buscando construir encontros e diálogos mais amplos, que envolvessem a comunidade. Era necessário ouvir e falar de educação. Pensar e agir, viver junto com as pessoas esse momento histórico. Dividir com elas o desafio de educar para a vida no campo e na cidade. Travessias são sempre demoradas, porém necessitava-se ter pressa. Organizar uma rede de escolas municipais era uma medida urgente e foi sendo construída com motivação, entusiasmo, perguntas e pedidos de ajuda.

Com as visitas às comunidades, aos poucos, a participação nas reuniões só aumentava. As reuniões eram marcadas considerando os horários e locais, pois em muitos casos participar exigia longas e difíceis caminhadas a pé, em razão das características dos ecossistemas e das precárias condições de acesso, por falta de estradas. Não havia transportes disponíveis, inclusive para o pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Icapuí (SEMECE).

Com calendário de encontros nas comunidades adequado e já com um carro alugado ampliaram-se as possibilidades de reuniões com numerosos grupos de mães e pais, ávidos por garantir condições para seus filhos terem acesso ao ensino público, sobre o direito a todo o ensino fundamental de oito anos, garantido na legislação brasileira e estabelecido como prioridade pela administração local. Um dos temas mais apreciados era o financiamento da educação, quando compreendiam a definição da lei quanto à utilização dos impostos, pagos por cada um sobre tudo que consumimos, compondo a maior parte do recurso disponível aos governos para aplicar em políticas públicas e assim promover equidade, combater desigualdades.

As primeiras rodadas de encontros nas comunidades foram e são inesquecíveis. Nas igrejas, salões paroquiais, alpendres das residências, sombras de cajueiros... Muitos foram os espaços utilizados. Quando necessário, traziam tamboretas e as famílias mais de perto emprestavam cadeiras, embora muitos não se importassem em participar de toda a reunião em pé.

As palmatórias encontradas nos espaços escolares, à época, foram recolhidas. De todos os tamanhos e pesos. Umas bem grandes, assustadoras, outras leves e pequenas. Seriam essas destinadas a recém-nascidos?! Em troca, sempre se dizia que saberíamos desenvolver metodologias de ensino para superar essa antiga, absurda e felizmente indesejada ‘tecnologia’.

Logo depois de dizer a razão e o objetivo daquele encontro, pedia-se licença para ler um pequeno poema de um poeta angolano, traduzido e disponibilizado na versão em português.

DO POVO BUSCAMOS A FORÇA

*Não basta que seja pura e justa a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.
Dos que vieram e conosco se aliaram
muitos traziam sombras no olhar, intenções estranhas.
Para alguns deles a razão da luta era só ódio:
Um ódio antigo centrado e surdo como uma lança.
Para alguns outros era uma bolsa
bolsa vazia (queriam enchê-la)
Queriam enchê-la com coisas sujas inconfessáveis.
Outros viemos.
Lutar para nós é ver aquilo que o Povo quer realizado.
É ter a terra onde nascemos.
É sermos livres para trabalhar.
É ter para nós o que criamos
lutar para nós é um destino,
é uma ponte entre a descrença e a certeza do mundo novo.
Na mesma barca nos encontramos.
Todos concordam, vamos lutar.
Lutar para quê?
Para dar vazão ao ódio antigo?
Ou para ganharmos a liberdade e ter para nós o que criamos?
Ah, as tramas que eles teceram!
Ah as lutas que aí travamos!
Mantivemo-nos firmes:
no povo buscamos a força e a razão.
Inexoravelmente, como uma onda que ninguém trava
vencemos.
O povo tomou a direção da barca.
Mas a lição lá está, foi aprendida:
Não basta que seja pura e justa a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.
(Agostinho Neto²)*

Fonte: MARXISTS INTERNET ARCHIVE (2020)

²Participou ativamente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e foi eleito o primeiro presidente da República de Angola; era médico de profissão, poeta por vocação e um líder por natureza.

Não demorava para ficarem claras as relações do poema com aquela realidade vivida. O encontro logo tomava um rumo de profunda reflexão sobre a política nacional, regional e local; sobre a importância da educação como instrumento de emancipação das pessoas – passo mais à frente daquele dado recentemente com a emancipação política do município, e o papel de cada um como cidadão e cidadão. A importância da atitude pessoal e da ação coletiva. A democracia como um valor e a tomada de posição e compreensão do valor da participação.

Como orienta a “práxis freiriana”: reflexão – prática – reflexão. Depois da reflexão os encaminhamentos práticos do encontro: quais locais poderiam ser usados como escolas, enquanto se providenciavam as necessárias construções? Apontavam igrejas, salões comunitários, casas desocupadas... Quais seriam os professores, enquanto se providenciasse o concurso público? Alguns nomes dos que “tinham mais estudo” eram citados como possíveis professores. Alguns que concluíram estudos”, em outras cidades, se disponibilizariam a retornar à comunidade tendo oportunidade de lecionar. Não faltavam ideias, todas anotadas, processadas e devolvidas como encaminhamentos, novamente objeto de reflexão nos próximos encontros, sempre marcados ao final de cada um.

Assim, em três meses, foram definidos locais e selecionados professores por meio de observação nas reuniões, redações e entrevistas para atender uma primeira matrícula de mais de dois mil e duzentos alunos, em todas as comunidades – número três vezes maior que a matrícula no ano anterior, quando Icapuí ainda era administrada como distrito de Aracati, com menos de oitocentas crianças matriculadas.

O objetivo das primeiras caminhadas era realizar reuniões com as comunidades para estruturação do devido atendimento educacional; e o de outras caminhadas, feitas depois, reunir com professores, acompanhar os processos pedagógicos e estudar juntos. Eram levados alguns materiais de apoio para as reuniões ou mesmo para a escola, ou para as crianças. Caso fossem mais volumosos, como merenda escolar, por exemplo, era preciso enviar por carro tracionado, ou mesmo por carroça tracionada por animal.

Muitos foram os desafios nessa fase em razão das condições de trabalho e dos deslocamentos nas diferentes características geoambientais do município.

Enfrentar Analfabetismo? Paulo Freire e Muito Mais!!!!

A contribuição de Paulo Freire tornou-se referência. Educador de quem, claro, muitos brasileiros ouviram falar, bem como de seu método revolucionário de alfabetização de adultos. Perseguido pela ditadura militar, preso e exilado, é reconhecido como sumidade em educação no mundo todo. “Educação como Prática da Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido”, de autoria do próprio Paulo Freire e “O que é o Método Paulo Freire”, de Carlos Rodrigues Brandão, da Coleção Primeiros Passos, foram suficientes para fazer encantar muitos jovens pela Educação, além de reforçar princípios socialistas, forjados desde a infância – de solidariedade e compromisso com a nação brasileira na interminável luta por justiça social e desenvolvimento.

Como colocar em prática aquelas teorias encantadoras? Afinal a responsabilidade da Secretaria da Educação era muito grande, o desejo, maior ainda e o desafio nem se fala! O índice de analfabetismo ultrapassava sessenta por cento – fruto da falta de oportunidades para a população estudar. As taxas de cobertura escolar deixavam muito a desejar, as condições de trabalho dos poucos e mal pagos educadores era sofrível, tudo isso refletindo-se em baixa qualidade do ensino mais “formando analfabetos que letrados”.

Era a oportunidade de ver se essas ideias de Paulo Freire, na prática, funcionavam mesmo... Um grupo de estudo foi criado, como uma primeira aproximação entre os desafios colocados pela realidade de Icapuí e as ideias revolucionárias de Paulo Freire. Inicialmente, um grupo pequeno, dez membros unidos, cada um, com os três livros citados anteriormente. A leitura de cada membro daquele grupo de estudo se confrontava em reuniões todas as noites quando, muitas vezes, liam e discutiam em profícuos debates, buscando entender as ideias, relacioná-las aos desafios, uns ajudando aos outros, até que após três meses o desejo de testar na prática transbordou e cinco duplas iniciaram, em comunidades diferentes, cinco círculos de cultura.

O grupo continuou reunindo-se. Agora não só estudando por meio de leituras e debates, mas também trocando relatos sobre práticas e experiências, que ocorriam nas três noites semanais dedicadas aos círculos de cultura.

Os resultados, mais que animadores, foram emocionantes. Para todos do grupo de estudos, mas certamente muito mais para todos aqueles participantes dos

círculos de cultura. Havia para cada um aquele momento especial que contagiava de emoção o grupo de estudantes e os animadores, quando ocorria o “estalo”, o “insight”, ao começarem a decodificar a escrita. Logo, já projetavam as comunicações que fariam, desta vez por escrito, com seus entes queridos, familiares, amigos; muitos obrigados a buscar em outras regiões deste país continental as condições para poder sonhar com uma vida melhor ou ao menos sobreviver.

Era preciso fechar a torneira. Fechar a torneira significou oferecer escola para TODAS as crianças: *universalidade*, feita com a mobilização realizada e todo esforço sócio comunitário para superar os obstáculos e participação - com a busca pela qualidade da educação, para garantir as aprendizagens necessárias, desafio ainda maior.

A educação de adultos, proporcionando a leitura e a escrita àqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria, seria enxugar o chão. Para isso foi preciso multiplicar os grupos de estudos em todas as comunidades e engajar colaboradores. Constituir parcerias seria fundamental. As pessoas vivem, moram, pisam no território do município e ao poder local, via de regra, demandam e reivindicam. No entanto, às outras esferas de governo a Constituição Federal atribui obrigações e lhes proporcionam condições e recursos. Três esferas do governo, portanto deveriam ser acionadas.

Os fatos históricos atravessam nossa conversa. Algo aconteceu:

Ainda havia muita tristeza com o resultado da primeira eleição presidencial direta no Brasil após o regime de exceção, em 1989 – vitória, nas urnas, do populismo, na figura de um “combatente de marajás” prometendo exterminar a corrupção. Esperava-se para o país algo bem diferente como indicava o movimento “Diretas Já”, depois de árdua luta e mobilização de todo o país, frustradas anteriormente com a eleição indireta de Tancredo Neves (1985) e seu falecimento antes de tomar posse e assim substituído por seu vice, José Sarney.

O país encontrava-se atônito com as primeiras medidas do novo governo, entre elas o congelamento de preços e salários e o confisco das cadernetas de poupança. Justo aí, em meio a tanto desgoverno e desesperança, surge o convite, ao secretário da educação, junto com outros secretários municipais de educação no

Ceará, a participar de reunião³ da recém-criada Fundação Educar⁴, instituída para substituir o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), até então braço do governo federal no combate ao analfabetismo.

A referida Fundação oferecia, em síntese, duas alternativas para colaborar com os municípios no enfrentamento do analfabetismo. Cederia sua própria metodologia com material didático – livros impressos e distribuídos para todo o território nacional, acompanhado de treinamento para os professores alfabetizadores, no mínimo comodamente tentador; ou, por opção do município, financiaria a implementação de metodologia própria do município, após analisar com muito critério e aprovar determinado projeto específico.

Entre a acomodação e a ousadia, a ousadia.

Icapuí foi o único, entre os cento e oitenta e quatro municípios cearenses, a escolher uma metodologia própria. Optamos por dar continuidade ao processo iniciado no município com as ideias do Paulo Freire, mesmo diante do risco e da insegurança de romper com o comodismo e o desafio de construir um projeto convincente, capaz de obter aprovação. Prevaleceu a responsabilidade de ser efetivo, de buscar multiplicar os resultados positivos alcançados, bem diferente do fracasso de tantas outras tentativas históricas que só agravavam a situação, expondo aqueles adultos e jovens, ainda insistindo teimosamente em aprender a leitura e a escrita, a novas experiências de fracasso, por vezes repetidas em suas vidas escolares.

Os educadores da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vibraram com o fato de pelo menos um município optar por metodologia própria, gerando assim uma espécie de “grupo de controle”, uma experiência diferente capaz de servir de comparação, no processo e nos resultados. Como não poderia ser diferente, colocaram-se à disposição para colaborar com o

³ Destaque aqui a oportunidade de conhecer pessoas que passariam a ser colaboradoras constantes, parceiras aliadas e com atuações determinantes na implementação de políticas públicas de educação no município de Icapuí. Serão lembrados para sempre.

⁴ A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, instituída pelo Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, com jurisdição em todo o território nacional e com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Criada em 1985 e foi extinta em 1990.

município, desde a elaboração do projeto a ser submetido à Fundação e em toda a implementação da ação caso o projeto fosse aprovado.

Novas parcerias, novas perspectivas

Recorremos também por ajuda à Universidade Federal do Ceará – UFC, mais especificamente a Faculdade de Educação (FACED), por entender o papel e a responsabilidade da universidade, em especial as públicas, com a construção dos conhecimentos capazes de atender às necessidades da sociedade. A diretora da FACED, ao buscar informações acerca da proposta, surpreendeu ao grupo que estava nesse movimento, superando todas as expectativas criadas. Pegou o telefone interno e começou a ligar para vários professores da Faculdade de Educação dizendo: “você precisa vir aqui ouvir o que estou ouvindo”, e os professores foram chegando, dois, três, cinco, oito. Uma grande emoção! A celebração à solidariedade e ao compromisso com a socialização do conhecimento e ao compartilhamento entre todos da responsabilidade de cada um. A FACED entraria sim como apoiadora do projeto, geraria inclusive um projeto específico na Pró Reitoria de Extensão (PREX-UFC). Os professores se dispunham a realizar atividades de formação continuada de alfabetizadores no próprio município e acompanhariam todo o processo. Tinham, porém, dificuldade com relação aos deslocamentos. “O município resolveria essa dificuldade?” As condições de transporte do município não eram as melhores: as viagens a Fortaleza, a trabalho oficial do município, eram feitas em ônibus de linha e, na capital, os deslocamentos de ônibus urbano.

Estava na hora de conhecermos melhor o PRORURAL, um programa de educação da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), financiado pelo Banco Mundial. Já se sabia quem procurar inicialmente. Uma professora estadual, lotada neste órgão, muito gentilmente já havia nos socorrido com livros didáticos para os estudantes de Icapuí, no início de 1986, porque a programação realizada pela cidade mãe Aracati, no ano anterior, não contemplou as escolas daquele antigo distrito que havia ousado alcançar a emancipação. “Não queriam a emancipação? Pois então virem-se”! Esta tinha sido a resposta recebida da Secretaria de Educação de Aracati, ao tomar conhecimento sobre o planejamento realizado, no ano anterior, para as crianças estudantes de Icapuí, tais como livro didático, merenda escolar etc.

Naquela oportunidade, a professora responsável na SEDUC pelos programas nacionais de assistência aos estudantes, sensibilizada com a condição daquele município “caçula” do Ceará, quebrou inclusive algumas regras e foram disponibilizados materiais “inservíveis”, aqueles ainda úteis. Sim, tínhamos, portanto, pelo menos uma referência a quem procurar na SEDUC.

A mais de mil por hora

O Centro Administrativo do Estado do Ceará, conhecido como “Cambeba”, bairro distante, liga-se ao Centro Histórico de Fortaleza por uma linha de ônibus com origem na “Cidade da Criança”, saindo a cada hora e o deslocamento durava uma hora. A acolhida calorosa da FACED, repetiu-se, em certa medida, na SEDUC, fazendo valer muito essa viagem urbana.

A referida professora imediatamente apresentou outras duas educadoras, com as quais iniciou-se uma longa conversa e, a partir dali se tornariam parceiras permanentes, também permeando todos os relatos seguintes. Encantadas com a perspectiva positiva daquele novo município do Ceará, fizeram questão de relatar o projeto ao coordenador geral do programa PRORURAL. A recepção foi atenciosa e, de pronto, comprometeu-se a participar e colaborar: o transporte necessário seria garantido pelo PRORURAL. O programa teria ainda imensa satisfação em acompanhar o desenrolar do projeto por meio das educadoras daquela equipe.

O Projeto foi finalmente aprovado e iniciado

Sempre ouviu-se falar que uma ideia é uma “boa ideia” quando gera uma ação capaz de alcançar vários resultados positivos, de resolver mais de um, até vários problemas.

Com um participativo evento do tipo aula inaugural, com a presença de mais de uma centena de professores, técnicos de diversas áreas, dirigentes e lideranças locais e estaduais, foi dada a largada no processo. O financiamento da Fundação Educar possibilitou a aquisição de todos os principais livros de Paulo Freire publicados no Brasil, até aquele momento, cerca de dez títulos, em número suficiente para entregar um ‘kit’ completo para cada um dos mais de oitenta professores inscritos no curso.

A alegria foi maior, quando constatamos que a quase totalidade dos professores atuantes no ensino regular aderiram ao curso, aumentando seu alcance, impactando fortemente o ensino das crianças e dos adolescentes nos anos seguintes, em relação à postura, às atitudes, à visão de homem e de mundo e, conseqüentemente, a ação pedagógica dos professores.

Desde aí, passou a ser comum encontrar crianças e adolescentes em atividades pedagógicas nas salas de aula do ensino regular, em grandes e pequenos círculos, em pesquisas grupais e em animados debates.

Processo formativo

A formação dos professores alfabetizadores teve duração de três meses, bastante intensos. Todos os dias à noite reuniam-se nas comunidades os grupos de estudos, onde se lia e debatia os livros de Paulo Freire e eram acompanhados, assessorados por aquele grupo inicial de estudos, realizadores das experiências pioneiras no município com círculos de cultura. Visitavam os grupos de estudos nas comunidades e contribuía com as reflexões. Aos sábados, os professores da UFC, SEDUC e da Fundação Educar vinham ao município encontrar-se com todos os grupos de estudos. Estes, por sua vez, deslocavam-se de suas comunidades para a sede, com relatos, dúvidas, reflexões, que trabalhadas nesses encontros de dia inteiro se transformavam em conhecimentos para, logo depois, se tornarem práticas educativas emancipatórias, promotoras de autonomia e liberdade com adultos e crianças.

Resultado: exercício da cidadania

Dois fatos conclusivos levaram a avaliar como positiva e a comemorar essa iniciativa, investimento de suor e lágrimas de muitos:

1) O primeiro abaixo-assinado recebido pela SEME veio de um círculo de cultura, com o nome e a assinatura de mais de vinte educandos, não mais analfabetos, reivindicando à Prefeitura um programa de aquisição de óculos, especialmente para aqueles mais idosos – os mais novos desejosos leitores. A eficiência do círculo de cultura, tanto para a leitura da palavra, quanto para a leitura do mundo, fica comprovada com a descoberta e uso de importante e tradicional

ferramenta de luta – o abaixo assinado. Percebe-se, nesta iniciativa, clareza e segurança numa construção coletiva, nas mentes daqueles que reivindicam ao se apropriarem da escrita e da organização entre seus pares como ‘empoderamento’ para lutar por seus direitos ou mesmo para realizar seus justos e legítimos desejos.

2) Todos os vinte círculos de cultura para alfabetização de adultos organizados nas diversas comunidades do município, concluíram com êxito seu propósito alfabetizador, com casos, inclusive, de progressão dos alunos até o Ensino Superior e transformaram-se, ao final, em associações de moradores, influenciando a criação de outras, muitas delas, depois de várias gerações, até hoje atuantes e congregadas em federação municipal de associações.

Elevação da autoestima da população alcança a juventude

A juventude de Icapuí, para cursar o Ensino Médio, na época chamado Segundo Grau, deslocava-se diariamente para escolas particulares no município de Aracati ou se mudavam de vez para Fortaleza, Mossoró ou Natal. Eram jovens estudantes, uns de famílias prósperas e outros de origem humilde, mas todos estudando a custo de muito sacrifício pessoal e familiar.

Próximo ao final do primeiro ano de gestão, quando iniciava o processo de mobilização para as matrículas do ano seguinte, uma comissão de estudantes prestes a concluir a oitava série, último ano do “Primeiro Grau” apresentou uma reivindicação. Pleiteavam a criação de uma escola de segundo grau ou, no mínimo, a possibilidade de se matricularem novamente na oitava série. Tinha-se clareza desta necessidade, do quanto era justa a demanda e de que, legalmente, sua oferta, embora não impedida ao município era uma atribuição dos estados. De imediato houve o compromisso de lutar a favor da reivindicação, o Conselho de Secretários discutiu e propôs, tendo em vista o expressivo número de professores ‘leigos’ – sem a formação adequada para o magistério – que a nova escola de segundo grau a ser criada fosse, portanto, de formação para o magistério.

Mesmo com alguma rejeição dos rapazes, a proposta foi discutida pelos estudantes e aceita, revelando o grau de responsabilidade e compromisso daqueles jovens na perspectiva do exercício da cidadania. Quem inicialmente não aceitou, e tentou nos desanimar, foram os técnicos responsáveis por este grau de ensino na SEDUC e no Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE-CE). Referiram-se à

ideia como “loucura”! Esta posição deles seria, mais tarde, revista. O Estado construiria, alguns anos depois, uma escola de Ensino Médio no município, assumindo para si sua obrigação legal e o referido Conselho validaria a todos os estudantes o grau de ensino alcançado na Escola Municipal de Icapuí.

Os jovens estudantes e suas famílias estavam mobilizados e a necessidade era urgente. Também expressiva a mobilização dos que já tinham formação e até o médico, cubano, para a alegria geral, aceitou lecionar espanhol, cumprindo a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira. Assim, foi decidido! Seria criada a Escola Municipal de Segundo Grau de Formação para o Magistério de Icapuí! O primeiro corpo docente constituído pelo próprio grupo dirigente do município.

Nos anos seguintes, com o crescimento da demanda e atendendo a novas reivindicações da juventude, o município contratou professores e a escola passou a oferecer turmas também de “Científico”, prevalecendo, por fim, sobre a formação para o magistério, mesmo depois de formar algumas turmas de profissionais, adequando-se a oferta à demanda.

Educação e Cultura - O Direito a Aprender

É muito clara a importância da escola como uma janela aberta para as múltiplas aprendizagens e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Clara também a ideia de uma escola pública com obrigação de proporcionar, a todos, iguais oportunidades de conhecer e vivenciar a diversidade cultural – construção histórica da humanidade. A todos, sem exceção, compreendendo os educandos e educadores integralmente, em suas dimensões afetivas, sociais e cognitivas; reconhecendo o papel social e respeitando as individualidades desses, partícipes ativos de sua formação, em interação com o outro. Educação para humanos deve ser em comunhão e ao mesmo tempo construtora de autonomia.

Dois episódios foram marcantes em Icapuí para as ações de integração entre educação e cultura, uma potencializando a outra. O primeiro episódio gerou “insights” necessários, para consolidar uma posição política e pedagógica sobre o tema e, o segundo, abriu as perspectivas de materializar essa posição política pedagógica em ação prática nas escolas, favorecendo as aprendizagens desejadas e o desenvolvimento planejado.

Primeiro episódio - inspiração

Estava-se vivendo intensamente aquelas experiências iniciais quando se deu a presença em Fortaleza do “Circo Voador” – famoso ‘palco’ de espetáculos fixado, desde o início da década de 1980, nos Arcos da Lapa no Rio de Janeiro. Em 1986/87, o projeto do Circo Voador percorria todo o Brasil, promovendo espetáculos, movimentando as capitais dos estados brasileiros, mesclando atrações locais com atrações nacionais e também buscando apoiar os movimentos sociais, promovendo debates e fortalecendo algumas lutas do campo democrático. Um grupo de teatro de rua, fez uma série de apresentações nas comunidades de Icapuí, como parte do projeto do próprio grupo, já financiado, portanto, sem nenhum custo para a municipalidade.

Foi em dos debates, reunindo diversos artistas cearenses, que surgiu um significativo “insight” a ser considerado. Um artista bonequeiro, numa simples demonstração, dialogava com seu boneco ao colo. Durante a apresentação, uma criança, com menos de três anos, começa a chamar a atenção, tentando se desprender do colo do pai. O pai inicialmente resiste, segura, tenta mudar a posição, mas não tem jeito. A criança se estica, revira, resmunga. Neste ponto, todos naquele círculo percebem a movimentação da criança e o bonequeiro diz: “pode soltar, deixa vir, sem problema”. O pai relaxa, a criança se solta. Olhos vidrados no boneco, caminha rapidamente na direção deles, porém despreza totalmente o artista. Mesmo que este, continuando a apresentação, diversificasse a voz para diferenciar sua fala da fala do boneco, a atenção da criança se dirigia exclusivamente ao boneco. O boneco lhe falava, não a pessoa ali ao lado.

Grande desafio enfrentam os professores todos os dias para obter a atenção de todas as vinte ou trinta crianças juntas. Ufa! Os professores precisam ser ainda mais artistas!

É enorme a responsabilidade dos artistas ao captarem, até com certa facilidade, a atenção e a credibilidade das crianças. Os artistas podem e devem. Precisam e têm a responsabilidade de ser mais educadores!

Segundo episódio – Quer um Conselho? Educação com arte e alegria!

O Partido dos Trabalhadores (PT) organizou em São Paulo, em 1989, um seminário sobre *conselhos populares* e convidou as poucas prefeituras petistas, então existentes no Brasil. Constava na programação do Seminário, o relato do prefeito de Janduís (RN), a respeito da radical experiência do Conselho Municipal Comunitário daquela cidade, com espantosos enfrentamentos políticos e até físicos, às forças reacionárias locais, que insistiam em agir nos velhos moldes violentos do chamado coronelismo, que àquela época ainda grassava no Brasil, especialmente no Nordeste.

Saber sobre aquela experiência nos encheu de desejo de visitar e conhecer aquela vivência do Conselho Popular, mas também, existia um outro projeto que encantava ainda mais. Ele envolvia um trabalho com muitas crianças e adolescentes que recitavam poesias tendo pedras como palcos; dançando, cantando, escrevendo e lendo na Biblioteca; criando adereços e maquiagens; exibindo-se em saltos e piruetas e encantando a cidade nas ruas e praças sombreadas por algarobas. Tudo devidamente registrado em um lindo documentário, exibido em rede nacional no programa de domingo à noite, horário nobre da emissora de maior audiência do país.

Era tempo mobilizador dos movimentos culturais e grupos artísticos. Estabeleceu-se parcerias com o Movimento Escambo Popular Livre de Rua que despontava e avançava em diversos municípios do Rio Grande do Norte (RN), em Janduís, inclusive; e recebemos em Icapuí, para o deleite da população, a *Cia. de Teatro Alegria Alegria*, vindo da cidade de Natal, que realizou diversas apresentações – o que serviu, tanto para sensibilizar a população, quanto para ajudar a resgatar no inconsciente coletivo daquela gente a arte popular como ferramenta de resistência e expressão de sua cultura e sua história.

A partir daí, tivemos em Icapuí o privilégio de contar com a valorosa assessoria do coordenador daquele trabalho com as crianças de Janduís. Trabalhador incansável, o criador da *Cenopoesia*, por seu amor e entrega, contagiou positivamente muitas ‘almas de artistas’ e, logo depois, passamos a contar com diversos grupos culturais, organizados a partir das escolas, alguns desses perpetuados por gerações.

Inicialmente as políticas de Educação, Cultura e Esportes se estruturavam de forma autônoma, porém em uma única secretaria. O Departamento de Cultura e de Esportes, constituído pelo Setor de Esporte e Setor de Cultura, desenvolviam atividades voltadas para as escolas, a exemplo da educação física e do desporto escolar, das oficinas culturais e da biblioteca, bem como de outras, mais abrangentes, voltadas para as comunidades. Em causa estavam o processo educativo, o acompanhamento pedagógico e as políticas de estudos permanentes e de formação contínua dos educadores.

O esporte pode ser diversão, jogo, prazer, mas também integração, inclusão. Ajuda a nos desenvolvermos integralmente – nosso físico, nossa emoção e inteligência, e desafia nossos princípios éticos de solidariedade, coletividade, cooperação. Com essa visão do esporte, os competidores são, sobretudo, cooperadores. Afinal são os que viabilizam o jogo em condição sem a qual não há jogo. Assim, só em praticar o esporte todos vencem, são verdadeiros campeões. Os resultados das partidas são apenas consequências circunstanciais e ocasionais do jogo.

A prática esportiva e uma cultura de (+) cooperação e (-) competição orientava a atuação do Setor de Esportes, com muita dedicação de seus componentes e vontade política da gestão, priorizou o esporte comunitário incentivando e colaborando com a organização de eventos esportivos e criando atividades originais. Dentre as muitas iniciativas, dois projetos são emblemáticos: o primeiro a ser lembrado é o torneio “Peladão”, que proporciona atividades durante o período ocioso, por meses, em função da proibição da pesca da lagosta, no chamado “período de defeso” ou popularmente “paradeiro” e outro projeto é a tradicional “Corrida Rústica da Emancipação”, sempre nos dias 22 de janeiro, aniversário de Icapuí.

Relevante e de forma muito especial era, também, realizada a coordenação das ações de educação física nas escolas, voltadas ao esporte escolar, infantil e juvenil, coletivos e individuais, em tão variadas modalidades, quanto possível, para os estudantes desenvolverem os conhecimentos e os valores próprios da Educação Física. Alcançava-se também, mais como consequência e menos como objetivo, a formação de equipes campeãs nos Jogos Escolares da Região do Vale do Jaguaribe, em ginástica de solo, basquetebol e voleibol feminino e masculino, tênis

de mesa, além de corredores fundistas campeões individuais, para citar alguns exemplos, orgulho para os icapuienses.

Nos primeiros anos da administração municipal a praça central na Sede abrigava a melhor, na verdade a única, quadra de esportes de Icapuí. Tanto servia aos 'rachas' diários, desde que amenizava a força do sol e pela noite adentro, até quando os vizinhos suportassem, como aos grandes eventos esportivos – partidas memoráveis de futsal envolvendo equipes de Icapuí enfrentando visitantes - ou ainda, simplesmente, a escolinhas para crianças, meninos e meninas, de basquete, futsal, voleibol, ginástica de solo, sem contar as apresentações esportivas infanto-juvenis, exposições artísticas e culturais, festas e exposições. Ou seja, uma simples quadra descoberta, mas realmente polivalente.

Tinha-se clareza do potencial das artes e dos esportes como linguagens humanas, culturais e corporais e da sua capacidade de encantar as pessoas, em especial as crianças, transformando os espaços escolares em espaços vivos, alegres, agradáveis, estimuladores de interações e “insights”. O desafio: construir espaços educativos que sensibilizam, formam, constroem conhecimentos, desenvolvem valores humanos éticos e estéticos.

A vida imita a arte. A união de educadores e artistas é “show”!

Seriam espaços assim os desejados para nossas escolas? Seriam escolas assim que nossos estudantes desejam e precisam?

Essa clareza se estendeu a todas as escolas, com o desenvolvimento de atividades com os estudantes e à própria gestão da educação municipal, a ponto de não mais se admitir a possibilidade de se realizar qualquer evento sem que fosse permeado por atividades artísticas e culturais, contribuindo para o aprofundamento dos temas e promovendo maior interação entre os participantes, sua inserção no evento, imersão no encontro e comunhão com o outro.

O mapeamento cultural realizado cuidadosamente em todo o município de Icapuí identificou as diversas modalidades artísticas e artistas em cada comunidade – músicos, poetas, compositores, dançarinos, cantores, artistas plásticos, atores, folcloristas, artesãos, entre outras expressões culturais. Mais que isso, resgatou memórias constituintes da própria história e identidade da nossa gente.

Ao mesmo tempo, as escolas iniciaram seus processos de se conceberem como *centros de produção, recepção e difusão de cultura*. A constituição da banda foi um sonho coletivo e fruto da junção de muitos esforços no sentido de concretizar a atual “Orquestra de Sopros de Icapuí”, que tem significativo papel formativo dos jovens interessados em música instrumental. Grupos foram formados espontaneamente nas comunidades – teatro de rua, conjuntos musicais, performances de *Cenopoesia*, pinturas em telas, artesanatos locais, grupos resgatando o folclore – Dança do Coco, Reisado e Pastoril.

Um desdobramento muito interessante desta efervescência cultural se deu com as vivências das sextas-culturais, ao incentivo à leitura e a valorização da memória histórica, patrimonial e cultural (“expor-memória circulante”) e a criação do “shownião”, inicialmente na Praça Central de Icapuí e depois nas comunidades. A cada “shownião” realizado nas comunidades crescia o município em organização, conscientização, participação, integração entre as comunidades, os artistas e os educadores.

Energia que também atraiu para Icapuí, em 1987, por meio de projeto aprovado junto à FUNARTE e elaborado por um artista amigo de Icapuí, comprometido com a democratização da arte e cultura, o Primeiro Festival da Lua Cheia do Vale do Jaguaribe abrigou uma exposição com artesanatos e diversas outras manifestações culturais presentes nos municípios da região do Vale do Jaguaribe. O palco, som e iluminação foram instalados ao pé do morro da gruta, onde hoje está construída uma escadaria. O público ia chegando, se acomodando ‘confortavelmente’ na duna à cima e, na medida em que se distanciava do palco subia, melhorava sua visão e a audição, estando as caixas de som dirigidas para a duna, na direção a favor do vento. Tudo, naturalmente, conspirando a favor. Na hora certa e esperada, a lua cheia também deu seu show, desde o despontar no horizonte, posicionando-se atrás do palco como saindo da coxia, nua, linda e brilhante à vista de todos, permanecendo entre os presentes, por todo o show, contribuindo com sua luz e graça. Aconteceram lindos shows musicais com apresentações dos artistas locais e de Fortaleza.

Outro resultado da integração citada a se destacar é o conjunto de potentes, belos e concorridos espetáculos de rua com dezenas de atores e outros artistas, muitos estudantes, todos amadores – amando o teatro, a poesia, a dança, a música, a pintura, o artesanato, e a História – a cultura, enfim. Os espetáculos eram exibidos

por quilômetros de extensão – ao longo das ruas da cidade, nas comemorações dos aniversários da emancipação política do município.

Icapuí por todos canta o que antes era desencanto[...]
 O POVO TOMOU A DIREÇÃO DA BARCA. Este, o brado
 lembrado a cada aniversário da cidade como uma celebração, mas
 também um alerta a todos.
 [...] Quem há de ser o timoneiro? Ah, ... as lutas que aí travamos, as
 tramas que aí se teceram... (LIMA, 2009).

Desde o início, enquanto se procurava estabelecer relações com a comunidade, ao mesmo tempo, interagiu-se com diversos atores externos ao município que contribuíam sobremaneira com o fortalecimento das pessoas da equipe e com as ações desenvolvidas. De Icapuí, felizmente, emanava misteriosa atração. Talvez todo aquele entusiasmo participativo da população - comparável ao das primeiras cidades gregas, berços da democracia ocidental, consideradas as devidas proporções quanto aos contextos históricos e culturais - explique a origem dessa energia.

As parcerias aumentam e as ações ganham densidade

Outros dois projetos tiveram acentuada importância: um com apoio da Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, FCBIA, doando uma Kombi para o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e financiando uma série de atividades com crianças em escolinhas esportivas de diversas modalidades, e com jovens em processos de formação de profissionais autônomos de marcenaria; outro, Projeto Icapuí, Criança e Meio Ambiente – com apoio do UNICEF, financiando ações de mobilização e veiculação de informações em todas as comunidades do município para o cuidado com o meio ambiente e realizando um denso Curso de Educação Ambiental, formando lideranças entre crianças, jovens e adultos – estudantes, professores e outros servidores públicos, comunitários e autoridades municipais.

O Projeto Criança e Meio Ambiente da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Icapuí (antiga denominação da SEME, antes de os antigos setores de Cultura e de Esportes ganharem o estatuto de Secretarias), ainda financiou uma iniciativa fundamental de reconhecimento, pelos estudantes, do ecossistema

municipal. Tratava-se de aulas de campo, nas quais os estudantes visitavam os mangues, riachos, praias, falésias, dunas, alcançando todo o território do município, desde a Mata Fresca, a divisa com o Rio Grande do Norte, os campos de petróleo na comunidade Belém e a região das praias de Placas, Quitérias, Tremembé, Melancias, Peixe Gordo, Manibu a Tibau; da APA do manguezal da Barra Grande, do Banco dos Cajuais, de Requenguela, Barrinha, Barreiras, Picos, Peroba, Redonda, a APA da Ponta Grossa e Retiro Grande.

O Projeto Icapuí Criança e Meio Ambiente contemplava antigas preocupações e a sensibilidade dos primeiros gestores da SEME acerca da problemática hídrica da região, o que mais tarde inspiraria a implementação das políticas públicas de Educação Ambiental em Icapuí. O Projeto demonstrava que o conhecimento da realidade revela o quanto ainda persiste a dependência dessas comunidades, assim como as demais pertencentes ao semiárido brasileiro, dos períodos chuvosos, demandando ações urgentes, multidirecionais, para aperfeiçoar a convivência da população com as estiagens e a seca.

Aos poucos a temática ambiental passou a ser preocupação permanente e nos debates escolares foi ganhando espaço, diante da necessidade de buscar respostas para os desafios vivenciados nas localidades, quanto ao manejo dos resíduos sólidos e a preservação das belezas do patrimônio natural.

Uma outra ação do projeto, destinada a jovens, desenvolveu cursos contratados ao SENAI de formação de profissionais autônomos, tais como eletricitas prediais e de veículos, mecânicos de motos, automóveis e barcos, pedreiros, bombeiros hidráulicos, entre outros, contribuindo para preencher a necessidade de mercado proveniente do desenvolvimento do município e favoreceu também a geração de trabalho e renda aos jovens. Em conjunto com outras políticas públicas, favoreceu ciclos virtuosos de educação e desenvolvimento, para ajudar as famílias a viabilizarem sua permanência na cidade, evitando o êxodo indesejado.

“No centro da escola há uma comunidade”

Não, não é o contrário! Compreendemos como tarefa central da escola a de conhecer sua comunidade, cada um de seus estudantes e suas famílias, sentir suas necessidades de aprendizagens e buscar supri-las. Assim, foi-se estabelecendo continente para este ideário de construir, em cada escola, um *ambiente educativo*

onde a própria história de seu povo e seu próprio meio ambiente se tornam estímulos, onde o clima de confiança e de convivência entre os atores prevalecem e todos aprendem quando ensinam e ensinam quando aprendem. As crianças gostam de ir para a escola e esta, por sua vez, se responsabiliza com as aprendizagens de todos. É na escola onde todos realmente exercem seu direito de aprender; fortalecendo-se a autoestima de educandos e educadores, o vínculo entre a criança e a escola, a comunidade e a própria cidade; combatendo-se o êxodo; gerando-se sentimentos de pertença e amor por suas raízes e o desejo de permanecer e contribuir para o desenvolvimento do seu lugar.

O acervo arqueológico e o Museu da Comunidade de Ponta Grossa como referência histórica e cultural começaram com um jovem pescador e estudante da comunidade, passeando pelas dunas, passou a encontrar objetos antigos dos mais variados. Muitos cacos de cerâmicas diversas: cachimbos, botijas e garrafas, instrumentos rudimentares de pesca e outros. Até uma grande âncora foi encontrada em mergulho próximo à orla. Aos poucos, a partir de contatos com pesquisadores de universidades de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, em articulação com o IPHAN, este acervo vem sendo estudado, catalogado com a perspectiva de compor um sonhado museu na comunidade, acervo este já objeto de belíssima publicação: “Praia de Ponta Grossa – Vestígios Arqueológicos da Ocupação Humana”, enquanto o pescador hoje é personagem central, protagonista de filme documentário relatando seus feitos – “O Pescador de Memórias”, recentemente lançado.

Icapuí se constitui em continente para belas escolas, onde a principal beleza não é física apenas, mas está no encontro, detalhadamente planejado, entre pessoas de gerações diversas e destas com a vida e com os conhecimentos, social e historicamente construídos. Onde se constroem aprendizagens significativas de forma prazerosa, em comunhão, com alegria e até com um certo e indispensável ‘barulho de criança’ – verdadeira música para os sensíveis ouvidos humanos.

Prêmio UNICEF – “Criança e Paz Educação 1991”

Em certo dia normal de expediente na então Secretaria de Educação, Cultura e Esportes nossa atendente anunciou a presença de representantes do UNICEF desejando trocar algumas palavras com o secretário de educação. Após serem recebidos, explicam: “estamos desenvolvendo uma pesquisa em todo o litoral do

Ceará. Iniciamos na Praia de Barroquinha, no extremo oeste do litoral do Estado, e estamos concluindo a pesquisa aqui nas praias de Icapuí, extremo leste do litoral cearense. Notamos logo, mesmo antes da tabulação dos resultados, que algo muito diferente está acontecendo aqui. É surpreendente e único não termos encontrado nenhuma das crianças entrevistadas sem frequentar a escola. E, ainda mais surpreendente, todas gostam da escola.”

A narrativa seguida sobre o trabalho em curso, impressionou, gerou curiosidade, admiração e até desejo de ser parte, contribuir, certamente potencializar. Pouco tempo depois a experiência de universalização do ensino em Icapuí foi registrada, publicada e distribuída pelo UNICEF, em uma coleção destacando quinze experiências municipais em educação no Brasil. Em outra ocasião, o responsável pelo escritório do UNICEF no Ceará nos informou a indicação do município para concorrer ao Prêmio Criança e Paz Educação. Em novembro de 1991, uma diretora escolar, o prefeito e o secretário de educação receberam o prêmio, por ter matriculado todas as crianças em idade escolar, fato absolutamente extraordinário à época. O Prêmio é simbolizado por uma escultura em bronze de um pássaro alçando voo. Trata-se de muito mais do que uma honraria, constituindo-se em importante incentivo e reconhecimento, principalmente ao enorme esforço da sociedade icapuiense, mas também da administração municipal, sendo Icapuí o primeiro município da América Latina a recebê-lo.

Este prêmio foi seguido de outros, como o Prêmio Destaque em Gestão Pública e Cidadania – Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas, também pela universalização da educação e significou intenso reconhecimento ao município de Icapuí e a sua gestão democrática e popular.

A repercussão das políticas públicas implementadas em Icapuí neste período gerou muitas visitas de prefeitos, vereadores, secretários municipais, diversas lideranças; educadores, estudantes, jornalistas, pesquisadores; matérias na imprensa, entrevistas; pesquisas de mestrado, doutorado, no Brasil, América Latina, Estados Unidos e Europa; convites para exposição da experiência em seminários, simpósios e congressos. E numerosas portas abertas para novas parcerias.

O desafio para cada um e para toda sociedade icapuiense ainda hoje: mobilizar o que temos de melhor, compreender com clareza a conjuntura dos novos tempos, local e mundial; aumentar nossa conscientização, organização e participação e o protagonismo.

MEMÓRIAS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO DA FACED/UFC, EM ICAPUÍ - CE

Ana Maria Lório Dias

Em 1992, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - FACED/UFC, sob a coordenação da professora Maria Estrela Fernandes (da diretoria da Faculdade), realizamos diversas reuniões para a execução de um grande projeto de extensão que, dentre outros, abordava a formação continuada de professores/professoras no município de Icapuí.

Eu já conhecia a equipe da Secretaria de Educação de Icapuí (incluindo o secretário, Sr. Augusto Jerônimo), em decorrência de trabalhos anteriores (havia ocupado o cargo de Diretora da Educação Infantil na SEDUC, antes de ser professora da FACED), em conjunto com o escritório local do UNICEF, coordenado, à época, pelo Prof. Antenor Napolini – nessa época, prestávamos colaboração técnica, de acordo com as demandas do município.

E assim iniciamos, no ano seguinte, 1993, um trabalho articulado do que chamávamos na FACED/UFC dos “Ensinos” (Português, Matemática, História e Geografia, Ciências e Artes) no município de Icapuí, envolvendo professores/professoras da Educação Infantil e dos anos iniciais de todas as escolas patrimoniais do município. Havia outra equipe que cuidava de temas como gestão escolar/educacional, plano plurianual, curso pedagógico (formação de professores em nível da Educação Básica), dentre outros; havia também um grupo de estudantes que nos acompanhava e nos auxiliava nos trabalhos do dia (com esses, fazíamos reuniões antecipadas ao longo da semana, para combinarmos os trabalhos no dia da visita ao município). Por já conhecer a equipe, também sabia que a opção pelo processo de alfabetização e linguagem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental era por uma abordagem construtivista – e essa era a demanda por formação continuada dos/das professores/professoras do município. E assim iniciamos.

A cada 15 dias, sempre aos sábados, íamos ao município, ora numa Kombi cedida pela Pró-reitora de extensão da UFC (salvo engano), ora vinha um transporte de Icapuí, para nos levar até lá e nos trazer de volta no final do dia.

No que se refere ao ensino de Português na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os temas trabalhados, sempre articulando teoria e

prática, giravam em torno de: processos de alfabetização, linguagem, oralidade, leitura e escrita; proposta pedagógica; atividades para serem realizadas com os estudantes; avaliação e acompanhamento discente; fundamentos da educação – construtivismo; currículo.

Iniciávamos sempre pelas demandas dos/das professores/professoras, suas certezas, suas dúvidas, suas dificuldades, além dos aspectos didático-pedagógicos. Entendíamos que a concepção construtivista não era, necessariamente, uma teoria, mas um referencial de ser humano, de mundo e de sociedade que poderia auxiliar-nos na tomada de decisões didático-pedagógicas inerentes ao cotidiano escolar, ao planejamento e às avaliações discentes e de ensino.

Procurávamos, conjuntamente, refletir sobre a prática cotidiana, o que se fazia e porque se fazia, tendo como referencial a concepção de ser humano, de mundo e de sociedade implícitas (ou explícitas) na abordagem construtivista. Entendíamos que a aprendizagem deveria ser vista não apenas em sua dimensão individual, mas também na dimensão social e política, mediadas pela ação docente. Um ensino de efetiva qualidade não pode descuidar do desenvolvimento geral/global (social, pessoal e cognitivo) de estudantes. Para que estudantes pudessem participar ativamente de seu processo de aprendizagem, era preciso que os/as professores(as) soubessem fazê-lo, possibilitando a experimentação, a pesquisa (individual e em grupo), o estímulo à dúvida e à possibilidade de erro (uma vez que o erro não é um tropeço, mas um indício de como está se processando a aprendizagem sob o ponto de vista discente), o conhecimento da realidade que os cerca e o desenvolvimento do raciocínio, dentre outros, “fugindo” da oferta de conhecimentos prontos, rígidos, que apenas exigem a sua memorização. Caberia, ao(à) professor(a), conhecer a lógica de aprendizagem das crianças, formular desafios e realizar ações pedagógicas para diversificar essa lógica, permitindo compreender como os conhecimentos foram formulados pela humanidade.

Com uma postura mais crítica, também discutíamos os usos e os abusos do construtivismo, evitando tendência normativa na prática docente, com ênfase no cognitivo. Não poderíamos negligenciar as dimensões afetivas, culturais, políticas e tecnológicas, dentre outras...

Uma vez que a ação docente não pode ficar restrita à sala de aula, também fazíamos reuniões com diretores/as e coordenadores/as pedagógicos(as), para que eles/elas pudessem compreender e auxiliar o trabalho docente, bem como

participávamos dos chamados “encontros pedagógicos”, que reuniam todos e todas os envolvidos com a educação do município.

Tendo o Prof. Augusto Jerônimo assumido a Secretaria de Educação de Fortim, concomitantemente com a Secretaria de Educação de Icapuí (1993-1994), a Profa. Dione Soares Félix assume os trabalhos com o grupo de extensão e, posteriormente, se torna Secretária de Educação, com a saída do Prof. Augusto, que posteriormente passou a assumir a Secretaria de Educação em Aracati, salvo engano nos idos de 1997.

Eu permaneci, voluntariamente, com a profa. Dione, em Icapuí, mesmo quando o projeto se ampliou para Fortim e, posteriormente se extinguiu (não sei precisar a data). Da mesma forma, acompanhei a profa. Dione na gestão em Horizonte, no início dos anos 2000. Mas essa é uma outra história.

A CULTURA QUE FAZ A CANOA VELOZ

Pingo de Fortaleza (João Wanderley Roberto Militão)

Creio que foi pelos idos do início do anos de 1990, tinha quase trinta anos, e vinha de minhas experiências como professor de educação artística e no campo da música (shows e alguns discos), além de uma militância política no Prestismo (racha do PCB) e no PT, e de minhas contribuições aos movimentos populares (celebração pelos Mártires de Canudos, MST etc.), quando conheci, através de alguns amigos nesses processos, a exitosa experiência política do município de Icapuí, com seus avanços na educação e em outras áreas.

Desses *lanços* surgiu a possibilidade de contribuir com esse município no campo da formulação de sua política cultural e, em contato com seus gestores (Dedé Teixeira e José Airton), inspirado nas minhas leituras de Paulo Freire e na visão de valorizar a cultura local, formalizei a proposta de realizarmos um mapeamento cultura dessa cidade, como uma ferramenta básica para definirmos a política cultural desse município.

Confesso que, ao propor essa experiência, não sabia ao certo, que metodologia usaria, nem que logística teria disponível (fatores que aprimoraria nas realizações de outros mapeamentos que implementei em outros municípios, posteriormente). Então, de comum acordo com seus gestores, lá fui eu para essa aventura pelas comunidades e praias desse lugar aprazível.

Lembro-me que ficava hospedado numa pequena casa que também era a sede do PT e que, logo no início dos trabalhos, junto ao amigo *Reudson* como articulador da administração local para o mapeamento, soube que não teria equipe de assistentes, nem a infraestrutura mínima necessária, para minhas andanças e registros, pois o município não dispunha ainda de Secretaria de Cultura, apenas de um departamento vinculado à Secretaria de Educação, tendo à frente o querido amigo *Augusto (Guto)*.

Municiado de uma prancheta e algumas folhas de ofício e de uma eventual carona em um Gurgel da prefeitura, coloquei o pé na estrada, quer dizer na beira da praia e comecei minhas andanças, ansioso para conhecer a cultura dessa Canoa Veloz (Icapuí).

Nessa época, ainda não haviam os formulários de registro de bens culturais que temos acesso hoje (pelo menos eu não conhecia) e minha ideia foi dividir as manifestações culturais por áreas (música, teatro, artesanato, lendas, festas, literatura etc.) e ir catalogando, em cada comunidade, uma amostragem dessas manifestações. Assim comecei a percorrer todo o município de Icapuí (quase sempre sozinho) e em cada localidade visitada, me apresentava, sentava na sombra de algum terreiro ou sob as palhas dos coqueirais de Icapuí e conversando com seus habitantes, perguntava se ali havia alguém que cantava, tocava, pintava fazia artesanato ou outras atividades artísticas.

Na velha prancheta, entre um e outro tocar de violão, um cafezinho e uma água de coco, ia anotando com meus rabiscos (letra quase ilegível), um pouco das informações que conseguia recolher: nome e alguns, outros dados pessoais, área de atuação cultural etc. Não lembro se na época tinha um gravador, mas tenho certeza que não fotografava, registros que passei a fazer em outros mapeamentos que coordenei depois dessa pioneira experiência nesse universo.

E assim, depois de algumas idas ao município, em alguns meses consegui concluir o levantamento de dados e um relatório final que nomeiei de Resultado do Mapeamento Cultural de Icapuí. Nesse breve relatório apontava as tendências naturais das expressividades culturais desse município, e lembro-me bem que o teatro (depois potencializado por Ray Lima em seus eventos de Escambos) era algo muito forte nas comunidades, fruto do trabalho da igreja católica e seus núcleos (Padre Lopes, o animador dos grupos religiosos), a música e o artesanato também estavam presentes, de forma mais explícita, em todas as comunidades, diferentemente da literatura e das artes visuais que eram mais pontuais.

Concluído o relatório, creio que fizemos uma entrega pública no clube da cidade, com a presença de alguns artistas e que, nesse momento, sugeri algumas ações de políticas culturais, tais como a criação da Secretaria de Cultura, a potencialização dos grupos de teatro, a gravação de LP com os compositores locais e outras. Tempos depois pudemos constatar alguns frutos concretos desse mapeamento simbólico, tais como a gravação do LP "Icapuí por Todos os Cantos", com a participação dos pescadores Zé de Cosme cantando, inclusive, Chico Bagre: um "tirano" poeta local falecido e muito citado pelos moradores mais antigos em suas conversas nas mercearias das comunidades, o pescador Azarias, o grande compositor Dadá de Ponta Grossa e o jovem e saudoso músico Taumaturgo, entre

outros. Outra ação concretizada foi a denominação do Centro Cultural de Icapuí com o nome *Chico Bagre*, evidenciado no mapeamento cultural.

O teatro de rua foi outra área que ganhou maior visibilidade, após o mapeamento, com o trabalho desenvolvido no município por Ray Lima e Junio Santos. E foi mais ou menos assim que essa experiência se deu, e como a própria dinâmica da cultura (sempre a ser mapeada), nesse andar pelas veredas e praias de Icapuí, aprendi a apreciar e a amar ainda mais essa Canoa Veloz que continua a semear ventos e mudanças nas trajetórias individuais e coletivas de quem percorre seu chão.

COMO CONSTRUIR UMA CIDADE

Ray Lima

Gente querida de Icapuí, educadores e educandos das escolas públicas. Segue um pouco do que consegui lembrar, processar, escrever de algumas memórias que ainda guardo de tempos ricos em alegria, liberdade e criatividade popular. Optei, dado o tempo corrido, por uma escrita livre e apaixonada, sem preocupação com datas, dados estatísticos e outras coisas dessa natureza. Aqui vai uma reflexão carinhosa, levando em conta o que vivi com muitas e muitas companheiras e companheiros de fé e utopia. Espero que, assim, esteja contribuindo para animá-los (as) a tentar outros voos tão ou mais bonitos quanto os que ousamos no período inicial da história cultural da Canoa Veloz. Gratidão.

*como construir uma cidade
sem se omitir nem excluir?
como ser com o outro na diversidade
e, assim sendo, pensar-ser Icapuí?
e, assim sendo, poder ser feliz aqui?
(Ray Lima)*

Icapuí, como o Brasil, todas as vezes que teve suas gentes mexidas, mobilizadas para o bem comum, por motivações revolucionárias e solidárias; suas energias canalizadas por *sonhações* emancipadoras, demonstrou ser possível atingir coletivamente níveis de superação do aparentemente imutável, intocável; do dado e acabado; das mazelas que lhes foram impostas pelas elites dominantes, revelando que esse caminho testado e comprovado por meio da educação consorciada à arte e à cultura de boa qualidade é investimento seguro, além de viável, precisando de mais crédito de educadores, clareza por parte da população e coragem por parte dos gestores públicos. Icapuí e Janduís são exemplos desse impossível realizável. Porém, costumo dizer que só temos ideia do valor da dimensão do sensível quando nos falta.

No Brasil tivemos muitas chances de decolar pelo viés da criatividade, mas deixamos escapar grandes oportunidades e até hoje pagamos o preço salgado por desleixo e má vontade política para com o que o país tem de melhor. Caminhos de libertação demonstrados por Paulo Freire (De pé no chão também se aprende a ler e

40 horas de Angicos); Nise da Silveira (Arte e ciência na emoção de lidar, O afeto catalisador e incondicional, A criação do Museu de Imagens do Inconsciente); Darcy Ribeiro (CIEPS); e tantos outros e outras demonstraram a força criativa que possuímos e guardamos culturalmente e, por isso, tão temida como uma bomba atômica.

Também podemos listar aqui experiências envolvendo arte e cultura por nós vividas com alegria, comungada e testada com outros irmãos e irmãs de fé e utopia, em: Janduí-RN: Projeto “Recriança;” “Movimento Escambo Popular Livre de Rua;” “Projeto Caminho do Mato e “Teatros Naturais de Pedra da Boa Vista; Icapuí-CE: “Showniões;” “Formação dos Núcleos Culturais;” “Icapuí Rumo ao Ano 2010;” “Projeto Corpo Meu, Minha Morada;” Programa Mãos Dadas;” “Teatro de Falésias com o Flor do Sol”, entre outros; Aracati-CE: “Programa Zumbi de Desenvolvimento das Aprendizagens e Projeto Desenvolver;” Maracanaú-CE: “Escola Zumbi;” Fortaleza: “Cirandas da Vida” e “Espaço Ekobé;” Rio de Janeiro: “Universidade Popular de Arte e Ciência-UPAC;” “Hotel da Loucura e “Ocupa Nise,” entre outros.

Tudo isto, a olho nu parecem fragmentos, eventos isolados de processos que se perderam no tempo. Porém, aprofundando um pouco o olhar, vemos que são sinais claros, imagens valiosas de mundos possíveis que experimentamos e podem nos servir de plataforma para outros saltos vitais e, a partir delas, reconfigurarmos as condições de vida para melhor, coletivamente. E, mais importante, é que todas essas imagens-mundos apresentadas apontam caminhos de concepção e construção de micro revoluções geradoras de mundos possíveis que podem ser gerados e geridos sem precisar cortar a cabeça de ninguém, nem excluir quem quer que seja; sem necessidade da ação brutal de dar um tiro sequer, prender ou eliminar o outro, o diferente, o dissonante, o divergente. Revoluções e mundos que se acham na riqueza das *saberciências* das gentes, experiências humanas e não humanas vindas das aprendizagens mútuas, da cooperação e observação dos ecossistemas, da escuta da natureza; do diálogo e do encontro amoroso entre as pluralidades dos territórios vivos, ancestrais e emergentes.

Mundos e revoluções que se nascem do colorido dos diferentes olhares, aprofundados e melhorados pela interação com o outro que ampliam, qualificam e potencializam o horizonte individual, coletivo, comunitário. É certo que os processos históricos das cidades, das gentes, da vida, se dão em forma de ciclos que se entrepõem dentro de um movimento contínuo, diverso e irrepetível. Não há como

impedi-los de continuar suas trajetórias, mas há como intervir para reconfigurá-los, modificando o modo de ser e acontecer, em nosso favor e da vida.

Quando chegamos em Icapuí, no início dos anos 1990, havia um trabalho acontecendo. Destacamos o valor de um mapeamento, um levantamento inicial da cultura icapuiense feito pelo cantor e produtor cultural Pingo de Fortaleza. Ele fez um registro das principais manifestações culturais populares, dos artistas, em atividade e outros que se mantinham vivos na memória do povo, como ilustra o poeta Chico Bagre, falecido nos anos 1960. Os registros do Pingo foram de grande valia como ponto de partida para elaboração e construção de ações culturais no município daí para frente. Claro que à medida que fomos avançando tudo foi sendo atualizado, ampliado, revisto, melhorado.

Vínhamos de um processo muito rico em Janduís-RN, outra cidade governada pelo partido dos trabalhadores, creio que eram as únicas da região nordeste na época, onde tudo ali passou a girar em torno da ação cultural que desenvolvíamos. O convite me foi feito pelo município de Icapuí, ainda trabalhando em Janduís, e formalizado pelo então secretário de educação, Augusto Jerônimo Gomes, com o objetivo de potencializar o trabalho iniciado pelo departamento de cultura e desportos, coordenado pelo hoje advogado Reudson de Sousa.

Para mim, foi um desafio e tanto, pois continuava em Janduís, destinando dois dias para trabalhar em Icapuí, em regime de semanas alternadas. Em Janduís, nos encontrávamos no auge de um processo cultural revolucionário que, por um lado, respondia como política pública e, por outro, funcionava como estratégia de mobilização comunitária e ação política e pedagógica de transformação social, onde projetos como o Recriança, o Caminho do Mato e depois, em 1991, a fundação do Movimento Escambo Popular Livre de Rua viriam influenciar sobremaneira a ação cultural em Icapuí. Aliás, o convite foi-me feito em consequência de uma visita do *staf* da prefeitura de Icapuí a Janduís, quando o prefeito Dedé Teixeira, no início de sua primeira gestão, esteve na cidade potiguar com seus principais secretários, encantando-se com o movimento cultural, em curso naquele município.

Em Icapuí, durante 14 anos atuamos na área da cultura e da educação, criando e implementando experiências inovadoras que aos poucos vão se confundindo com a própria história recente da cidade: *Espetáculos da Emancipação* – atos *cenopoéticos* que ficaram popularmente assim conhecidos. Com a chegada do dramaturgo e palhaço, Junio Santos, criamos tais espetáculos que tinham por

característica cortejos de seis quilômetros que seguiam da Praça da Liberdade, em Mutamba, até a Praça Adauto Róseo, centro de Icapuí. Lá, uma multidão esperava o desfecho do ato, sua apoteose. O primeiro, ICAPUÍ POR TODOS, SIM! durante os festejos de celebração dos 10 anos da emancipação, foi calculado em torno de 10.000 mil pessoas presentes. Muita alegria com reflexão sobre a história, o ser-viver a/na cidade; *Mãos Dadas* - o Programa Mãos Dadas tinha como objetivo mobilizar a comunidade escolar para a possibilidade de democratização da gestão pública escolar, a partir de um governo com gestão compartilhada das aprendizagens, onde os educandos, sendo maioria, assumiam um papel fundamental na gestão da comunidade escolar e de suas próprias aprendizagens.

Buscava-se problematizar princípios e práticas existentes e construir, com a participação da comunidade, estratégias pedagógicas que correspondessem aos desafios e necessidades de aprendizagens para superação dos entraves à qualidade de vida cotidiana da comunidade. Buscava, ainda, aclarar e pôr em diálogo as diferentes concepções pedagógicas presentes nas práticas de educadores, gestores, pais e educandos, muitas delas invisibilizadas pela camisa de força autocrática dos sistemas municipal, estadual e federal de ensino vigentes. As escolas Horizonte da Cidadania (Redonda) e Joana Marques Bezerra (Barreiras) aderiram à ideia.

Foi na primeira escola que a experiência fluiu e vivemos grandes momentos de gestão pública do governo das aprendizagens escolares, ou seja, abrimos espaço para que educandos se deslocassem da condição de objeto de ensino para agentes ativos do processo pedagógico. E também o conselho escolar deixou de ser um mero fiscalizador dos mal feitos dos educandos e educadores para atuar como potente fonte viva, auxiliando a escola a conhecer melhor os educandos e mapear o acervo cultural, os modos de cuidar e educar das famílias, as condições afetivas e materiais do território, a vida das crianças e jovens, para além dos muros da escola, em que o território passa a ser visto como potência, repleto de desafios e possibilidades, campo de investigação e problematização retroalimentador dos conteúdos e inovação do fazer educativo.

Outra ação valiosa foi “o *Amaciando o Gosto Descobrimo o Rosto* (teatro e cenopoesia); *Amaciando o Gosto Descobrimo as Oiças* (música) - este processo deu origem os primeiros componentes da Orquestra Municipal, tendo os irmãos Francelino e, principalmente, o maestro Flávio que permaneceu em Icapuí como

instrutor musical, iniciando com flauta doce sendo boa parte de muitos jovens que hoje tocam e gerem a Banda Municipal; *Showuniões e Núcleos Culturais* - os *showniões* foram o principal caminho para a construção participativa e animação da política de cultura e desportos de Icapuí na época; o projeto *Corpo Meu, Minha Morada* e a reforma agrária do conhecimento médico.

O *Corpo Meu, Minha Morada* foi importante iniciativa de formação em educação popular, em saúde e deslocamento da ideia de saúde *hospitalocêntrica* e biomédica, para uma visão ampliada de saúde, capaz de ser compreendida e produzida num ambiente dialógico, entre poder público e população, saber médico e saberes populares abundantes nos territórios onde se instalam hospitais, postos e equipes de saúde da família, criando ilhas e fossos, inibindo possibilidades de aprendizagens e melhoria da qualidade de vida nos lugares. O *Corpo Meu, Minha Morada* era estruturado por regiões e funcionava por meio de encontros formativos dos agentes comunitários e trabalhadores de saúde, além de encontros abertos nos territórios, programas na rádio FM educativa e vivências *cenopoéticas*, pesquisa, cuidado etc., estimulando a reflexão, a criatividade e o diálogo entre os saberes médico e populares, aproximando os profissionais e trabalhadores da saúde da população com riquíssimos debates e aprendizagens intergeracionais de produção social da saúde (<https://www.youtube.com/watch?v=Hg6kw-tBaJU> - link do vídeo registro da experiência); *Sextas Culturais* - as *Sextas Culturais* eram atividades semanais associadas às produções culturais organizadas pelos Núcleos Culturais nas comunidades que serviam como espaços de difusão e intercâmbios culturais entre os Núcleos Culturais e Desportivos, o que significava um forte movimento de intercâmbio cultural e intercomunitário de abrangência municipal.

Tais ações estruturantes eram fundamentais, além de conceber emancipação como um processo histórico de luta e resistência contínua, propiciando a superação da lógica de política cultural como amontoado de eventos esporádicos, garantindo processos permanentes de formação, produção, mobilização e difusão, culminando na Semana Cultural que atraía as gentes de todas as comunidades, porque era também uma maneira, um estímulo para a população olhar para si mesma, refletir sobre o que foi capaz de projetar suas *sonhações*, produzir novas possibilidades de recriar-se como gente, de reinvenção da vida pública municipal.

Desta forma, em Icapuí, buscamos melhorar e aprofundar o que desenvolvíamos em Janduís, dando a ação cultural o sentido que colocasse em

diálogo e sintonia educação, esporte e a cultura, *reconcebendo* o esporte como uma prática cultural e que mais tarde, em Maracanaú-CE, adotamos o conceito mais amplo de cultural corporal. Partindo principalmente da escola, em parceria com a equipe da secretaria de educação, contando grande adesão dos gestores escolares, além de darmos vazão a criatividade detectada no interior das escolas, promovemos o encontro e a conexão do que se produzia na comunidade escolar com as manifestações culturais das gentes no interior das comunidades.

Levando em conta a experiência político-cultural de Janduís e a bela experiência educacional de Icapuí, enraizada e construída junto com a população, propusemos uma ação envolvendo, a princípio, o sistema educativo com base no conceito formulado ainda em Janduís e aperfeiçoado em Icapuí, da escola como espaço de recepção, produção e irradiação cultural da comunidade. Partir da escola e do sistema educativo era o caminho mais razoável e sensato. Primeiro, porque dispunha de uma estrutura abrangendo todo o território municipal, facilitando a realização de reuniões iniciais de planejamento das atividades, como vantagens de cunho *mobilizatório* e organizativo. Segundo que possuía uma política bem definida com uma rede de comunicação formada e por haver também uma abertura da equipe liderada por Augusto Jerônimo e Reudson de Sousa como diretor do departamento de cultura e desportos. Ali nos inserimos e buscamos avançar juntos, aprofundar o olhar, ampliar a experiência, valorizando os recursos materiais e humanos disponíveis. Com um cenário tão entusiasmante só nos resta lembrar o verso de Vitor Nina e Jadiel Lima: “*vamos acordar para a vida, com vontade nada é difícil.*”

Dos Showniões aos núcleos culturais e desportivos

Com os *showniões* - estratégia de mobilização e organização dos núcleos culturais e desportivos nas comunidades - foi possível aprofundarmos e ampliarmos o mapeamento cultural realizado por Pingo, acrescentando os desportos e outras expressões artísticas e culturais, pesquisando casa a casa, em todas as comunidades de Icapuí.

Resultou de todo esse movimento a formação e o despertar de vários grupos de teatro, dança, poesia, música, desportistas, artes plásticas, artesanato, muitos jovens e crianças que hoje atuam em diversos setores da vida pública e privada da

cidade, carregando consigo a memória e imagens potentes desses momentos que potencializaram a criatividade, despertaram caminhos vitais, mobilizaram a cidade em torno de um bem comum. Isto é política pública. Quando um povo dá sentido à existência pelo convívio amoroso e cuidadoso, quando se vê não em disputa, em guerra tresloucada e sem sentido, mas atua sintonizado em cooperação, coletivamente mobilizado em torno de um bem comum, as coisas acontecem para melhorar a vida. A ação cultural pode ser esse ponto de partida, esse lugar de encontro das criatividades humanas, espaço de recriação e tratamento das energias brutas que, fora de controle, pode nos destruir a todos.

Ultrapassando as fronteiras da cultura local

As ações culturais de Icapuí, como sabemos, além de ter nítida importância na conquista de prêmios para o município, atraindo reportagens do Criança Esperança, entre tantas outras, contribuiu para sua divulgação, servindo como inspiração para outros municípios e regiões do estado do Ceará.

Em Aracati, implantamos e coordenamos o Programa Zumbi de Desenvolvimento das Aprendizagens, experiência destacada da Iniciativa Comunitária de Aprendizagem Latinoamericana e referência no Brasil durante muito tempo, vinculada à secretaria de educação sob o comando de Augusto Jerônimo Gomes; Projeto Desenvolver que integrou os municípios de Aracati, Icapuí e Fortim por meio de estratégias de desenvolvimento local sustentável, tendo como foco a superação da pobreza e como atores empreendedores a juventude, tornando-se o primeiro consórcio intermunicipal da microrregião.

Em Maracanaú, vivemos a experiência da Escola Zumbi, ideário de política educacional, conceito de escola pública.

Em Fortaleza o projeto Cirandas da Vida, estratégia de política de educação popular da secretaria de saúde do município.

Para não ir mais longe, depois de tantos anos e experiências válidas, se olharmos com cuidado, veremos que a grande maioria daqueles e daquelas envolvidos direta ou indiretamente nesses processos descobriu-se gente capaz de se reinventar e se fazer humanamente melhores, além de muitas e muitas ingressarem no mundo acadêmico, tornando-se mestres, doutores, psicólogas, pedagogas, literatos, enfermeiros, comunicadores, empresários, legisladores,

gestores ou pais e mães de famílias mais tolerantes, com outro olhar sobre seus filhos. Portanto, é fato que a prática bem orientada e cuidada de arte, cultura e esportes associadas a um projeto político, ético e pedagógico de cidade pode levar pessoas a se descobrirem como gente, potência criadora e recriadora de si e dos mundos em que vivem.

Garantir uma existência coletivamente digna exige produção e preservação de imagens-mundos de alta qualidade. Tais imagens-mundos funcionam como sementes que guardadas e conservadas de uma safra a outra dão seguimento aos ciclos vitais, apenas reclamando de nossa parte a atenção e o cuidado merecido. As imagens-mundos a que me refiro são células com as quais tecemos os arranjos para o revolucionar permanente a que somos chamados a fazer como microcosmos vivos, inteligentes em conexão com o macrocosmo em suas giras de infindas.

O tempo todo produzimos imagens-mundos potentes, porém desastrosamente não as reconhecemos ou duvidamos de sua importância simbólica ou, mais grave, as relegamos como desprezíveis. O problema é que, como as sementes, as imagens-mundos podem ser adulteradas, envenenadas, pioradas e utilizadas contra a vida, o planeta e a própria humanidade. Aí, como diz Maturana, trazido aqui pela pesquisadora Karla Demoly (UFERSA) in prefácio de Escada-Espelho ou existência refratária “este cientista desde a biologia favorece o entendimento de que nós, os humanos, linguagemando, construímos os mundos que vivemos. E não há trégua! Podemos produzir misérias e grandezas”.

Como devemos armazenar energia tratada para manter o corpo, que é um microuniverso material e espiritual, saudável? A arte é um respiro que nos eleva as vibrações e nos torna mais fortalecidos, ajudando a pensar e viver melhor a vida e a cidade.

O desafio é encontrar, neste momento, as energias da *esperançosidade*, da superação das situações limites que obstaculizam a vida em comum, detectando e acionando os canais corretos para sua reativação em nós e no outro. Ou, de outra maneira: enxergar na comunidade os espaços prioritários de formulação e práticas de produção e gestão da vida pública. O diálogo entre arte, ciência, filosofia, pedagogia, saúde, comunidade, cultura, economia etc. como possibilidade de construção do bem viver. E cada pessoa como um universo singular que, ao mesmo tempo em que se deixa atravessar por incontáveis problemas sociais e dramas

existenciais, é também portadora de infinito poder criativo e rico acervo de soluções inovadoras para si e para o mundo em que vive.

Faz-se necessária a pesquisa de educadores e educandos sobre o pulsar da vida nos territórios onde as escolas se situam, fazendo emergir a matéria prima das pedagogias e métodos educativos, frutos das narrativas manifestas das culturas das gentes; saberes, vivências e necessidades humanas emergentes transformadas em estudos, *arteciências*, aprendizagens e atos de superação que funcionarão como luzes e caminhos possíveis de reconexão da vida com o lugar e deste com a vida.

*Todo saber é complexo
do nascedouro ao finzinho
porque nasce em ser complexo
não há reta nem convexo
não despreze um só caminho. (Ray Lima)*

Simple assim:

*seguindo sem segredo
a poesia, a alegria, a ousadia, a teimosia, a utopia
da cultura popular. (Ray Lima)*

O povo gosta do que aprende a gostar. E aprende a gostar do que, lhe sendo ofertado, usufrui do direito de experimentar com liberdade o diferente que, às vezes, estranha e assusta, mas percebe no experienciar crítico e amoroso que o enriquece e o fortalece como gente, cidadão.

O paladar é uma questão de tempo, o tempo da construção do gosto, dos estímulos à degustação cuidadosa e sob a orientação nutricional da pedagogia *freireana* em sintonia com a ética da liberdade *espinozana*, o *gestus brechtiano*, o teatro profundo de Artaud, o afeto incondicional de Nise da Silveira, do faro antropológico e ancestral de Darcy Ribeiro; o farol do teatro de Amir Haddad e Junio Santos; o colorido da justiça social que ilumina a paisagem do território vivo de Milton Santos; a ousadia *artecientífica* de Vitor Pordeus, Alcides Miranda, Rocineide Ferreira, Karla Demoly, Josy Dantas, Augusto Jerônimo e Vera Dantas... Tudo isto dando sentido a uma outra produção dos gostos; uma produção do gosto voltada para a libertação e não para submissão do outro pelo consumo, do gosto ideológico pela crueldade, pela desagregação, segregação, envenenamento social das relações, pelo definhamento mortífero do outro, devastando as possibilidades de

convivência comunitária; de negação do gosto pela vida, pelo bem comum, pela importância necessária da vida em comum dos ecossistemas.

Claro que falo aqui de um processo cultural que respeita os *modus vivendi* comunitários, de escuta e observação das práticas culturais das gentes. Uma ação pública que ao mesmo tempo valoriza as manifestações culturais populares e criatividade locais, mas estimula seu aperfeiçoamento; que aos poucos vai inserindo outras formas de ver, ouvir e fazer que, em diálogo com o local, segue abrindo espaço para o global sem perdas nem danos, contrariamente ao que vem ocorrendo continuamente desde o século passado com a ação invasiva e catastrófica do sistema-*mundi* neocapitalista, agindo criminosa e livremente sem interrupção. E sem ser incomodado, irradia por meio das mídias, tecnologias de longo alcance, jogos eletrônicos e aplicativos os mais diversos, tocando a disseminação do lixo atômico estético como mercadoria necessária e urgente, de fácil acesso e vendido como cultura, ou melhor, como produto de primeira linhagem.

Tem sido devastadora a globalização de ações culturais de destruição, produtoras de *miserabilização* e escassez do humano, infelizmente ajudadas pelo poder público que coloca abertamente a estrutura do Estado a serviço dos dragões da maldade que sabem muito bem explorar as almas famintas por milagres e saquear as riquezas do planeta.

O mercado financeiro e a indústria de consumo dominam e determinam o paladar global, o Estado virou entreposto do poder de capital e as políticas públicas se tornaram estratégias para os negócios cotidianos das bolsas, de compra e venda do mercado de carnificinas de um tempo histórico que adotou como espelho para as nações o padrão pandêmico. A pandemia torna-se a política de Estado, das mais cobiçadas e desejadas pelos Novos Estados de Exceção em várias regiões da Terra. Descobriu-se que um pequenino vírus é capaz de fazer estragos maiores que batalhões de soldados e os custos de logística é zero, tendo em vista que se aloja diretamente no corpo do inimigo indefeso, o povão. Um achado e tanto para quem tem como objetivo de governo a morte das majorias que já sobrevivem a duras penas.

Sim!
Eu quero cantar liberdade
Com tantos anos de idade
Icapuí cresceu

Sim!
Juntar minha mão a tua
Vir pro meio da rua
Icapuí é meu e teu
Icapuí somos nós
Icapuí sou eu (bis)
Não!
Não deixe a Canoa à toa
Essa causa é muito boa
Venha erguer a sua voz
Icapuí sou eu
Icapuí somos nós (bis)
(Junio Santos/Ray Lima)

Curiosidade: havia no III Escambo, realizado em Icapuí, uma faixa de 7 grupos de teatro no município. Os núcleos culturais estavam organizados em todas as comunidades. Na Semana Cultural dos 10 anos de Emancipação, em 1994, já estavam reanimados o coco de roda da Serra de Cajuais, o teatro de bonecos do Mestre Gilberto *Calungueiro*, o coco de embolada de *Memenga*, *Zé de Gularo* e *Chaguinha*, o pastoril de Batista e Maria de Laura, o Boi de Ciço do Sul, o sanfoneiro Chico de Holanda, os poetas e repentistas Zé de Cosme e Luiz de Teté, os cantores e compositores Azarias, Taumaturgo e Tom do Ceará, Carlinhos de Melancias, a poesia de Mestre Dadá de Ponta Grossa e Chico Bagre Chico de Marina. Vários novos poetas, músicos, pintores, dramaturgos, bailarinos e bailarinas, atletas e animadores culturais surgiram a partir deste período.

ICAPUI (EN)CANTO: Um olhar para as políticas culturais

Robson Almeida

Durante mais de 30 anos, Icapuí assistiu sua cultura florescer e esmaecer, por vezes, ao bel-prazer dos que podiam. “Icapuí por todos canta a beleza da cultura popular em ação, a expressão poética e musical”⁵. A expressão poética que se assenta nas políticas públicas de cultura, resistências e lutas individuais se desdobrou em ações artísticas, políticas e formativas. Ações que as vezes eram amparadas na Secretaria de Educação e Cultura transformaram uma cidade em polo cultural, no cabedal dos anos 1990, em que o sonho era sonhado e iluminado pelo sol praieiro do “meu lindo Icapuí”⁶.

Busca-se aqui retratar a trajetória das políticas culturais na cidade de Icapuí desde a década de 1980, quando se tornou cidade, até 2020 com elo nas manifestações e expressões do povo e nas ações públicas para o desenvolvimento cultural. Como foram implantadas as políticas de cultura em Icapuí? E como elas influenciaram as expressões culturais tradicionais? Quais os aportes financeiros foram delegados para a Cultura? Quais as influências da Secretaria de Educação nas políticas públicas de cultura?

Política Cultural é o conjunto de iniciativas, medidas e procedimentos institucionais sistematizadas e com diretrizes, sejam operacionais ou regulatórias, cujo objetivo é a democratização, criação, fruição, fomento e produção da cultura e preservação da memória e patrimônio, incluindo ações voltadas para a formação, economia e a criação de processos e bens culturais.

A política cultural na Canoa Veloz iniciou por volta da segunda metade da década de 1980, logo após a instalação do poder público. As pessoas, a grande maioria sem estudos formais, não compreendiam o valor de uma política pública, especificamente na área da cultura. Há neste período o desenvolvimento de várias ações estruturantes na área da educação, saúde e infraestrutura, como a construção de escolas, postos de saúde e estradas.

Até o começo dos anos 1990, a expressão popular se mistura com a vida do lugar, refletida nos repentistas, pastoris, coco e nos poetas, à exemplo de Zé de

⁵ Junio Santos/Ray Lima: CD “20 anos, Icapuí construindo cidadania. Faixa 1

⁶ Meu Lindo Icapuí (Asarias) Faixa 12

Cosme e Chico Bagre. “Icapuí por todos os cantos, reflete a beleza *policor* dos cajuais, na lua cheia de poetas e cantores”⁷. A lua cheia se mistura com as diversas outras manifestações artesanais que completam a vida da recém criada municipalidade, como rezadeiras e festas de padroeiras e padroeiros financeiramente alicerçada pela atividade pesqueira. O retrato destas manifestações se “*arquiteturavam*” nas casas de alpendres, as quais poucas existem hoje, mas que poderiam ser salvaguardados como patrimônio arquitetônico.

É necessário, portanto, estudar e compreender qual cultura e quais expressões artísticas se manifestavam antes de Icapuí se tornar município e como o processo de povoamento influenciou na construção dessas manifestações. Sabemos que havia algumas manifestações do povo que, mesmo sem políticas de cultura, se propagavam na Caiçara, antes de 1980. Relatos das pessoas com mais idade mostram a existência de pastoris, repentes, serestas e a diversão se dava nas festas da igreja católica nas comunidades, notadamente na Praia de Tremembé, com a Festa de São Pedro, no mês de julho e na sede com Nossa Senhora da Soledade, no mês de setembro.

A institucionalização da cultura

Com a criação da municipalidade e da institucionalização dos espaços de política de infraestrutura e sociais, foi criado também o Departamento de Cultura dentro da Secretaria de Educação. Isso possibilitou que a Cultura fosse sempre ligada as questões da Educação, em Icapuí. Falava-se sempre durante todo o tempo de Departamento, numa possível criação de uma secretaria de cultura. Para alguns era algo estratégico para o tema, talvez pelos interesses próprios e *status*, mas para muitos, estrategicamente manter-se na Educação seria mais prudente, visto que, ali circulava um montante considerável de recursos financeiros e dos quais a Cultura podia usufruir, apesar de o Departamento utilizar sempre poucos, desses recursos, na efetivação de sua política. Contudo, faltava autonomia decisória para o Departamento. Mesmo assim, estar na Educação não foi impeditivo para o Departamento realizar algumas ações para o município, durante todos esses anos

⁷ Junio Santos/Ray Lima: CD “20 anos, Icapuí construindo cidadania. Faixa 1

em que este setor esteve na Secretaria da Educação, principalmente voltadas para a cultura local.

Uma das iniciativas importantes para a tomada de decisões no âmbito da Secretaria de Educação e do Departamento de Cultura foi a realização de dois mapeamentos culturais, em 1994 e 2003. Apesar da importância, não há cópias arquivadas no acervo documental da Prefeitura Municipal de Icapuí. Esses mapeamentos, foram importantes na época, para dar conhecimento das manifestações culturais e artísticas tradicionais, principalmente o de 1994.

Em 2005, Icapuí se tornou destaque nacional quando estabeleceu suas Leis referentes ao Sistema de Incentivo à Cultura, ao Conselho Municipal de Cultura e ao Fundo Municipal de Incentivo à Cultura. Essas Leis municipais não encontraram empecilhos na vereança para a aprovação. Em princípio, a criação do Fundo Municipal de Cultura não era algo que impactava enormemente nas finanças municipais. Icapuí passava por um processo de mudança na conjuntura política no tocante a administração municipal, isso pode ter ajudado na aprovação destas normatizações. Essas Leis municipais não encontraram empecilhos na vereança para a aprovação. Em princípio, a criação do Fundo Municipal de Cultura não era algo que impactava enormemente nas finanças municipais. Icapuí passava por um processo de mudança na conjuntura política no tocante a administração municipal, isso pode ter ajudado na aprovação destas normatizações.

Em 2011, a Cultura chegou a ser Secretaria juntamente com o Turismo. A criação da Secretaria de Turismo e Cultura durou poucos meses e uma nova mudança no cenário político fez a Cultura voltar para a Secretaria da Educação.

O Fundo de Cultura possibilitou a realização de diversas ações que dependiam, principalmente de recursos financeiros, e as quais não eram realizadas pelo pequeno orçamento que a cultura dispunha no âmbito da Secretaria de Educação e que dependia, quase sempre, da vontade do gestor da pasta. À exemplo disso, podemos citar o apoio ao Acervo Histórico de Ponta Grossa e ampliação da ajuda financeira as atividades do Orquestra de Sopros. O Departamento de Cultura, com o Fundo, exercia mais autonomia nos gastos e na escolha deles. Uma vitória para a Cultura de Icapuí!

O Fundo de Cultura foi uma conquista que trouxe inúmeras possibilidades de ampliação das ações do Departamento de Cultura. Contudo, após a década de 2010, tornou-se um orçamento para quase que exclusivamente pagamento de

eventos midiáticos. Por que o orçamento destinado a Cultura do município não era majoritariamente para o município? Como as políticas culturais com foco nas manifestações da cidade eram financiadas pelo Fundo? Obviamente que para um maior detalhamento deve-se debruçar sobre os documentos de prestação de contas.

Para completar o papel do Fundo de Cultura, existe a normatização que estabelece o Conselho Municipal de Cultura. Infelizmente, o Conselho nunca se tornou uma prática. O Conselho exerce papel importante sobre as questões consultivas, discursivas e deliberativas, a respeito de uma política cultural, principalmente sobre a que dispõe de orçamento. É necessário, portanto, de um plano e uma política de cultura que obedeça a diretrizes e objetivos claros com respeito as manifestações tradicionais e contemporâneas e a diversidade cultural que as pessoas do município possuem. Isso, somado a revisão e atualização das leis da cultura que o município dispõe, sem a intervenção direta da política partidária que, por vezes, assombra as políticas públicas municipais. Junte-se a isso, a participação popular, especificamente por meio do Conselho, fator relevante para criar uma ação consistente, com olhar para as questões do município e suas manifestações culturais próprias.

Semanas Culturais

As Semanas Culturais se consolidaram, ao longo do tempo, como momentos de comemoração, em alusão ao aniversário do município ocorrendo sempre em torno do dia 22 de janeiro. Pensada para ser uma semana de atividades culturais e esportivas, em torno de mostras do que era produzido no município, houveram Semanas Culturais que ocorreram de forma desleixada e desorganizada, simplesmente para não passar em branco o “dia do município”. E, nesse formato, foi a maioria dos anos. Ocorriam em um, dois, três dias o que se chamava de semana, entretidas com bandas externas, sem preocupação com o olhar da cultura local. Claro, com justificativa quase sempre de falta de orçamento, porém houve Semanas Culturais que trouxeram o ar praiano da cultura e das artes icapuienses, com destaques para a Semana de 1994, 2004 e de 2006.

A semana cultural de 1994 foi, provavelmente, a maior culminância cultural dentro desses anos de Icapuí como cidade. Ocorreu a inauguração do Centro de Memória Popular Chico Bagre, espaço que tinha um projeto arquitetônico

multicultural com anfiteatro, sala de exposição e praças, mas que acabou sendo construído somente o Centro de Memória Chico Bagre, atual sede da Orquestra de Sopros. Ocorreram apresentações de vários grupos culturais de outros lugares, atividades esportivas e a apresentação da primeira formação Banda de Música de Icapuí, tocando o Hino de Icapuí, na Praça Adauto Róseo. Foi um evento marcante para a cultura de local.

Na Semana Cultura de 1994 foi lançado o LP de Icapuí, novidade para os munícipes, tendo em vista que gravação de um disco era algo impensável para época. O LP reuniu composições de vários artistas, os quais fizeram história, e foram trilha sonora em vários momentos importantes da história da cidade. Canções como: “Para Alcançar”, de Célio Augusto e de Azarias e “Novo Amanhecer”, de Taumaturgo, traziam a poesia dos sonhos dos icapuienses; “Canjiquinha”, “Praia Nordestina” e “Jucá” trouxeram o imagético das nossas faces frente as lutas do dia a dia, nos poemas de Chico Bagre e nas vozes de Dadá, Azarias e do saudoso poeta Zé de Cosme. Nesse período, Azarias e Taumaturgo também lançaram seus LP’s, em vinil, trazendo sua arte com o apoio da administração e que se tornou registro imensurável da musicalidade destes dois músicos.

A Semana Cultural de 2004 comemorava os 20 anos do município e a programação ocorreu durante todo ano. Houve também diversas exposições realizadas pelos artistas da cidade, a inauguração dos shows com grandes artistas nacionais e muitas atividades culturais e esportivas ocorreram com foco nos artistas locais. O maior destaque dessa Semana Cultural, dentre outras coisas, foi o lançamento do CD “20 anos, Icapuí construindo cidadania”. Nessa Semana Cultural ocorreram momentos durante todo o ano.

O projeto inicial do CD era com composições novas, mas infelizmente, passou a ser somente um projeto. Ao final o CD trouxe, em sua maioria, remasterização das músicas do LP de 1994 e algumas poucas músicas novas, incluindo o Hino de Icapuí, que até então nunca havia sido gravado. Ainda assim, esse CD contém, na sua essência, a importância do registro em mídia digital das músicas representativas da cidade, trazendo, na época, uma possibilidade de renovação da esperança em torno de uma política voltada para os artistas locais.

A Semana de 2006, mesmo em um contexto político diferente do que vinha sendo há 20 anos, houve um evento que trouxe a possibilidade de expressão da cultura e, principalmente, das artes, à exemplo do retorno aos espetáculos teatrais

de rua. Apesar de já haver a moda das atrações nacionais em vigor, houve, em muitos horários da semana, ações que incentivavam a valorização das expressões praieiras icapuienses. Diversas atividades ocorreram, como o primeiro encontro de bandas, atividades de teatro, esportes, dentre outras.

Ações culturais

Até o ano de 1992 ocorreram ações esporádicas no tocante ao desenvolvimento de ações voltadas às artes e cultura local. Nesse período, o projeto “Um Canto em cada Canto”, marcou iniciativas voltadas para a música e para a formação de professores. O projeto era realizado pela FACED/UFC e buscava trabalhar a música coral com os professores da rede pública. Apesar de poucos registros, tal ação inaugura uma estrada assentada na expressão musical que ressoa ao longo dos anos. Por volta de 1992, também, se inicia o movimento de teatro de rua, não com os jovens que faziam o teatro no salão paroquial, mas com novos jovens. O teatro de rua seria uma das principais iniciativas de política artística, durante a década de 1990. Esse movimento estimulou a formação de vários grupos de teatro de rua, inclusive o principal deles, o grupo Flor do Sol.

Os anos de 1994 a 1999 foram marcados por várias iniciativas de política cultural voltada para a formação artística. O Departamento de Cultura põe em ação projetos estimulados pela Semana Cultural de 1994. Ocorrem cursos e oficinas de teatro de rua, de dança e de música. Há também a criação de vários grupos artísticos como o grupo de flautas doce, grupo de danças e grupos de teatro de rua. Na época, não oficialmente, denominava-se essa política como “Escolinha de Artes”. Os professores da Escolinha eram artistas conhecidos na cidade, no campo da música, das artes plásticas e das artes cênicas. A Escolinha de Artes apresentava a produção artísticas nas comunidades do município nos *Showníões*. Era um projeto que levava periodicamente várias atividades culturais e esportivas para uma escola durante todo um dia. Lá ocorriam apresentações, oficinas e cursos para aquela comunidade.

Um dos marcos históricos para a propagação da cultura no município foi a criação da Rádio Educativa em 1996. Ela sempre foi vinculada ao Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e mais recentemente a Secretaria de Cultura e Turismo. Um projeto que há muito vinha sendo planejado. Até o começo dos anos

2000, a emissora mantinha uma programação cultural e educativa prezando pela diversidade e qualidade nos seus programas, a maioria sendo realizado e produzido por pessoas que nela aprenderam a lidar com o jornalismo e com a comunicação. Embora carentes dessa formação, a Rádio foi um laboratório de comunicação para estes profissionais. Icapuí ouvia a programação voltada para os professores da rede pública, para a música brasileira e o noticiário. Era o principal veículo de comunicação na década de 1990. A atuação da Rádio Educativa não se restringiu somente ao estúdio. Ocorriam ações culturais diversas, como blitz educativa, eventos musicais, festivais, dentre outros.

Durante o começo dos anos 2000, contudo, viu-se na Rádio Educativa uma ideologização religiosa que dominou a programação (des)educativa somado a uma sequência de repertório midiático que não acrescentaria tanto para aos ouvintes. Nos últimos anos, o sucateamento dos equipamentos e de recursos humanos da rádio provocou uma (des)programação da Educativa. Isso fez com que durante um período a Rádio (des)Educativa ficasse fora do ar. Apesar de, esporadicamente, sua programação contar com alguma programação jornalística, em geral não se assentava numa produção voltada para as manifestações culturais mais genuínas e para a essência educativa expressos em seu nome e função.

Influenciado pelas atividades quadrilheiras no Nordeste, Icapuí navega na onda das quadrilhas estilizadas, no começo dos anos 2000. A cidade parecia ter se cansado das tradicionais quadrilhas nos moldes rurais organizadas pelas escolas e que cumpriam o papel de navegar, durante o mês de junho, com os alunos das escolas da rede municipal. As quadrilhas estilizadas, apesar se verem como uma manifestação artística-cultural, surgiram com empurrão da Secretaria de Educação e Cultura. O Festival Interestadual de Quadrilhas ocorria no Ginásio Poliesportivo José do Carmo Rebouças e para o qual vinham competir grupos quadrilheiros de vários cantos do Nordeste. Em 2005 foi suspensa a realização do Festival. Em 2009 e 2010 voltou a ser executado.

Obviamente que um Festival dessa magnitude, Icapuí não poderia deixar de participar com a sua própria quadrilha. Poucos anos após a institucionalização dos festivais de quadrilha, surge a primeira quadrilha estilizada do município de Icapuí - a Canoa Veloz. Como essa política influenciou as quadrilhas escolares, especificamente as que não adotavam esse estilo?

Em relação às artes plástica, Icapuí sempre possuiu muitas pessoas com habilidades para essas artes, majoritariamente voltadas para a pintura naturalista, com retrato das paisagens da cidade, dando visibilidade às praias, dunas e falésias. A política cultural, em torno de ações voltada para esta área era limitada à promoção de exposições, durante as semanas culturais nos espaços como Centro de Memória Chico Bagre ou no Mercado de Artesanato, em especial nas semanas culturais. Durante a existência da Escolinha de Artes alguns desses artistas ministravam formação para a comunidade. Apesar de ser uma ação importante para a democratização das artes plásticas, nesta ação prevaleceu a descontinuidade, não garantindo grandes e permanentes resultados.

A música sempre se destacou nas políticas culturais em Icapuí. A musicalidade poética de Zé de Cosme e Azarias podem ter impulsionado esse destaque, mas também pelos esforços de muitas pessoas que iam além dos incentivos públicos. Essa tríade – poetas, esforços individuais e políticas para música – ajudaram a colocar a música como a principal e mais duradoura manifestação artística, durante os anos de política cultural. Evidencia-se que os registros fonográficos já citados também contribuíram para a estimular essa forma de expressão.

Muitos cresceram na trilha de Samba do Fayal, “Pra Alcançar”, “no balão de mané mirá”, da música Canjiquinha e das serestas que (en)cantavam o começo dos anos 1990. Em 1992 conforme citado, houve iniciativas de canto coral voltados para professores da rede pública por meio do projeto “Um canto em cada canto”. A intenção de criação da banda de música com o projeto enviado ao MINC, pela Associação Cultura Icapuiense - ACICA, por incentivo da administração municipal, só veio a ser aprovado em 1997. Nesse ínterim, dentro da Escolinha de Artes ocorriam aulas de música para a comunidade e uma iniciativa para criar a banda de música, em 1994, utilizando os instrumentos da banda de São José do Lagamar, em Jaguaruana, com o Maestro Flávio Jardimilino. De 1994 a 1997 a banda se tornou o grupo de flautas pelo fato de ainda não possuir os instrumentos próprios.

Com o recebimento dos instrumentos musicais, através do Projeto Bandas, da Fundação Nacional de Artes, o Maestro Robson Almeida, fruto do trabalho anterior das Escolinhas de Artes e do trabalho do Maestro Jardimilino, funda a Banda de Música, na época com apoio da administração municipal, em vários aspectos: formação, recursos de custeio, espaços etc.

A Banda de Música, que é conhecida hoje como Orquestra de Sopros de Icapuí é, provavelmente, o único projeto artístico e cultural que não sofreu interrupção, em parte pelos esforços dos envolvidos e pais dos alunos. A Orquestra de Sopros contribui para a profissionalização de muitos, para o campo da música, a formação cidadã de tantos outros, além de ter sido base para expansão do conhecimento musical no município. É provável que tenha passado por esse grupo mais de 300 jovens, durante todo esse tempo. Vários músicos e ex-músicos da Orquestra de Sopros montaram suas bandas, passaram a dar aulas, fazer curso superior em música, além de expandirem a música em espaços diversos. Hoje, a Orquestra realiza uma ação cultural, formativa e social, para jovens do município que, sem ela, não teriam oportunidade de estudar música, pela ausência de escolas de formação musical na cidade. A Orquestra de Sopros é a escola de música de Icapuí!

Ainda como política para a Orquestra, em 2013 a prefeitura reconhece os trabalhos e esforços e abre concurso para maestro do grupo. Infelizmente é a única atividade artística da administração a ter cargo de carreira. Atualmente, Reudson Maia é o regente, o qual foi fruto do trabalho realizado pelo grupo ao longo dos anos. Daí surgiram várias outras ações no campo musical, como a “A mais bela voz”, evento que se tornou tradicional na Semana Cultural e que até hoje oferece oportunidade para cantores do município.

Outra ação, conseqüente das ações de política cultural para a música e que, indiretamente, foi estimulada pela Orquestra de Sopros e pelo projeto “Um canto em cada canto”, foi o retorno do Coral. A administração, com as lembranças do projeto deste projeto, busca reorganizar o coral da cidade, em 1997. A ação dura até o começo dos anos 2000 com o maestro Luís Carlos Prata, de Fortaleza e, de 2000 a 2005, com o maestro Robson Almeida, sendo denominado “Amigos da Voz”. Participavam do coral jovens oriundos de diversas comunidades.

Icapuí não tem uma música que represente sua identidade e, se tinha, foi embora com os poetas, mas a manifestação musical voltada para a formação está presente no Centro de Memória Chico Bagre, sede da Orquestra e na vontade talentosa de músicos que são multiplicadores das notas musicais para todo Icapuí.

As artes cênicas também compõem a história dos últimos 40 anos em Icapuí. Como já citado, nos anos de 1980 existia o teatro formado por jovens que realizavam apresentações no salão paroquial – atual Banco do Brasil como espaço

teatral – e a encenação da páscoa nas ruas da cidade. A sua maior visibilidade era nas encenações na “Paixão de Cristo”, durante as festividades da Páscoa. Para essa encenação os próprios jovens faziam o figurino, direção, roteiro e cenário. Era um grande espetáculo a céu aberto. Ora, um grupo de jovens encenando a principal história do cristianismo, dentre eles, alguns iniciando a vida de artísticas plásticos, músicos, arregimentava grande parte da população para participar, mesmo como figurante, encenando pelas ruas de areia terminando na conhecida gruta, de onde se logra uma vista especial do centro da cidade. Imaginem o trabalho colaborativo e compartilhado que tal expressão provocava! Obviamente, a parte da população que não participava compunha a lotada plateia nas ruas ainda de areia. Não houve política cultural, nesse período, que buscasse a imersão no cotidiano tanto das expressões culturais do povo e nem do teatro destes jovens, infelizmente.

Em meados 1990, o teatro dos jovens desbravadores dá lugar ao teatro de rua. O movimento teatral de rua trouxe para a cidade diversos eventos e a formação de grupos, principalmente por meio de uma política de formação artística para tal. O grupo Flor do Sol é um exemplo e herança dessa política, apesar de algumas interrupções nas atividades do grupo ao longo de 30 anos.

O teatro de bonecos, no entanto, é uma atividade que percorreu estes anos, em parte, a margem das políticas culturais. Nos anos de 1980 e 1990, haviam apresentações de teatro de bonecos nas ruas. Eram elas que animavam algumas noites da pacata cidade. Gilberto *Calungueiro* é o maior expoente em Icapuí e, quiçá do estado do Ceará, do teatro de bonecos. Com seu personagem Baltazar, participou de festivais e mostras no âmbito nacional e, desde 2006, é reconhecido como Mestre da Cultura, pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Esse Programa da SECULT, dentre outras coisas, reconhece mestres da cultura como atuantes na tradição de seu conhecimento, história e identidade, como multiplicadores de saberes e experiências. Além de reconhecimento institucional os Mestres recebem da SECULT o subsídio de um salário-mínimo como auxílio de suas atividades.

Para a compreensão mais clara das manifestações da cultura popular, produzida e reproduzida pelos moradores de Icapuí, antes das políticas de incentivo à cultura, são necessários estudos acadêmicos que aprofundem as pesquisas e que devem ser incentivadas, junto aos estudantes. Devemos conhecer que tipo de cultura, hábitos e costumes percorriam e ocorriam no município. É fato que o

conhecimento científico, se for aliado aos saberes populares, já se mostrou uma ferramenta importante, com a possibilidade de utilização de metodologias historiográficas, etnomusicologias e musicológicas, histórias de vidas, antropológicas e sociológicas, dentre outras. Esses estudos são condições *sine qua non* para a incorporação e reconhecimento do que hoje chamamos de Cultura de Icapuí, contribuindo para a tomada de decisões relacionadas a política cultural e para trabalho educativo que se apresenta neste material didático.

Atualmente poucos são os trabalhos de pesquisa sobre a cultura em Icapuí, ressaltamos alguns deles: *De volta o ao coreto: um sobre a banda de música de Icapuí – CE* (2007), de Robson Almeida; *A educação musical na banda de Icapuí - CE: um estudo sobre a aplicação da Método da Capo* (2010) e *Dificuldade de Aprendizagem dos Alunos da Orquestra de Sopros de Icapuí* (2014) de Reudson Maia; *Orquestra de Sopros de Icapuí: História e Contribuição Social* (2012), de Sidivânia Oliveira; *Gilberto Calungueiro: se esse boneco falasse*, de Jadiel Lima (2019), sobre o teatro de bonecos de Gilberto Calungueiro e *Memorial de Redonda: reinvenção e luta na produção da saúde dos povos do mar* (2013), cap. 3 Flor do Sol conta Redonda, dissertação em Saúde Pública, Faculdade de Medicina da UFC.

Quadro 1 - Cronologia das Ações apresentadas no texto

1984	Fundação de Icapuí
1992	Projeto de Canto coral: Um canto em cada canto
1992	ACICA envia à Funarte projeto de criação da Banda de Música
1993	Primeira iniciativa de criação da Banda de Música
1994	X Semana Cultural
1994	Lançamento do LP de Icapuí
1994	Escambo nacional de teatro de rua
1994	Inauguração do Centro de Memória Popular Chico Bagre
1992	Início do grupo de teatro de rua Flor do Sol
1994	Lançamento de LP: Azarias e Taumaturgo
1995	Inicia a Escolinha de Artes
1996	Início das atividades da Rádio Educativa
1996	Retomada do Projeto Coral
1997	Recebimento dos instrumentos e Fundação da Banda de Música
1997	Reativação do Coral
2000	Inicia as edições do Festival de Quadrilhas
2004	XX Semana Cultura – 20 anos
2004	Lançamento do CD 20 anos

2005	Criação do Sistema Incentivo à Cultura, Fundo e Conselho Municipal de Cultura
2006	Gilberto Calungueiro é reconhecido mestre da cultura pela SECULT
2007	Surgimento da A mais bela voz de Icapuí
2007	Primeiro trabalho acadêmico de pesquisa sobre Icapuí
2011	O departamento de cultura passa a ser Secretaria de Turismo e Cultura
2012	A cultura volta a ser Departamento vinculado a Educação
2017	A Cultura passa a ser Secretaria - Criação da Secretaria de Cultura e Juventude.
2020	Mudança da Secretaria de Cultura para Secretaria de Cultura e Turismo.

Fonte: Robson Almeida (2021).

CONCEPÇÕES E PERCURSOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ICAPUÍ

*João José da Silva
José de Arimatéa da Silva
Mauro Alexandrino Marciel da Costa*

O movimento ambiental no município de Icapuí-CE teve início no final da década de 1980, o que levou a ações de educação ambiental formal no início dos anos 90, influenciadas por iniciativas populares e pela RIO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92). A ECO-92 que tinha como objetivo discutir os problemas ambientais globais e apontar algumas soluções para tais problemas. A partir dessa conferência, os países desenvolveram estratégias para amenizar algumas questões e, no Brasil, não foi diferente, já que era anfitrião desse encontro internacional. A maioria das cidades brasileiras adotou uma postura de “guardiã do meio ambiente”, desenvolvendo debates e ações, tanto no âmbito governamental como na sociedade civil.

Icapuí mostra algumas iniciativas nesse sentido, com projetos desenvolvidos pelo poder público, instituições não governamentais e comunidades. Podemos destacar a implantação de ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas e conservação dos ecossistemas (como é o caso do manguezal da Barra Grande), as práticas de permacultura que favorecem uma convivência menos agressiva com o meio ambiente, numa relação harmoniosa e de respeito com a natureza.

Projetos de conscientização e ações com parceria entre a escola e comunidade, favoreceram a criação de grupos voltados para essa temática. Cabe evidenciar o Grupo Ecológico de Icapuí, formado por crianças e adolescentes, no final da década de 1980, como marco da discussão da problemática ambiental do município. E projetos como: “Criança e Meio Ambiente” (1993), “Abraço a mangue” (1994), movimento “Seja macho não mate a fêmea” (1995, numa alusão à captura de lagostas e caranguejos), a Escola Ambiental (1996), a criação da Área de Proteção Ambiental da Ponta Grossa (1998) e o Grupo Igarakuê de Proteção à Natureza (1999).

A partir dos anos 2000, ações como a criação da Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente (2000), a criação da Área de Proteção Ambiental da Barra Grande (2000), bem como a atuação de Organizações não

Governamentais como Aquasis e Fundação Brasil Cidadão-FBC, foram relevantes na geração de uma nova consciência ambiental em Icapuí.

Ainda no decorrer da década de 1990, o grupo de Teatro de Rua Flor do Sol, da comunidade de Redonda, também levantou o debate a respeito de questões ambientais tendo como foco a pesca predatória da lagosta, o turismo de base local (“que tipo de turismo queremos?”), a produção e destinação do lixo, elegendo sempre um tema gerador, na abertura de cada debate ou seminário. Os encontros e debates eram realizados nas comunidades de Icapuí, onde todos eram convidados a participar da discussão e refletir sobre as possíveis soluções.

As iniciativas de conservação e educação ambiental foram avançando ao longo do tempo e dando novos frutos. A partir da execução de projetos como o “Esse Mar é Meu”, financiado pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, e gerenciado pela FBC, onde uma das principais ações era conscientização ambiental, através da recuperação de áreas degradadas do manguezal, surgiu o Grupo Aratu de Proteção aos Ecossistemas Costeiros, cujo objetivo também foi priorizar ações de proteção ambiental no município.

Vale destacar que o governo local sempre buscou parcerias com outras instituições para fortalecer o movimento ambiental no município, evidenciando a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a FBC. A primeira contribui com estudos técnicos a respeito do município, enumerando problemas e sugerindo soluções, preocupação constante desde as primeiras administrações municipais, principalmente quando se falava na pesca da lagosta (cf. SILVA, 1998, p. 128-129). Já a FBC tem suas ações efetivas, através da “Teia da Sustentabilidade”, uma rede de projetos junto às comunidades que fortalece práticas de cunho social, econômico e ambiental, como: Projeto “De Olho na Água”, a implantação da Estação Ambiental Mangue Pequeno e um observatório da vida marinha, que é utilizado por pesquisadores, que fazem monitoramento, principalmente de aves migratórias.

Cabe destacar que a política de gestão ambiental do município mantém um órgão de gestão e planejamento, através da Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA), bem como a fiscalização, o monitoramento e o licenciamento ambiental feito pelo Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA), respaldados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), com base legal na Política Municipal de Meio Ambiente, criada pela lei 541/2010.

Contexto atual dos movimentos socioambientais em Icapuí

As ações de educação ambiental formal, atualmente, aparecem mais pontuais, tendo como destaque os projetos e ações das organizações não governamentais. As ações de preservação e conservação do meio ambiente, no município de Icapuí, tiveram grande importância na busca do conhecimento e proteção dos ecossistemas, com reflexos na qualidade de vida da população e os resultados mostram avanços nas iniciativas executadas pelo poder público e por entidades não governamentais.

É importante considerar os elementos que apontam para as potencialidades de Icapuí quanto a mobilização de processos de desenvolvimento local, a partir da Educação Ambiental, bem como da capacidade de poder atuar cotidianamente, em situações que estão ligadas a essa temática. Diante de um investimento do poder público municipal, desde as primeiras gestões, tem-se buscado alternativas para superar problemas socioambientais, criando fóruns de discussão junto à sociedade civil, em torno da necessidade de mecanismos de superação, ante as problemáticas percebidas.

Com base na experiência vivenciada em grande parte desse processo, verificamos avanços e retrocessos. O poder público mobilizou atividades de formação que resultaram na materialização de capital humano e social e que, apesar da descontinuidade e da ausência de sustentabilidade, parece ter contribuído para mobilizar grupos e comunidades, em torno da busca de alternativas viáveis a melhoria da sua qualidade de vida.

De acordo com Silva (2015, p.38),

Junto a isso, em consonância com as orientações da PNMA e o fortalecimento do SISNAMA, o município conta com o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) criado pela Lei 541 de 29 de dezembro de 2010, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente, a qual assim apresenta a composição do sistema: Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA), Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA), Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA) e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)

Além de um sistema municipal que trata da gestão ambiental, cabe destacar a experiência de turismo comunitário da comunidade da Praia de Ponta Grossa, que tem resistido a especulação imobiliária e criado estratégias de organização para a

geração de trabalho e renda dos seus moradores, a partir das suas potencialidades naturais e culturais.

A comunidade de Córrego do Sal, em parceria com ONGs locais, tem se organizado em torno da sua culinária e dos seus valores naturais e paisagísticos, para atrair grupos e pessoas interessadas em um turismo diferenciado. A Associação Caiçara de Promoção Humana – ONG localizada na comunidade de Tremembé, está empenhada em promover e divulgar as experiências de Turismo Comunitário, de Icapuí e de municípios vizinhos, através da Rede Tucum de Turismo Comunitário, entidade que agrega diversas instituições que trabalham com turismo comunitário no litoral do Ceará.

Essas iniciativas têm o potencial de agregar valores, considerando a preocupação com a sustentabilidade da vida comunitária e o fortalecimento do turismo de pequeno porte. Podemos elencar ainda a organização de grupos comunitários específicos e o surgimento de ONGs em Icapuí, que têm criado alternativas para o enfrentamento dos problemas vivenciados pela população local, além de contribuir para uma formação mais sólida relativas as temáticas socioambientais.

Também podemos apontar o fortalecimento do capital social que tem incidido em práticas de fomento ao desenvolvimento local, a partir da promoção de ações sustentáveis. Os processos de mobilização social e de valorização da cultura local, são formas de impulsionar a materialização de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades da população, da preservação e sustentabilidade dos ecossistemas locais para a geração atual e para as futuras.

Podemos notar que a partir da mobilização e organização das pessoas surgem novas lideranças preocupadas com o bem comum, do seu grupo, da sua comunidade e do seu município. A juventude tem sempre participado desse processo e, dessa forma, trabalha-se o protagonismo juvenil. O planejamento e as interações dos setores que trabalham com a temática (ou que tenham possibilidade de trabalhar com tal assunto) necessitam estar bem articulados e fortalecidos. Todos são responsáveis em cuidar do planeta, afinal dependemos de quase todos os recursos que estão disponíveis na natureza.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE (FBC). **Apresentação dos resultados da primeira etapa do Projeto de Olho na Água**. [Icapuí], 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/icapui.html>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

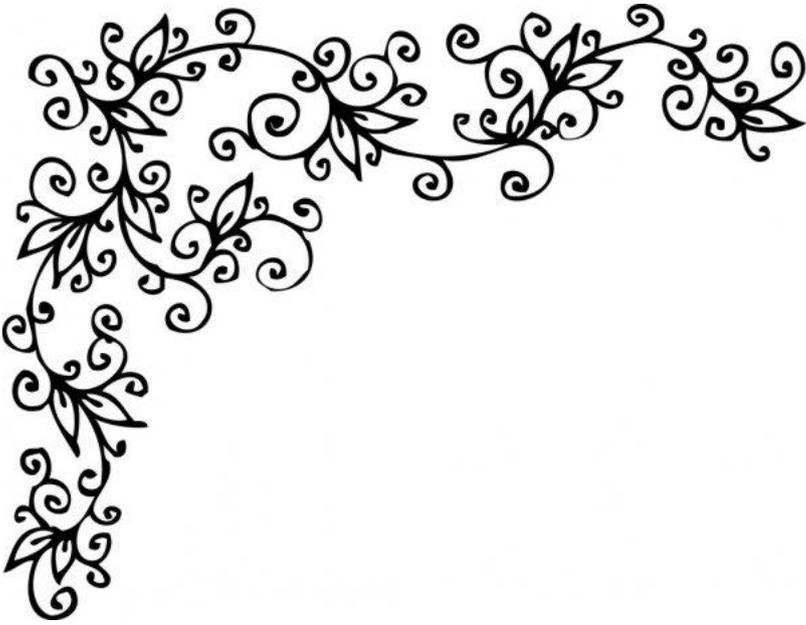
JERÔNIMO, A. **Políticas Educacionais Emancipadoras**: memórias de um educador. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

MARXISTS INTERNET ARCHIVE. **Agostinho Neto**. 2020. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/neto/index.htm> Acesso em: 23 agosto 2019

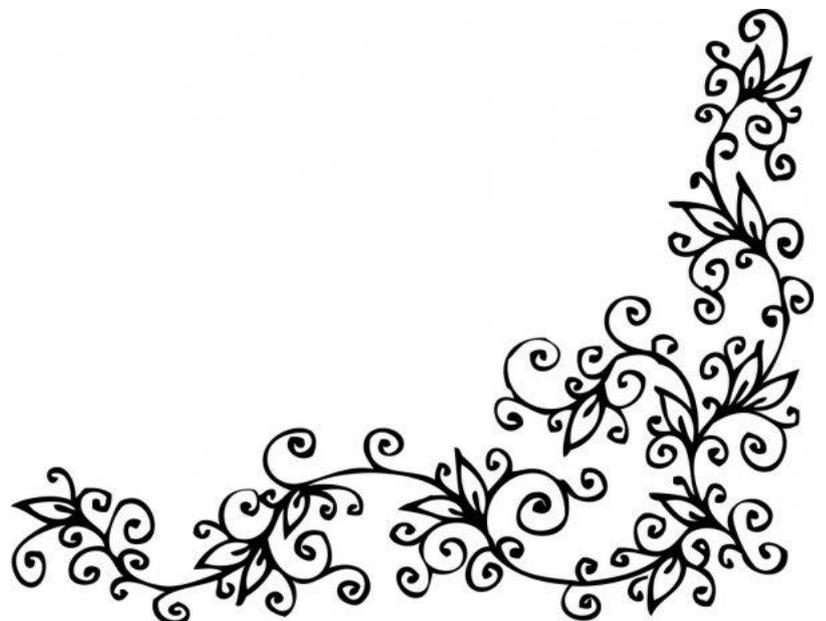
SILVA, J. A. **Educação Ambiental**: um estudo das contribuições do projeto de olho na água para a promoção do desenvolvimento local em Icapuí-CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UERN, Mossoró, 2015. Disponível em http://www.uern.br/controldepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2013/arquivos/3938janaina_almeida_da_silva.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020

SILVA, J. A. F. C. **Icapuí**: uma história de luta - Município modelo do Ceará um exemplo para a o Brasil. Fortaleza: Encaixe, 1998.

SILVA, J. A. **Manguezal do estuário Barra Grande em Icapuí – CE**: da degradação ao processo de recuperação e mudança de atitude. 2012.



USO, OCUPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO



AS QUERELAS SOBRE O “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”

*Maria do Rosário Rebouças da Silva
Rosimeire Rebouças da Silva*

“Descobrimento do Brasil”: um olhar eurocêntrico sobre a nossa história.

Sempre que reproduzimos a célebre pergunta “quem descobriu o Brasil?” obtemos como resposta a famosa sugestão de que nosso território só passou a existir no momento em que Cabral aqui chegou. Este país de dimensões continentais, de acordo com os livros de História, precisou ser 'descoberto' por Cabral para poder existir.

O fato é que a História, como disciplina, é uma narrativa contada sob o ponto de vista dos conquistadores. O que aprendemos na escola é uma visão europeia sobre a História. O discurso eurocêntrico que foi reproduzido ao longo dos tempos, afirma que os países europeus são aqueles que descobrem, como se existissem por si só. Segundo Blaut (citado por Boas, 2004), os europeus são vistos como os ‘condutores da história’.

Toda a História está contaminada por uma visão eurocêntrica dado o caráter massificante das narrativas, sob o ponto de vista que favorece a Europa. Mas este discurso ganha maior ênfase, a partir do colonialismo, tendo como função justificar as posições hegemônicas que as potências europeias atingiam em todas as partes do mundo. Dotado de racismo, o eurocentrismo fornecia ao colonialismo a legitimidade necessária às suas práticas de dominação, justamente porque inferiorizavam povos e culturas das colônias e apontavam a sua necessidade de evolução, em amplos sentidos, a partir da interação com os exploradores.

Ao tratarmos do “Descobrimento do Brasil” devemos romper com o caráter predominantemente eurocêntrico da história narrada e propor questionamentos que contribuam para descortinar “verdades” que, no caso da História do Brasil, são contadas do ponto de vista do colonizador português, que repercute como verdade absoluta, inquestionável. Vale ressaltar que, na Historiografia (que é o estudo da História enquanto ciência), os termos adotados são “achamento” e “conquista” de territórios habitados por povos e civilizações indígenas desde milênios antes da chegada dos europeus, pois não se “descobre” o que sempre existiu.

Ao optarmos por usar o termo ‘Descobrimento do Brasil’ queremos chamar

atenção para o quanto este discurso oficial, reproduzido especialmente por Portugal, está arraigado nos brasileiros, dados os anos de reprodução e massificação. Não temos aqui a pretensão de saber por que continuamos a perpetuar esta versão da história oficial, mas de buscar outras versões igualmente eurocêntricas para este fato, e que foram excluídas da história do Brasil.

Que outras versões temos sobre este fato histórico, mesmo na perspectiva eurocêntrica, que envolvem outras nações europeias além de Portugal?

A expansão marítima e o “Descobrimento do Brasil”.

O “descobrimento do Brasil” pelos europeus deu-se no contexto da expansão marítima que ocorreu no século XV. Os portugueses, utilizando a costa leste do oceano Atlântico, conseguiram contornar o continente africano e logo chegaram às Índias. Teve início a exploração da costa africana, através do comércio de marfim, ouro e escravos.

Os espanhóis, através de seus bons navegadores, achavam que a rota via Ocidente era bem mais vantajosa. Como resultado deste esforço espanhol, Cristóvão Colombo alcançou terras americanas em 1492.

Ciente da descoberta de Colombo, mediante as coordenadas geográficas fornecidas pelo navegador, gerou-se um grave conflito entre Portugal e Espanha. Dom João II, rei de Portugal, reivindicou o direito às terras descobertas, por se situarem nas áreas atribuídas a Portugal, pelo acordo de Alcáçovas -Toledo. Em 1494, após demoradas negociações, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o mundo em duas grandes áreas de influência. O Tratado de Tordesilhas serviu para que Portugal tomasse pé no continente americano, em vésperas de ser “descoberto” por Pedro Álvares Cabral.

Expedições espanholas pré-cabralianas na costa brasileira

Ao longo dos tempos sempre se tentou transmitir uma ideia triunfalista da presença de Cabral no Brasil e do ‘descobrimento do Brasil’ por Portugal. Desta forma, corroborava-se, em torno de Cabral, uma imagem de grande navegador a serviço da coroa portuguesa, que o teria mandado para a Índia e, intencionalmente ou não, com uma escala no Brasil, na perspectiva de assumir novas terras.

A prioridade da descoberta do Brasil continua sendo uma questão polêmica. Discute-se isso há mais de 100 anos, a partir de Capistrano de Abreu, Francisco Adolfo Varnhagen e outros respeitáveis historiadores do século XIX. Para alguns estudiosos, os espanhóis chegaram primeiro. A história do ‘descobrimento do Brasil’ precisa ser recontada como ela realmente aconteceu. Os espanhóis, Vicente Pinzón e Diogo de Lepe estiveram no Brasil antes de Cabral.

Segundo South (1977), em dezembro de 1499, com sua flotilha de quatro caravelas, Vicente Yáñez Pinzón partiu do porto de *Palos de la Frontera* (sua cidade natal e conhecida como a “cunha dos descobrimentos”), no Sul da Espanha. Chegou ao Nordeste do Brasil, no dia 26 de janeiro de 1500, três meses antes do ‘descobrimento’ oficial do Brasil, por Pedro Álvares Cabral.

Ao alcançar a costa brasileira, avistou um cabo que denominou como *Santa Maria de la Consolación*, na costa cearense. Porém, o Tratado de Tordesilhas estabelecia que qualquer território a leste da foz do Amazonas pertenceria à coroa portuguesa. As terras ‘descobertas’, portanto, nada mais eram do que um segredo naval, que deveria ser mantido em completo sigilo.

Como os dois países travavam uma férrea disputa pelas riquezas das novas terras, a ordem era fechar a boca sobre o desembarque no Ceará e torcer para que Portugal demorasse muito para chegar à nova terra. É nesse exato episódio que os chamados interesses de Estado, os acordos e tratados, se sobrepõem às grandes façanhas desses desbravadores: o feito de Pinzón, tudo indica, não pôde ser assumido. Navegadores espanhóis que descobriam terras após o novo meridiano, não podiam tomar posse. Foi o caso.

Segundo Sobrinho,

A flotilha trazia na qualidade de ajudantes Arias Perez e Diogo Fernandez, sobrinhos de Vicente, e vários marinheiros, que também tinham acompanhado o descobridor da América, notadamente Juan Quintero, Juan de Umbria e Juan Jerez, hábeis pilotos. Além destes, como atestam documentos coevos, vinham Manuel de Valdovinos, Diego Colmenero, Pedro Ramirez, Antonio Colmenero, o físico Garcia Hernandez e outros homens afeitos ao mar, e que como antigos tripulantes dos barcos de Colombo, já conheciam terras americanas. Bem aparelhada de gente e recursos materiais esperava-se da empresa completo êxito (POMPEU SOBRINHO,1943).

A presença de Pinzón em terras brasileiras antes de Cabral é vastamente

documentada. Vários foram os depoimentos escritos que comprovam a viagem, dentre eles o do próprio Pinzón e o de renomados historiadores contemporâneos como o do navegador espanhol, Juan de La Cosa (1460-1510), em 1500. Ao local de sua chegada, Vicente Pinzón chegou a batizar com o nome de *Santa Maria de La Consolación*, pois a data correspondia ao dia de Nossa Senhora das Candeias. O fato é que o navegante hispânico tomou posse da terra, em nome da Espanha. E deu à região visitada o nome de Rostro Hermoso. Depois, Pinzón se dirigiu para o Norte, chegando até a foz do rio Amazonas, que denominou de *Santa Maria de la Mar Dulce*.

“E o Brasil era Icapuí”: Ponta Grossa – CE

*“Em Ponta Grossa deu-se o descobrimento / Em 1500 o tal Pinzón
pisou aqui / Pisou o solo do país ensolarado/ E o Brasil era Icapuí”
(Música Fayal, de Célio Augusto)*

Tomás Pompeu Sobrinho (1943) afirma que Pinzón chamou de *Santa Maria de La Consolación* o cabo Corso, hoje denominado de Ponta Grossa ou cabo da Jabarana, no atual município de Icapuí. Fala ainda da expedição de Diogo Lepe que seguiu os rumos percorridos por Pinzón. Lepe teria desenhado o esboço da linha da costa que, provavelmente, serviu de base para que Juan de La Cosa confeccionasse seu célebre mapa. Os “descobrimientos” de Pinzón e Lepe foram desprezados pela Espanha por acharem-se dentro do mundo português, pelo Tratado de Tordesilhas, mas serviu para orientar Pedro Álvares Cabral em sua viagem do “descobrimento”.

Para corroborar mais ainda com os argumentos destes autores, achados arqueológicos descobertos em Ponta Grossa comprovam ser aquela praia um porto natural, por ser uma área de confluência de correntes marinhas. Estes achados dão conta de inúmeras passagens de navios europeus por estas bandas e são importantes fontes históricas que contribuem para ratificar a tese que defende a passagem de Pinzón por estas paragens.

O pesquisador Josué Crispim, pescador da comunidade de Ponta Grossa, coleciona há mais de trinta anos objetos que encontra em escavações à beira do mar e nas dunas da região. Junto aos restos de animais marinhos e conchas fossilizadas em rochas, o pesquisador encontrou muitas peças de fabricação europeia que chama atenção de arqueólogos do Brasil todo e vários pesquisadores

de academias brasileiras, pela riqueza histórica dos objetos encontrados. Atualmente, estes objetos foram reconhecidos como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Enfim, tudo indica que Pinzón alcançou a costa brasileira, em 02 de fevereiro de 1500, chegando na atual Ponta Grossa. Não conseguiu comunicar-se com os índios que se mostraram esquivos e desconfiados. Fez abastecer os navios de água e lenha e os marinheiros que desembarcaram escreveram nos troncos das árvores o dia que ali chegaram, os seus próprios nomes e os do rei e da rainha da Espanha, como sinal de apropriação. Dali partiu e um dia depois desembarcou em *Rostro Hermosso*, atual Mucuripe, Fortaleza, onde fincou uma cruz encontrada pela expedição de Diogo de Lepe, que o sucedeu.

ICAPUI NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO CEARÁ: OS POVOADORES⁸

Manuel de Freitas Filho

Embora sempre tenha ocupado posição pouco destacada na região Leste do Estado do Ceará, o território no qual prefigurar-se-ia o então município de Icapuí, tivera suas plagas cravadas ao longo da mais antiga via de penetração, na truculenta civilização ocidental, nas áridas glebas cearenses. Entendemos que “os caminhos são aspectos geográficos da maior importância e rigorosamente indispensáveis, em qualquer parte onde haja uma região habitada.” (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 63). Alongando-se pela orla litorânea, a *Velha Estrada* ou *Caminho Praieiro* (conhecido mais tarde como *Estrada Geral para Pernambuco*), desde princípios do século XVII, apresilhava o pífilo reduto de São Sebastião, na Barra do Ceará, aos mais civilizados centros do Nordeste Brasileiro.

Transpondo o Jaguaribe, pouco acima de sua foz a velha estrada demandava Natal, passando em Amargoso e Guamaré, nas costas de Macau; depois, costeando o Atlântico como um imenso debrum, alcançava a Paraíba. (STUDART: 1937, p.16).

A princípio, constituía-se em uma vereda mal definida, perceptível apenas aos perscrutadores olhares das tribos túpicas, aos quais prestara de trilha, quando de imprevisíveis retiradas de algumas de suas malocas para o norte. Com diferentes intentos, perlustraram-na aventureiros portugueses apostos a pequenas escoltas que, já ao declinar do século XVI, a maioria dos quais desejosos de alcançar as tão decantadas riquezas e glórias, que as mentes mais férteis não hesitavam em imaginar, ousavam por tais praias enfrentar a emoção do desconhecido, do breve encontro, com o fascínio da sorte.

É no curso dessa árdua via que, com o açoriano Pero Coelho de Souza, no ano de 1603, se dá a primeira tentativa oficial de ocupação do solar cearense. Pessoa com poder na Paraíba e almejando ressarcir-se de graves perdas financeiras, dali partira à frente de uma expedição, sob as ordens do Governador Diogo Botelho, com o propósito premente de atingir o Maranhão e livrá-lo da

⁸ Este texto foi publicado inicialmente como parte do livro ALDEIA DO AREAL: História e memória de Ibicuitaba – Icapuí – Ceará (2003) e reorganizado pelo autor para atender a finalidade desta publicação.

ameaçadora presença francesa. De resto, tudo que pudesse reter em seu domínio, segundo as prerrogativas do direito de posse, seria reconhecido a partir da concepção diplomática que estabelecia o direito de um país ao território conquistado, direito esse fundado na ocupação efetiva, prolongada e independente de qualquer título de domínio.

Mais tarde, no decorrer do ano de 1607, os religiosos Francisco Pinto e Luiz Filgueira, ansiosos por realizarem sua santa Missão apostólica na afamada Serra da Ibiapaba

[...] caminharam do rio Mossoró (Areia Branca), local onde desembarcaram de um navio vindo de Pernambuco, até Angra dos Negros. Foi um percurso a pé, de 46 léguas, aproximadamente, seguindo um itinerário hoje compreendido no litoral de Icapuí, Aracati, Beberibe, Cascavel [...] até Paracuru. (SOUZA: 1994, p. 28).

Não obstante, tais empreitadas não tenham deixado sinais visíveis de colonização, em virtude de seus insucessos para com os objetivos que ansiavam, estes personagens inauguram, diga-se, não sem trágicos prejuízos para suas vidas, uma importante etapa no desencadear do lento processo colonizador luso, para qual concorreriam novas empresas, agora melhor advertidas das dificuldades presentes na conquista dessa terra, de todo ainda incógnita.

A grande necessidade do estabelecimento de intensas relações entre o Recife e o Maranhão levou, a duras custas, a abertura do tráfego pela *Velha Estrada Geral*, no final do século XVII. A rota marítima para o Norte da colônia sobretudo desfavorecia as navegações em embarcações à vela, dado o forte regime dos ventos, das correntes dominantes naquele pedaço da costa brasileira, pontilhada de arrecifes e baixios perigosos. Intensificou-se o movimento mercante de colonos e português, por aquela importante via térrea de comunicação, do Ceará colonial. Todavia, não eram menos arriscados os duros percalços de tal caminho. Assaltos e mortes eram eventos de praxe ao longo dessa travessia. A resistência indígena e bandos aterrorizavam os transeuntes que demandavam Pernambuco (ou vice-versa), por quais terras não se passava impunemente. Maximize isso à sacrificante distância e teremos circunstâncias perfeitas para que se justificasse a procura de um novo caminho, pelo menos mais curto, para a união dos *dois brasis*.

A abertura e viabilidade da nova estrada, embrenhado sertão adentro, é confirmada por volta de 1696, ligações estas que, aos poucos, foi sendo perdida a

importância do tradicional caminho praieiro. Enormes trechos sucumbem no esquecimento, passando outros, por retificações que melhor os adaptassem às exigências da circulação. No trajeto Norte Rio-grandense, finda a *guerra dos bárbaros*⁹ a velha rota desvencilha-se um tanto da marinha, tendo o antigo curso gradativamente abandonado.

Para exemplificar cabe transcrever um registro:

Cenário de um desses cruéis genocídios, foi a turística praia de Tremembé, em Icapuí, empreendido de fevereiro de 1678 pelo Governador do Maranhão, Inácio Coelho da Silva, que naquele instante voltara-se com suas tropas contra a nação Tremembé, no Vale do Jaguaribe, verdadeira salteadora dos comboios e viajantes desprevenidos que, saindo do Maranhão, demandavam comunicação com Pernambuco. Embora não habitassem necessariamente as praias de Icapuí (sendo essa subárea costeira domínio dos Potiguara ou Pitiguara), esses gentios nelas se estabeleceram, graças às perseguições sofridas na costa norte, de onde eram naturais. Vencidos também nas paragens de Tibau e Cajuais, tais nativos deixariam suas maiores impressões na Ponta dos Tremembé, hoje praia de igual nome, porventura, assim denominada em virtude do trágico episódio de extermínio ali ocorrido. Parece mesmo não haver outra razão que justifique sua denominação. (BRANDÃO: 1902, p. 308, 331-332).

Ao se expandir para o interior do território brasileiro, a atividade criatória estimulou um comércio, cujo desencadeamento mostrava-se sempre mais promissor entre os habitantes dessas longínquas regiões. Intrínsecas ao processo de ocupação das glebas nordestinas, por meio da expansão pastoril, duas correntes destacaram-se ao empreender desbravamento a procura de novos campos onde pudesse correrem livres os potentes rebanhos. A baiana, que vicejou no chamado *sertão de dentro*, acompanhando o curso do Rio São Francisco, rio usado para o povoamento do sertão; e a pernambucana, seguindo sempre à vista do Atlântico revolto, as plagas do denominado *sertão de fora*. (ABREU, 1982).

9 Ação que implicou no violento extermínio dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, que tomou corpo a partir de 1670 e alcançou a segunda década do século XVIII, acionada pelos Governos das Capitânicas do Rio Grande do Norte e Ceará, ganhando sanção legal do Governador Geral e demais autoridades. A ordem veio pronta da Bahia e a guerra declara justa, ficando entendido e inquestionável, o emprego de todo e qualquer meio que visasse exterminar o inimigo, “degolando-os e seguindo-os até se extinguir” (...). Não bastasse os escassos recursos disponibilizados pelo poder central, os indígenas haviam se tornado o maior empecilho à colonização, contrapondo-se à meta da Coroa portuguesa que, a todo custo, pretendia promover a tomada das terras e povoamento do território. Intolerantes com a perda de suas terras, os nativos lutaram com as armas e técnicas que tinham para a não destruição de suas palhoças e espaços de referências. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042013000200002. Acesso em Fev.2021.

Reportando-se as seculares vias de entrada do colono com suas boiadas - precursoras dos pilares de uma nova civilização, com organizações, funcionalidades e costumes específicos, rudimentaríssimos, é verdade, porém suficientes para o tempo e para o meio social de então – afirma Câmara Cascudo àquela que:

[...] vinda de Pernambuco, atravessava Olinda, Goiana, Espírito Santo (Paraíba), Mamanguape, Cunhaú ou Canguaretama, no Rio Grande do Norte, Papai (Nísia Floresta), São José do Mipibu, Natal, Açú, Mossoró, Aracati, pela praia de Tibau, limites das duas Províncias, e Fortaleza. Este era o caminho dos mascates, dos pequenos tangedores, dos negociantes que se iam abastecer. (CASCUDO: 1956, p. 2).

O boi foi transplantado para o Brasil a fim de atuar como força motriz no cultivo da cana-de-açúcar e aos poucos se tornou uma atividade independente, indo, além das regiões férteis de Pernambuco e Bahia, para as vastas áreas do sertão, bufando de importância, levando o homem e, com ele o povoamento, até onde a Coroa portuguesa não tivera interesse de ir.

Ao tempo de viajantes como o inglês Henry Koster (1810) e o francês Tollenare (1816), que excursionaram praticamente todo o Nordeste brasileiro, legando-nos importantes relatos das regiões que visitaram, viajava-se de Natal para o Aracati pela estrada do Açú, em franca zona rural. Após o arraial do paulista Moraes Navarro, tocando a lagoa do Piató, atingia-se Santa Luiza (Mossoró) para, logo em seguida, alcançar o Morro do Tibau, em pleno litoral.

Obedecendo a sinuosidade do traçado litorâneo, surgiam depois, sobrepostas às chãs dos tabuleiros, algumas míseras povoações, com alto grau de rarefação demográfica, correspondendo atualmente a importantes vilas do município de Icapuí, como Areias (Distrito de Ibicuitaba), Cajuais e Retiro Grande. Dali, rumava-se ao Aracati, Aquiraz e finalmente Fortaleza. A partir da consolidação da civilização pastoril, no norte do Brasil, tendo como fator propulsor à cultura da cana-de-açúcar nas zonas mais propícias de sua extensão litorânea, referências regionais como Mossoró, no Rio Grande do Norte, Aracati e Mata Fresca, ambas no Ceará, graças ao intercâmbio comercial que gravitava nos rústicos contornos da *Estrada Velha*, passariam a exercer influência decisiva no processo de ocupação e formação de Icapuí.

Esse referido processo deu início à, praticamente, todos os centros históricos do Estado do Ceará. Seguindo o caminho dos principais rios e sopés de serras, desenvolveram-se rotas de tropeiros, de tangedores de gado e, nos lugares de pouso, os primeiros currais (embrião das posteriores povoações) iam timidamente se definindo, núcleo genealógico da família cearense. Aos poucos, essas rotas funcionaram como vetores de fixação de toda a espécie de negociantes, de entrepostos de descanso e de compra e venda, onde se comercializava o gado e se adquiria comida.

No Ceará, como haveria de ser, a empresa criatória centra-se no curso dos dois grandes caudais, o Jaguaribe e o Acaraú, pórticos da nossa colonização.

O caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes, determinaram a multiplicação do gado vacum. Sem tardança, criou-se nos sertões cearenses, qual já em outras paragens do Nordeste, a civilização específica do pastoreio, a única adequada e, sem dúvida, possível” (GIRÃO: 1986, p. 136).

A princípio, conduzido vivo por vaqueiros e tangerinos às praças pernambucana e baiana, onde eram vendidos ou trocados pelas mais variadas mercadorias, o gado cearense passaria a ser negociado em mantas de carne já industrialmente preparadas, conservadas pelo sal, por isso mesmo, capazes de resistir, sem deterioração, às longas jornadas e transportadas agora via navegação de cabotagem. Esta técnica de origem indígena, fora inicialmente adotada pelos moradores do pequeno Arraial de *São José do Porto dos Barcos*, atual cidade de Aracati, localizada na foz do rio Jaguaribe. Dali, o preparo da carne seca ou “do Ceará”, como ficou conhecida, disseminar-se-ia ao Oeste, instalando-se nos rios Acaraú e Coreaú.

Emergia assim, o famoso ciclo das *Oficinas de Charque*, que surgiram em vários portos litorâneos da Capitania, onde o sal farto e o clima favorável predominassem. Nesse sentido, pode-se dizer que a evolução econômica cearense, ao tempo e duração dessa técnica saladeiril, formou um estágio próprio e de alta relevância, que depois passou a outros importantes centros comerciais fora do Ceará, como foi o caso no Rio Grande do Norte (em Açu e Mossoró) e no Piauí.

No contexto desse advento comercial, a partir de 1750, Aracati torna-se o núcleo urbano mais importante do Ceará. Isso não apenas em função das charqueadas, mas sobretudo, pela sua relativa proximidade com Recife e Salvador,

o que a tornou o principal entreposto comercial de toda a região, abastecendo as inúmeras fazendas interioranas - até mesmo aquelas de capitanias vizinhas – com produtos importados (artigos de luxo, manufaturas, ferramentas e materiais de construção) e, para o qual, passou a convergir toda a sorte de indivíduos.

Referindo-se à intrépida figura do negociante em Mossoró, animador de todo desenvolvimento local, explicação do progresso daquela pungente povoação do Oeste potiguar, revela-nos ainda Cascudo:

Toda região era domínio da pecuária e o fazendeiro reinava, sozinho, fazendo seu esforço de alimentação, farinha e fazenda no Aracati, em lentos comboios que, ganhando a praia no Tibau perlongavam a pancada do mar, caminhando dias e dias. Os fazendeiros fixados ao longo das margens do rio Mossoró faziam assim a renovação das dispensas e bragais. Assim fazia Simão Guilherme de Melo, o patriarca do Camurupim – embora neste caso, tais compras fossem – para o uso familiar e da parentela vizinha. Dá apenas o exemplo do caminho seguido. (BRITO. 1982, p.12).

Primordialmente ligado à criação de gado, a colonização de Icapuí e, como em grande parte do Nordeste brasileiro, deu-se fundamentalmente a partir do interior. Porém, em virtude das características dos solos, do relevo e do clima, os núcleos originais do município nunca tiveram um peso relevante na criação do gado cearense, desenvolvendo-se, literalmente, à margem dos fluxos de pessoas e animais, a partir dos importantes polos regionais, no desenrolar da segunda metade do século XVIII, quando então se efetiva o tímido processo da colonização no Ceará.

O limiar do terceiro quartel dos anos setecentos marcou-se por intensos e importantes movimentos desbravadores de nossas imediações costeiras, empreendidas pelo português Antônio de Souza Machado, um dos mais abastados latifundiários e pecuaristas da região Jaguaribana, com propriedades e toda uma rede de parentela e agregados, que se estendiam do Juazeiro do Norte ao território de Santa Luzia do Mossoró. Natural do Arcebispo de Braga, Souza Machado havia chegado muito moço na Capitania do Ceará, situando-se no Vale do Jaguaribe, onde, por volta de 1730, casou-se com Rosa Fernandes da Conceição, ornamento da sociedade de São Bernardo das Russas.

À cata de novas terras onde pudesse estender seu portentoso patrimônio criatório, o referido português partira, em 1750, para tomar uma das mais férteis planícies da região, o Vale da Mata Fresca, distando cerca de 15 km do litoral de

Icapuí, outrora, verdadeiro oásis em meio a campos tão áridos. Na imensidão daquelas ravinas, acima da dadivosa vertente, fez vertiginar uma de suas grandes empresas pastoris, em quais paragens também se torna o primeiro a plantar e difundir a semente da fé católica, erguendo uma modesta capela, onde os jesuítas ainda não haviam chegado.

Os registros indicam tratar-se da modesta “Capelinha da Mata Fresca”, que por tantas décadas permaneceu desconhecida das posteriores gerações, até ser encontrada, em meados do século XIX, por caçadores do Rio Grande do Norte. Após ser descoberta, durante mais de um século a ermida representou uma obra enigmática, não se sabendo ao certo, quem teria sido seu verdadeiro idealizador. Atentemos para o que nos diz o aracatiense Antônio Figueiredo Monteiro, em uma matéria publicada na década de 1970, do século XX, no Jornal O Povo, a respeito daquele curioso tempo cristão:

Essa capela, cuja construção é inteiramente desconhecida, atribuindo uns aos holandeses, por domínio deste no Ceará [...]; outros aos espanhóis, parecendo a versão mais acertada ser a Capela construída pelos portugueses, antes da dominação holandesa e, posteriormente, por estes abandonada. Os holandeses, na sua maioria, não tinham santos em suas Igrejas e esta capela da Mata Fresca foi encontrada com uma pia batismal e muitos santos, que ainda hoje ali existem. O seu púlpito e o seu órgão são bastantes antigos e tudo ali fala de um passado remoto que se prende possivelmente ao período de colonização do Ceará, no ano de 1603, pela fracassada expedição de Pero Coelho de Souza. (O POVO, 1970)

Embora explorasse as férteis áreas do soberbo Vale que desvendou, somente em 1788, Antônio de Souza Machado assenhora-se oficialmente “dono” das terras da Mata Fresca, quando conjuntamente com dois de seus filhos, Domingos Fernandes e Félix Antônio de Souza Machado, as pediram em sesmarias “[...] para si e seus herdeiros, ascendentes e descendentes, nas quaes [queriam] os suplicantes plantarem e crearem seus gados vacuns e cavalares [...]”. (BARBOSA, 1904, p. 264-265.)

Em seguida, partiria a empreender entradas rumo ao Norte, alcançando nossas vastas léguas de praias ainda virgem à índole civilizadora, escravizando e repelindo remanescentes do povo Tremembé, ao passo que explorando o território e fixando novos pontos de apoio. Fora assim em Cajuais e em áreas setentrionais, do

atual município de Icapuí, como Redonda, onde contava com casas, algum gado e muitos tropeiros. Conforme expressa a escritura de dote e de doação a seu sogro, Manoel José Rodrigues Braga, lavrada aos 19 de dezembro de 1789, na vila do Aracati, perante o tabelião Francisco Ferreira de Faria e Souza, entre os vários bens concedidos estavam:

Um pedaso de terra do cício na ansiada Redonda pegando da parte do Nascente tê adiante do Riixo do Miguel em hú cabeso que faz que tem hú riixo ao pê com huma legoa de fundo em preso de oitenta mil réis, hú escravo do gentio da Angola de nome Domingos, em cem mil réis, outro de nome João do mesmo gentio, em preso de 100\$000, huma preta de nome Maria do mesmo gentio, em preso de 76\$000, sincoenta cabezas de gado vacum a preso de 2.500\$ cada cabesa, desaseis egoas a preso de 4\$00 cada huma, hú cavalo de Pay de Egoa em 5\$000 [...] e mais de 100\$000 réis no valor das cazas citadas na ansiada Redonda. (BRANDÃO, 1902, p. 89).

Tão significativo foi o caráter dessas empreitadas que, em 22 de setembro de 1766, o Capitão Mor Governador da Capitania do Ceará, Antônio Vitoriano Borges da Fonseca, outorgou-lhe a Patente de Sargento-Mor das Entradas do Distrito de Mata Fresca e Cajuais, Termo da *Vila de São José de Ribamar* (Aquiraz), jurisdição esta que, em 1783, seria ampliada à Barra do rio Mossoró.

Antônio de Souza Machado, erigindo suas tendas nos limites das terras que haveria de explorar, teve muitos filhos, que o tempo se encarregaria de favorecer com muitas outras posses em terras, gado e graças, tornando-se assim, agente do “desbravamento e colonização das terras” que mais tarde viriam a se definir como Icapuí. Suas constantes incursões foram imprescindíveis para que se estabelecesse, qual em outras partes do rincão cearense, a estreita ponte que punha o nosso litoral em plena comunicação com o interior, já densamente povoado, possibilitando que outros colonizadores (vindos de outras regiões) tivessem livre acesso à mencionada região costeira e passagem garantida também àqueles que, ao alcançar o litoral, desejassem embrenhar-se terra adentro, fato que não tardaria em se registrar.

Nesse sentido, destacam-se outros personagens, também ligados à formação miliciana local, entre eles, alguns marinheiros portugueses da tradicional Bragança e poucos Cristãos-Velhos (assim chamados os judeus convertidos ao cristianismo, por força de decretos régios assinados em Portugal), aos que, posteriormente, afeiçoaram-se rigores e simplicidade da empresa comercial pastoril, no grande reduto criatório que fora o cobiçado Vale da Mata Fresca. Apostos ao litoral,

mantinham intensos e interioranas, qual vigília incessante dos patrimônios que ali haviam conseguido firmar, a saber, terras, gado e vastas áreas de cultivo.

Sobre colonizadores, sesmeiros e suas descendências

A partir da documentação disponível é possível elencar, na história icapuiense, indicativos dos nomes dos povoadores (que chegaram e foram tomando as terras de que já as usavam) e alguns de seus entrelaçamentos matrimoniais, para a constituição de novas famílias.

O extremo setor Norte do município – na região compreendida entre Retiro Grande e a enseada de Redonda – foi uma área que recebeu vários povoadores portugueses, graças as suas nomeações, para a ocupação de postos militares, cujo objetivo era a defesa de pontos estratégicos da costa Leste, garantindo a vigilância dos ancoradouros e baías, capazes de tornarem-se propícios refúgios para a desordeira pirataria, que corria em deliberados assaltos pelos mares do Ceará.

Destacou-se Manoel José Rodrigues Braga, patenteado com as honrarias de Capitão, em 1783, responsabilizando-se pela defesa das enseadas de Ponta Grossa, Retiro Grande e Pequeno, com quem deve ter se dado a implantação do Forte ali existente. Entrelaçou-se com Maria de Souza da Conceição, filha do Sargento Mor Antônio de Souza Machado. Sua vasta descendência, concentrada nas paragens setentrionais do município, migraria definitivamente para o córrego da Mata Fresca, após a morte do chefe patriarcal daquele clã. Durante o desencadear da primeira metade do século XIX, alguns de seus elementos ativos volveriam ao nosso litoral e ergueriam uma Casa de Oração, na parte chamada Caiçara, núcleo fundante da futura cidade de Icapuí.

José Vicente Ferreira de Freitas, também foi um povoador ligado a estrutura miliciana do poder colonial. Proveniente da Bahia, nestas plagas fixou-se em 1795, com título de Capitão Mor da Ponta Grossa, Caiçara e Mata Fresca. Foi um desbravador das matarias intrincadas, conhecedor da região, no uso de sua faina. Para a ocupação de nossas vastas léguas de terras, ainda não trabalhadas pelos intentos da colonização, da Bahia trouxe seus onze irmãos para se beneficiarem com a utilização de novas terras, distribuindo-os em férteis terras, para a fundação de novos sítios, na Ponta Grossa, Mata, Mutamba, Tibau e Areias, sendo para esta última localidade a grande convergência destes indivíduos. Nas regiões onde

atuaram, imprimiram o sobrenome 'Freitas', no desenrolar de muitos consórcios familiares que estabeleceram com diferentes estirpes aqui chegadas.

Com os mesmos propósitos militares, esteve o Alferes Valentim Pereira de Brito, da Mutamba, à Barra do Mossoró, em 1800. A grande abrangência territorial do seu posto, permitiu-lhe conhecer toda a região Leste da área, fazendo o conhecimento necessário, para escolher o que lhe interessava, no uso dessas glebas. Pouco se sabe sobre a incidência familiar do Alferes Valentim em Icapuí. É provável, no entanto, que tenha deixado alguma descendência ou afinidade parental mais influente no Rio Grande do Norte.

As chamadas *Praias de Cajuais*, receberam no ano de 1801, seus Capitães, os Cristãos-Velhos Manoel Joaquim Ferreira Braga e Francisco Costa Maia. Foram, antes de tudo, personagens bastante ligados ao comércio interlocal, detentores de muitas cavalgadas, através das quais realizavam o transporte e o comércio dos produtos essenciais para a subsistência de parte da população local. Aqui, fizeram multiplicar suas proles, notabilizadas tempos afora pelas mesmas tendências dos tráfegos mercantes.

Do sertão cearense, muitos outros colonizadores, com famílias já compostas, haviam chegado. Foi o caso de José Bonifácio de Salazar e Luzia Michaela de Holanda, fundadores da abastada família Holanda, em Icapuí. Ele, filho do português Luiz José de Mendonça e da paraibana Joanna Francisca de Luna; ela, filha de Ignácio da Silveira Bezerra, natural da Paraíba, e de Izabel Maria Correia Lima.

Michaela era uma das inúmeras descendentes do holandês Arnau Florentz ou Arnau de Holanda. Partindo de Russas com seu esposo, fixou-se em Areias e, posteriormente, outros de seus descendentes em Cajuais, com a ideia de poder construir uma vida nova. Possuidores de muitos bens e afeitos à criação de animais, em Icapuí, passaram a dirigir suas potencialidades para a instalação de engenhos banguês, bem como para o cultivo de alguns produtos típicos das culturas de subsistência. Logo tornaram-se indivíduos bastante influentes no contexto sócio-político regional, entrelaçando-se com os Souza Machado, os Marques de Oliveira, os Cunha e os Barbosa de Freitas.

Joanna Marques de Oliveira deu ao solar icapuiense os primeiros descendentes de seus avós. Natural da Fazenda Currais, povoação de Caatinga do Góes (atual Jaguaruana), de lá saiu para matrimoniar-se com Antônio José de Holanda. Era filha de José Francisco Marques de Oliveira e Joanna Rodrigues de

Jesus. A origem de sua linhagem paterna pertencia a tradicional estirpe dos Oliveira, proveniente da Freguesia de São Martinho, em Coimbra. No Ceará, seu patriarca foi Manuel Marques de Oliveira, que se casou nos sertões de Jaguaruana com Luiza Pereira da Cunha, dos quais era neta. Joanna Marques tinha suas raízes maternas cravadas no Rio Grande do Norte, advindas dos pioneiros da colonização do Nordeste. Estabelecidos na então Povoação de Peixe Gordo, os Marques de Oliveira também se revelaram próceres do povoamento dos campos de Mata Fresca.

Do Açu, ocorreram povoadores como os Nogueira de Lucena. No Rio Grande do Norte e no Ceará, o representante desta família foi o Alferes Manoel Nogueira de Lucena, Pernambucano de Muribeca, com doze filhos. Migrou para serra do Mossoró, indo depois residir no Vale da Mata, onde comandou grandes fazendas (CASCUDO. 1955). Embora esse forte contato com aquela planície tivesse aproximado a imensa prole de Manoel Nogueira de Lucena e sua descendência de nossas ermas regiões litorâneas. Os parentes chegariam bem mais tardes nas praias próximas, após saírem do Açu, mais precisamente do Sitio Trapiá, em lenta jornada, a procura de novas paragens. Mesclaram-se os desta família, com os Barbosa de Freitas, os Rebouças e os Souza Machado.

Os Medeiros também estão no rol dos muitos grupos familiares que tem suas raízes guardadas no Norte-rio-grandense. É provável que os desta família em Icapuí, descendam de Antônio Nunes de Medeiros e Tereza Maria de Jesus, naturais do Seridó, que vieram a residir às margens esquerdas do rio Mossoró, no Sítio denominado “Ausentes”, duas léguas distantes da fazenda Santa Luzia. Ali se tornaram proprietários e criadores, construindo numerosa família (CASCUDO, 1955). Posteriormente, teriam se ramificado para as plagas do extremo litoral Leste cearense, entrelaçando com os bisnetos e trinets do português Manoel José Rodrigues Braga.

Muitas outras famílias desempenharam papel decisivo no lento processo de ocupação e povoamento de nossa zona costeira, como os Teixeira-Rocha, Botelho, Campos, Maia, Monteiro, Costa, Pereira-Paz, Reis, Cunha, Rebouças, Filgueira, Carvalho, Cândido, Silva, Salvador, Nogueira-Lima, Alencar, Alcântara, Lacerda, Damasceno, Carneiro, Cirilo, Tavares, Santos, Felix, Pórfiro, Pindú, Barreto, Borges, Araújo, Ferreira e Viana. (REBOUÇAS, s/d.).

No desenrolar dessas conquistas, verifica-se que o Rio Grande do Norte teve relevante ascendência sobre nossos povoadores, sendo muitos os que de lá vieram, mesmo quando já consolidado o povoamento das principais regiões ou ribeiras cearenses. Do Açú às *Cantoadas Sítiais de Caraúbas*, foram regiões que exportaram significativo número populacional que se disseminaram pelos mais variados recantos de regiões costeiras.

Segundo os apontamentos do Barão de Studart (1892, p. 351), acerca do Ceará no tempo do governador Montauray, até 1783, Icapuí configurava no quadro do povoamento regional cearense com apenas uma povoação, notoriamente a única, em condições de receber esse atributo no raio de nossos sessenta e quatro quilômetros de lindas praias, a saber, era Cajuais, ao sopé da íngreme cadeia falesiana, onde “[...] tudo tem, relativamente, aparência de conforto e bem-estar.”, tal qual nos diz Koster (1977, p.125). À época, o Ceará comportava vinte e um desses povoadores – na lista dos quais também estava a Mata Fresca – além de sete Vilas.

Os dados revelados por Studart são contundentes na confirmação do que anteriormente havíamos observado, quando nos referimos à ocupação dessas glebas. É notável perceber que paragens como Retiro Grande e Ponta Grossa, onde se pretendia ter-se dado o início de nosso povoamento, são desprezadas, a título de condições reais para receber aquele atributo. Obviamente, isso se deve ao pequeno potencial humano que comportavam, não encerrando assim, a trama social daquilo que vem a ser o povoado, sendo apenas pautas de efêmeras relações por parte dos que, amistosamente, ali se detiveram, tendo seus mais estreitos laços imprescindivelmente voltados para o interior, qual complexo genealógico de nossa formação.

Fortes razões concorrem para que se venha considerar Cajuais como a primeira de nossas povoações a ser fundada. A privilegiada posição daquele sítio foi, por assim dizer, condição primordial para o alojamento dos forasteiros. Apesar de não dispor de nenhum rio ou córrego, foi exatamente ali, em períodos remotos da formação geológica, onde fluíram as primeiras lagoas e lagos da região, legando à área um elevado lençol freático. Ao longo desse período, em que a ação marinha incidiu de maneira decisiva, ocorreu grande concentração de matéria orgânica que, posteriormente, seria complementada por outros produtos oriundos das falésias (como o cálcio), indispensáveis para a fertilização do solo (SILVA, 1993). Todo esse processo fez daquela baixada uma verdadeira “crescente fértil” e com uma

dependência mínima de bons invernos para um satisfatório desenvolvimento agrícola, atraindo assim, a atenção de muitos forasteiros.

Curioso neste feito é o fato de Cajuais não ter conseguido manter uma posição de destaque ao longo do desdobramento histórico do município de Icapuí, em detrimento da qual, sobrepueram-se outros posteriores aglomerados urbanos. É acatável a hipótese de que a importância e reconhecimento outrora dado àquele povoado, estivessem intrinsecamente ligados às honrarias prestadas ao colonizador que durante o período de dezessete anos (1766-1783) esteve ativamente exercendo funções militares na região, com residência de caráter fixo em Cajuais (BARBOSA, 1904). Após quase duas décadas, Souza Machado migraria definitivamente para o Porto das Oficinas (atual município de Grossos, no Rio Grande do Norte), onde passou a desenvolver a atividade econômica denominada charqueada.

Embora não tenha significado necessariamente o esvaimento do núcleo populacional praiano do qual fora precursor, sua saída de Cajuais teria implicado na mudança da política de beneméritos, com que as autoridades administrativas da Capitania passavam a prestar aos locais habitados por indivíduos privilegiados. Nestes termos, poderíamos estender as linhas dessas considerações e questionar: será que a não circunscrição de Retiro e Ponta Grossa, enquanto povoações, em 1783, também não teria a ver com as prerrogativas dessas relações de prestígio e poder?

O que parece proceder, portanto, foi o caráter efêmero da ocupação desencadeada naquelas paragens costeiras, movida basicamente em função de uma esqualida guarnição militar que, segundo Eusébio de Souza, tivera um caráter não mais que passageiro, impossibilitando dessa maneira a soma de números populacionais apreciáveis, dispondo assim, de uma rarefação demográfica praticamente cristalizada em todo o longo processo de nossa evolução histórica.

Ainda que as primeiras sesmarias atinentes ao território icapuiense tenham sido demarcadas e doadas ao longo da primeira metade dos anos setecentos, não se constata evidências, quanto à preocupação de seus senhores, em promover a sua ocupação – isso, por óbvia falta de interesse e motivos à época. Vários sesmeiros estavam, em sua maioria, fixados na ribeira do Jaguaribe. Eram possíveis descendentes do primeiro grupo de beneficiados com esta política do sistema colonial português, que naquele Vale, em 1681, concedeu uma doação conjunta, oficializada na Bahia, contemplando dezenas de povoadores.

Muito mais tarde, a ordem era “povoar”. Tornar o território habitado pelo colonizador em dois sentidos, de gente e animais, capazes de, financeiramente, contribuir para soerguer a debilitada economia da colônia. Neste sentido, é muito comum ler-se nas petições de data e sesmarias as expressões: “*para povoar*”, “*para acomodar e criar meus gados vacuns e cavalares*”. Inaugurava-se assim, um novo ciclo da história cearense, o da posse demográfica.

Em Icapuí, estes pedidos de doação não fugiram à regra. Foram extensas faixas, demarcadas do litoral para o sertão e que desconsideraram os indígenas que já viviam na região. Constituíam-se em terras ainda consideradas ermas ou anteriormente já doadas e nunca pelos seus senhores ocupadas, as quais, em virtude do absentismo dos seus legais proprietários, haviam caído em comisso. Cabe lembrar que a extinção do direito ou domínio sobre a propriedade que a um determinado senhor havia sido conferida, pelo ato negligente no cumprimento de seus deveres, segundo o prazo legalmente estabelecido. De acordo com legislação sesmarial, cada sesmeiro teria um período máximo de três anos para tomar posse efetiva ou estabelecer seu senhoril nas herdades que lhe haviam sido legadas, povoando-as e fazendo-as produzir. Caso contrário, o sesmo seria prescrito ou cairia em comisso, sujeito a ser doado a outros requerentes, fato comum nas histórias dessas concessões.

A situação em que se encontrava a primeira das datas, requeridas em nosso município por Herônimo da Silva, estabelecido na ribeira do Jaguaribe, que aos 07 de setembro de 1705, recebeu do 11º Capitão Mor do Ceará, João da Motta,

[...] na parte chamada Cajuais, da mesma Capitania, preensepiando na ponta das barreiras que ficam junto a entrada dos mesmos Cajuais buscando o morro a que chamam de Tibau, algumas terras que em algum tempo foram doadas de sesmaria e nunca pellos senhores dellas foram aproveitadas, dandose-lhe de sesmara trez legoas de cumprido com hua de largo.

Mas, porque sendo doadas nos dois primeiros quartéis do século XVII, as glebas icapuienses apenas seriam desbravadas tardiamente? O fato é que, nem todos os sesmeiros deram atenção às porções territoriais que haviam conseguido no litoral, embora fossem terras que fizessem parte das mesmas três léguas de comprido por uma de largo, que foram as médias padrão das primeiras sesmarias. A ausência desses senhores, em termos de efetivo domínio sobre as faixas costeiras,

é entendida quando atentamos para o teor dos requerimentos sesmarias, onde se reclamava claramente a necessidade de “*terras para criar*”.

Ora, é sabido que o litoral (entendido como terras arenosas) nunca se prestara ao empreendimento pastoril em larga escala, motivo pelo qual a ação dos colonos foi altamente concentrada para o interior, região propícia às exigências da extensiva atividade criatória. Aptas a atender poucas necessidades, as terras praianas eram raramente visitadas por estes agropecuaristas e sua gente, por quais paragens não se viam tão afeiçoados. Reportemo-nos a Tibau, ao tempo de Koster, em pleno século XIX, para na prática, melhor perceber a política de escasso usufruto que se fazia de tais regiões. Diz-nos o viajante:

Á volta do meio-dia passamos perto de uma choupana onde residia o vaqueiro de uma fazenda e imediatamente depois deparamos o monte de areia, chamado Tibau, junto do qual se vê o mar [...] paramos para descansar numa pobre choça, erguida no alto da duna pelos moradores da fazenda, e servindo para preparar o pescado – diga-se, a única utilidade daquela pífia palhoça. (KOSTER: 1977, p. 124)

Portanto e, sobretudo no que respeita ao litoral, muito raramente estudar-se-á a ocupação mediante sesmarias, abundantes, é verdade, porém, ausente de informação quanto às posses efetivas. O caráter considerado desolador da região, figurada por causticantes montes arenosos, salvas algumas acantoadas áreas férteis; o total desprovimento de atrativos econômicos e a escassez recursos considerados vitais, também foram fatores que corroboraram para a longa ausência do colonizador, notória parcela dos quais, a princípio, não se detiveram definitivamente às nossas paragens, estando mais relacionados às terras um tanto distantes do mar.

Monsenhor Pizarro, em suas Memórias trazidas a lume por volta de 1820 ou 1822 (BRANDÃO, 1902), evidencia essas perspectivas de vida neste trato fisiográfico. Tendo como referência a Vila do Aracati, escreve, “[...] a leste acham-se alguns sítios de pouca importância, como o Retiro e Caissarra, os quaes continuam até a barra do Mossoró, onde, por falta de água e arenosos, os terrenos são pouco habitados” (PIZARRO apud BRANDÃO, 1902, p. 231).

Foi exatamente com a formação da Vila de Aracati, enquanto principal empório comercial do Ceará, a partir de 1750, que a região que lhe fica ao Leste encontrou a propulsão para o início de seu relativo e lento crescimento, inclusive com o passar de uma longa temporada passou a ser distrito do município de Aracati. Verifica-se desta forma que, decorridos mais de meio século de ações e, ou, empresas como aquelas protagonizadas por Souza Machado, o território de Icapuí ainda concentrava pequenos aglomerados de moradores, sempre margeando o desenvolvimento, compostos de casebres de taipa, a longa distância uns dos outros, sinais visíveis de que

[...] o colonizador pensou apenas no estabelecimento precário de um ponto de defesa ou na montagem de um pouso efêmero, em meio a caminhada. A má situação das povoações que se espalham pelo país revelam, com impressionante constância, o cunho displicente de improvisões de que está invariavelmente ausente a esperança de viabilidade e de sobrevivência. (OMEGNA, 1971, p. 7).

Aspecto importante para se entender o sentido e caráter da influência colonizadora que sofreu o município de Icapuí, em função da qual se plasma a formação de uma identidade técnico-cultural específica, assentada segundo as condições de adaptação ecológica, é a forma de ocupação que se fez do próprio espaço geográfico para o estabelecimento dos núcleos habitacionais. Trata-se de um agenciamento urbano que gerou um conjunto arquitetônico engenhosas casas de taipa alpendradas, dispostas de maneira linear, isto é, em correnteza, “como se estivessem todas participando do alinhamento de uma rua imaginária”. (LEMOS, 1979).

Bairros como Mutamba, Cajuais e todas as outras remotas povoações do município - de algumas das quais restam apenas frágeis resquícios – carregam este aspecto, uma sucessão sempre continua de pequenas vilas, em grandes fileiras, localizadas ao longo da vasta planície dos tabuleiros, onde as residências estão uniformemente paralelas umas às outras, em meio as quais explicita-se um extenso caminho no sentido Leste-Oeste, hoje convertido na rodovia CE-261. Sem dúvida, as evidentes configurações desses traços são um dos mais antigos remanescentes da história desse tempo passado.

Constituíam-se, por assim dizer, em verdadeiras *construções satélites*, uma vez que ali estavam em função de um polo gravitacional maior, o famoso entreposto

que era Aracati. Para ele voltavam-se grandes fluxos de comboios, compostos de fazendeiros e toda sorte de mercadores, que buscavam se proverem de tecidos e alimentos, ou adquirindo produtos comerciáveis para o reabastecimento de outras áreas. Percorriam deste modo, todo o território do município, sempre a tocar até lugares de pouso selecionados, a fim de descansarem para seguir cumprindo o extenuante itinerário.

Nascia assim, o embrião dos primeiros núcleos estradeiros do que mais tarde se definiria como Icapuí, para exercer funções especiais à medida que a população aumentava e se concentrava, ligando as longínquas áreas povoadas do interior aos efervescentes centros mercantis no litoral, de quais ações também resultou o aperfeiçoamento constante de antigas rotas, bem como a consagração de novos caminhos vicinais, o que permitiu a dispersão de pequenos núcleos pela ampliação do domínio da terra e exterminação dos povos indígenas. Fora essa, uma solução característica da colonização lusa.

Ao lado desse fluxo comercial, para todos os efeitos, acresce-se a chegada e fixação de certos povoadores como consequência dos prolongados períodos de estiagem, as quais exerceram apenas um papel secundário no contexto de ocupação, contrapondo-se assim, as ideias que se prestam a fadar o sentido do desdobramento histórico-colonial do município de Icapuí a um processo cujo fio condutor estaria assentado, pura e simplesmente, no âmbito da influência de subsequentes estiagens, quiçá, por trata-se de um território litorâneo. Jamais podemos incorrer nessa insensatez a esmaecer a grande linha norteadora de nosso povoamento, abalizado, na verdade, segundo a dinamização de um ciclo econômico que, em termos regionais, seja direta ou indiretamente, implicou no encadeamento de fatores e circunstâncias mais complexas.

Configura-se, portanto, em nosso desencadear colonizador, uma tríade regional de referência (Aracati, Mata Fresca e Mossoró) cuja estrutura econômica, política e sociocultural, pairava sob os pilares de uma civilização caracterizada pela marcha indelével de nossas fâcies social e histórica, repleta de diferenciações flagrantes e dissimetrias ricas de elementos diversos. Donde resulta a legitimação de nossa identidade, enquanto protagonistas na construção de um novo espaço social, onde muito contou a herança ativista de nossos antepassados, traduzida no gasto irrefreável pelas façanhas e encantos da vida à beira-mar, pelos folgares festeiros das bebedeiras e vaquejadas, das manifestas fantasias brejeiras, do

religioso e do profano. Junte-se a isso o jeitinho manso e caviloso, a sinceridade um tanto maneirista, ao lado do desinteresseiro e cordial espírito hospitaleiro. Somos, pois, essa gente tenaz, guarida dessa disparatada gama de sentimentos, razão pela qual tornamo-nos tão resistentes as revessas geográficas e humanas, passível, claro, a desilusão das derrotas, capazes, porém, do esperançoso despertar para o futuro.

CONFRONTOS INVISÍVEIS E FUNDAMENTOS DA FIXAÇÃO EM ARACATI - ICAPUÍ

Mari Cecília Silvestre da Silva

Entender a questão da colonização e resistência nativa implica perceber os métodos com que o colonialismo se muniu, no âmbito político, econômico, filosófico..., para implementar a colonização, e a pluralidade de reações que variavam do enfrentamento à integração, assimilação e sincretismo, por parte dos indígenas.

Em seu trabalho: *Confrontos invisíveis – colonialismo e resistência indígena no Ceará*, Paulo Sérgio Barros (2002) aprofunda a questão da resistência diante das estratégias que os colonizadores usaram para conquistar, escravizar, catequizar e aliar-se aos nativos, negando a condição “vencidos”, que se atribui a esses povos. Sua contribuição é muito interessante, pois analisa as formas de resistir - sejam aquelas visíveis, violentas, de confronto direto com o colonizador; ou as formas mais sutis de negar o colonialismo, sem utilizar-se de métodos violentos que se manifestam, através de diversas práticas cotidianas de oposição à cultura dominante - contribuindo para manter viva a cultura nativa, embora inserida numa nova ordem sociocultural.

A idolatria, por exemplo, que assumiu uma característica de sincretismo religioso, era um dos aspectos que mais inquietava os colonizadores. Ela é apresentada pelo autor como característica de ajustamento à realidade colonial, expressando uma resistência não desafiadora da ordem vigente:

[...] pode se referir a um domínio em que a persistência ou a renovação de antigos ritos e crenças se mesclava com a luta social, com a busca de uma identidade cada vez mais destruída pelo colonialismo, com a reestruturação ou inovação das relações de poder e, inclusive, com certas estratégias de sobrevivência no plano da vida material dos índios (BARROS, 2002, p. 66).

No combate às idolatrias, os padres denunciavam principalmente, aspectos relacionados à permanência de costumes como poligamia e bebedeiras. Conforme analisa Barros (p. 71), não se pode deixar de considerar a atração natural dos nativos pela bebida, além do seu uso nos rituais, fato que os próprios colonizadores exploraram para conquistar a simpatia dos nativos. No entanto, ela também pode

representar o inconformismo indígena à sociedade nova que o envolvia. Contudo, o que causava maior desânimo aos padres eram os “feiticeiros” que “falavam com o diabo”, eram “mentirosos” e dificultavam a catequese por suas crenças e influências sobre os índios. “Nessas tensões estava a capacidade premonitória e divinatória e curandeira indígena, que em última instância era o que valia para os nativos e, de certa forma, isso frustrava as pretensões evangelizadoras dos padres” (idem, p. 70).

É importante lembrar que os missionários da Companhia de Jesus tinham total autonomia para administrar os aldeamentos indígenas, marcados por uma política de miscigenação e integração da população indígena. De acordo com Théberge (1973), chegando os jesuítas ao lugar em que pretendiam estabelecer a sua missão, antes de qualquer coisa, mandavam levantar uma capela, ou de ramagem ou de madeira e barro, coberta de palhas de carnaúba e, depois com telha; em seguida mandavam os índios construírem suas casas num quadro ao redor da capela.

Estabelecida assim a missão, o seu missionário tornava-se chefe absoluto, a ponto de que nem as autoridades tinham jurisdição nela, nem mesmo podiam entrar na aldeia sem licença do missionário, ainda que fosse o “cura” ou vigário da freguesia, em que estivesse encravada a missão. No entanto, era costume nomear na aldeia um administrador que, de acordo com o missionário, incumbia-se da gerência – era como uma espécie de procurador da missão, que adestrava os indígenas no manejo das armas e os capitaneava quando marchavam para a guerra. Esta acumulação de jurisdição civil e eclesiástica convinha sumamente aos missionários e à Junta das Missões que se utilizavam dos índios fazendo-os trabalhar em seu proveito e enriquecendo as custas deles.

Junto com os missionários, de comum acordo ou não, seguiam outros colonizadores – colonos, tropas oficiais e sertanistas; como meio de segurança, ou para requisitar mão-de-obra para o trabalho –, o que faziam constantemente de forma indiscriminada, ou ainda, para obter vantagens das dificuldades dos padres em suas formas de contato. Os inúmeros interesses em jogo criavam uma série de contradições entre os grupos de colonizadores, inviabilizando a unidade colonialista.

Não eram raras as acusações aos padres por administradores, moradores, sertanistas e até mesmo dos próprios índios, movidos por ambições, intolerâncias e violências. Da mesma forma, os missionários vez por outra escreviam ao governo da metrópole descrevendo os excessos cometidos pelos seus acusadores. No Ceará,

estas questões acentuaram-se a partir do início do século XVII, quando efetivamente os portugueses buscaram consolidar o seu domínio.

Os fazendeiros pressionaram o governo de Portugal por dez anos, exigindo a extinção dos aldeamentos e a expulsão dos jesuítas¹⁰, pois somente assim teriam os índios como escravos e o resto de suas terras, sem embaraços. Em 1759 os aldeamentos são extintos, os missionários da Companhia de Jesus expulsos do Brasil e os índios aldeados passam a viver às margens dos rios, lagoas, mangues, nos bosques e serras circunvizinhas, buscando na natureza novos mecanismos de autodefesa (CORDEIRO, 1989).

As falhas na unidade colonialista permitiam aos indígenas visualizar fendas, através das quais criavam sua liberdade para agir, reagir ou adaptar-se. Os portugueses não deixavam de importunar os índios “mansos” ou “bárbaros”, não importando sua condição de contato, da mesma forma como a resistência nativa era constante e danosa ao colonialismo, explícita ou implicitamente.

Na verdade, nem colonos, nem nativos cessavam suas investidas, avanços e recuos uns contra os outros objetivando adaptar-se ao processo dinâmico e complexo do colonialismo. Do ponto de vista do comportamento nativo, um ajustamento e uma negação da cultura colonizadora. “Nesse contexto, pode-se entender a aculturação, as guerras e os aparentes paradoxos indígenas, os comportamentos ambíguos, pacíficos ou belicosos, aliados ou inimigos, ou seja, a essência da resistência indígena colonial” (BARROS, 2002, p. 54).

À margem das guerras, perseguições, epidemias, aculturação e de interpretação e leis oficiais que, por vezes, negavam-nos ou renegavam-nos a seres espúrios e excluídos, as resistências acontecidas na época colonial percorreram o tempo e sobreviveram nos costumes, nos comportamentos, na linguagem, na religiosidade popular.

Fundamentos da fixação Aracati-Icapuí

A composição étnica do Brasil envolve a população nativa (composta pelas grandes nações indígenas que aqui viviam antes da conquista europeia), pelos

¹⁰Pelo Alvará de 19 de janeiro de 1759, os jesuítas foram banidos e proscritos de Portugal e de todos os domínios da Coroa portuguesa, declarados rebeldes, traidores, adversários e réus da agressão feita à pessoa de D. José; e conseqüentemente considerados proscritos e desnaturalizados (THEBERGE, 1973).

brancos europeus (portugueses, holandeses, espanhóis, franceses, entre outros colonizadores) e negros africanos capturados e trazidos para cá como escravos.

No momento da chegada dos portugueses à América, o litoral do Brasil era dominado pelo grande grupo de linguagem Tupi-guarani, composto pelos Carijó, tupinambá e Tupiniquim, subdivididos em grupos menores, e pelos “Tapuia”. Tapuia era qualquer índio que não fosse Tupi – “o outro, o diferente, o que não se expressa na língua geral¹¹ ou qualquer dos seus dialetos, mas fala a língua travada” (CORDEIRO, 1989, p. 13). Significa até mesmo “o inimigo”. Depois o colonizador empregou o termo para se referir à gente inferior, espécie de bárbaro americano. De qualquer modo, Tapuia é uma denominação política, em certo sentido, entendida e aceita como resistência.

Vasta contribuição para a história da colonização e da resistência indígena foi deixada pelo grupo de historiadores vinculados ao Instituto Histórico do Ceará. Pompeu Sobrinho (1930) ressaltava a resistência dos Tapuia à ocupação de parte do sertão nordestino, preocupando-se mais em classificar geograficamente e culturalmente os grupos não-tupis. Studart Filho (1896) apresenta estudos que também mostram a dimensão dos conflitos coloniais entre indígenas e colonizadores e entre agentes coloniais, bem como as obras de Girão (1984).

Ainda segundo Théberge (1973, p. 7), “as nações e tribos tinham cada uma o seu nome próprio: por isso esses nomes têm causado na nomenclatura e divisão dos índios uma confusão difícil de esclarecer pelo emprego dos nomes das tribos para determinar nações e assim reciprocamente”. Nas anotações para essa edição de Théberge, o historiador Mozart Soriano Aderaldo esclarece que a discordância que se estabeleceu, quanto às denominações das tribos das duas raças típicas e tapuias deve-se ao fato de que as tribos Tapuia tinham seus nomes expressos em suas próprias línguas, mas os primitivos cronistas, em geral, não conheciam esses nomes e davam a elas as designações “inventadas” pelos seus guias, que eram índios Tupi.

Quando se trata da presença indígena no Vale do Jaguaribe, Curt Nimuendaju (1987), em seu “Mapa Etno-Histórico do Brasil”, assinala a presença de

¹¹“A língua geral foi falada no Brasil entre o final do século XVII e o início do século XX. Formou-se a partir da evolução histórica do tupi antigo. Dividia-se em dois ramos: a língua geral setentrional (também chamada língua geral amazônica) e a língua geral meridional (também chamada língua geral paulista). A língua geral setentrional deu origem, no século XIX, ao nheengatu, que ainda é falado atualmente no alto Rio Negro, na região fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia”. In [https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_geral_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_geral_(Brasil)).

vários grupos indígenas, baseado principalmente em autores cearenses: na foz do Jaguaribe, identificados como Potiguara e Jaguaribara; Paiaku, ao longo do que hoje se conhece por Médio Vale; nas proximidades de Icó, os Icozinhos, e no Alto Vale, os Quixelô e os Inhamum.

Segundo o “Mapa Indígena do Ceará”, de José Cordeiro (1989), haviam diversos povos indígenas ao longo do Rio Jaguaribe: Guanacé, Wanacé ou Anacé, na área onde Aracati foi fundada; os Kanindé e os Genipapo, nas proximidades da atual Russas; um aldeamento que reuniu os Quixelô, além dos territórios ocupados pelos Icozinho, Inhamum e Jucá.

Ocorreu um longo confronto entre índios e colonizadores, no final do século XVII e os primeiros anos do século posterior, nas ribeiras do Rio Jaguaribe, como também nas do Açú e parte do sertão do Piauí e da Paraíba. Denominada “Guerra dos Bárbaros”, esse confronto teve início na Capitania do Rio Grande, onde os índios Janduim se rebelaram contra colonizadores que ocupavam a ribeira do Açú, do Mossoró e do Apodi, fato que estimulou grupos que ocupavam parte do Vale do Jaguaribe – os Paiaku e os Icó, por exemplo, a lutar contra os brancos. Esse conflito durou cerca de 30 anos. Após a guerra que exterminou grande parte dos índios, mas não todos, as fazendas de criar gado vão tomando conta da região e os principais núcleos urbanos vão sendo criados como vilas: Russas, enquanto freguesia; Icó (1735) e Aracati (1747).

O domínio português era constantemente colocado em risco, pela presença de corsários franceses e holandeses nas costas brasileiras, embora a aventura holandesa no Ceará possa ser considerada fortuita, em nada contribuindo para a posse ou melhoramento da terra (GIRÃO, 1984). A historiografia aponta para inúmeros obstáculos à colonização desta donatária, onde aparece a aridez do clima, a agressividade do nativo, as correntes aéreas e marítimas dificultando a navegação na maior parte do ano e, sem dúvida, outros fatores de ordem político-econômicas. Os homens brancos encontrados entre os nativos, pelos primeiros exploradores, eram piratas aventureiros sem nenhuma iniciativa colonizadora.

Dada a diversidade e a miscigenação, resulta que o cearense, em suas particulares formas de expressão, seja na fala, no modo de viver, nos artefatos que produz, carrega esse passado, em que o nativo não se deu por vencido e cujas práticas foram incorporadas nas gerações que formaram esse povo, até os dias de hoje.

Caminhos do Gado Aracati-Icapuí

O grande interesse no primeiro século da colonização brasileira no Nordeste esteve voltado para a Zona da Mata Litorânea, área de ocorrência de solo de massapé, onde se desenvolveu o plantio e transformação da cana-de-açúcar, de grande aceitação no mercado externo. A lucratividade da lavoura canavieira foi tão grande e expandiu-se de tal forma que levou à ocupação do maior espaço possível, supervalorizando a mão de obra escrava e proibindo qualquer outra atividade que viesse interferir na sua produtividade.

Apesar da dependência do gado como meio de transporte e como força de tração para os trapiches, e também como fornecedor de alimento e couro a essa agroindústria, havia uma preocupação em separar a área de criação da zona das plantações. “Os tão propalados obstáculos à penetração no sertão foram vencidos pelo incentivo em capturar o negro foragido, escravizar o índio e adquirir novas terras para criar gado, estimulando a penetração do sertão” (GIRÃO, 1989, p. 28).

Capistrano de Abreu (1982), ao estudar a colonização do Ceará, propõe duas correntes de povoamento as quais atribuiu o nome de “Sertão”, ou seja, “Sertão de fora” ocorrido do litoral para o interior, através do Rio Jaguaribe, e originária de Pernambuco e uma outra, “Sertão Adentro”, de origem baiana, que teria iniciado a ocupação e colonização a partir do interior.

A historiografia aponta para inúmeros obstáculos à colonização desta donatária, onde aparece a aridez do clima, a agressividade do nativo, as correntes aéreas e marítimas dificultando a navegação na maior parte do ano e, sem dúvida, outros fatores de ordem político-econômicos. No antigo território cearense viviam cerca de vinte e dois Povos Indígenas (no séc. XVI), cada um com idioma próprio (STUDART FILHI, 1896). Segundo Antônio Bezerra (1918), os Paiacus infestavam as ribeiras do Assú, do Apodi e do Baixo Jaguaribe, e os Cariris batiam-se desesperadamente, desde meados do século XVII, em defesa de suas terras, que se estendiam do rio São Francisco até o rio Curu ou Caracu, no Ceará.

Logo que obtinha uma terra por sesmaria ou por escritura de compra vinha o donatário comboiando seus gados, como se lê em diversas petições, tomar posse dela, que daí por diante ficava a cargo do vaqueiro tipo brutal e pouco menos feroz que o selvagem, que se desempenhava de suas obrigações, comia, dormia com o bacamarte na mão (BEZERRA, 1918, p. 51).

Era esse um dos principais empecilhos à povoação das terras pretendidas pelos povoadores. Os donatários, que eram todos do Rio Grande, de Pernambuco e de Alagoas, geralmente senhores de engenho que viam na criação de gado a possibilidade de expandir suas terras e negócios, dificilmente habilitavam-se em morar nesses terrenos inóspitos, cheios de perigos e rigores. “Entregavam seus currais a tais vaqueiros ignorantes e sem a mínima aparência de humanidade, mas escolhidos de preferência. Muitos venderam as terras das sesmarias sem nunca terem vindo à capitania” (BEZERRA, [1918], p. 78).

Os pedidos de sesmarias cresceram no Ceará, a partir da expulsão dos holandeses (1654), inicialmente nas embocaduras dos rios Pacoti, Choró e Piranj, mas depois de 1680 todos desejam localizar-se nas ribeiras dos grandes rios que percorrem o Ceará: Jaguaribe, Acaraú, Aracatiaçu, Coreau. Ao longo das “estradas de ribeira” nascem os currais, e cada curral pede uma capela, e cada capela exige a presença de um padre, pelo menos esporadicamente.

A grande necessidade do estabelecimento de relações com o Recife e o Maranhão levou, a duras custas, à abertura do tráfego pela Velha Estrada, mais tarde Estrada Geral ou Caminho Praieiro, no final do século XVII. É ao longo dessa rota que se situa Icapuí, com sua conformação alongada, qual um caminho, minimamente habitada nos idos de 1700. Com o tempo a Estrada Velha passa por ratificações, desviando-se do litoral, em busca de ligações mais seguras e favoráveis.

Obedecendo a sinuosidade do traçado litorâneo, surgiam depois, sobrepostas às chãs dos tabuleiros, algumas míseras povoações, com alto grau de rarefação demográfica, correspondendo atualmente a importantes vilas do município de Icapuí, como Areias (distrito de Ibicuitaba), Cajuais e Retiro Grande. Dali rumava-se ao Aracati, Aquiraz e finalmente Fortaleza (FREITAS, 2003, p. 75).

A criação de gado, no interior cearense firmava-se. O caráter salino do solo litorâneo permitiu o abate das reses e a salga criou um mercado de “carne de sol” que, aos poucos, foi substituindo o “gado em pé”, pois este perdia muito peso ao deslocar-se na direção do mercado consumidor.

A técnica indígena da salga foi adotada inicialmente pelos moradores do pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, que viria ser considerado vila, em

1748, e é a atual cidade de Aracati. Por sua localização privilegiada na foz do rio Jaguaribe, passou a ser centro distribuidor, via navegação de cabotagem, até os centros consumidores: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e até Rio Grande do Sul.

Colonos portugueses, paraibanos e pernambucanos se foram estabelecendo e internando para o sertão de modo que vieram habitar a foz do rio Jaguaribe, lugar conhecido por Cruz das Almas, depois São José do Porto dos Barcos. Este povoado evoluindo e tornando-se mais tarde o depósito dos produtos locais, mereceu as visitas de D. João V, erigindo-o em Vila. Nenhuma ação oficial, senão aquela em que se erigiu em Vila, contribuiu para a fundação do lugarejo, sendo este, toda espontânea (MARTINS; GIRÃO, 1966, p. 61).

O abate desses animais com a finalidade de fazer-se artesanalmente a “carne de sol”, levou o couro a ser um produto largamente utilizado no interior cearense, empregado no mobiliário, na confecção de sandálias, roupas especiais para se trabalhar na caatinga etc. Aracati assume uma posição de destaque regional devido sua condição de porto e seu papel na produção e embarque de carne de sol para Recife e São Luiz.

Em 1812, já são citadas as povoações de Retiro Pequeno (Retirinho), Retiro Grande, Ponta Grossa, Enseada Redonda, Picos, Barreiras, Mutamba, Cajuais, Caiçara e Areias, todas elas no litoral icapuiense.

Pelo porto de Aracati, que hoje é a cidade de Fortim, transitava a maior parte da riqueza do Ceará, trazida em costas de animais e em carros de bois, “abastecendo as inúmeras fazendas interioranas – até mesmo aquelas das capitânicas vizinhas – com produtos importados (artigos de luxo, manufaturas, ferramentas e materiais de construção) e para o qual passou a convergir toda a sorte de indivíduos” (FREITAS, 2003, p. 77).

As charqueadas propiciaram transformações econômicas, sociais e políticas de grande importância para a Capitania do Siará Grande, E marcaram o encontro do homem do litoral com seu irmão sertanejo e “contribuíram com o primeiro impulso monetário para desenvolver as fazendas de gado com as divisas de sua própria indústria” (ANDRADE, 1984, p. 66). Possibilitaram, também, o surgimento de núcleos urbanos e o início de um mercado interno, tornando efetivo um comércio marítimo com os centros consumidores mais desenvolvidos da Colônia, abrindo com eles as importações, além de reafirmarem os laços administrativos e aproximarem o

litoral do sertão. A partir da consolidação da civilização do couro, das oficinas de charque e dos curtumes lugarejos como Mossoró, no Rio Grande do Norte, Aracati e Mata Fresca, no Ceará, passam a exercer influência decisiva no processo de ocupação e formação dos territórios (FREITAS, 2003).

As casas alpendradas de Icapuí, foram sendo construídas ao longo desse “caminho do gado”, que inicialmente acompanhava a linha das praias e, posteriormente, abriu caminhos mais ao alto, com características típicas de ranchos. Casas alpendradas serviam de abrigo aos tropeiros e descanso na jornada. Muitas mantêm-se até os dias de hoje, constituindo um patrimônio histórico de grande valor.

O NEGRO NO BAIXO JAGUARIBE

Mari Cecília Silvestre da Silva

Quanto aos negros no Brasil, a exiguidade e a destruição de documentos, livros e papéis relacionados ao tráfico negreiro ordenada, em 14 de dezembro de 1890, pelo jurista Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, dificulta as pesquisas que, muitas vezes, se detêm em certos aspectos, criando lacunas no conhecimento do nosso passado.

A origem do negro no Ceará é relativamente difícil de estabelecer, mas a primeira prova documental de sua ocorrência no Estado deve-se a Matias Beck, holandês, cujo escravo Domingos, preto¹², nasceu no Ceará e falava com desenvoltura, o abanheenga¹³. A importação de escravos africanos provinha principalmente dos entrepostos de Recife (PE) e São Luís (MA) e, em pequena escala, de Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ). Para o Ceará vinham, quase que exclusivamente, africanos do grupo angolano-congolês.

Os principais informes de que se dispõem para este estudo encontram-se em documentos holandeses, relatos de comissões científicas, além dos de diplomatas estrangeiros sediados na Corte, ou no além-mar. Porém, o maior contingente de dados pode ser obtido de anúncios publicados em jornais cearenses do século XIX e relativos à fuga de escravos (RIEDEL, 1988, p. 15-16). Os autores consultados afirmam que se pode depreender da leitura de documentos oficiais decorrentes de inventários e partilhas e jornais da época, que a real situação dos negros cativos no Ceará, no tempo da Colônia, não serve para esclarecer os dados, mas sim para mascarar os horrores a que estavam sujeitos, em todos os rincões do Brasil, aqueles que por força das circunstâncias estavam submetidos à vil servidão.

Relatos de viagens, inventários, anúncios de jornais e, principalmente, documentos das Juntas de Classificação, apontam para o número dos que se ocupavam em serviços campestres. Outros, empregavam-se em atividades domésticas e, um terceiro contingente, menos numeroso, em habilitações profissionais tidas como mais importantes para a coletividade daqueles tempos, tais como construções, entre outras (CAMPOS, 1982, p. 55-56). Pode-se questionar se

¹²Eram chamados “pretos” os negros nascidos no Brasil.

¹³Abanheenga, conhecida por Tupi ou Karani, e que padronizado passou a significar “língua boa”, “língua de gente”. Há várias outras formas de nomeá-la: língua geral, guarani, língua geral brasileira, nheengatu, língua túpica, língua indígena geral.

no último quartel do século XVIII haveria negros cativos trabalhando no interior do Ceará, ajudando o desbravador a desenvolver a atividade pastoril. Afirma Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial, 1500 – 1800*, que “os primeiros ocupadores do sertão passaram a vida apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos prepostos”, e vão estruturar o que o historiador considerou “civilização do couro” (ABREU, 1982, p. 147).

Na primeira metade do século XIX, em geral a população da província do Ceará cresceu bastante. Em 1808, a percentagem de negros no Vale do Jaguaribe era significativa. Considerando-se aqueles classificados exclusivamente como “pretos”; apresentamos um quadro da ocorrência de negros no Ceará:

Tabela 1 – Composição étnica de Aracati, Russas, Icó -1808

Vila	Pretos	Mulatos	Índios	Branco	Total
Aracati	1829	1054	79	2371	5333
Russas	2276	3181	43	5287	10787
Icó	3217	7243	220	7018	17698
Ceará	23444	46594	12383	43457	125878

Fonte: Luís Barba Alardo de Menezes, *Memória Sobre a Capitania do Ceará*. Rio de Janeiro, RIHGB. Tomo XXXIV, Parte Primeira, 1871, p. 255. Citado em: Pedro Alberto de Oliveira. *Declínio da Escravidão no Ceará*. Recife, UFPe, 1988, pp. 50-51.

Esse foi o período de maior importância de mão de obra africana em todo o Ceará (OLIVEIRA, 1988, p. 54-55). Observamos como é diminuta a presença de índios nas três vilas, não passando de 1%, quando a média do Ceará era de 10%, conforme dados apresentados na Tabela anterior. Na segunda metade do século XIX, essas proporções se modificam, pois cai o número de escravizados e o de pretos, mas nas regiões de Aracati, Icó e Russas havia um número significativo de negros, tanto livres quanto cativos. Para todo Ceará, essa proporção sobe para 10% em Aracati e dobra para 15% em Icó e Russas. Nessas três freguesias estavam organizadas irmandades religiosas de pretos como veremos adiante. No primeiro *Recenseamento Geral do Brasil*, realizado em 1872, apareceu a figura do “caboclo”, o descendente de índio, pois se considerava que no Ceará os aldeamentos indígenas estavam totalmente extintos e os índios em processo de assimilação à população geral.

Tabela 2 - Composição Étnica em Aracati e Icó

Vila	Pretos	Pardos	Caboclos	Branços	Total
Aracati	1190	8935	906	6614	17645
Icó	1067	8315	660	5144	14592
Ceará	42593	357420	52837	268836	721686

Fonte: Recenseamento da População do Império do Brasil. Citado em: Pedro Alberto de Oliveira. Declínio da Escravidão no Ceará. Recife, UFPe, 1988, p. 77.

À época da abolição no Ceará, em 1884, Aracati e Russas detinham grande número de indivíduos nessa condição. O sistema escravista vigorou em toda a região. Homens e mulheres escravizados trabalharam tanto nas lavouras de algodão e nas charqueadas, quanto em serviços domésticos. De acordo com dados apresentados nos livros de Compra e Venda de escravos da cidade de Aracati, em meados do ano de 1876, desses 1159 escravizados, o Distrito de Praias registrava uma marca probabilística de pouco mais de 13%, distribuídos entre Mutamba, Areias, e Barra do Mossoró (o que compreende hoje o município de Icapuí). Freitas (2002) coloca-nos a questão sobre o que justificaria a presença africana no território de Icapuí. Segundo suas pesquisas, a qualidade das terras motivou:

A instalação de engenhos banguês por proprietários economicamente viáveis, estimulando a princípio, uma rarefeita escala produtiva de derivados da cana, teria sido a propulsora da importação, ainda que em estreita medida, da subserviente mão-de-obra negra de Pernambuco e Bahia. [...] Localidades setentrionais como a imensa área da Fazenda Retiro Grande, onde posteriormente houvera maior estímulo para o desenvolvimento da cultura algodoeira, outrora também fora reduto afamado de muitos afro descendentes (FREITAS, 2002, p. 140).

As características da descendência negra, encontradas entre os moradores de localidades próximas ao Retiro Grande, como São Chico, Olho D'água e Gameleira. Córrego da Ubarana, Córrego do Retiro, confirmam os dados das tabelas apresentadas e as afirmações de Freitas.

A construção, nas primeiras décadas do século XX, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Areias, hoje Distrito de Ibicuitaba, no município de Icapuí, demonstra a valorização das manifestações religiosas dos “homens de cor” (ou

“pretinhos”), à Santa de sua devoção. Monsenhor Manoel Diomedes de Carvalho¹⁴, quando se refere à “Festa dos Negros”, nessa localidade, revela-nos que: “Todos os anos os Negros subiam até a Povoação para festejarem a Nossa Senhora do Rosário ao som de caixas de guerra, com bandeiras e danças”¹⁵.

Cabe destacar que a maior parte das irmandades de “pretos” e “pardos” na segunda metade do século XIX era “livre” ou estava “liberta”. Tendo em vista que uma parte daqueles que eram considerados “pardos” têm origem africana, não é estranho que, dentre mais de mil negros e negras em Aracati e Icó, por volta de 1860 ou 1870 alguns se organizassem em irmandades religiosas. Nas irmandades de “brancos” não eram aceitos nem “pretos”, nem “pardos”, nem “escravos”. Além disso, podemos imaginar que parte da população negra se mantivesse agrupada tanto nas zonas rurais quanto urbanas dessas antigas vilas.

A partir de 1850, várias irmandades religiosas de “homens pretos” tiveram seus termos de compromisso registrados ou atualizados. Todos eram formados por devedores de Nossa Senhora do Rosário: Aracati, em 1853; Russas, em 1860, e Icó, em 1870. Havia também irmandades de “homens pardos” como a devota Nossa Senhora dos Prazeres, em Aracati. Essas agremiações religiosas se envolveram na libertação de muitos negros escravizados. A igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Aracati, constitui uma das marcas da trajetória da população negra do Vale do Jaguaribe.

Para o século XX, mais uma vez a toponímia jaguaribana aponta lugares com referência africana ou afro-brasileira: Cumbe, em Aracati, e Mucambo, em Riacho do Sangue, atual Jaguaribe. Cumbe é o nome que, na Venezuela, se dá aos quilombos - comunidades formadas por negros no período escravista. Mucambo ou mocambo tem o mesmo sentido. Segundo dados do Movimento Negro, há outros agrupamentos de origem negra em vários municípios do Vale do Jaguaribe. Estão em fase de identificação localidades em Aracati, Russas, Pereiro. Há grandes famílias negras, por exemplo, em Jaguaribe, que participam ativamente da vida dessas cidades (RATTS, 2000).

No Vale do Jaguaribe de hoje, não encontramos índios resistindo à guerra, nem africanos em suas capelas próprias, como se registrou no passado. Se os

¹⁴Manoel Diomedes de Carvalho, pároco da Arquidiocese de Limoeiro do Norte, que esteve atuando no município de Icapuí, no período entre 1973 e 1985.

¹⁵Livro Tombo, no. 1, da Paróquia de Icapuí.

casarões e sobrados dos brancos estão em péssimo estado de conservação, a diversidade cultural e racial pode ser percebida claramente nos costumes do povo que habita o Vale do Jaguaribe.

O DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO EM ICAPUÍ

Maria do Céu de Lima

A análise histórica da produção socioespacial, com a compreensão de suas lógicas e seus ritmos, coloca-nos diante de um universo marcado pela diversidade e desigualdade social nos espaços brasileiro, cearense, municipal e, principalmente, por territorialidades que se particularizam e que, historicamente, motivaram a história do uso e ocupação dos espaços no campo e na cidade (LIMA, 2002).

A partir dessa perspectiva discutiremos a questão da terra no Ceará. Uma pergunta de partida: o que sabem os moradores sobre a história da formação territorial do Brasil, do Ceará e dos próprios municípios? Nos livros sempre há referência às chegadas, em diferentes períodos, de estrangeiros de várias origens e a presença de quem já vivia no lugar, como também registros sobre modos de vida, costumes e atividades laborais.

Associam-se, geralmente, modelos de exploração econômica e as diferentes formas de ocupação do território brasileiro no curso do processo de colonização (entre os séculos XVI e XIX). As fontes documentais indicam a referência que a conquista e domínio do Estado português sobre o território brasileiro se efetivaram em 1530 e, a partir daí, foram adotados atos normativos para distribuição de terras no além-mar (capitanias hereditárias e sesmarias), que passou a ser conhecido como Brasil.

A história de formação do território cearense nos fala: 1) inicialmente das invasões de portugueses e holandeses que chegaram na Costa brasileira, em diferentes momentos, e atacaram com a força das armas os povos indígenas, que opuseram resistência ao domínio dos colonizadores, mas em muitos lugares foram dizimados; 2) a ocupação territorial se deu a partir da consolidação do domínio português, dos deslocamentos para o interior, caminhos e paragens que foram tornando-se referências nesse processo, em muitos lugares de passagem surgiam povoados, vilas e, posteriormente, cidades que foram consolidando a existência da “Capitania do Siará”, a partir de duas principais frentes de expansão:

A primeira frente era de caráter religiosa: tinha como objetivo catequizar os habitantes nativos da região do Ibiapaba. A outra era voltada para a ocupação do território: ocorria por meio da doação de

sesmarias e seguia o padrão expansionista povoador cujos epicentros eram Pernambuco e Bahia, trazendo ao território da Capitania do Siará pessoas a procura de terras para criação de gado (GALVÃO RAMALHO, 2020, não paginado).

Desse processo histórico resulta um legado que diz respeito sobre a história da terra e, principalmente, da concentração da terra nas mãos de uma minoria de proprietários (que inclusive conseguiram reconhecimento de *grilagem*¹⁶) e da negação do direito à terra aos que vivem do trabalho, uma maioria dos que habitam esse solo. Situação que não se deu sem duros embates. Muitos foram os confrontos dos povos do campo (indígenas, jangadeiros, sertanejos) contra os invasores que aqui chegaram, aliaram-se a seus beneplácitos e foram se apossando das terras e dos bens de uso de comuns a elas associadas.

Medeiros, Gomes e Albuquerque usando dados de Censos Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando a concentração da posse da terra na região Nordeste, a partir do cálculo do Índice de Gini, desde 1970 (década que já predominava a urbanização da população no Brasil), perceberam que ficou caracterizada a tendência concentracionista. Destacaram os seguintes valores obtidos no referido Índice:

1970 registrou o valor de 0,836; 1975 aumentou e passou a ser 0,860; 1980 diminuiu e ficou em 0,857; 1985 aumentou e variou para 0,865; 1996 variou e diminuiu para 0,855 e 2006 diminuiu alcançando-se a marca de 0,849 em 2006. No geral manteve a tendência de valores próximos ao maior valor (possibilidade de 0 a 1,0) sendo que entre 1970 e 2006 houve um aumento relativo de cerca de 1,56% na concentração da posse da terra na região (MEDEIROS; GOMES; ALBUQUERQUE, 2012, p. 205).

Ao tratarem especificamente da realidade do Ceará, mostraram quanto a estrutura fundiária, que

a exemplo do que aconteceu na região Nordeste como um todo, manteve-se [...] altamente concentrada e rígida, não apresentando alterações significativas. Este fato ocasiona problemas relacionados ao desenvolvimento do setor agrícola, motivando desigualdades sociais e de renda no campo, colaborando para o surgimento de conflitos sociais e contribuindo para o êxodo rural e a perdas na

¹⁶ A grilagem de terras implica e resulta da falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

produtividade do setor agrícola (MEDEIROS, GOMES E ALBUQUERQUE, 2012, p. 217).

Os conflitos fazem parte do processo histórico de resistências dos povos do campo e do mar no Ceará contra essa realidade. Eles estão no universo das batalhas associadas às tentativas de solução dos conflitos agrários, bem-sucedidas ou não, mesmo que muitas vezes não registradas, mas fazem parte da história da formação social do campesinato cearense e dos jangadeiros e da luta pelo direito à terra e ao território.

Os trabalhadores organizados realizaram, nos anos entre 1985-1995, um período de intensas lutas que não só combateu a “renda da meia”, ou “renda justa”, mas também fizeram lutas políticas e manifestações, em cidades e capitais, por modificações no regime de posse e uso da terra. É nesse contexto que nos diferentes lugares (do acontecer social) emergem os conflitos e as resistências às expulsões ou aos despejos. Afirmam-se a função social da terra e o direito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Movimentos socio territoriais que transformam espaços em territórios

A história das lutas por terra e pelo direito ao território, pelos moradores de Icapuí, nos remete à mesma realidade socioespacial, já referenciada anteriormente, ao discutir a questão da terra no Ceará. No entanto, é preciso considerar que, a partir da década de 1970, instaurou-se, também, novo processo de valorização do espaço costeiro no estado do Ceará. (LIMA, 2002). Com interesses voltados a agroindústria, ao veranismo e aos empreendimentos turísticos na zona costeira deu-se um processo acelerado de valorização das terras e, por consequência, a atuação do empresariado do setor agropecuário (empresas que passaram a atuar na agroindustrialização do coco, do caju, exploração de petróleo) e dos agentes de especulação imobiliária. As “terras arenosas” passaram a ter valor de troca (tradicionalmente, tinham apenas valor de uso).

É inegável que a emergência de novos usos do espaço e a presença de diversos agentes hegemônicos produtores do espaço serviram para dar curso a uma lógica de valorização capitalista da terra nos municípios costeiros¹⁷ que gerou limite

¹⁷Ver BRASIL; INCRA. 2017.

ao uso das terras e até mesmo expulsão de quem era do lugar. Essa nova realidade caracterizou-se pela perspectiva de “modos de vida em confronto” em espaços ocupados historicamente pelas comunidades e povos tradicionais que vivem nos municípios costeiros. Esse processo, ainda em curso, se caracteriza por estar associado à implantação das fazendas de produção de caju, à exploração de petróleo, à instalação de fazendas dedicadas ao cultivo de coco, ao desenvolvimento das atividades de lazer e do turismo, à carcinicultura e aos parques de produção de energia eólica.

Os conflitos evidenciam a disputa pela posse da terra que envolvem grilagem de terras públicas (devolutas¹⁸; terrenos de marinha), usucapião (posse reconhecida para quem não era o seu ocupante) e o aflorar de mecanismos de desagregação e afirmação do modo de vida dos pescadores e marisqueiras frente às tentativas de imposição de formas modernas de viver na zona costeira cearense. O que implica, também, em ação dos “movimentos socio territoriais que, para atingirem seus objetivos, constroem espaços políticos, especializam-se e promovem novas espacialidades” (FERNANDES, 2000, p. 2) Manter para os moradores que são do lugar o direito ao uso das terras e bens de uso comum a elas associados concretiza o direito ao território.

Memórias sobre lutas e conquistas

As histórias narradas são significativas e foram lutas travadas pelo direito à terra e, em associação, pelo direito ao território por moradores em diferentes comunidades. Há casos emblemáticos e é importante reconhecê-los, envolvendo moradores das comunidades de Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba e Picos.

Em pesquisa coordenada por Almeida e Lima (2003), é importante salientar que a comunidade do Retiro Grande e a comunidade de Ponta Grossa

¹⁸ A Constituição Federal de 1988, no seu art. 20, II inclui entre os bens pertencentes à União “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental”. As demais terras devolutas estão no domínio dos Estados. No que diz respeito à questão fundiária, nos termos do art. 188, a destinação de terras devolutas deve ser compatível com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. E, pelo viés ambiental, o art. 225, §5º determina que as terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais (assim como as arrecadadas pelos Estados por ações discriminatórias) são indisponíveis (BRASIL, 1990).

compartilharam de conflitos envolvendo a chegada da mesma empresa, a Marvin Agroindustrial S/A – MARSA (atual Fazenda Retiro Grande do Grupo Edson Queiroz). Antigos moradores citam que a sede da referida fazenda foi construída bem próximo aos alicerces do antigo Forte e da capela de Nossa Senhora dos Milagres, comprometendo esse importante patrimônio cultural. Dizem também, que uma antiga vereda, que ligava esta porção do litoral ao sertão foi destruída a mando dos proprietários da referida fazenda.

Sobre essa situação registrou Freitas Filho (2003) que tal vereda era um importante caminho e por ele foram transportadas as rochas (retiradas de Ponta Grossa) que serviram de alicerce para a construção da Capela da Mata Fresca, no século XVIII, outro importante patrimônio cultural da região.

Os depoimentos dos moradores de Ponta Grossa indicaram que esse conflito de terra ocorreu no início da década de 1970, em especial ao mais citado ano de 1973, data referência da chegada de pessoas que agiam a mando da referida empresa para “obrigar” moradores locais a venderem as posses, onde tinham plantações de cajueiros, algodão e pequenos roçados. Relatos informam que “alguns até venderam por bem, mas outros foram obrigados, a partir de ameaças dos representantes da empresa” (ALMEIDA; LIMA, 2003, p.58).

As famílias que conseguiram permanecer ocuparam a porção de terreno de marinha, enfrentando, em alguns períodos, o avanço do mar sobre a faixa da praia, mas não podiam ocupar as “terras de cima da falésia”. Em 1992, quando já não havia mais espaço nas ‘terras de baixo’ para a construção de novas casas, a comunidade que passava por processo inicial de organização social, tomou uma grande decisão e foi, em peso, protestar e solicitar um espaço para a expansão das moradias, nas “terras de cima”, acampando junto à sede da Fazenda (a poucos quilômetros da comunidade, depois de Retiro Grande). Foram quase 5 anos de luta e depois de diversas reuniões com a Prefeitura Municipal de Icapuí e representantes da referida Fazenda, a comunidade conquistou 18 ha da terra de cima da falésia que foram divididos em lotes de 20x30m para cada família.

Com o aumento do turismo na comunidade no final da década de 1990 (a partir da abertura da estrada que segue contornando a orla, até chegar no distrito sede), a disputa ganhou um outro perfil, pois passou a ser luta interna em torno da questão da preservação ambiental e pelo uso do espaço da praia para a construção de pousadas, barracas (principalmente) e até para a expansão dos terrenos das

casas. No entanto, por se tratarem de conflitos internos, a comunidade relatou que os desafios estavam sendo mediados, através da ação articulada das Associações de Moradores e da Associação de Turismo, que entendiam que, a partir da diversificação dos equipamentos e serviços turísticos, era possível contemplar a toda comunidade.

Lutas emblemáticas de “sem terras” no município de Icapuí

As lutas dos posseiros de Redonda, Peroba e Picos, deflagrada em 1978, que resultou no processo de desapropriação pelo Governo Federal das terras em disputa, também é muito destacada, quando se discute a questão do direito à terra. Esse conflito envolveu a família Cavalcante Porto (o patriarca foi prefeito de Aracati, município do qual Icapuí era parte à época), quando as terras, antes conhecidas como “terras dos Crispim”, foram vendidas pelos Cavalcante Porto à empresa CAJUNOR. Este conflito, conhecido pela população como “a guerra da terra”, acarretou a morte do morador da comunidade vizinha de Peroba, Mané Gapó.

Finalmente, depois de muita luta, em 1982, as autoridades se sensibilizaram com a história da população local e criaram o Projeto de Assentamento Redonda (envolvendo moradores de Redonda, Peroba e Picos.

Seus moradores contam com veemência as agitações na comunidade motivadas pelo fato da “família Porto”, de Aracati, dizer-se dona das terras de Redonda e as ter vendido para a empresa Cajunor, que por sua vez estava decidida a se apropriar daquelas áreas. A família Crispim teve reação, por se considerar proprietária de parcela das terras em litígio, sendo apoiada por muitas pessoas. O movimento se tornou mais intenso quando os Modesto se uniram aos Cirilo, ocupando áreas em Peroba. A Peroba também se integrou no movimento de destruição das cercas gerando um grande conflito que resultou na lamentável morte de Manoel [G]apó, um dos moradores que estavam na luta, assassinado de forma estúpida pelos capangas do empresário que havia comprado as terras. Este fato gerou sentimento de união baseado no pensamento: “morreu um, agora, morrem todos” (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2020, não paginado).

A divisão das terras do PA Redonda, foi feita entre as 264 famílias que já tinham posses e o uso da terra, cabendo 09 ha. na área parcelada, para cada um, e 05 ha. na área comunitária, mais próxima à praia, acompanhando a borda da falésia, onde algumas famílias também tinham seus cultivos e a coleta do caju. A

comunidade sempre viveu e manteve as duas atividades produtivas, com o tempo da pesca da lagosta e o tempo da colheita do caju e dos plantios o período chuvoso (inverno).

A luta pelo direito a terra que deu origem ao Projeto de Assentamento São Francisco no município de Icapuí, iniciou-se em 1998, a partir da revolta de algumas famílias que trabalhavam na Fazenda Baixa da Égua e perderam o emprego pelo abandono das atividades tradicionais da fazenda. O então proprietário manteve apenas dois empregados nos cuidados do patrimônio agrícola. Com o passar do tempo, desempregados e sem terem terra para morar e produzir as condições de sobrevivência, a partir do que sabiam fazer, que era trabalhar nas tarefas atividades ligadas à caju cultura e outras lidas agrícolas.

E, em especial, como se aproximava o período da colheita da safra da castanha, e, /estavam/ indignados com àquela grande propriedade quase abandonada, que para muitos já tinha sido fonte de sustento de suas famílias, decidiram lutar pelo direito ao trabalho. Fizeram isto pensando numa forma de sobreviverem naquele período, já que passavam por muitas dificuldades, principalmente financeiras. A partir daí, juntaram-se e decidiram que se organizariam para lutar e conquistar aquela terra.

Acamparam tanto dentro como fora da área do atual PA. Inicialmente não tinham experiência e apoio de uma entidade organizativa, acabaram tendo inúmeros conflitos entre as famílias acampadas e algumas acabaram desistindo. Aos poucos angariaram o apoio da Prefeitura Municipal de Icapuí, da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icapuí (STR-Icapuí). No entanto, por “falta de negociação” o proprietário entrou na justiça e conseguiu que em torno de 40 famílias fossem despejadas pela polícia e, mais grave, contratou capangas para destruir as barracas construídas.

No período desse despejo o MST estava realizando um trabalho de base e estava envolvido em processo de ocupação de uma fazenda na vizinhança, a *Copan Agro Indústria Ltda.* Então, aquelas famílias que tinham interesse em continuar na luta por uma terra para trabalhar, foram para o acampamento liderado pelo MST. Porém, mais uma vez essas mesmas famílias foram despejadas e decidiram então voltar e lutar pela Fazenda Baixa da Égua, só que desta vez organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A comunidade relata que a ocupação foi realizada a noite, por dentro da mata e, ao amanhecer do novo dia, já havia um grupo de cerca de 100 famílias empenhadas na conquista daquela terra, o que ampliou e fortaleceu o movimento de luta. A partir daí, iniciou-se um árduo processo de resistência contra os ataques sofridos e repressões policiais, pois o proprietário tinha bastante influência política. Mais uma vez as famílias receberam ordem de despejo, porém usaram táticas de resistência e conseguiram se manter na área.

O relato registrado no documento Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) São Francisco (ACACE; INCRA; SEBRAE-CE, 2008) cita que o proprietário contratou seguranças que amedrontavam com armas os Sem Terras. Era comum os ocupantes e militantes serem perseguidos e dois deles acabaram sendo presos. Chegou um momento que foi avaliado que era hora de escolher um nome para o local, inicialmente com proposta do MST foi atribuído o nome de Acampamento Dandara, mas com o passar do tempo e com a atual situação de aflição recorriam e rezavam sempre a São Francisco, a quem clamavam nas horas difíceis. Por acreditarem que eram atendidos, reuniram-se e decidiram mudar o nome do Acampamento para homenagear o referido santo em agradecimento.

Após anos de luta, o decreto de desapropriação foi publicado em 22/03/2001 e, no dia 27/11/2001 publicada a emissão de posse. Finalmente a comunidade pode comemorar a conquista da terra, porém, os assentados ainda passaram dificuldades, pois não se entendiam e aconteciam muitos conflitos internos. Assim sendo, em meados de 2007, a comunidade se divide e formam duas organizações distintas, sendo uma com apoio político organizativo do MST e a outra da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece).

Segundo o referido PDA São Francisco, as famílias tinham formas de organização comunitárias distintas. Inicialmente, a entidade representativa de todo o PA São Francisco era a Associação Juntos Venceremos dos Assentados e Assentadas do Assentamento São Francisco (AJUASF) e seguia a linha política do Movimento dos Sem-Terra (MST). Porém, diante dos conflitos internos recorrentes, um grupo divergente fundou Associação Comunitária e de Agricultores Luz do Sol (ACALS) e seguia a linha política da Fetraece. (ACACE, 2008). A AJUASF não está mais ativa e, em 2021 estão ativas e atuam no PA São Francisco a ACALS e a Associação dos Agricultores e Agricultoras Vitória e Conquista do Assentamento

São Francisco (AVCASF), ambas sem vínculo de ação política com o MST e FETRAECE.

Os investimentos públicos, tanto na vila do INCRA (PA Redonda), como no entorno do PA São Francisco e da Vila Nova Belém (CVTP), como nas comunidades a beira mar, careciam de infraestrutura, abandonadas pelas gestões administrativas, em seus diferentes níveis, gerou ações propulsoras de interesses diversos, especulação imobiliária nos terrenos de marinha e na área comunitária, tanto para segundas residências como para empreendimentos turísticos. Esse processo provocou conflitos entre os próprios moradores, denúncias de desmatamento e da ocupação desordenada¹⁹.

Ilustra essa realidade, também, o conflito em defesa do direito à terra que ocorreu já no ano 2000, envolvendo o sr. Luiz Fiúza, arquiteto, que pretendia construir um grande empreendimento turístico na área da bela paisagem da enseada (“pontão entre Redonda e Ponta Grossa”). Afirmando ser portador de um documento que indicava propriedade de grande parte das terras na “borda marítima” da enseada de Redonda, sendo logo foi desmentido por moradores e, principalmente, pela juventude local, com apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-Fortaleza), da equipe do Instituto Terramar e dos servidores do INCRA. (LIMA, 2002).

Essas experiências contribuíram significativamente para a singularidade da história das lutas por terra nos territórios comunitários que fazem parte do município de Icapuí.

¹⁹ No entanto observa-se cada vez mais ocupada e sem o devido planejamento.

O JORNAL “O JAGUARIBE” EM DEFESA DA EMANCIPAÇÃO DOS PRAIANOS E MATENSES

Gustavo Augusto da Silva Cruz

Você já leu algum jornal? Sabe como são construídos e para que servem? Os jornais são importantes meios de comunicação da imprensa, veiculadores de informações que nos chegam diariamente, de forma rápida, para serem apropriados e consumidos por aqueles que os leem. Os produtos da imprensa não se limitam aos jornais, pois existem outros meios de comunicação, tais como, as revistas, a TV e o rádio. Mas qual o valor e importância da imprensa para a história? “A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma batalha pela conquista das mentes e corações” (CAPELATO, 1988, p.13), ou seja, muita coisa está envolvida em sua produção.

A imprensa nos possibilita conhecermos a história daqueles que estiveram inseridos no tempo passado, nos embates políticos, sociais, culturais e religiosos. Portanto, o que registra, está datado e inserido em uma determinada e específica conjuntura histórica. Nada é produzido no vácuo, mas construído historicamente pelos homens no tempo (BLOCH, 2001). Com o jornal *O Jaguaribe* não foi diferente. Vejamos.

Em 12 de julho de 1930, o jornal *O Jaguaribe* começou a circular na cidade de Aracati. Fundado pelo jornalista João Freire de Andrade e o comerciante João Porto Caminha, esse periódico do interior cearense perdurou até aproximadamente o ano de 1960, contado com trinta anos de produção ininterrupta. Em sua primeira edição, a direção política do periódico ficou a cargo de João Porto Caminha. Mas o mesmo viajou para o Rio de Janeiro, a fim de resolver questões comerciais ligados à sua propriedade. Em sua ausência, Aluísio Porto o substituiu.

João Freire de Andrade foi o principal responsável pela produção e direção política do jornal *O Jaguaribe*. Nascido em Pereiro-CE, no dia 09 de novembro de 1868, era conhecido por seu pequeno porte físico, sendo retratado como “[...] franzino e débil” (O JAGUARIBE, 1942, p.3). Apesar disso, foi um sujeito que esteve profundamente envolvido na política do Estado e de Aracati. Foi chefe do Partido Conservador Graúdo, Administrador da Mesa de Rendas e Intendente em Aracati nos governos Franco Rabelo, Floro Bartolomeu e Setembrino de Carvalho. Faleceu

em 1937, gerando grande comoção na família Freire e em Aracati. Após sua morte, a direção política do jornal *O Jaguaribe* ficou sob a responsabilidade de seu filho, José Freire de Andrade.

Outro importante colaborador do jornal *O Jaguaribe*, principalmente para sua manutenção financeira, foi João Porto Caminha. Caminha foi um rico comerciante de Aracati, tendo sido o principal proprietário da firma *Caminha & Cia*, indústria que exportava produtos, tais como, cera de carnaúba, algodão, chapéus, bolsas, esteiras, etc. Além de comerciante, foi prefeito de Aracati, nomeado em 1934 pelo Interventor Moreira Lima, exercendo esse papel por um longo tempo na cidade.

Aracati não contou apenas com o jornal *O Jaguaribe*. Desde o século XIX já temos notícia da existência de periódicos que circulavam na urbe aracatiense, tendo sido o *Clarim da Liberdade*, de 1831, o primeiro jornal a ser produzido de que temos notícia.

Mas onde fica Icapuí e a história de sua emancipação em tudo isso? A emancipação dos “praianos” e “matenses” não foi algo instantâneo, mas, consistiu em um processo marcado por uma série de conflitos políticos e sociais, envolvendo alguns sujeitos nas tramas do poder político e da história. Em um mundo onde estamos acostumados a rapidez das transformações, nos esquecemos de refletir sobre os processos envolvendo nossa história. Além do mais, é muito fácil esquecermos, ou, sequer buscarmos conhecer alguns dos sujeitos que fizeram parte de nossa história de lutas, que marcaram profundamente o processo de emancipação do que hoje conhecemos como Icapuí.

Há algumas notícias presentes no jornal *O Jaguaribe*, que fazem referência as lutas políticas para libertar Icapuí do “[...] jugo aracatiense por questões muito justas e humanas” (*O JAGUARIBE*, 1955, p. 4). Isso significa que um jornal local de Aracati, estava defendendo a emancipação de Icapuí, algo bastante curioso. Isso se explica por conta de o jornal *O Jaguaribe* se opor às oligarquias locais que existiam em Aracati naquela época, em específico aos Costa Lima.

O processo de emancipação efetiva, de 1985, será tratado em um outro texto. Aqui busco apenas discutir sobre o jornal *O Jaguaribe*, enquanto parte da imprensa como material importante para pesquisa e estudo sobre Icapuí, além de propiciar aos estudantes leitores do texto a possibilidade de fazer suas próprias leituras, de forma crítica e autônoma.

As lutas políticas para emancipar Icapuí já vinham ocorrendo desde 1938 (ALMEIDA, 1993), o que deixa claro a existência de diversos sujeitos envolvidos no processo, dentre eles o Deputado Estadual Ernesto Gurgel Valente. Você já ouviu algo a respeito desse sujeito? Sabe o que ele fez em relação a Icapuí? Talvez você ainda não conheça nada a respeito. Ele agiu no cenário político, em prol de Icapuí, de forma ativa e constante. Leiamos:

O parlamentar aracatiense, Ernesto Gurgel Valente, trabalhando ativamente no sentido de separar boa parte da terra praieira do município de Aracati para construir um município autônomo. [...] sua ação é digna de aplauso entusiasta de todo aracatiense consciente e honesto. Icapuí precisa se emancipar do julgo (sic) aracatiense por questões muito justas e humanas. Batemos palmas ao parlamentar Valente, não palmas bajulatórias, mas palmas que batemos em aplausos agora e que se for necessário amanhã bateremos em vaia. Icapuí precisa e deve emancipar (O JAGUARIBE, 1955, p.4).

É interessante notarmos o quanto o jornal *O Jaguaribe* exalta a ação política vigorosa do deputado Ernesto Gurgel Valente, sua ousadia e sentimento social de libertação geográfica e política. Parece que a temática da autonomia dos “praianos” e “matenses” estava gerando uma efervescência política na época, o que gerou a necessidade de comunicá-lo através da imprensa. É necessário refletirmos sobre essas questões de uma perspectiva da cultura política, relacionada aos comportamentos políticos. Compreender essas posturas é importante para entendermos partes das relações políticas e seus desdobramentos no âmbito do poder (AZEVEDO et al, 2009).

Em 1938, o projeto para a emancipação de Icapuí foi até elaborado, mas, sequer chegou a ser apresentado na Assembleia Legislativa. Nem por isso, o anseio por liberdade cessou. “Em 1957, os praianos e matenses voltaram à carga, reivindicando sua emancipação política” (O JAGUARIBE, 1958, p.4). Percebamos que esse sentimento não se restringiu a uma classe política de elevado status, mas, estava presente na mentalidade coletiva da população de Icapuí, principalmente dos jovens, expresso em pedidos por populares a Assembleia Legislativa do Estado para analisar as condições geográficas, econômicas e sociais de Icapuí, a fim de torná-lo município.

Ventilando o assunto, vêm ele apaixonando das populações praianas, que veem com acerto político-administrativa de sua zona, primeiro passo para a criação ali de condições de progresso [...]. Ideais como essa, que representam a aspiração comum, depois de despertadas na consciência do povo, notadamente da mocidade estudiosa, não morrem jamais. [...] meus parabéns à mocidade e ao povo praiano, pela vitoriosa ideia da criação de um município (O JAGUARIBE, 1958, p.1,2).

Em maio de 1958, três deputados, incluindo Ernesto Gurgel foram em direção a Icapuí, a fim de analisar as condições locais para a elevação a município. Mas a emancipação não ocorreu na mesma época, devido a oposição ferrenha da oligarquia local dos Costa e Lima, na pessoa do Prefeito Abelardo Costa Lima, inclusive tendo algum dos projetos anteriores sido “engavetados ou extraviados”.
Leiamos:

[...] o pedido de autonomia de Icapuí se encontrava, não nas gavetas das comissões técnicas, mas no cofre particular do Prefeito Abelardo Costa Lima... Como, aquela papelada foi parar em Aracati, é coisa que ninguém sabe. Mesmo porque ainda de acordo com o deputado Ernesto Gurgel Valente, o problema está envolto no mais profundo mistério... PRAIANOS, diante do exposto, podeis verificar em toda sua plenitude a ação maligna do Sr. Prefeito Municipal, que em hipótese alguma deseja ver Icapuí elevada à condição de cidade. Ele agindo desta forma está, acima de tudo, obstando o progresso de Icapuí, conseqüentemente a dos seus habitantes, pois a autonomia desta Zona lhe seria prejudicial politicamente falando (O JAGUARIBE, 1958, p.1,4).

Mesmo diante dos atrasos e duras oposições, seguiu-se a luta da “[...] cruzada da redenção do povo praiano” (O JAGUARIBE, 1955, p. 4).

Vimos que a ação política esteve ligada a grupos políticos específicos e a populares de Icapuí, que inflamados pelas ideias políticas de emancipação, lutaram ansiosos e desejosos por sua autonomia e liberdade. Parte desses embates foram registrados pelo jornal *O Jaguaribe* e, estão vivos na memória daqueles que experimentaram o sabor de um tempo difícil, mas que geraram conseqüências que mudaram radicalmente a história da Canoa Veloz.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM ICAPUÍ

*Ana Paula da Silva Lima
Mauro Alexandrino Marciel da Costa*

A história de Icapuí não é muito diferente de alguns outros municípios pequenos do Ceará, dominados por oligarquias locais e, estando primeiramente ligado a um município maior, esse lugar só é lembrado em época de pleitos eleitorais.

Nos anos 1980, um grupo de jovens de Icapuí que havia saído da região para estudar em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, começou a se reunir e fundou uma entidade denominada União Estudantil Praiana (UNEP), a partir da qual estreitaram o contato com a população icapuiense, tendo como principal objetivo mobilizá-la para a luta pela emancipação política (CIRILO, 2002).

Em 22 de janeiro de 1984, um grupo de icapuienses ligados a UNEP, com o apoio de algumas comunidades, conseguiu desmembrar Icapuí de Aracati, política e administrativamente, por meio de um plebiscito. Logo após a resposta afirmativa da população, foi escolhido o representante do povo para administrar o município, tendo por líder José Airton Félix Cirilo da Silva, primeiro prefeito do Município, reeleito prefeito em 1992 e, hoje, deputado federal.

As administrações políticas²⁰ desenvolvidas em Icapuí, desde a sua emancipação, foram pautadas pelo respaldo popular, devido à transparência e o diálogo com a população local e a implantação de um projeto de administração que ficou conhecido, no Estado do Ceará, no Brasil e até mesmo fora do país, haja vista o município ter recebido vários prêmios de diferentes instituições²¹.

Apesar de bastante jovem, o município de Icapuí ostenta um currículo de títulos apreciáveis, como bem destaca José Airton Cirilo da Silva:

²⁰ As quatro primeiras administrações foram todas petistas (PT), a quinta foi psdbista (PSDB), a sexta foi novamente petista. Atualmente, o município é governado novamente pelo Partido Social Democrático – PDS.

²¹ A gestão participativa nas áreas de saúde, educação e turismo valeram ao município o reconhecimento e prêmios concedidos pelo *Unicef*, Fundação Ford, Fundação Getúlio Vargas, JICA (Agência de Cooperação do Japão), Embratur e Abrinq, APRECE (Associação dos Prefeitos e Municípios do Ceará), CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Saúde e Governo do Estado do Ceará - SEDUC, SESA.

É a cidade com menor índice de mortalidade infantil do Ceará e na qual todas as crianças em idade escolar encontram-se matriculadas. Tem também cobertura de abastecimento d'água tratada e rede elétrica em todas as comunidades. É importante saber que antes da emancipação, o município era campeão em analfabetismo (70%), possuindo apenas 37 (trinta e sete) professores leigos, em oito precários prédios escolares e com apenas 690 alunos matriculados. Da mesma forma, saúde era “um artigo de luxo”, onde a mortalidade infantil ultrapassava a marca de 100 por 1.000 nascidos vivos, além de não possuir nenhum saneamento, nem água tratada. Mais de 70% das casas eram de palhas e a rede elétrica cobria apenas 30% do município. O quadro dramático, retratava-se pela miséria, pobreza e mendicância do povo (SILVA, 2002, p.62).

Observando o histórico das gestões políticas icapuienses, vale ressaltar as seguintes conquistas, registradas ao longo dos anos, conforme citado no Caderno Gestão Pública e Cidadania da FGV16 (LOTTA; MARTINS, 2003):

Quadro 2 - Histórico das gestões políticas icapuienses, conquistas.

1991	O prêmio mais importante, que colocou Icapuí no cenário internacional: o Prêmio Criança, Paz e Educação, concedido pelo UNICEF ²² , em reconhecimento ao fato de Icapuí ter conseguido colocar todas as crianças na escola.
1994	Prêmio 100% de Cobertura Vacinal, concedido pela secretaria de saúde do Estado do Ceará.
1996	Prêmio Destaque em Educação, concedido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, em reconhecimento a universalização do ensino de Icapuí;
	Prêmio Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), concedido pela EMBRATUR ²³ pelo fato de Icapuí ter sido um dos dez municípios do país a implantar com sucesso o PNMT;
1999	Prêmio Projeto Luz, concedido pela JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), pela implantação bem sucedida de estratégias visando à humanização do setor de saúde
2000	Prêmio Políticas de Saúde, concedido pelo Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde, por Icapuí efetuar 100% de cobertura vacinal
	Prêmio Melhor prefeito do Estado do Ceará, concedido pela APRECE ²⁴ . O prefeito esteve por oito vezes entre os melhores do estado e foi escolhido entre os melhores prefeitos da década
	Prêmio Gestão Escolar, concedido pela Secretaria Estadual de Educação, em reconhecimento ao trabalho realizado nas escolas Gabriel Epifânio dos

²²Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência.

²³Instituto Brasileiro de Turismo - é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional.

²⁴Associação dos Prefeitos do Ceará.

	Reis, em Cajuais, e Horizonte da Cidadania, em Redonda
	Prêmio Prefeito Amigo da Criança, concedido pela Fundação ABRINQ pelos direitos da criança e do adolescente, pelo fato de Icapuí ter apresentado os melhores indicadores sociais nas áreas de saúde e educação
	Prêmio Selo Unicef – Município Aprovado, outorgado pelo UNICEF, por Icapuí ter priorizado o desenvolvimento político-infantil na saúde, educação e orçamento participativo.

Fonte: LOTTA; MARTINS (2003)

Muito disso, se deve às ações que o município realizou, quando universalizou o acesso à escola para todas as crianças e jovens em idade escolar, reduziu a mortalidade infantil e melhorou a qualidade dos serviços prestados a toda a população, por meio da democratização e da descentralização das ações da gestão pública possibilitando bons resultados.

A partir de 1997, tem início a quarta gestão municipal em Icapuí, tendo pela segunda vez como prefeito Francisco José Teixeira, conhecido popularmente como Dedé Teixeira. Além de dar continuidade às ações bem sucedidas do prefeito José Airton Cirilo, implantou a experiência do Orçamento Participativo (OP), como forma de incentivar a participação popular e democratizar o orçamento público. Todo esse diferencial de participação social que possui o município de Icapuí pode estar ligado ao fato de a emancipação política ter se dado com o envolvimento popular, como ressalta José Airton Cirilo da Silva,

Já se fazia a madrugada de 23 de janeiro de 1984. A praça de Mutamba, mais tarde reconhecida como praça da liberdade, testemunhava a euforia do povo que saiu de casa e andou até seis quilômetros a pé, em verdadeira romaria, para comemorar o resultado final do plebiscito do dia 22. A maioria da população sufragara o SIM, decidindo-se pela emancipação dos distritos de Icapuí, Ibicuitaba e Cuipiranga para a formação do município de Icapuí, desmembrando de Aracati. A multidão estava deslumbrada com a vitória. As pessoas pulavam, gritavam, rezavam, apertavam-se as mãos, trocavam beijos e abraços. Ao choro misturavam-se lágrimas e sorrisos, o que só fazia ressaltar o entusiasmo transbordando no rosto de cada um, como a ensaiar o grito de liberdade até então emudecido e fazendo luz sobre o caminho pela qual iniciáramos longa jornada (SILVA, 1998, p.28).

A experiência do OP em Icapuí se deu até o ano de 2003. Apesar de se desenvolver um processo bonito de envolvimento cidadão, na tomada de decisões coletivas, através da discussão do orçamento público e eleição de prioridades, com

o cuidado de ouvir e conhecer os desejos comunitários, o OP foi avaliado pela população como um processo de consultar as prioridades e não de deliberar, pois um dos motivos que levaram a baixa participação desta experiência foi exatamente o não atendimento aos aspectos que as comunidades elegiam.

Além disso, o que levou a ruptura do OP com as comunidades foi à falta de continuidade nas duas gestões posteriores ao PT, do então prefeito José Edilson da Silva, do partido considerado de centro o PSDB²⁵. Esse governo foi marcado pela gestão baseada na popularidade do gestor municipal e o assistencialismo. Essa aproximação com o pensamento patrimonialista e, apesar das transformações do cenário brasileiro de direcionamentos da política junto a retomada do progresso e novos processos, nos mostrou um distanciamento das gestões anteriores, mais participativas, descentralizadas e autônomas (PRADO JÚNIOR, 2011).

De acordo com as práticas acima citadas, referentes ao gestor Edilson Cirilo Silva, o seu mandato de reeleição não foi concluído, em virtude de um processo de cassação por ação de crime eleitoral gerando um novo pleito, denominado de suplementar, com um mandato de apenas 01 (um) ano. Nesse processo, no ano de 2011, foi oportunizado novamente a volta do PT à prefeitura com a vitória do então candidato Jerônimo Felipe Reis de Souza que, após um ano, foi reeleito por mais quatro anos 2013-2016.

Sua gestão foi marcada por críticas da população, pelo fato de não terem sido realizadas muitas obras físicas e nem trabalhos de destaques nas áreas sociais, de saúde e educação, mas do ponto de vista fiscal conseguiu deixar o município adimplente abrindo as portas para o próximo gestor captar recursos externos, através de projetos e realizou um concurso público ratificando a importância da meritocracia. Mas do ponto de vista de participação popular essa gestão não obteve destaque.

A partir do ano de 2017, assume a prefeitura de Icapuí Raimundo Lacerda Filho eleito pelo partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro, partido considerado de centro), mudando-se, posteriormente, para o PSD (Partido Social Democrático, considerado como centro-direita). Essa gestão trouxe o lema “*Quem ama cuida*”, em que buscou investir no trabalho técnico e qualificado, dando lugar ao novo olhar na forma de governar, propondo como gestão pública local a retomada

²⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

da participação cidadã. Adotou como caminho o diálogo, entre a prefeitura e a população, em uma tentativa de reverter práticas individualistas, assistencialistas e a centralização de decisões.

Foi dessa forma que essa gestão iniciou suas práticas elaborando, de forma participativa e democrática, seu Plano Plurianual 2018-2021 com o envolvimento das 36 (trinta e seis) comunidades. Essa foi a oportunidade de voltar a sonhar com uma comunidade melhor, e o gestor assumindo maior responsabilidade de conhecer os anseios da população, buscando, através de recursos próprios e externos, projetos, obras e feitos que fossem ao encontro desses desejos comunitários também referendados na Lei Orçamentária Anual.

Além disso, a Secretaria de Governo, através das reuniões comunitárias criou um Fórum denominado de Comunitário e Participativo com a participação de 02 (dois) representantes por comunidade, escolhidos democraticamente e hoje é um espaço de diálogo permanente entre o poder público e a sociedade.

E todos esses sonhos comunitários aos poucos vêm sendo possível realizá-los, porque houve uma escuta, por parte do poder público, no que tange as demandas das comunidades e, hoje, quase 100% delas têm em seus cenários pelo menos uma ação concreta realizada pela atual gestão.

Assim é possível observar a busca de fortalecimento da organização social, através da revitalização de algumas associações de moradores sendo possível ver uma melhora no acesso aos equipamentos públicos, como: reformas e construções de unidades básicas de saúde, reformas das escolas municipais, melhorias nas vias públicas, através de novas pavimentações, qualificação no sistema de abastecimento de água, ampliação da coleta de lixo e da iluminação pública, além do destaque no melhor atendimento ao público.

Por fim, observa-se que ainda há grandes desafios na atual gestão. Dar continuidade ao trabalho que vêm sendo realizado, focar nas áreas de cultura, turismo e esportes, por meio de investimentos, desenvolver programas que gerem oportunidades de emprego e renda para a juventude. Priorizar mais as ações que possibilitem a promoção de políticas que incluam a pessoa idosa, os deficientes, os dependentes químicos, o público infantil e adolescente, desenvolvendo projetos voltados para a área de habitação. Existe um número significativo de famílias que moram em situações calamitosas e indignas, assim os processos de decisões acima

citados também precisam contemplar todas estas questões para que, de fato, se possa fazer uma cidade mais cidadã e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos de História Colonial 1500 - 1800**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- ALMEIDA, H. L. P. S.; LIMA, M. C. **Uso e Ocupação da Terra por Comunidades Tradicionais na Zona Costeira do Ceará**: diagnóstico socioambiental participativo. Fortaleza: Instituto Terramar, Depto. de Geografia-UFC, 2003.
- ALMEIDA, M. A. **Estudos de Gestão**: Icapuí e Janduís. São Paulo: PÓLIS, 1993.
- ANDRADE, F. A. Geografia Ativa do Pastoreio. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 93, 1994.
- AZEVEDO, C. et al (Org.). **Cultura, política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BARBOSA, R. **A questão de limites**: razões finais. Rio de Janeiro, 1904.
- BARROS, P. S. **Confrontos Invisíveis**: colonialismo e resistência indígena no Ceará. São Paulo: Annablume/ Secult, 2002.
- BEZERRA, A. **Algumas Origens do Ceará**. Fortaleza: Typografia Minerva [1918].
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOAS, Franz. Raça e progresso. In: CASTRO, Celso (Org.). **Franz Boas**: Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BRANDÃO, Matheus Nogueira. **Parecer do juiz árbitro na questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. Typ. Escolar, 1902.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. **Relatório de Análise do Mercado de Terras do Estado Do Ceará**. Fortaleza: INCRA, 2017. V.1. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/mercado-terra/ramt_sr02_2017.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.
- BRITO, R. S.(Org.). **Pioneiros da indústria e comércio do Oeste Potiguar**. Mossoró: Fund. Guimarães Duque,1982.
- CÂMARA, J. A. **Aspectos do domínio holandês no Ceará**. Fortaleza: RIC, 1956.
- CAMPOS, E. Revelação da Condição dos Cativos do Ceará. In: DA Senzala para os Salões. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1988.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte**. Mossoró-RN, 1968.

CORDEIRO, J. **Os Índios do Siará, massacre e resistência**. Fortaleza, 1989.

COSTA, M. A.M. **O currículo de Geografia e suas interfaces com a BNCC na escola pública: um estudo de caso no Ensino Médio**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade) - Universidad Interamericana de Ciências Sociais do PY, Assunção, 2020.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, 15, p.1-7 2000. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Construcaoconceitual.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FERREIRA NETO, C. **Estudos de História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para história do Baixo e Médio Jaguaribe**. Fortaleza: Premium, 2003.

FREITAS FILHO, M. **A aldeia do areal: história e memória de Ibicuitaba, Icapuí, Ceará**. Fortaleza: Ed. BN, 2003.

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO. **Memória Viva dos Povos do Mar de Icapuí - Redonda**. Disponível em: http://www.brasilcidadeo.org.br/museu/historia_comunidades_10.php. Acesso em: 10 out. 2020.

GALVÃO RAMALHO, J. P. "**Capitania do Siará**". Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_do_Siar%C3%A1. Acesso em: 12 nov. 2020.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica do Ceará**. Fortaleza: BNB; ETENE., 1986.

GIRÃO, V. C. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1984.

GIRÃO, V. C. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In: SOUZA, S. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

ICAPUI. Brincando e Cantando: Crianças e Jovens Constroem a Gestão Participativa de Icapuí, Fortaleza. **Ágora XXI: Programa de Gestão Urbana**. Caderno de Trabalho, n. 95, jan. 2002.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978.

LEAL, V. B. **A colonização portuguesa no Ceará**. Fortaleza: ed. UFC/Casa José de Alencar, 1993.

LEMOS, C. **Arquitetura brasileira**, 1979.

LIMA, M. C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará território, costumes e conflitos**. 2002. 220p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://pos.fflch.usp.br/node/13424>. Acesso em: 10 nov 2020.

LOTTA, G.; MARTINS, R. Estudo de continuidade dos projetos educacionais do município de Icapuí. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 8 n. 26, jul. 2003.

MARTINS, F. A.; GIRÃO, R. **O Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MEDEIROS, C. N.; GOMES, D. D. M.; ALBUQUERQUE, E. L. S. A concentração da posse da terra na região Nordeste e no Estado do Ceará, **Geografia**, Rio Claro, v.37, n.2, p.199-220, 2012.

MONTEIRO, A. F. Sobre a capela. **Jornal O Povo**, 1970.

O JAGUARIBE, 09.02.1958, anno XXVIII, n. 1.431, p.1,4

O JAGUARIBE, 12.07.1942, anno XII, n. 623, p.3

O JAGUARIBE, 20.11.1955, anno XXVI, n. 1.314, p.4

O JAGUARIBE, 22.05.1955, anno XXV, n. 1.228, p.4

O JAGUARIBE, 22.06.1958, anno XXVIII, n. 1.450, p.4

O JAGUARIBE, 25.05.1958, anno XXVIII, n. 1.446, p.1,2

POMPEU SOBRINHO T. **Retrato do Brasil, pequenos retoques**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1930.

POMPEU SOBRINHO, T. O homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, 1937.

POMPEU SOBRINHO, T. Os dois primeiros capítulos da Proto-história cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 57, 1943.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RATTS, A. "A Fábula das três raças no vale do Jaguaribe". **Propostas Alternativas**, v.7, 2000.

REBOUÇAS, J. S. **Projeto “Nossas Origens”**, s/d. Disponível em http://www.brasilcidadeao.org.br/museu/noticias_noticia_52.php, Acesso em: 12 dez. 2003.

RIEDEL, O. O escravo no Ceará. In: DA SENZALA para os salões (coletânea). Fortaleza: Secretaria de Cultura Turismo e Desporto, 1988.

SEBRAE-CE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) São Francisco**. Icapuí: Sebrae, 2008.

SEBRAE-CE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plano de Desenvolvimento do PA Redonda**. Núcleo de Assessoria Técnica Social e Ambiental da Reforma Agrária. Fortaleza, 2006.

SILVA, E. V. **Dinâmica de paisagem**: estudo integrado de ecossistemas litorâneos em Huevla (Espanha) e Ceará (Brasil). Rio Claro, SP: Unesp, 1993.

SILVA, J. A. **Autonomia Municipal Icapuí**: uma experiência inspirada na polis. Fortaleza: Ed. Expressão Gráfica, 2002.

SILVA, J. A. F. C. **Icapuí**: uma história de luta - Município modelo do Ceará um exemplo para a o Brasil. Fortaleza: Encaixe, 1998.

SILVA, M. C. S. **Organização e Autonomia da comunidade de Redonda, Icapuí, CE**. 2004. Dissertação (Mestrado PRODEMA-UFC) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, M. C. S. **Organização e Autonomia da comunidade de Redonda, Icapuí, CE**. 2004. Dissertação (Mestrado PRODEMA-UFC) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

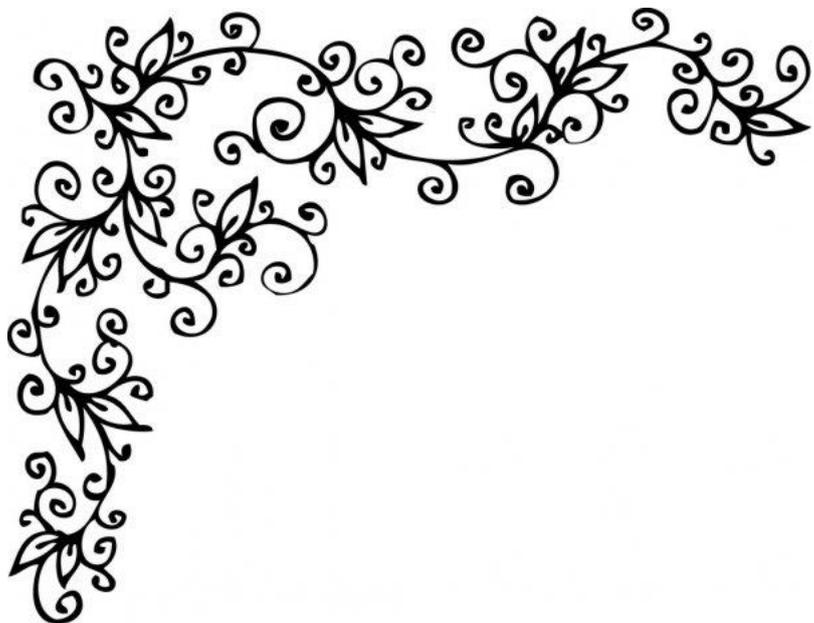
SOUTHEY, R. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Edições Melhoramentos, 1977.

STUDART FILHO, C. Vias de comunicação do Ceará colonial. **RIC**, ano 51, 1937.

STUDART FILHO, C. **Os Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, Tipografia Studart, 1896. v.1.

STUDART, G. **Notas para a história do Ceará**. 1892.

THEBERGE, P. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. 2. ed. anotada por Mozart Soriano Aderaldo. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1973.



ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DE ICAPUÍ



TERRITÓRIO DE ICAPUÍ-CE: AMBIENTES, USOS E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS

*Alexsandra Bezerra da Rocha
Maria do Céu de Lima*

Pensar de forma sistêmica, os diferentes tipos de ambientes de Icapuí, é compreender os seus usos, como eles influenciam na valoração da biodiversidade, nos fatores socioeconômicos, no planejamento socioambiental, no planejamento territorial e regional e nos processos educativos que mobilizam saberes e experiências.

Conhecer sobre a realidade socioespacial do território icapuiense é foco interessante. Os registros documentais (cartográficos, fotográficos, escritos) e, principalmente, a percepção de quem é do lugar indicam dimensões essenciais para a caracterização geoambiental da área territorial, com informações sobre os ecossistemas e seus serviços ambientais, redes de drenagem, tipos e usos do solo, matriz energética e áreas de preservação ambiental. Não é diferente no que diz respeito aos conhecimentos fundamentais à gestão dos bens de uso comum, da exploração dos recursos essenciais aos setores produtivos (do extrativismo aos processos industriais) e práticas sociais que asseguram os negócios, a manutenção dos serviços públicos e da situação fundiária no campo e na cidade.

Há uma rica gama de trabalhos acadêmicos que abordam a realidade socioambiental na escala local e no contexto da zona costeira cearense. Muitas são as perspectivas de análise e temáticas abordadas: ecologia, biodiversidade, unidades geoambientais, geoecologia da paisagem, geomorfologia costeira, estudos morfoclimáticos, hidro climáticos, transposição de águas, interligação de bacias hidrográficas, correlação entre elementos atmosféricos e oceânicos, vulnerabilidade ambiental x natural, ecossistemas costeiros manguezal, planície fluviomarinha (estuário), ecossistemas marinhos (banco de algas, recifes), desastres naturais (enchentes x secas), manejo do solo, biogeografia (refúgios e redutos), degradação ambiental/erosão, tecnologia sociais (quintais produtivos, fossas verdes, cisternas), educação ambiental, unidades de conservação, comunidades pesqueiras

Nos trabalhos publicados, os pesquisadores trazem descrições dos ambientes e, a partir das informações sistematizadas, é possível entender os caminhos adotados e a partir daí buscar novos caminhos metodológicos, que

envolvam a integração/interação sociedade e natureza. Em termos de temáticas abordadas destaca-se a busca pela compreensão dos ecossistemas costeiros e marinhos e dinâmicas a eles associados. Em especial, as pesquisas avançam no conhecimento sobre as unidades geoambientais, tais como: dunas, falésias, manguezais, lagoas, lagunas, rios, águas subterrâneas e continentais e zonas de preservação permanentes. Embora, essas contribuições estejam separadas, seguindo a ideia dos seus autores, elas se conectam, principalmente pela proximidade das temáticas e interesse em produzir conhecimento sobre o território icapuiense.

É importante assumir uma atitude intelectual dialética, relacional e integrativa dos conhecimentos produzidos. Estes, podem ajudar a conhecer a estrutura e o funcionamento dos sistemas ambientais, com fins ao aproveitamento dos recursos naturais com sustentabilidade, pois, sabe-se que as atividades sociais são assumidas como agentes de modificação dos geoambientes e, portanto, de produção socioespacial.

Quando falamos que precisamos pensar de forma sistêmica e na perspectiva da complexidade, somos convidados a problematizar e investigar buscando:

- i) Entender a dinâmica socioespacial e suas manifestações nas paisagens;
- ii) identificar as estruturas, o arranjo espacial e a distribuição dos elementos que caracterizam as unidades geoambientais;
- iii) estabelecer as inter-relações entre os diversos elementos e dimensões, avaliando as condições dos recursos naturais do município (potencialidade, limitações/fragilidade);
- iv) estudar os fluxos de matéria e energia;
- v) Identificar as formas de uso e ocupação da terra e as correlações ambientais (urbano-rural, costeiro-marinho);
- vi) analisar as transformações que ocorreram nos ambientes;
- vii) detalhar os fatores culturais, sociais e econômicos, destacando o grau de importância para a sociedade e os impactos na paisagem.
- viii) prognosticar as perspectivas da evolução geoambiental em função dos impactos emergentes (riscos a ocupação e conservação socioambiental);

- ix) Promover macro e micro zoneamentos geoambientais e/ou socioambientais (proposta de conservação e recuperação de áreas degradadas).

Por fim, cabe enfatizar que, quando pensamos na relação sociedade-natureza, podemos iniciar pelos sistemas socioambientais e destacarmos: ambientes naturais (atmosfera, hidrosfera, litosfera, biosfera); ecossistemas que permitem situar a área no sistema costeiro-marinho, dinâmicas e processos associados ao sistema socioeconômico (financeiro, comercial, consumo, produtivo) e aos processos de territorialização. Essa perspectiva baseia-se na integração que tem como base a compreensão dos complexos sistemas socioambientais, ou seja, dos espaços geográficos produzidos a partir da produção social da realidade que se dá, a partir de um conjunto de interesses sociais, políticos e econômicos que se mesclam no contexto local e nos fala da história do território usado, com suas potencialidades e fragilidades.

Análise integrada dos recursos geoambientais em Icapuí-CE

O município de Icapuí tem uma área de 428,69 km², distando cerca de 221 km da capital do Estado, localizado no extremo nordeste do estado do Ceará, na mesorregião Jaguaribe, microrregião Baixo Jaguaribe, entre as latitudes -4°37'40"S e -4°51'18"S, e longitudes -37° 15' 30"W e -37° 33'44"W, limitando-se com os municípios de Aracati (CE), a sul e a oeste, Tibau (RN), a sul, e com o Oceano Atlântico, a norte e leste (IBGE, 2010).

A partir dos dados do Censo Demográfico, o gráfico e a tabela mostram que o IDHM do município - Icapuí - era 0,478, em 2000, e passou para 0,616, em 2010. Em termos relativos, a evolução do índice foi de 28,87% no município. De acordo com as estimativas de 2020, a população do município - Icapuí - era de 20.060 pessoas, sendo composta, em sua maioria, por homens e negros. No ano de 2017, a porcentagem de cobertura vegetal por flora nativa era de 44,66% de seu território (PNUD, 2013).

A situação da vulnerabilidade social no município - Icapuí - pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores: houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 42,30% para 20,99%, entre 2000 e 2010; o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos

menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 16,89% para 26,08%. Neste mesmo período, é possível perceber que houve redução no percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, que passou de 25,38% para 24,31%. Por último, houve crescimento no percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 41,99% e, em 2010, o indicador registrou 77,25% (PNUD, 2013).

A característica climática predominante é o tropical semiárido brando, com médias térmicas anuais elevadas, com pluviosidade no período chuvoso de 850mm, entre fevereiro a maio. Ocupa a porção setentrional da Província Borborema e o setor noroeste da bacia potiguar, seu relevo destaca-se com a presença de tabuleiros pré-litorâneos, campos de dunas fixas e móveis, planície litorânea e grande biodiversidade.

Vários pesquisadores fizeram pesquisas de campo e já escreveram sobre essa área (BARROS, 2018; LIMA, 2002; LIMA, 2017; MEIRELES, 2014; OLIVEIRA, 2019; ROCHA, 2011; SANTOS, 2008, SILVA, 2003), com enfoques de pesquisa qualitativa e pesquisas exploratórias-descritivas. Em termos de temáticas os seus autores abordaram principalmente condições geológicas e geomorfológicas, o contexto hidro climático, a multitemporalidade das atividades econômicas e as pressões de uso e ocupação, considerando a sustentabilidade e as escalas municipal e regional.

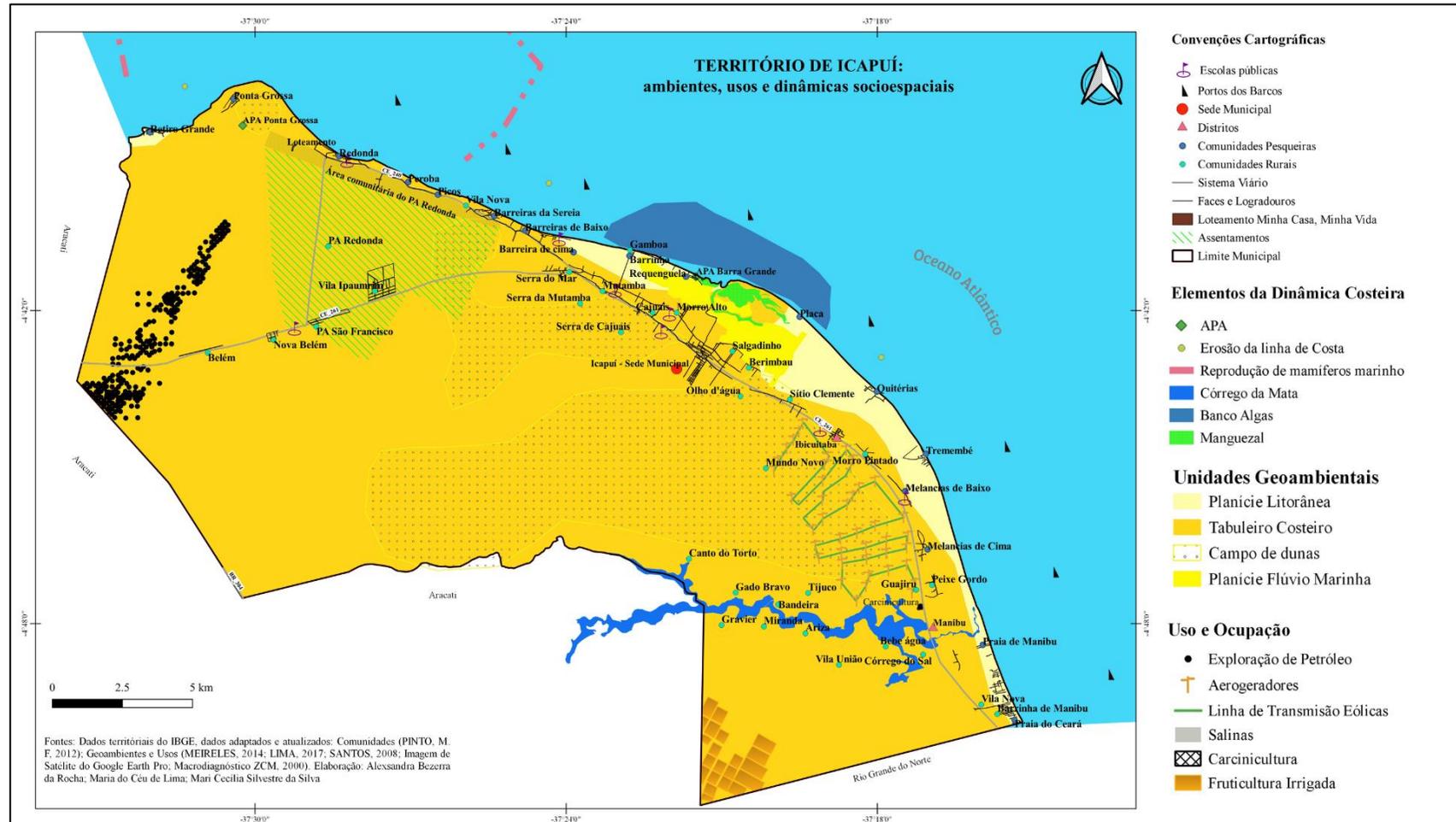
A análise geográfica aqui exposta, busca, intrinsecamente, discutir sobre o estudo do território considerando o conceito de unidades geoambientais e seus complexos sistemas paisagísticos. A análise das combinações dinâmicas e instáveis dos componentes naturais e socioeconômicos são consideradas como unidades indissociáveis e em constante evolução. Somente o uso integrado e sustentável dos geoambientes pelos moradores podem garantir, por exemplo, as atividades socioeconômicas tradicionais, como: pesca, mariscagem, produção de algas e quintais produtivos. É importante também garantir as práticas de educação ambiental voltadas às escolas, moradores e visitantes, a respeito da complexidade das relações e impactos sociedade e da natureza.

Diante disso é relevante considerar as unidades geoambientais que caracterizam o município de Icapuí: tabuleiro costeiro, planície litorânea, campo de dunas e planície fluviomarinha, considerando o contexto em que estão inseridos, ou seja, da bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, conforme o mapa apresentado a

seguir (Fig. 1) A necessidade de estudos dos sistemas com funções ambientais e sociais surge tanto em função do uso e ocupação do solo quanto pela expansão do processo de urbanização.

Segundo Chorley (1962), os sistemas abertos são definidos como os que precisam de suprimento de energia para sua manutenção e preservação e são mantidos em condição de equilíbrio, pelo constante suprimento e remoção de matéria e energia. Entende-se sistema como um conjunto de partes que interagem entre si, formando uma totalidade dinâmica em constante transformação de sua estrutura, devido aos diversos fluxos de energia e matéria, ao longo do tempo e do espaço. Para o entendimento do sistema é fundamental considerar que existem três princípios básicos de funcionamento de um sistema: a unidade, a complexidade e a totalidade (CHRISTOFOLETTI, 1999). A unidade pode ser entendida como os elementos do sistema ou como subsistemas que interagem entre si. A complexidade é a forma de interação entre essas unidades e a totalidade é o sistema em seu contexto, ou seja, faz parte de um todo integrado.

Figura 1- Mapa território de Icapuí: ambientes, usos e dinâmicas socioespaciais.



Fonte: Alessandra Bezerra da Rocha; Mari Cecília Silvestre da Silva; Maria do Céu de Lima (2021)

Elementos da dinâmica costeira em Icapuí

Os sistemas ambientais e análise dos referidos geoambientes evidenciam a importância dos fluxos de matéria e energia entre o clima semiárido, a cobertura vegetal e as dinâmicas socioespaciais. A conjugação de diferentes fluxos configura a modelagem do arranjo espacial no curso das sucessivas mudanças, ocasionadas por fatores naturais e/ou atividades econômicas, determinantes na origem e formação territorial. Os efeitos, em funções ecológicas específicas, podem variar em amplitude podendo se manifestar de imediato à médio e à longo prazo.

As várias formas de uso e ocupação do solo ocasionam uma série de impactos, tanto para o ambiente como para a economia local e modo de vida. Para exemplificar, consideramos cada uma das quatro unidades geoambientais identificadas no mapeamento:

- O **tabuleiro costeiro** ocupa grande parte do município de Icapuí. Nas áreas do tabuleiro litorâneo predominam neossolos quartzarênicos, mata de tabuleiro e vegetação costeira. A ocupação sobre ele, na maior parte, é por dinâmicas associadas ao mundo rural, o que torna muito particular o modo de vida nas 25 comunidades, sendo duas delas projetos de assentamento rural - PA Redonda e PA São Francisco. Nessa área, a forma de uso e a ocupação da terra, diversifica as atividades produtivas: agricultura familiar, agricultura empresarial/fruticultura irrigada, criação de animais, extrativismo vegetal, exploração consorciada de petróleo/produção de castanha, carcinicultura e produção de energia eólica. A conversão da cobertura vegetal original para atender demandas de usos (retirada de madeira para construção de cercas, madeiramento de moradias e produção de carvão vegetal), quando não consideram a capacidade de suporte do recurso ambiental representa, quase sempre, um aumento dos riscos, já condicionado as regiões semiáridas. Outra característica importante encontra-se associada a ocupação urbana, notadamente a sede municipal e as sedes dos distritos de Ibicuitaba e Manibu. No centro da cidade de Icapuí predominam as atividades comerciais, os serviços públicos e o poder municipal.

- Na **planície litorânea** sobre os ambientes de praias, encontra-se uma vegetação herbácea-arbustiva, típica das restingas. Nesta unidade geoambiental territorializam-se 15 comunidades pesqueiras marítimas e um número significativo de segundas residências. Caracteriza-se por ser um ambiente dinâmico com desenvolvimento de

muitas atividades econômicas: pesca artesanal, lazer, turismo, serviços de hospedagem e alimentação e projetos associados a proteção e reprodução dos mamíferos marinhos e a das aves migratórias (Aquasis). Esse local de praias é onde os trabalhadores do mar icapuienses sempre residiram, as disputas pelo uso da terra aconteceram e são observadas, desde a década de 1990, associando-se a significativos processos de valorização dos espaços à beira mar, voltadas aos diferentes interesses associados a esses espaços. Em 2019, o derramamento de óleo, em especial, provocou uma série de impactos ambientais, em especial a contaminação das áreas praianas, manguezais e região estuarina. O G1 apresentado pelo Sistema Verdes Mares registrou em 24/10/19,

O vazamento de petróleo cru já atingiu pelo menos 21 praias do litoral cearense. A mais recente contaminação aconteceu na praia de Parajuru (Beberibe), em Canoa Quebrada e também em Melancias, na cidade de Icapuí. (Confira a lista abaixo.) A informação foi confirmada por moradores da região, que testemunharam a presença de manchas de óleo em alto mar.

Além do Ceará, as manchas de óleo atingem mais de 220 localidades dos nove estados do Nordeste desde o início de setembro. A substância é a mesma em todos os locais: petróleo cru. O fenômeno tem afetado a vida de animais marinhos e causado impactos nas cidades litorâneas. A origem do material poluente está sob investigação. (G1, 2019).

- A unidade geoambiental, **campo de dunas**, são formas de acumulação da areia pela a forte atuação dos ventos e, neles, tem sido encontrado sítios arqueológicos. Quanto à sua dinâmica, podem ser fixas, semifixas ou edafizadas. Os sedimentos das dunas compõem-se de areias quartzozas finas e médias, geralmente avermelhadas ou esbranquiçadas. Para as comunidades é uma fonte essencial de água, pois se trata de um aquífero natural. Por suas belezas cênicas e características fitoecológicas são atrativos turísticos na APA de Ponta Grossa.

- Na **Planície fluviomarinha** encontram-se os depósitos aluviais, areias finas a grossas, cascalhos e camadas de argilas com matéria orgânica. Formada por afluentes, com destaque para o Córrego da Mata (que nasce no município de Aracati e deságua no Atlântico), apresentando vegetação de mangue e demandas de uso para atender a produção de sal marinho. Embora sejam considerados áreas de preservação permanente pela legislação ambiental vigente, fonte de alimento e berçário de várias espécies marinhas, o desmatamento do manguezal e a extração

de sal também vêm sendo responsável pela salinização das águas do lençol freático. Neste ambiente temos o desenvolvimento de vários estudos relacionados ao extrativismo vegetal, a catação de mariscos e ao banco de algas. Emblemáticos são os projetos: Aves Migratórias do Nordeste desenvolvido, pela Aquasis e a Estação Mangue Pequeno, desenvolvido pela Fundação Brasil Cidadão (cujas sede foi barbaramente incendiada em 2019) desenvolvendo ações educativas para atender estudantes de escolas públicas municipais, de universidades públicas, pesquisadores e visitantes.

Cabe destacar que as diferentes formas de uso e ocupação vêm alterando a dinâmica da área de estudo, contribuindo na intensificação dos processos fluviais, na deposição de sedimentos, no escoamento concentrado, no assoreamento, na erosão, desmatamento da mata ciliar e do ecossistema manguezal. Esses fatos, associados aos ambientes de ocupação inadequada, promovem o surgimento de áreas com elevado comprometimento da qualidade dos geoambientes.

Por fim, cabe enfatizar que a conservação ambiental e garantia dos espaços e bens de uso comum demandam investimentos em infraestrutura de suporte e garantia da observação das normas ambientais, essenciais ao direito do território.

.

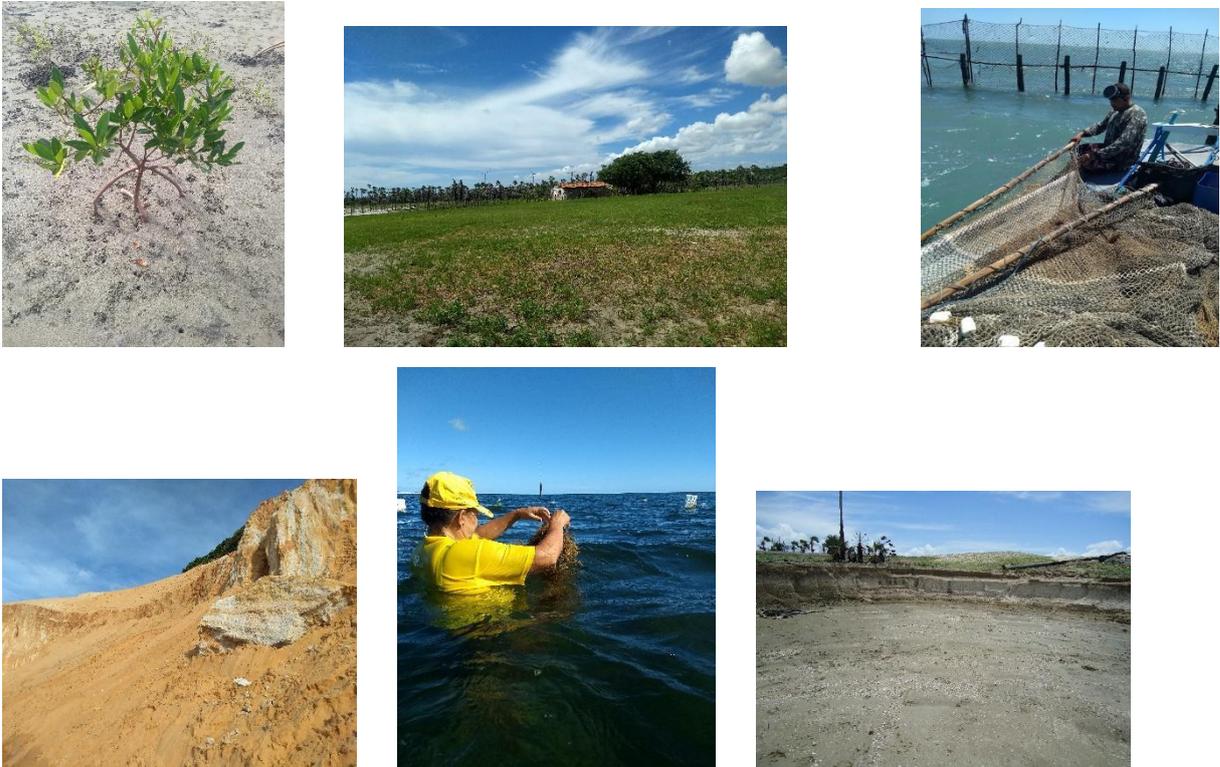
MANGUEZAIS, BANCO DE ALGAS, TERRAÇOS MARINHOS, DUNAS E FALÉSIAS

*André Luiz Braga Silva
José de Arimatéa da Silva
Keverson Assis Soares
Rosinere Ferreira Rebouças*

O município de Icapuí e sua planície costeira é formada por vários ecossistemas, paisagens e 34 comunidades entre a faixa de praia e o tabuleiro litorâneo – popularmente chamados de serras. Esse conjunto de atributos fornecem serviços ecológicos de grande valia para toda a população, e fazem com que fortaleçam as interações entre a biodiversidade e suas diferentes espécies e as comunidades inseridas no território Icapuiense.

Nisso, esta coletânea elenca alguns diferentes geossistemas existentes no município de Icapuí, com informações base para o corpo docente da rede municipal local poder planejar e ministrar suas aulas, não só no espaço físico - sala de aula, mas utilizando-se dos espaços naturais e atributos existentes em Icapuí, e de forma interdisciplinar promover o ensino e a aprendizagem dos alunos, despertando para a curiosidade e problematizando suas vivências, em suas comunidades, sejam estas de caráter ambiental ou social, desenvolvendo o senso crítico necessário para transformação da sociedade.

Figura 2 – Manguezais, dunas, falésias, terraços marinhos e atividade de subsistências.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2016, 2018, 2019)

Os manguezais são florestas que aparecem em todo litoral tropical do planeta, abrigadas nas zonas de transição entre a terra e o mar, como na foz dos rios, nas baías, enseadas, estuários e locais onde as correntes marinhas têm menos intensidade, com vegetação predominantemente de mangue - o termo manguezal corresponde ao ecossistema e, o termo mangue corresponde a vegetação (NOVELLI, 1995).

Apesar de aparecem em áreas exclusivamente marinhas, precisam da junção das águas doces e salgadas e, por isso, esse tipo de vegetação tem mecanismos de adaptação para sobreviver em um ambiente tão dinâmico, com movimento diário das marés, solos não consolidados, variação dos níveis de salinidade e das descargas de águas dos rios. As raízes expostas e espalhadas pelo solo lodoso, a excreção de sais pelas folhas e seu sistema reprodutivo, onde as sementes germinam na planta mãe antes de atingir o solo, bem como sua capacidade de se auto plantar, são exemplos de seu sistema de adaptação.

No Brasil, os manguezais se estendem por todo litoral, desde o extremo Norte

do Amapá até o Sul de Santa Catarina, estando associados, principalmente, a floresta atlântica. Seu porte varia de acordo com as condições climáticas e variações de solos, umidade e salinidade. No Norte do Brasil, os manguezais da região amazônica apresentam porte arbóreo com árvores que podem chegar a vinte metros de altura. Já no litoral semiárido, que abrange parte do litoral do Ceará e do Rio Grande do Norte, os manguezais têm árvores com porte arbóreo-arbustivo, em alguns locais conhecidos como mangues nanicos.

Predominantemente, no litoral brasileiro são encontrados quatro tipos de mangues. Esses vegetais estão distribuídos no ecossistema de acordo com a variação de salinidade e sedimentação, a essa distribuição chamamos de zonação (NOVELLI, 1995, 2004; VANUCCI, 2003). Três espécies estão presentes nas áreas com solo lodoso e maior concentração de salinidade, que são os popularmente conhecidos como mangue branco (*Laguncularia racemosa*), mangue preto (*Avicennia schauerianna*), e o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*). Outra espécie é o mangue ratinho (*Conocarpus erectus*), podendo ser localizado nas áreas periféricas do manguezal, com solos mais areno-argilosos e baixa concentração de sais. Cada espécie de mangue apresenta características peculiares como o sistema radicular, a floração, a coloração do caule e a folhagem.

Figura 3 - Propágulo do mangue vermelho encontrado no Estuário da Barra Grande.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2012).

Por ser um ecossistema extremamente dinâmico, o manguezal compõe um dos ambientes de maior diversidade da fauna costeira. Nele pode-se encontrar o grupo de animais residentes composto por crustáceos como os caranguejos, aratus,

chamamaré, guaiamum e também moluscos como as ostras, búzios, sururus, unha de velho, entre outros. O outro grupo é composto por animais visitantes como as aves (garças, maçaricos, gaivotas, tamatião, martim pescador), os peixes (sauna, baiacu, carapicu, salema, vermelho, xinjarro), alguns mamíferos como raposa e guaxinim e alguns reptéis (calango, tijubina e até jacarés). Desta forma, os manguezais despontam-se como área de maior reprodutividade da zona costeira, sendo conhecido como berçário da vida marinha, já que apresentam boas condições de alimentação e abrigo para as espécies que utilizam esses ambientes para sua reprodução.

Os manguezais são ecossistemas de grande importância para o equilíbrio ecológico da zona costeira, porque, além da função de berçário da vida marinha, oferecem diversos serviços ecológicos ligados a regulação climática, diminuição de processos erosivos sobre a costa, produção de alimentos, manutenção das atividades tradicionais como pesca e mariscagem, entre outras.

Apesar de sua importância ecológica, paisagística e cultural, os manguezais vêm diminuindo ao longo dos anos, devido a ação predatória, como a instalação de atividades econômicas, a alteração de fluxos dos rios e o desmatamento para expansão das cidades. Por muito tempo, os manguezais foram tidos como florestas insalubres e produtoras de doenças. Por causa dessa concepção errônea, foram alvos maiores de degradação.

No município de Icapuí, os manguezais podem ser encontrados em maior concentração na foz do rio Arrombado e na Barra Grande. Ainda existem outros pontos com mangues como em lagoas costeiras na praia de Melancias e Ponta Grossa. O manguezal da Barra Grande destaca-se pelo vasto bosque de mangues, entrecortado por canais de marés e gamboas, bem como um extenso banco de areia e argila que forma a planície de maré, do banco dos Cajuais.

Figura 4 - Bosque de mangue e delta de maré



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2020)

Evidencia-se que esse manguezal compõe a Área de Proteção Ambiental da Barra Grande, criada pela lei municipal 298/2000 e com ampliação territorial pela lei 634/2014 (SILVA *et al* 2017). Tal ampliação foi realizada de modo a incluir o banco de algas dos Cajuais na plataforma continental diante da desembocadura do canal estuarino, perfazendo uma área total de 18.100 hectares localizada na porção central do município. A figura a seguir mostra a área do manguezal com a planície de maré, banco de algas, delta de maré e terraços marinhos associados.

Figura 5 - Manguezal da Barra Grande e ecossistemas associados.



Fonte: Atlas de Icapuí (2012) e acervo pessoal dos autores (2003)

Destaca-se também que este manguezal está na rota internacional de aves migratórias, recebe aves oriundas dos Estados Unidos e Canadá, que passam um determinado tempo de sua jornada nesse manguezal, até se dirigirem à Patagônia na Argentina/Chile (AQUASIS, 2007).

Figura 6 - Aves migratórias registradas no manguezal da Barra Grande



Fonte: Acervo FBC e AQUASIS (2008)

Mesmo diante de toda sua importância ambiental, o manguezal da Barra

Grande passou por elevado processo de degradação, iniciado ainda no final do século XIX, com a instalação da primeira salina. Entre as décadas de 1960 até o início da década de 1990, houve uma intensificação da atividade salina, o que comprometeu mais da metade do manguezal. A pesca da lagosta e a inserção da carcinicultura no manguezal também trouxeram significativos impactos negativos, comprometendo, inclusive atividades de subsistência (SILVA, 2011).

Atualmente, com a projeção da educação ambiental e o desenvolvimento de projetos de conservação e recuperação do manguezal, em Icapuí, observa-se uma reversão da degradação, com o avanço de áreas em recuperação do ecossistema. A inserção da comunidade no debate da importância do manguezal e de sua proteção para garantir as funções ambientais e serviços ecológicos foi fundamental no processo de conservação e uso sustentável desse ecossistema de grande importância para o equilíbrio ecológico da zona costeira e de todas suas espécies, incluindo o ser humano.

Figura 7 - Educação ambiental no manguezal da Barra Grande



Fonte: Acervo dos autores (2018)

Banco de algas

O Brasil apresenta uma extensa área costeira e o mar representa uma importante fonte de alimento, emprego e energia. Sendo assim, as questões relacionadas aos oceanos assumem importância fundamental para o povo brasileiro. Os recursos ambientais marinhos estão diretamente associados com a sustentabilidade exploratória dos estoques pesqueiros, através da pesca artesanal, do turismo e através das atividades das comunidades tradicionais na orla marítima – folclore, tradições, estilo de vida (MEIRELES, 2006).

No município de Icapuí o banco dos Cajuais representa um dos mais complexos sistemas marinhos da costa cearense. A cadeia alimentar associada as relações de subsistência e de segurança alimentar com as comunidades tradicionais litorâneas, estão diretamente relacionadas à produção e dispersão de nutrientes para a plataforma continental e demais ecossistemas marinhos do litoral leste cearense (FBC, 2012). Localmente, regula o potencial de biodiversidade relacionado com as zonas úmidas associadas ao estuário da Barra Grande, às praias arenosas e rochosas e à plataforma continental adjacente.

Figura 8 - Banco de algas Marinhas de Icapuí – CE.



Fonte: Acervo FBC, 2012

Localizado com maior diversidade na Praia da Barrinha, esse ecossistema abriga várias espécies de algas, desde as Rodofíceas (algas vermelhas), Clorofíceas (algas verdes) e feofíceas (algas pardas). Além disso, neste local pode

ser encontrado o “capim agulha”, uma planta marinha (fanerógama) da qual o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) se alimenta (AQUASIS, 2003). O banco de algas é um berçário da vida marinha, abrigando várias larvas de peixes, crustáceos (lagostas) e moluscos (bivalves – “conchas”). Ele também é a base da cadeia alimentar marinha, pois alimenta os organismos consumidores herbívoros (peixes, moluscos e crustáceos).

Para a comunidade da Barrinha e adjacências, este ecossistema é importantíssimo, pois funciona como uma barreira de proteção contra a erosão marinha e sustenta toda a atividade pesqueira da região. A produção primária que consiste de matéria orgânica, algas e nutrientes, existente no banco de algas, deriva da desembocadura do complexo estuarino da Barra Grande, o qual está vinculado ao lençol freático existente no sopé das falésias mortas (MEIRELES, 2006).

O banco de algas e fanerógama está bastante ameaçado devido à extração indiscriminada e insustentável.

Figura 9 - Caminhão carregado de algas na comunidade da Barrinha de Mutamba.

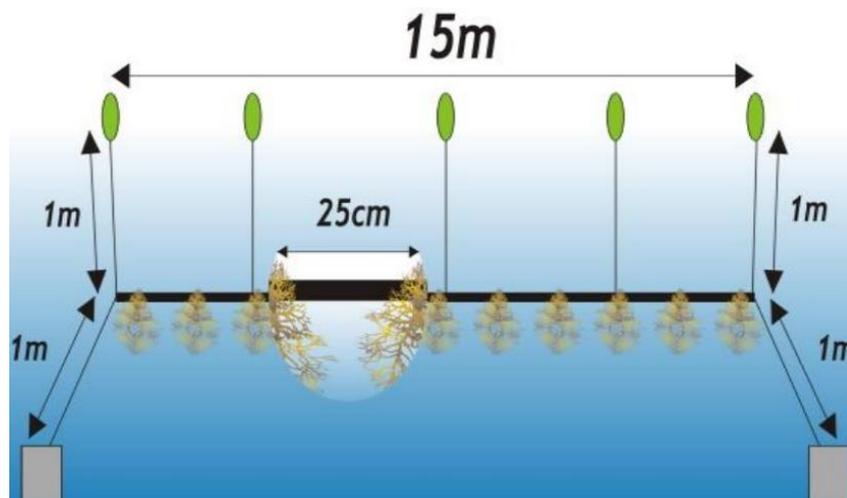


Fonte: Acervo FBC, 2004.

Diante dessas ameaças, surgiu a ideia de realizar a atividade de cultivo de espécies de algas do gênero *Gracilaria*, como forma de dar sustentabilidade à região e manutenção deste ecossistema marinho. Localizado na comunidade de Barrinha, o Grupo “Mulheres de Corpo e Alga”, criado pela Fundação Brasil Cidadão, alia

tecnologia e responsabilidade ambiental no cultivo sustentável da matéria-prima, as algas, que compõem um importante ecossistema, o banco de algas. Assim, além de conservar o meio ambiente e zelar pela comunidade, ainda gera complemento de renda para 10 famílias, por meio da produção e comercialização de produtos à base de algas, transformadas em cosméticos e alimentos.

Figura 10 - Estrutura do Cultivo de Algas Marinhas.



Fonte: Acervo FBC (2012).

É importante salientar ainda, que as algas possuem um importantíssimo papel na biosfera— aliás, sempre tiveram, pois desde os primórdios estas foram as primeiras produtoras de oxigênio no nosso planeta. No presente, são responsáveis pela maior parte da produção nos ecossistemas aquáticos: como produtores primários, formam a base da sua cadeia alimentar. Colonizando principalmente o substrato marinho — aderidas muitas destas a cascalhos (bugaial) —, são utilizadas também como refúgio, alimento e mesmo moradia para uma variedade de organismos e microrganismos, tornando-se um micro habitat específico dentro de um ecossistema maior dos mares icapuiense.

Figura 11 - Substrato marinho e biodiversidade de algas do Banco dos Cajuais.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2018).

Terraços marinhos

A dinâmica evolutiva da planície costeira de Icapuí é evidenciada, fundamentalmente, em dois conjuntos de terraços marinhos associados ao estuário da Barra Grande e ao banco de algas disposto sobre um extenso delta de maré (MEIRELES, 1991).

Os terraços marinhos são caracterizados como superfícies planas ou com a presença de suaves inclinações de origem marinha, com ou sem influência tectônica que é limitada por uma significativa altura que diminui gradualmente (MARTINEZ-MARTOS et al., 2016).

Figura 12 - Início de Terraços Marinheiros na Comunidade de Tremembé.



Fonte: Keverson Soares (2019).

Os terraços se originam quando o nível do mar se eleva fazendo com que os sedimentos sub aquosos (areia e cascalho) recubram um leito rochoso ou sedimentar, o que faz com que os sedimentos acabem adquirindo um formato de plataforma. Com a posterior queda do nível do mar, as superfícies escavadas por ondas, acabam por serem expostas acima da água (SCHULZ et al., 2018).

Figura 13 - Terraço marinho na comunidade de Olho d'água.



Fonte: Keverson Soares (2019).

No Nordeste do Brasil, os terraços marinhos comumente sobrepõem-se a formação Barreiras (BARRETO *et al.*,2002), sendo seu processo de formação originado a partir do movimento das areias, em um perfil de praia. Quando submetido à transgressão, sofre degradação de forma contínua, na mesma proporção em que o nível do mar sobe. As areias são transportadas da praia para a ante praia, formando bancos de areia, podendo evoluir para ambientes com presença de lagoas (DOMINGUEZ *et al.*,1982).

Os terraços marinhos presentes ao longo do litoral cearense podem ser associados a este tipo de evento, principalmente os encontrados nas planícies de Icapuí (MEIRELES *et al.*,2005). Como afirma o Meireles (2001), os terraços marinhos de Icapuí apresentam sua origem associada aos processos seguintes: ao máximo transgressivo de 123.000 anos, antes do presente (A.P) e 5.100 anos A.P, nessa ordem. Possuem, ao menos seis tipos de depósitos principais: Praial-Moderno, Estuarino-Lagunar, Lacustres, Eólicos, Praial-Holocênico e Praial-Pleistocênico (MEIRELES, 2001)

Esse tipo de formação pode ser encontrado da comunidade de Barreiras de Baixo até Tibau (divisa CE-RN), com seu limite interior bem delimitado por uma formação de falésia. O terraço apresenta 45,4 km² de área total, sendo 9,6 km² representada pela área da planície lagunar, barreiras costeiras (modernas e antigas), e Rio Arrombado. Os outros 35,8 km² ao relevo próprio do terraço marinho (XIMENES NETO *et al.*, 2019).

Dunas

As dunas são morros formados por grãos de areia mantidos agrupados através da ação do vento ou da água. Os sedimentos arenosos são transportados ao longo do tempo geológico e por isso as dunas têm idades variadas. Assim sendo, a princípio, as correntes marítimas carregam grande quantidade de areia, depositando-as nas praias. Quando estes sedimentos estão secos, tem-se o início do trabalho de transporte realizado pelo vento, que os modela e os fazem acumular nas partes mais elevadas no segmento praias (PINHEIRO, 2009).

Por serem extremamente porosas, absorvem muita água, por isto é uma fonte de água doce no nosso litoral. Elas são ainda uma importante proteção contra a força das marés, temporais, ressacas, e outros fenômenos climáticos.

As grandes famílias de formas dunares caracterizam-se quanto à sua morfologia em: dunas móveis (frontais), dunas semifixas, dunas fixas, os eolianitos (ou dunas cimentadas) e as formas de deflação. Especificamente, as dunas móveis caracterizam-se por um transporte permanente dos grãos de areia, resultando em uma permanente migração das formas dunares. (PINHEIRO et al. 2013).

Figura 14 - Transição de sistema dunar (frontais/semi-fixas/fixas).



Fonte: André Luiz Braga Silva (2017).

Estas formações podem ser encontradas em desertos ou ao longo da costa, nas praias. Elas podem ocupar apenas alguns metros ou se estender por muitos quilômetros formando verdadeiros mares de dunas. Nas regiões costeiras elas são

importantes componentes espaciais, servindo como mecanismo de redução de impacto das ondas, também criando um habitat único ocupado por populações de animais e plantas altamente especializados (PINHEIRO, 2009; MOURA-FÉ, 2008).

As dunas costeiras presentes em Praias de Ponta Grossa e Redonda também são o habitat de espécies pioneiras, como herbáceas halófitas (que sobrevivem mesmo em concentrações elevadas de sais). Um exemplo comum é a salsa de praia (*Ipomoe pes-caprae*). Ao longo de seu crescimento, a duna acumula, em suas porções mais profundas, umidade e nutrientes, tanto inorgânicos presentes no sedimento quanto matéria orgânica que é carregada para o seu interior. Nestas condições, a duna se torna um ambiente capaz de sustentar formas vegetais mais complexas, como espécies presentes na caatinga e mata de tabuleiro, como se observa na comunidade de Ponta Grossa, a exemplo do cajueiro (*Anacardium occidentale*), catingueira (*Caesalpinia pyramida*) entre outras (MEIRELES e SANTOS, 2012).

Figura 15 - Duna na Praia de Ponta Grossa



Fonte: André Luiz Braga Silva (2018)

Por fim, as dunas mais antigas ficam enriquecidas de nutrientes e são colonizadas por uma complexa formação vegetal que combina formas rasteiras, arbustivas e arbóreas. Ao longo deste processo também ocorre a migração e colonização de muitas populações animais, principalmente de insetos, répteis e aves.

Apesar de toda importância e valor paisagístico, este ecossistema é um dos mais ameaçados pela especulação imobiliária e a indústria do turismo. No litoral do Ceará é comum observar empresas cercando áreas de dunas, na tentativa de vencer, a qualquer custo, a batalha pela posse das áreas que, muitas vezes são

terreiros de marinha ou de proteção permanente. Avança a construção de hotéis de grande porte, justamente sobre elas e também os parques eólicos para produção de energia.

Falésias

Falésias são paredões íngremes encontrados no litoral de quase todo o mundo. Caracterizam por se localizar na linha de contato entre a terra e o mar, resultante do trabalho erosivo do mar, promovendo na base da falésia, através da dinâmica das ondas, um processo de solapamento, que normalmente produz grutas de abrasão (SUERTEGARAY, 2003).

Figura 16 - Falésias na Praia de Vila Nova.



Fonte: André Luiz Braga Silva (2019).

Tal formação é, em um sentido amplo, parte do trabalho de construção e destruição realizado pelo mar nas áreas litorâneas, responsável por desenhar os diversos recortes que a fronteira entre terra e água possui, em nosso planeta. Esta ação do mar na rocha recebe o nome de abrasão marinha. Os produtos que são os sedimentos derivados da erosão das falésias serão transportados pelo mar, indo se depositar em uma área próxima, auxiliando no processo de origem das praias e restingas.

As falésias podem ser classificadas em dois tipos, sendo estes de acordo com a influência do processo erosivo e a presença ou não de vegetação: as falésias

vivas, onde tal processo ainda atua, e as falésias mortas, onde o processo erosivo já cessou. As falésias mortas fornecem pistas sobre a atividade oceânica e mostram até onde o mar já avançou (MELO, 2013).

A falésia é uma das unidades que compõem uma paisagem litorânea, assim como as praias, dunas, mangues, estuários, terraços marinhos, lagoas, lagunas, e que são interligadas por energias que mantêm tais componentes em constante transformação. Possuindo um elevado valor paisagístico as interferências mal planejadas pelo homem nas falésias vêm causando impactos ambientais negativos, de alta magnitude e permanentes, principalmente pela ocupação desordenada. Assim, as atividades humanas existentes nessas áreas podem ser caracterizadas como de risco, pois podem produzir deslizamento e desmoronamento das encostas bem como a poluição do lençol freático.

Tais barreiras verticais naturais impedem o maior avanço do mar naquele terreno em que se encontram e apresentam uma notável diversidade, tanto pela composição da rocha que dá origem à formação, como pela altura de algumas destas falésias.

Figura 17 - Falésias vegetadas na comunidade de Picos.



Fonte: André Luiz Braga Silva (2019).

No município de Icapuí estas formações são cartão postal nas praias de Retiro Grande e Ponta Grossa, onde estão as falésias vivas. Seguindo para a direção leste do município, esta formação vai perdendo o contato direto com o mar, sendo na Praia de Vila Nova o fim desse contato. Porém, esta formação vai

adentrando na parte continental, caracterizando-se assim como falésia morta, chegando em determinados trechos a mais de 20 metros de altura, demonstrando claramente vestígios onde o mar já esteve em tempos passados (MEIRELES e SANTOS, 2012).

MATA DE TABULEIRO, CARNAUBAIS E COQUEIRAL: CARACTERÍSTICAS DA FITOFISIONOMIA²⁶

Keverson Assis Soares

A formação florestal predominante e que percorre a maior parte da região dos tabuleiros litorâneos é um subtipo vegetacional residual chamada comumente de “mata de tabuleiro” (OLIVEIRA FILHO, 2000).

Figura 18 – Imburana (*Commiphora leptophloeos*) e Ipê roxo (*Handroanthus impetiginosus*)



Fonte: O Autor

Entre as formações florestais costeiras é a mais rica em espécies lenhosas, com uma flora que mistura elementos e espécies do Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e até mesmo Amazônia, como o Cauaçu (*Coccoloba latifolia*) (CASTRO *et al.*, 2012).

A mata de tabuleiro é caracterizada por um grupo de diferentes formações vegetais que variam desde a vegetação herbácea de pós-praia, passando por matas

²⁶“Particularidade vegetal ou a flora típica de uma região”. In www.dicio.com.br/fitofisionomia/

dunares, fragmentos de vegetação savânica (Cerrados Costeiros) até as florestas estacionais semidecíduas (as folhas caem durante todo o ano, mas não totalmente) que se diferenciam perceptivelmente da Caatinga (FIGUEREDO, 1997).

A vegetação não é igual as matas de tabuleiro presentes nos estados da Bahia e do Espírito Santo. Nesses locais o tabuleiro recebe grandes concentrações de chuvas durante todo o ano e apresenta vegetação ligada à Mata Atlântica. Já os tabuleiros do Ceará estão em climas bem mais secos, variando de subsumidos a semiáridos. Existe a predominância de espécies que possuem a capacidade de resistir a uma sazonalidade mais longa que a Mata Atlântica e menos prolongada que a Caatinga, o que pode explicar a “mistura” de espécies de outros domínios fitogeográficos que ocuparam esse ambiente.

Essa formação florestal apresenta espécies características como: Pau-Marfim (*Agonandra brasiliensis*), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Murici (*Byrsonima crassifolia*), Jaúna (*Chamaecrista ensiformis*), Ipê-Roxo (*Handroanthus impetiginosus*), Janaguba (*Himantanthus drasticus*), Guamirim (*Myrcia splendens*), Batiputá (*Ouratea fieldingiana*), Facheiro (*Pilosocereus catinguicola subsp. salvadorensis*), Pau-pombo (*Tapirira guianensis*), Limãozinho (*Zanthoxylum syncarpum*) (CASTRO *et al.*, 2012)

Os tabuleiros costeiros circundam a faixa costeira do estado do Ceará e são caracterizados pelo seu relevo plano, intercalados com trechos suave-ondulados e apresentam uma amplitude de altitude resultante, especialmente, da erosão dos rios. Esse ambiente é constituído, sobretudo pelos sedimentos da formação Barreiras, e apresenta o desenvolvimento dos solos argilosos. Esses solos são os mais amplamente distribuídos em todo Ceará, encontrados em áreas de relevo plano a montanhoso (MORO, 2015).

Na Formação Barreiras pode-se encontrar duas vegetações principais: a mata de tabuleiro e os cerrados costeiros. Sendo a mata de tabuleiro uma floresta estacional semidecídua de médio porte e é a vegetação mais amplamente dispersa sobre a Formação Barreiras (CASTRO *et al.*, 2012).

Carnaubais e características da fitofisionomia

Os Carnaubais são classificados como um tipo de formação florestal, que apresenta vegetação mista, em sua grande parte formada por indivíduos de

Carnaúbas (*Copernicia prunifera*) concentradas principalmente em áreas de várzeas e próximo a margens de cursos d'água (CASTRO, 2012).

Esse tipo de formação florestal é considerado um subtipo de caatinga que se desenvolve em um ambiente diferente da caatinga típica, pois crescem em planícies fluviais que circundam rios e pequenos cursos d'água, possuindo solos diferenciados daquele das caatingas típicas (ANDRADE-LIMA, 1981).

Figura 19 - Carnaubal na Comunidade de Tremembé.



Fonte: Foto do autor.

Os Carnaubais também podem ocorrer ao redor de outros corpos hídricos como lagoas e lagunas. Comumente crescem sobre solos sujeitos a inundações. A ocorrência dos carnaubais no Ceará acontece desde as áreas semiáridas do interior até regiões subúmidas costeiras, associados aos leitos de rios, lagoas ou áreas periodicamente inundáveis (MORO, 2011).

Figura 20 - Carnaubal na Comunidade de Manibú



Fonte: Foto do autor.

A Carnaúba (*Copernicia prunifera*) possui relevante importância econômica, pois produz através das suas folhas uma cera que, quando extraída, detém valor econômico agregado, o que se tornou com o passar do tempo uma relevante atividade econômica no Nordeste e, nos últimos anos tem sofrido com a grande deterioração causada por ações degradantes associadas ao homem (MORO, 2015). Mesmo assim, essa atividade ainda é praticada no município se tornando fontes de renda para algumas famílias nas comunidades do Gravié e mata fresca.

A carnaúba também produz um fruto comestível, do qual pode ser extraído óleo, além do palmito do caule e as raízes, usadas como medicinais. A madeira pode ser utilizada para construções e as fibras são utilizadas para fabricação de redes, chapéus, cestos e diversos outros artesanatos que são comercializados na região e no exterior em virtude da beleza e singularidade. A cera também é um produto normalmente exportado.

Tabela 3 - Produtos da Carnaúba e suas principais aplicações.

Produto	Uso e Aplicação
Cera	Indústria tecnológica Indústria farmacêutica Indústria de cosméticos e higiene Indústria alimentícia

	Atividade oxidante
Bagana da Palha	Proteção e resfriamento do solo Fertilizante Compostagens Artesanato
Raízes	Depurativos e diuréticos Sal de cozinha Elixir Antimicrobiano
Caule	Construção civil Artesanato
Fruto	Farinha Pó semelhante ao do café Geléia Atividade antioxidante

Fonte: Adaptado de Silva *et al* (2019)

O desmatamento, a ocupação das margens dos rios e o crescimento urbano em leitos de inundação dos rios são outras ameaças à conservação desses ecossistemas, junto com o extrativismo intenso (MORO, 2015).

As Planícies Fluviais são constituídas por sedimentos de idade Quaternária²⁷ e apresentam tamanhos e extensões diferenciadas, condicionadas pela vazão dos rios associados. Os solos típicos desses setores, ao longo dos grandes rios, são os neossolos flúvicos, os quais podem alcançar grandes profundidades, permitindo o desenvolvimento de matas ciliares associadas à carnaúba (*Copernicia prunifera*), constituindo os carnaubais (MORO, 2015).

Coqueiral

O coqueiro (*Cocos nucifera L.*) é uma espécie de planta perene, pertence à classe Monocotyledoneae, ordem Palmales, da família Aracaceae (família Palmae) subfamília *Cocoideae* e gênero *Cocos*. Esta espécie possui duas variedades principais a “*Typica*” (coqueiro gigante) e a “*Nana*” (coqueiro anão), apresentando esta última as cultivares: anão verde, anão amarelo e anão vermelho (SANTOS, 2018).

²⁷ O Quaternário é subdividido em duas épocas: o Pleistoceno (até 11.700 anos atrás) e o Holoceno (cerca de 11.700 anos atrás até os dias atuais. In: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/periodo-quatnario>.

Figura 21 - Coqueiral nas Comunidades de Barreiras e Mutamba



Fonte: foto do autor.

A origem precisa do coqueiro ainda é um tanto inconclusiva, mas a hipótese mais relevante e aceita é que o coqueiro se originou no Sudeste Asiático, principalmente nas ilhas entre os oceanos Índico e Pacífico. Desta região foi levado para a Índia e em seguida para o leste africano, e daí, para as Américas e toda a região tropical do globo (PURSEGLOVE, 1972).

Mesmo com sua origem não confirmada, o ser humano é considerado o principal agente de dispersão da espécie. Todavia, por causa da capacidade dos frutos (sementes) flutuarem e permanecerem viáveis após longo período de tempo em água salgada, as correntes marinhas foram muito importantes, atuando como agentes secundários na dispersão dessa espécie (BENASSI, 2013).

O coqueiro gigante apresenta de modo geral, fecundação cruzada, início da floração entre cinco e sete anos (tardio), seu crescimento é rápido, com vida útil de 60 a 80 anos, porte (altura) 35 m, tamanho do fruto grande, produção 60 a 80 frutos/ano, tendo por destino a produção agroindustrial e culinária (BENASSI, 2013). Já o coqueiro anão, que se divide em três sub variedades (verde, amarela e vermelha, conforme NUCÉ DE LAMOTHE, 1983), tem sua floração iniciada entre dois e três anos após o seu plantio, crescimento lento, vida útil de 30 a 40 anos,

porte (altura) entre oito e dez metros, tamanho do fruto pequeno, produção 130 a 150 frutos/ano, e destino da produção para extração de água (BENASSI, 2013).

O coqueiro gigante foi introduzido pela primeira vez no Brasil em 1553, mais precisamente no Estado da Bahia, tendo sua procedência das ilhas de Cabo Verde (SIQUEIRA, 2002). Segundo Aragão *et. al.* (2009) é provável que tenha origem na Índia ou Sri Lanka que, por sua vez foram introduzidos de Moçambique.

Com o passar do tempo o cultivo do coqueiro foi sendo introduzido em várias regiões do Brasil. As maiores plantações e produções se concentram nos estados do Nordeste Brasileiro, que representam 82,28% do total da área plantada de coco e 69,25% do total de coco produzido do Brasil (JESUS JÚNIOR *et. al.*, 2013).

O Ceara, com 15% da produção, se destaca como segundo maior produtor do país, perdendo somente para o estado da Bahia que detém aproximadamente 31% da produção do país. No Ceará o coqueiro possui relevante importância para a economia, sua presença é fundamental para compor a paisagem do litoral. Além disso, serve como significativa fonte de renda para as famílias dessa região (SANTOS, 2018)

Em Icapuí o cenário é praticamente o mesmo, sendo o ecossistema de Coqueiral presente no município originado pela ação humana. No Brasil, apresentou uma boa e rápida adaptação em praticamente toda região costeira do país.

Mesmo apresentando uma vegetação com características homogêneas, o coqueiral atrai um significativo grupo da fauna, principalmente de aves e roedores. (SANTOS, 2008).

Tabela 4 - Relação da quantidade produzida em toneladas entre município e estado.

Quantidade Produzida (Toneladas)	Ano X Produção Coco-da-baía	
	2017	2018
Estado e Município		
Ceará	186.732	254.161
Icapuí	9.138	5.641

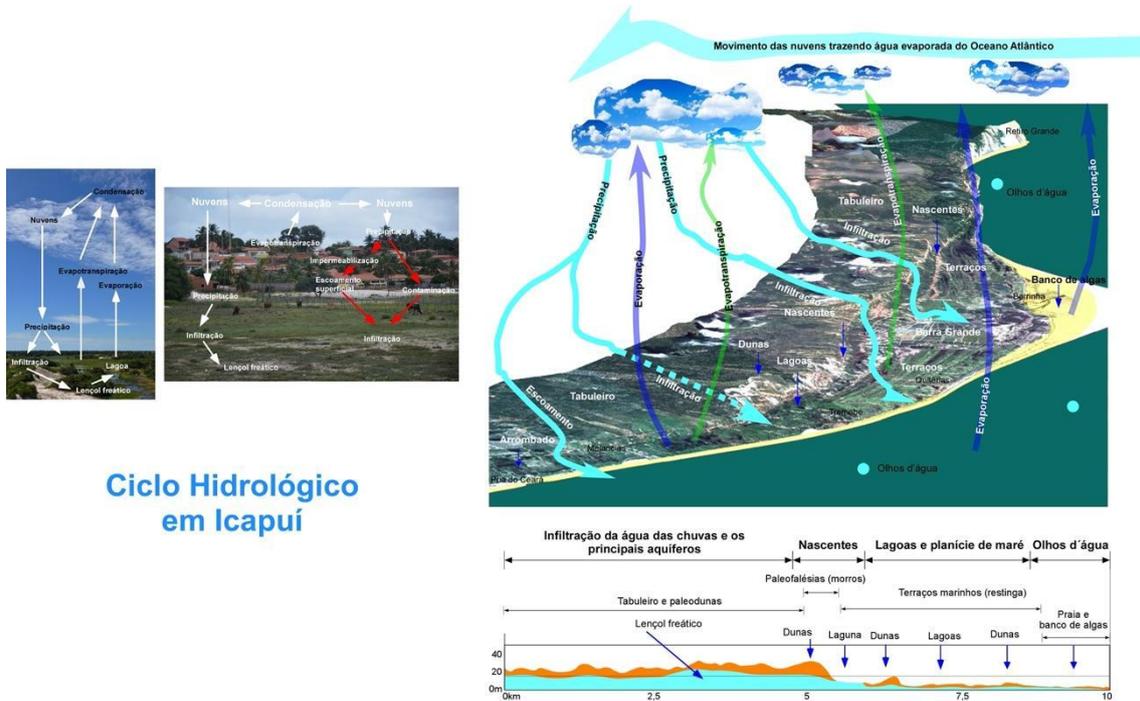
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019).

AS ÁGUAS DE ICAPUÍ

Jeovah Meireles

As diversas modalidades de ocorrência das águas de Icapuí e as relações sociais, ambientais, culturais e econômicas, são representadas pelo Ciclo Hidrológico (Figura 1). Os sistemas hídricos encontram-se na superfície das paisagens, formando as lagoas costeiras, lagoas²⁸ e riachos, no solo da restinga (coqueirais) e dos morros (tabuleiro) e no interior dos depósitos sedimentares, originando os aquíferos (dunas, restinga e tabuleiro), na vegetação (evapotranspiração), na atmosfera (nuvens) e no mar (fonte primordial).

Figura 22 – Representação esquemática do ciclo hidrológico de Icapuí.



Ciclo Hidrológico em Icapuí

Fonte: Atlas de Icapuí, Edições FBC (2020).

A maior parte da água das chuvas é acumulada no subsolo, especificamente constituindo os referidos aquíferos, pois a predominância das areias facilita a sua infiltração e o armazenamento.

²⁸ Ambiente de água salobra ou salgada protegido por braço de mar de pouca profundidade e comunicando-se com o mar desde os canais formados entre as flechas e bancos de areia, na embocadura de alguns rios e, frequentemente, a barlamar dos promontórios. Exemplos: lagoa do Carapicu e entre as flechas de areia de Ponta Grossa. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81227.pdf>

A água da chuva, quando alcança as folhas das árvores, escoar delicadamente pelos galhos e troncos até raízes (a cobertura vegetal ameniza a erosão do solo provocada pela energia pluvial), de onde é distribuída para os ecossistemas. E quando alcança o telhado e escoar pelas bicas das casas, a água da chuva enche os potes e cisternas. Após a chuva, o sol continua a evaporar a água que irá constituir as próximas chuvas. Portanto, o ciclo hidrológico não para de trabalhar.

Nas comunidades, é comum se cavar uma cacimba e perfurar um poço artesiano, de onde a água armazenada no lençol doce subterrâneo será alcançada e utilizada para o consumo. Essa modalidade de ocorrência é denominada de *aquíferos livres*, pois logo que começa a chover a água vai se acumular no interior daquelas paisagens que tão bem conhecemos. Quando a quadra chuvosa é bem definida, os aquíferos ficam encharcados e, no caso das dunas e restingas, o excesso da água subterrânea aflora e vai formar as lagoas. Mesmo durante a estiagem, quando o lençol freático está mais profundo, Icapuí tem mais de 100 lagoas distribuídas sobre as dunas e restingas.

Nos morros, o volume acumulável vai escoar nas nascentes, surgir nos olhos d'água e alimentar de água doce a lagoa do Carapicu (laguna). Ressurge, enche e transborda as cacimbas e os poços profundos. Os riachos escoam a água proveniente das chuvas e dos aquíferos para os manguezais, as restingas, até encontrar as praias. As conexões entre a água subterrânea e superficial promovem o ritmo de todas as espécies de vida, principalmente as dos ecossistemas aquáticos. Transformam-se dos *serviços ecológicos*²⁹ de provisão, regulação e culturais, fundamentais para a qualidade de vida nas nossas comunidades e nas demais relações socioambientais e econômicas.

O volume das chuvas e seu fluxo pluvial promovem a erosão nas encostas dos morros, os aquíferos ficam encharcados, as lagoas transbordam, os riachos ficam caudalosos, o rio Arrombado rompe os bancos e flechas de areia na sua desembocadura; o estuário Barra Grande fica repleto de sedimentos provenientes do transporte pluvial e fluvial, levando as argilas da laguna do Carapicu, os

²⁹ Acessar o Plano Participativo para o Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Icapuí: <https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/livro-mudancas-climaticas.pdf>

microrganismos e a água salobra para o banco de algas dos Cajuais (*delta de maré*, cf. MEIRELES, 2014).

A diversidade de ocorrência das águas e as relações com as paisagens, os ecossistemas e a sua comunidade, são evidenciados e estudados da janela da escola. Basta olhar para o relevo e perceber que é predominantemente arenoso e que as lagoas estão entre as dunas e nas restingas. No recreio, logo depois da merenda, que tal dar uma olhada no poço profundo da escola? Os professores de Geografia, Química e Matemática têm a oportunidade acompanhar para uma conversa animada sobre a obtenção desse recurso hídrico, quais suas propriedades físico-químicas e o volume de água explorado para as atividades da escola.

O diálogo com os alunos é susceptível de ser conduzido para reflexões sobre quais as formas de ocorrências e usos das águas superficiais no percurso para a escola. Os professores, também, têm a chance de representar o seu trajeto e identificar como a cidade, as vilas, as comunidades e as famílias usufruem e tratam esse bem precioso. Certamente, o roteiro passará pelos sítios de frutas, roçados, pecuária e, invariavelmente, pelos coqueirais (que possivelmente são alvo de problemas ambientais relacionados com alterações no aquífero e também por serem muito antigos). Esta experiência, sem dúvida, vai alegrar o debate com os alunos e auxiliá-los a compreender em conjunto as diversas modalidades de ocorrência e usos da água, bem como desenvolver exercícios temáticos, ao elaborar o ciclo hidrológico de onde a escola e as comunidades estão inseridas.

O ciclo hidrológico de Icapuí é completo, como em qualquer lugar do nosso planeta. Todas as etapas deste ciclo, depois das chuvas concentradas no primeiro semestre e durante o período de estiagem (segundo semestre), estão atuando no Município. É possível mapeá-lo e representar em croquis nas atividades escolares. E, ao analisar o ciclo das águas em sala de aula, é oportuno orientar a administração da escola e as secretarias municipais de Educação e do Meio Ambiente, para definirem as normas adequadas de usos e evitar o desperdício, além de elaborar os projetos relacionados com o reuso da água dos banheiros, refeitórios, dos bebedouros e da cozinha, e aproveitar a água da chuva que inicia seu caminho para o lençol freático, encharcando o solo, para arborizar a escola.

Que tal os professores de Biologia definirem as árvores nativas com pesquisas de campo e nos laboratórios para planejar a construção de um pequeno

horto³⁰ e, assim, reflorestar o entorno da escola? Os resultados serão monitoráveis por meio da melhoria do microclima, da saúde comunitária e, ainda, será ensejada a captura de toneladas de dióxido de carbono emitidas pela queima de combustíveis fósseis.

É certo que os caminhos das águas são diversos e complexos, e, nesse contexto, uma série de aspectos, certamente, auxiliarão o entendimento sobre onde encontrar e como estão distribuídas as águas superficial e subterrânea nos territórios. Sobre este momento, suscitamos pontos que irão possibilitar o exercício de reflexão para o entendimento integrado das fases do ciclo hidrológico (Figura1): como o ciclo hidrológico se relaciona com o seu cotidiano? A água utilizada na escola volta tratada para os ecossistemas? E, conseqüentemente, para as águas superficiais e subterrâneas? Quais os problemas de saúde e as perdas de biodiversidade gerados pela falta de saneamento básico? E as mudanças climáticas estão alterando o ciclo das águas de Icapuí? Nos mapas temáticos do *Atlas de Icapuí*³¹, identifica-se onde e como a água se comunica com os ecossistemas e integra as atividades comunitárias.

A disponibilidade de água doce com qualidade e volumes adequados para os usos comunitários, as atividades produtivas e culturais e para sustentação da vida nos ecossistemas, deverá ser analisada, evidenciando o mapa das redes hidrográficas de Icapuí (Figura 2).

Os caminhos das águas são identificáveis, desde quando estão no estado de vapor na atmosfera (nuvens), até o líquido chegar ao mar e ser novamente elevado pela energia solar para formar as nuvens. A água que sai das torneiras da escola passou, invariavelmente, por todas as fases do ciclo hidrológico. Antes de chegar ao mar depois das chuvas, foi canalizada pelos poços profundos e, quando o lençol está mais cheio de água doce, enche novamente as cacimbas para a água ser consumida pelas comunidades. Esta é a água constituída como *recurso hídrico* utilizado nas atividades econômicas do Município.

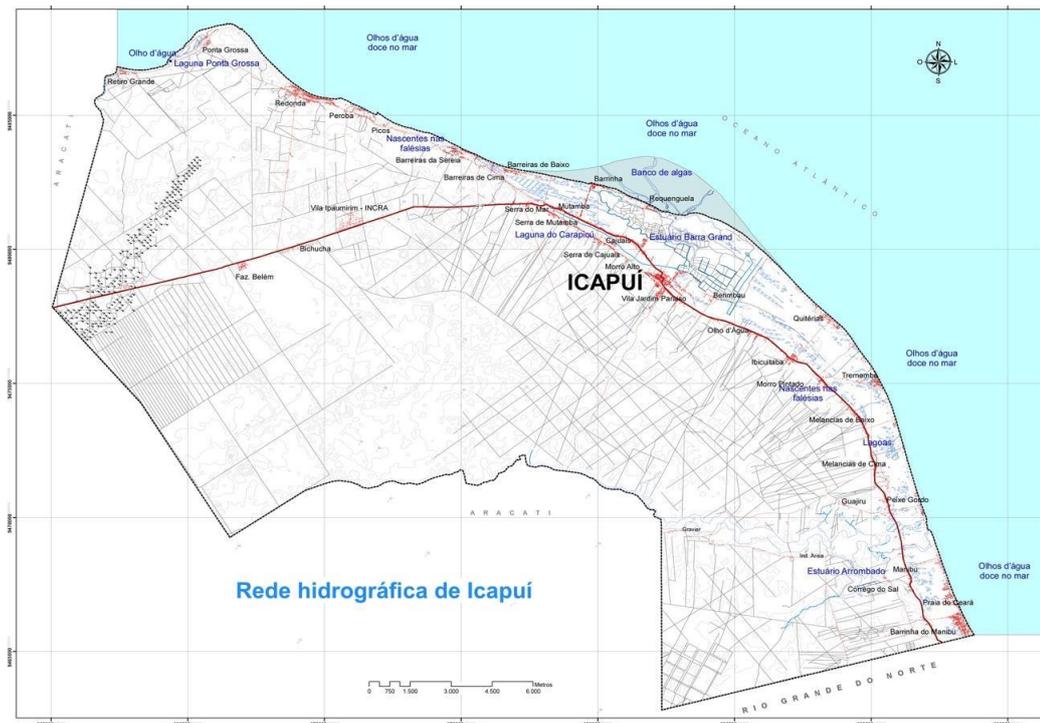
O estuário da Barra Grande, um dos principais recursos hídricos superficiais do Município, nascido no sopé dos morros, ao receber a água doce do lençol freático que se mistura com a do mar durante as oscilações das marés, originou o

³⁰Ver *Guia de Plantas da Caatinga Visitadas por Abelhas na Caatinga* (publicado pela FBC): <http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2744> acessado em 03-12-2020.

³¹: Ver em https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/De_Olho_Na_Agua_Atlas_de_Icapui.pdf.

ecossistema *manguezal*. Como resultado, temos um sistema hídrico responsável pela biodiversidade dos ciclos alimentar, ecológico, social, cultural e econômico do Município. As espécies de peixes, mariscos, caranguejos e as lagostas estão relacionadas com esses níveis de misturas entre a água doce e a salgada.

Figura 23 – Rede hidrográfica de Icapuí.



Fonte: Atlas de Icapuí, Edições FBC (2015).

Encontros comunitários com o ciclo das águas de Icapuí

Mais de 70% das espécies marinhas de Icapuí visitaram a Barra Grande antes de chegar às nossas mesas. A importância das águas misturadas culmina no banco de algas dos Cajuais - ecossistema que também produz e distribui os sais minerais e nutrientes para a base da cadeia alimentar da vida marinha.

Diante do banco de algas dos Cajuais, bem como em vários outros pontos (especialmente entre as comunidades Retiro Grande e Tremembé), ocorrem descargas de água doce dentro do mar. É este um fenômeno complexo e relativamente raro no litoral brasileiro. Como as restingas, as dunas e o tabuleiro são aquíferos, a pressão da água doce acumulada no continente aproveita os canais subterrâneos nas fraturas das rochas que alcançam o fundo do mar. A pressão do aquífero faz lançar jatos de água doce, que demora o suficiente, antes de se

misturar com a água salgada do mar, para o peixe-boi beber. É por intermédio do ciclo hidrológico e da dinâmica geológica dos depósitos sedimentares que se entende a origem dos olhos d'águas nas praias de Icapuí.

A praia de Ponta Grossa, a seu turno, resguarda um dos mais bonitos sistemas de flechas de areia do litoral brasileiro. Os sedimentos provenientes das dunas, que caem das falésias como cachoeiras de areia na praia, foram transportados pelas ondas e as marés para formar uma lagoa, nascentes e olhos d'água na maré cheia (laguna). Está localizada no lado poente da praia, com o pôr do sol ressaltando a cor azul da água da laguna e o colorido das falésias.

Essa água doce que aflora nos olhos d'água no sopé das falésias de Ponta Grossa e dentro da laguna é capaz de alimentar as aves migratórias antes de pousarem no banco de algas dos Cajuais e de lá voarem para outros locais ao sul de Icapuí até a Argentina. Ao alcançarem a Patagônia, as aves retornam aos países das Américas Central e do Norte. Antes, elas passam novamente pelos manguezais, banco de algas, lagoas e lagunas de Icapuí e, bem alimentadas, continuam seu voo transcontinental.

Vimos ser possível estudar o ciclo hidrológico da janela da sala de aula (ver capítulo "As águas de Icapuí"). Ao caminhar pelo pátio na hora do recreio, foram investigadas as conexões da água subterrânea com as atividades da escola. No trajeto dos professores e alunos de suas comunidades para as aulas, sobrou identificada a diversidade das paisagens originadas pela utilização dos recursos hídricos.

E como ter uma compreensão integrada do ciclo hidrológico conectando todas os modos de ocorrência da água no nosso Município? Para avançar nas pesquisas sobre as águas de Icapuí, é importante planejar uma atividade de campo. Esta resulta fundamental para definir a importância da água para o Município e elaborar planos e projetos a fim de proteger as águas e combater as consequências geradas pelos impactos ambientais. Constitui uma atividade que nos tornará mais conscientes da necessidade urgente de conservar a Natureza.

O primeiro passo é formar equipes com os professores de Geografia, Biologia, Ciências, História, Matemática e Artes. Para definirem os roteiros, utilizar os Atlas de Icapuí³², as imagens do *Google Earth* e as disponíveis no *site* do *Instituto*

³²Atlas de Icapuí:

*Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)*³³, o que ajudará nos conteúdos sobre escalas geográficas, as áreas urbanizadas, e identificar as estradas e os acessos aos locais planejados no roteiro. Destinos importantes são a *passarela* e o *observatório de aves migratórias* da Estação Ambiental Mangue Pequeno (EAMP), localizadas no manguezal da Barra Grande.

Da passarela, é possível analisar as conexões das águas nas diversas maneiras de ocorrência da rede de drenagem de Icapuí. Os fluxos de matéria e energia que fazem funcionar o ciclo hidrológico e outros períodos da Natureza – ecológico, sedimentar, carbono, nitrogênio e do clima – são identificados e, também, restam definidas as conexões continente-atmosfera-biosfera-sociedade (escoamento superficial, infiltração, evaporação e evapotranspiração, cobertura vegetal e biodiversidade e os jeitos de usar). As chuvas enchem os aquíferos e as lagoas, enquanto o lençol freático é feito rios subterrâneos, que desembocam nos manguezais, no banco de algas, nas restingas e nas vazantes. Não esqueçamos o fato de que essas conexões vão alcançar as torneiras das nossas casas!

O sol de Icapuí estará sempre presente, evaporando a água das lagoas, dos rios e do mar para as próximas chuvas.

A necessidade de olhar com carinho, afeição e informação para as diversas configurações de ocorrência dos recursos hídricos deverá estar expressa nos conteúdos escolares para evidenciar as melhores práticas para não contaminar a água e identificar as desigualdades sociais e econômicas no acesso e consumo dos recursos hídricos. Ao realizar essas conexões entre os conteúdos teóricos e as atividades de campo, é possível também relacionar os impactos ambientais regionais com a dinâmica dos sistemas ambientais locais.

https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/De_Olho_Na_Agua-Atlas_de_Icapui.pdf e Atlas Socioambiental de Icapuí

https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/De_Olho_Na_Agua-Atlas-Socioambiental-Icapui-CE.pdf

Guia de Plantas Visitadas por Abelhas na Caatinga

https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/De_Olho_Na_Agua-Livro_Guia_de_Plantas_reimpressao.pdf

De Olho nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

<https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/livro-de-olho-nos-ods.pdf>

Mamíferos de Icapuí

https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/De_Olho_Na_Agua-Livro_Mamiferos_Icapui.pdf

³³<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>

Ressaltamos que o maior desastre ambiental no litoral brasileiro, provocado pelo derrame de petróleo em 2019, também atingiu os ecossistemas de Icapuí³⁴, fundamentais para a soberania alimentar das comunidades tradicionais. No contexto local, esse impacto ambiental de elevada magnitude é analisado, ao se evidenciar a poluição das águas pelo precário saneamento básico nas comunidades.

Outros aspectos importantes para fundamentar as conexões locais e globais é evidenciar a poluição da água do mar por microplásticos³⁵, detectada em análises de peixes de Icapuí realizadas pelos pesquisadores do Instituto de Ciências do Mar (Labomar), da Universidade Federal do Ceará.

É fundamental levar em conta o fato de que as mudanças do clima global já estão se manifestando em Icapuí. De acordo com o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)*³⁶, o aquecimento global está mudando os ecossistemas costeiros e a qualidade e disponibilidade dos aquíferos para a sociedade. Esse documento indica, ainda, que o aumento da temperatura está acidificando a água do mar (afetando o seu pH), há menos oxigênio disponível na água do mar para a biodiversidade e que está tornando as águas doces subterrânea e superficial costeiras mais salinas (MEIRELES et al., 2020).

Os extremos climáticos, com as chuvas cada vez mais escassas e concentradas em curto espaço de tempo, e a subida do nível do mar de 3,6 mm ao ano³⁷ (não deixa de acelerar), estão provocando a referida salinização dos aquíferos, potencializando a erosão no litoral, e as comunidades mais afastadas da linha de costa são afetadas pelos extremos climáticos. Além disso, fazem elevar a temperatura da atmosfera, originando as ondas de calor cada vez mais intensas que aumentam a evaporação dos sistemas lacustres e dos reservatórios de água doce das cisternas. Dizem, ainda, os cientistas que, caso as emissões de CO₂ continuem subindo com força, a elevação do nível das águas haverá de alcançar a ordem de 60 a 110 cm³⁸.

Como os solos dos coqueirais, lagoas, cacimbas, poços profundos e da maior parte das comunidades são arenosos e ocorrem também nas proximidades das

³⁴<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/icapui/2019/10/22/oleo-e-removido-da-orla-em-icapui--limpeza-foi-concluida-na-regiao.html>

³⁵<https://www.icapuinoticias.com.br/icapui-fortaleza-e-acarau-possuem-maior-concentracao-de-microplasticos-no-litoral-cearense/>

³⁶https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/09/IPCC-Special-Report-1.5-SPM_es.pdf

³⁷https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/09/srocc_p51-pressrelease_es.pdf

³⁸https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/3/2020/07/SROCC_SPM_es.pdf

praias e dos estuários, são os sistemas ambientais e os locais de moradia que estão em maior risco de erosão das praias e incremento da salinidade das águas subterrânea e superficial³⁹.

Ao voltar para a sala de aula após as atividades de pesquisa de campo, é importante escrever os relatórios, evidenciando os meios de uso, os locais onde a água do lençol freático está contaminada, qual o nível do aquífero nas cacimbas e onde o solo impermeabilizado impede a infiltração; definir as espécies vegetais e onde ocorre a evapotranspiração. Ao usar um GPS ou um aplicativo específico para o aparelho celular, será possível localizar os roteiros, plotar os pontos analisados nas imagens de satélite e fotografias aéreas e elaborar os mapas temáticos.

Ao realizar as projeções sobre o aumento da demanda de água ampliada no período da estiagem, definir o volume necessário e as pressões sobre os recursos hídricos para atender o incremento populacional, identificar as fontes de poluição relacionadas ao saneamento básico (pesquisar sobre os locais atingidos pelo derrame de petróleo e a poluição da água do mar e dos peixes por micro plásticos), e aplicar os princípios da equidade e participação popular na gestão das águas.

A igual do que ocorre com as águas e as ondas do mar de Icapuí, deveremos caminhar com pressa rumo aos saberes científico e tradicional, para tomarmos decisões coletivas a fim de melhorar a compreensão integrada do ciclo das águas de Icapuí. Mesmo com os temporais de ventos fortes e chuvas, as ondas de calor, a salinização da água doce e a erosão das encostas dos morros e das praias, nossa caminhada deve ser firme rumo à conservação e proteção dos sistemas ambientais que dão suporte à vida. Esse novo caminhar deverá ser a identidade da juventude e uma das bases pedagógicas da escola.

Vamos nessa e mergulhar no mar de Icapuí?

³⁹Ver dados quantitativos sobre os Serviços Ecológicos, impactos ambientais e consequências possivelmente relacionadas com as mudanças globais no litoral de Icapuí:
<https://www.deolhonaagua.org.br/wp-content/uploads/livro-mudancas-climaticas.pdf>

CARACTERÍSTICAS DO RIO ARROMBADO

Keverson Assis Soares

O município de Icapuí se destaca por possuir significativa quantidade de água subterrânea. Por outro lado, possui poucos recursos hídricos superficiais, e, dentre eles destaca-se o Rio Arrombado.

Figura 24 - Rio Arrombado.



Fonte: Keverson Assis Soares (2019)

Figura 25 - Rio Arrombado



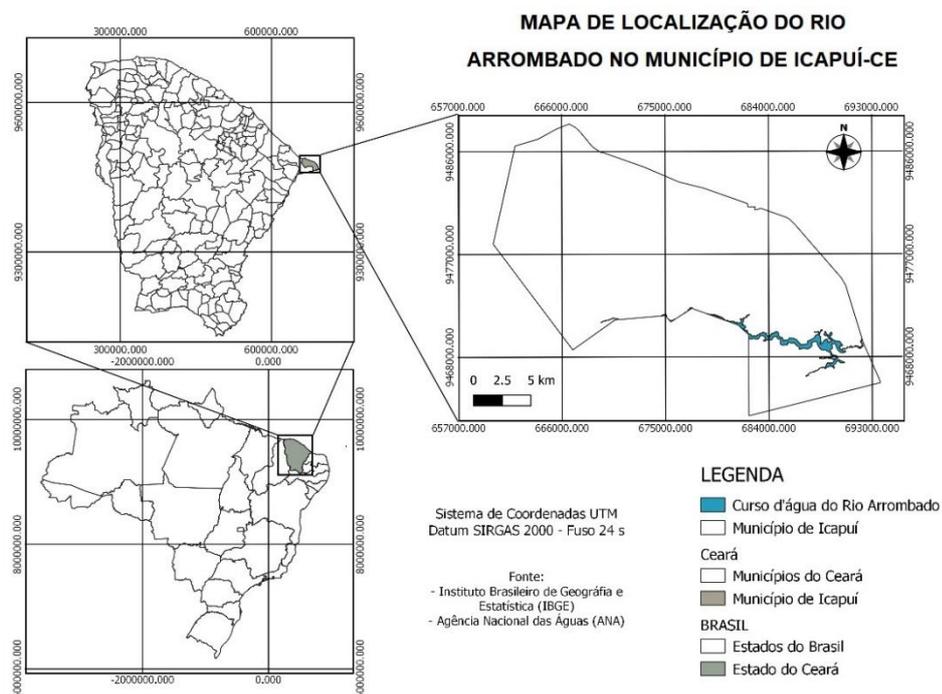
Fonte: Keverson Assis Soares (2019)

O curso d'água é um dos dois sistemas fluviomarinhos que compõem a planície costeira da cidade de Icapuí (no extremo leste da planície), com manguezais em diferentes estados de conservação, quando relacionados aos impactos ambientais da produção de sal e criação de camarão em cativeiro (MEIRELES, 2012).

O rio é o único curso fluvial que passa pelo território municipal que se mantém perenizado, o que se traduz em uma contínua presença de água nessa parte do seu baixo curso, tendo suas nascentes principais no município de Aracati, nas regiões da Mata Fresca e Manguinho. O rio pode ser dividido em dois setores: o Córrego do Manguinho que compreende o trecho das nascentes na Mata Fresca no município de Aracati estendendo-se até a região da Ariza e Arrombado que compreende o trecho na região de Manibu até a foz (ICAPUÍ, 2013).

O rio Arrombado é o mais importante curso de água doce superficial do município de Icapuí, se estendendo por mais de 17 km, de forma intermitente, que se traduz como uma área onde o rio não possui fluxo contínuo de água e esse mesmo fluxo varia dependendo da época do ano. O rio mantém o fluxo perene em até oito quilômetros de distância da foz, com água salobra na maior parte do percurso perene devido a influência das marés.

Figura 26 - Localização do Rio Arrombado no Município.



Fonte: Keverson Assis Soares (2020)

Com base em algumas estudos e pesquisas realizados pela Prefeitura de Icapuí (ICAPUÍ, 2013), não há desvios do curso nem captação para irrigação ou atividades de aquicultura, nem quaisquer outras atividades diretamente ligadas ao leito. Contudo, na extensão da sub-bacia, existem diversas atividades ligadas à agricultura e à pecuária, bem como retirada de vegetação e atividades de turísticas.

Características do Solo

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o solo do leito do rio é caracterizado como salino. Este solo é composto por areias de espraiamento ou enxurradas mais grossas, com composição de tipos de areias que ocorrem nos leitos secos dos rios ou em áreas de interface do tabuleiro costeiro e da área estuarina.

Esse solo possui a presença de crostas superficiais de sais cristalizados nos períodos de estiagem anual, sendo constituídos por sedimentos argilo-arenosos holocênicos⁴⁰ não consolidados, havendo a ocorrência de trechos classificados como planícies hipersalinas (SCHAEFFER-NOVELLI, 2005).

Caracterização da Vegetação

As principais formações florestais presentes no entorno do curso do rio se caracterizam por formações pioneiras com influência marinha, localizadas na área da planície litorânea. Outra formação é a savana-estépica que consiste na presença de vegetação rasteira e árvores e arbustos espaçados, com a presença de palmeiras, localizada principalmente em uma grande faixa fragmentada paralela ao sul do curso d'água. A savana-estépica de porte arbóreo sem palmeiras e sem mata-de-galeria é a formação mais presente ao entorno do curso d'água (SOARES, 2020).

⁴⁰ “Na escala de tempo geológico, o Holoceno ou Holocênico é a atual época do período (...) que se iniciou há cerca de 11,65 mil anos antes do presente”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Holoceno>.

Figura 27 - Vegetação presente na margem do Rio Arrombado.



Fonte: Keverson Assis Soares (2019).

No decorrer do curso d'água a vegetação corresponde, predominantemente, ao bioma de Caatinga, apesar da presença de espécies referentes à mata de tabuleiro com vegetação arbóreo-arbustiva, formação de veredas e duas espécies de mangue: o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue ratinho (*Conocarpus erectus*) (ICAPUÍ, 2013).

Atualmente a vegetação da mata ciliar correspondente à área de preservação permanente (APP) encontra-se sofrendo alguns processos de degradação. Segundo estudos recentes, apenas 76,61% da área de APP do rio se encontra em um bom estado de conservação, enquanto que 23,39% que equivalem a 59,51 hectares estão degradados. O número pode não ser tão expressivo, mas ele corresponde a 83,35 campos de futebol desmatados. (SOARES, 2020). Sendo os principais fatores causadores de degradação da APP, o desmatamento da mata ciliar, a ocupação das faixas marginais do rio e os barramentos feitos no decorrer do curso d'água.

LAGOAS COSTEIRAS

Thais Silva Torquato

A água é um recurso natural de grande importância, seu uso não apenas garante a manutenção da vida, como lhe confere uma melhor qualidade. O conjunto de água disponível para utilização humana é denominado “recursos hídricos” e vão desde pequenas lagoas a rios abundantes. No mundo existem diversos ecossistemas e geossistemas, onde os recursos hídricos desempenham papel principal, em sua manutenção e funcionalidade, e a água é um importante integrador de fluxos energéticos e de nutrientes, conectando esses sistemas uns aos outros (MEIRELLES; SANTOS, 2012).

Nessa perspectiva, as lagoas costeiras configuram-se como corpos d’água encontrados nas zonas litorâneas. Quando isoladas do mar por alguma barreira, denominam-se lagoas, e quando conectadas por canais e enseadas, chamam-se lagunas. Geralmente, possuem pouca profundidade, e sua salinidade pode variar de acordo com o balanço plúvio e fluviológico e pela oscilação das marés (KJERFVE, 1994).

Esses sistemas foram formados durante o Quaternário⁴¹, como resultado da disponibilidade de sedimentos durante os períodos de regressões e transgressões do nível do mar, e ocupam hoje, cerca de 13% das áreas costeiras do mundo. No Brasil, estão presentes em toda zona costeira (FERREIRA, 2017). Pelo fato de capturarem sedimentos orgânicos e inorgânicos, exibem um alto nível de produtividade primária, tornando-se ambientes relevantes para o equilíbrio ecológico da região em que se encontram, além de contribuir para a manutenção do clima local. Assim sendo, conferem ao ser humano diversos serviços ecossistêmicos como a produção de sal, pesca área de lazer, controle de inundação, beleza cênica, recepção de efluentes (ESTEVEZ *et al.*, 2008).

No município de Icapuí, um dos litorais mais áridos do Ceará, tais ecossistemas encontram-se sobre os terraços marinhos e entre dunas (lagoas interdunares), possuindo ligação direta com o lençol freático e com o estuário da Barra Grande. Segundo Meirelles e Santos (2012), é nos primeiros meses do ano, o

⁴¹ O Quaternário é subdividido em duas épocas: o Pleistoceno (até 11.700 anos atrás) e o Holoceno (cerca de 11.700 anos atrás até os dias atuais. In: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/periodo-quaternario>.

período de maior precipitação, que elas afloram, longínquas e paralelas à linha de costa, tornando-se vivíveis entre as comunidades de Barreiras a Cajuais.

Nessa mesma época entram em contato com o manguezal, mantendo seu aporte de água doce e nutrientes. Essa conexão garante a manutenção da biodiversidade e a qualidade de vida da população, favorecendo a sua soberania alimentar e econômica. Com a chegada do período mais seco, devido ao rebaixamento do lençol freático, as lagoas costeiras tendem a secar totalmente (MEIRELLES; SANTOS, 2012).

As interações com os demais ecossistemas configuram as lagoas como ambientes ricos e diversos, de alto grau paisagístico, contudo, frágeis e vulneráveis. Apesar de toda relevância, sofrem constantemente com a ação antrópica, ou seja, ação humana. Um dos principais impactos ambientais a que são acometidas é o lançamento de efluentes domiciliares e industriais, contaminando não somente as lagoas como todo aquífero. Além disso, as áreas de lagoas vêm sendo constantemente impermeabilizadas por construções de alvenaria, viveiros para aquicultura, alterando a produtividade desse e dos demais ecossistemas, diminuindo, portanto, os serviços ecossistêmicos nos ofertados (MEIRELLES, 2015).

É necessária a restauração, preservação e proteção das lagoas costeiras, uma vez que garantem a qualidade de vida para todas as espécies. Não somente a proteção dos Recursos Hídricos é estratégica, para melhorar o modo de viver das comunidades, como também é um direito fundamental de toda população (MEIRELLES et al., 2020). Ações como recuperação das áreas degradadas, aplicação de políticas ambientais, de gestão integrada de recursos hídricos, e de Educação Ambiental, contribuem para o fortalecimento das comunidades e o entendimento das mesmas quanto a importância da proteção desses ecossistemas, garantindo assim, o seu uso sustentável (MEIRELLES, 2015).

AVES MIGRATÓRIAS

J Gomes

Quero chamar atenção
De toda sociedade
Pra nossa localidade
Que vem a todo momento
A procura de alimento
De paz e de liberdade.

Do outono ao inverno
As migrações acontecem
Quando as marés e os ventos
Com certeza favorecem
Antes da reprodução
É nessa ocasião
Que as aves aparecem.

Chegam muitas revoadas
Vindas de outros lugares
Mais de 20 mil quilômetros
Elas cruzam pelos mares
Saindo do polo ártico
Nesse percurso fantástico
No Brasil chegam milhares.

Vindo pra Icapuí
Deixam o ártico pra traz
Na rota da costa atlântica
Um longo trajeto faz.
O motivo da jornada
É passar a temporada
No banco de cajuais.

A partir do mês de maio
Deixam o Icapuí
Depois de se alimentarem
Com os caramujos daqui
Camarão, ostras, sardinhas
E algumas algas marinhas,
Sururu, búzio e siri.

Entre as aves migratórias
Estão os tamatiões,
Garças brancas e azuis
Que gostam de camarões,
Maçarico encarnado,
O maçarico pintado
E lindos gaivotões.

Maçarico vira-pedra
Essa daí não dá rima
E o do papo vermelho
Já conhece nosso clima.
A batuíra de bando
Já vamos observando
De dez espécies pra cima.

Tem também o piru-piru,
Coleira preta e nanico
Batuíra de coleira
É um lindo maçarico,
E o do sovaco preto
Todos esses eu prometo
Que tem destreza no bico.

Quero-quero e siricóia
Em todo período tem
E a galinha do mangue
A ente conhece bem.
Sibite do mangue é lindo,
Está sempre evoluindo
Por ser nativo também.

Ainda tem mais espécies
Que podemos pesquisar,
Porém acho que agora
Devemos recomendar:
Em área de manguezal,
Praia, rio e canal
O propósito é preservar.

Essas aves migratórias
Transmitem vida e beleza
Equilíbrio ambiental
Pro homem e a natureza.
Tirar filhote do ninho
Ou prender um passarinho
É crime e malvadeza.

A Aquasis realiza
Um ótimo trabalho aqui
Em parceria com outros
Órgãos do Icapuí.
A responsabilidade
Com a sustentabilidade
Se inicia por aí.

AVES DE ICAPUÍ

*Felipe Braga Pereira
Igor Freitas Gutierrez
Ingra Araújo Oliveira Queiroz
Sarah Aparecida Campos Silva
Saulo de Souza Castro
Victoria Maria Reis de Souza*

O município de Icapuí, localizado no extremo leste do estado do Ceará, possui diversas unidades geoambientais, como as dunas, matas de tabuleiro, manguezais, lagoas intermitentes e falésias. Devido essa alta complexidade geoambiental, fornece diversos ambientes que podem abrigar várias espécies da flora e da fauna, sejam elas marinhas, costeiras ou terrestres (MEIRELES; SANTOS, 2012).

No que diz respeito à avifauna da caatinga, Icapuí é designada como uma área de alta importância biológica, merecendo um olhar conservacionista mais rigoroso e ações de conservação que visam a proteção dessas espécies (PACHECO, 2004).

É possível encontrar nas matas de tabuleiro e planícies litorâneas diversas aves (na média de 136 espécies), como o Pescador-miúdo (*Chloroceryle americana*), Andorinha-da-praia (*Tachycineta albiventer*), Sabiá-branca (*Mimus gilvus*), Tiziu-da-praia (*Anthus lutescens*), Sibite-do-mangue (*Conirostrum bicolor*). O Sabiá-Branco utiliza a vegetação das falésias para criar seus ninhos e proteger sua prole de predadores. Já o Pescador-miúdo pesca nas lagoas intermitentes da planície costeira e o Sibite-do-mangue se abriga nos manguezais da região. Sendo assim, é interessante mostrar a relevância vital que cada ambiente possui para estas espécies (ALBANO *et al.*, 2007).

Icapuí é também uma região importante para as aves migratórias limícolas, abrigando e fornecendo alimento para várias espécies que estão ameaçadas de extinção. Aves limícolas são aquelas que dependem de ambientes úmidos e buscam alimento nas zonas entre marés e em margens de corpos aquáticos, principalmente lagunas e estuários. Na região de Icapuí, essas aves possuem um grande número de espécies (cerca de 20 espécies) e a maior parte destas são migratórias (17 espécies), chegando a viajar cerca de 25.000 km entre os sítios de reprodução e invernada.

Na região, existe também uma importante área para essas aves migratórias, o Banco do Cajuais, o qual foi incluído à Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra Grande. Esta área possui uma significativa importância ecológica na regulação da biodiversidade e recrutamento de espécies, sendo a principal área de alimentação dessas aves costeiras. O Banco dos Cajuais foi nomeado como um sítio pertencente à Rede Hemisférica de Reservas para as Aves Limícolas (RHRAL). Esta nomeação trata-se de uma importante estratégia internacional em prol da conservação das aves limícolas migratórias ameaçadas de extinção. Esse ecossistema é também a base dos recursos pesqueiros da região, sendo a principal fonte de alimento e renda para as comunidades tradicionais.

Em meio à diversidade das aves limícolas, cinco espécies chamam atenção pela ocorrência no Estado do Ceará e pelo estado de alerta à conservação, pois correm risco de extinção segundo a Lista Vermelha da IUCN: o maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*), o maçarico-de-costas-brancas (*Limnodromus griseus*), o trinta-réis-róseo (*Sterna dougalli*), a batuíra-bicuda (*Charadrius wilsonia*), e o maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*) que, dentre as espécies mencionadas, é a ave que encontra-se em perigo iminente de extinção, devido à queda populacional rápida e recente.

O maçarico-de-papo-vermelho, durante as migrações, alimenta-se em ambientes costeiros como o Banco dos Cajuais, especialmente pela característica lamosa da região e os principais itens consumidos nestes locais moluscos (gastrópodes e bivalves), poliquetas, crustáceos, dentre outros. Esta espécie migratória viaja por necessidades reprodutivas e alimentares, percorrendo do Ártico até o sul da América do Sul, pousando em alguns pontos da costa brasileira no caminho. Sua migração é uma das mais longas dentre as aves limícolas, percorrendo em média 30.000km ida e volta.

Infelizmente, na APA da Barra Grande é possível identificar uma dezena de atividades antrópicas que têm o potencial de prejudicar as populações de aves residentes e migratórias que dependem deste ambiente. Predominam, dentre estes impactos, a presença e predação por animais domésticos, a extração de sal e carcinicultura, a realização de atividades recreativas, degradação do manguezal por desmatamento e poluição. Estas atividades podem causar um déficit energético em aves que precisam de cada caloria para completar o seu ciclo migratório e nas aves residentes este comportamento pode causar o abandono

permanente de ninhos, ovos e filhotes, corroborando para o declínio das espécies que necessitam deste local para sobreviver.

Segundo Meireles, Lima e Silva (2016, p. 32-33), o uso e ocupação da zona costeira de Icapuí é marcado por atividades extrativistas e de subsistência pelas comunidades tradicionais. Dentre elas, destaca-se a pesca, a mariscagem e o turismo como uma das principais fontes da economia local e que está diretamente interligada com o meio ambiente. A partir dessa conexão entre homem e natureza, é necessário que práticas sustentáveis sejam inseridas e valorizadas no meio em que se vive.

A observação de aves, ou “passarilhar”, é um exemplo de uma atividade sustentável que tem como objetivo notar as aves em seu habitat natural, sem interferir no seu comportamento ou no seu ambiente. Esta atividade pode ser praticada por qualquer faixa etária, de crianças a idosos, individualmente ou em grupos, incentivando a aproximação das pessoas com a natureza, conscientizando-as sobre o valor de cada ser vivo.

Além disso, essa atividade traz consigo uma série de benefícios, entre os quais 1) o desenvolvimento do turismo responsável, ligado à conservação da espécie em seu ambiente natural; 2) educação ambiental com comunidade e turistas; 3) a coleta de dados científicos; 4) a sensibilização para o desenvolvimento sustentável; 5) a geração de renda e valores agregados para as comunidades locais; 6) o incentivo dos setores hoteleiros e turísticos.

Passarilhar é uma terapia natural, podendo tornar as pessoas menos propensas a problemas de saúde, como o estresse, e aumentar sua capacidade de atenção e estímulos dos cinco sentidos. Mas, uma pergunta muito frequente é: o que é preciso para observar aves? Determinação e amor por tudo que a natureza nos proporciona. Dedicar o olhar às aves é atentar-se ao meio ambiente e perceber que, de fato, a natureza e o ser humano são um só.

Projeto Aves Migratórias do Nordeste

O Projeto Aves Migratórias do Nordeste (PAMN), realiza as suas pesquisas em grande parte da costa semiárida do Nordeste do Brasil, presente em pelo menos 14 municípios costeiros ao longo da zona costeira do Ceará e em parte no Rio Grande do Norte. O PAMN atua com pesquisas de monitoramento,

rastreamento e marcação de aves, apoio à políticas públicas por meio da proteção de habitats com gestão e fortalecimento de unidades de conservação em cooperação local e internacional, como também através da educação ambiental com envolvimento das comunidades costeiras nas áreas mais sensíveis utilizadas por essas aves.

Assim, o PAMN, através de diversas ações de conservação de aves costeiras migratórias e residentes ao longo da rota Atlântico Ocidental, busca ampliar seu escopo para a conservação de cinco espécies de aves limícolas e marinhas, ameaçadas de extinção no Brasil: o maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*), maçarico-de-costas-brancas (*Limnodromus griseus*), maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*), batuíra-bicuda (*Charadrius wilsonia*), e trinta-réis-róseo (*Sterna dougallii*).

O PAMN é desenvolvido pela Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (AQUASIS), com o apoio do SESC Ceará e o patrocínio da Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental.

O PEIXE BOI MARINHO

JGomes

Quanto mais a gente vive
Mais precisamos saber
Que há um grande universo
De coisas pra se entender
Dessa forma entendemos
Que uns dos outros dependemos
Pra vida prevalecer.

Todo ser é importante
Da serpente ao passarinho
Da árvore que produz fruto
À que só fornece espinho
Do beija flor ao tucano
Do macaco ao ser humano
E o peixe boi marinho.

Sem essa diversidade
De vidas na natureza
O Planeta não teria
Equilíbrio, nem beleza.
Daí a necessidade
Da sustentabilidade
De toda essa riqueza.

A interferência humana
De forma desordenada
Afeta o meio ambiente
Deixa espécie ameaçada
A consequência se explica
Quando a gente identifica
A natureza alterada.

Há seres que necessitam
De ambientes saudáveis,
No entanto se deparam
Com enormes desafios
Do tipo devastação,
Aterro e poluição
De matas, mares e rios.

Pois o peixe boi marinho
É um desses animais
Que vive entre mar aberto
Estuários e canais

E hoje sofre ameaça
Pela existência escassa
De habitats naturais.

Essa espécie já foi
Cruelmente perseguida
O couro, banha e a carne
No comércio era vendida
Graças às leis federais,
Hoje em nossos litorais
Está sendo protegida.

Em todo Norte e Nordeste
Tem aproximadamente
Uns quinhentos peixes boi
Vivendo atualmente
A Aquasis faz pesquisa
Monitora, conscientiza
E protege diuturnamente.

Em média seiscentos quilos
É o que pode pesar
Um peixe boi, quando adulto
Podemos só comparar
Ao tamanho de um bote
Por mais dois anos, do filhote
A fêmea deve cuidar.

Nos rios e olhos d'água
Que chamamos nascentes
Onde existe água doce
São seus locais preferentes
Para a sede saciar
Vão sempre ao fundo do mar
Em busca dessas vertentes.

Folhas de mangues e algas,
Capim agulha também,
São os tipos de alimentos
Que os peixes boi fazem bem
E, ainda bem que aqui,
Nas praias de Icapuí,
Boa quantidade tem.

Treze meses é o período
Da fêmea em gestação
E passa dando ao filhote
Mais dois anos de atenção,
Pois protege e amamenta
Por isso de forma lenta

Aumenta a população.

O peixe boi necessita
Transitar seguramente
Viver em águas sadias
Sem risco de acidente
E nós, os seres humanos
Devemos ter como planos
Cuidar do meio ambiente.

Combater pesca de arrasto,
Não soltar materiais
Que possam de alguma forma
Provocar danos letais
Não colocar poluentes
Nas praias e afluentes
São medidas principais.

Se um pescador ou turista
Vir um peixe boi marinho
Machucado ou encalhado
Não tente o salvar o salvar sozinho
Chame a Aquasis urgente
Pra que adequadamente
Siga o processo todinho.

Aliás é a Aquasis
Uma associação
Que pesquisa ecossistema
Aquáticos com atenção
Previne e capacita
Resgata, reabilita,
Cuida da prevenção.

Icapuí tem a honra
Por ter tomado cuidados
Pra receber peixes boi
Que estão reabilitados
De volta ao litoral
Habitat natural
Sendo readaptados.

A conquista reuniu
Muitos colaboradores
Lideranças de entidades,
Estudantes, professores,
Parcerias culturais,
Pesquisadores locais
E apoio dos gestores.

Essa luta minha gente
Deve ser continuada
Nenhuma forma de vida
Pode ser ameaçada
Viver é uma peleja
Por simples que a vida seja
Merece ser preservada.

Siga as leis ambientais
Combata a perseguição
Perseguir um peixe boi
Consiste em multa e prisão
Denuncie com firmeza
Junto aos órgãos de defesa
Apoie a preservação.

O planeta é nossa casa
Precisamos conviver
Na mais completa harmonia
Saúde, paz e prazer
E o peixe boi marinho
E o nosso melhor vizinho
Vamos juntos proteger.

Aqui em Icapuí
O Imfla e a Sedema
Com apoio da Aquasis
Vem enfrentando o problema
Mostrando a realidade
Unindo a sociedade
Em prol do ecossistema.

Em 23 de novembro
O dia ficou marcado
Justo em 2018
Um evento articulado
Uma mostra com carinho
Sobre o peixe boi marinho
Deu um grande resultado.

Gestores municipais
E escolas reunidas
Textos, poesias, desenhos...
As informações colhidas
Premiam quem as fornecem
E os peixes boi agradecem
Quem protege suas vidas.

PEIXE-BOI MARINHO: ESPÉCIE AMEAÇADA

Thaís Chaves da Silva
Artur Bruno da Silva Barbosa

Em 2001, a Aquasis celebrou um importante convênio com o Serviço Social do Comércio (SESC/CE), inaugurando uma nova sede e o Centro de Reabilitação de Mamíferos Marinhos (CRMM), com espaço para receber filhotes de peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*) e realizar além dos primeiros socorros, a quarentena dos filhotes recém-nascidos encalhados. Em 2012, com o patrocínio do programa Petrobras Socioambiental, o CRMM conseguiu melhorias e um grande incremento em suas estruturas de reabilitação, podendo assim realizar a completa reabilitação dos filhotes de peixe-boi marinho encalhados, sendo considerado uma referência na América do Sul para a reabilitação dessa espécie.

No Ceará, existe uma população residente de peixes-boi marinhos em Icapuí, lugar de beleza cênica única, que possui um conjunto de diferentes ecossistemas que propiciam a ocorrência de uma grande biodiversidade (MEIRELES, 2015). O município é um dos poucos lugares conhecidos do Nordeste brasileiro onde ainda é possível avistar peixes-boi marinhos, ao longo de todo o ano. Não foi por acaso que a espécie de Sirênia escolheu Icapuí como lugar para morar. A existência de bancos de macroalgas e capim-agulha (*Halodule wrightii*) (Figura 28) e de olhos d'água doce permite que esses animais encontrem alimento em abundância e se hidratem. Sim, peixes-boi marinhos vivem no mar, mas bebem água doce. Os olhos d'água (conhecidos pela população local como "olheiros") são aflorações de água doce dos aquíferos subterrâneos abastecidos pela água absorvida pelas dunas e falésias, que em alguns lugares ficam expostos durante a maré seca.

Há 27 anos, a Aquasis tem realizado diversas pesquisas, ações e projetos como estratégias para a conservação da espécie na região. Um dos resultados alcançados foi a constatação da sazonalidade no uso de áreas importantes, como em Retiro Grande, Picos, Morro dos Ventos (entre Redonda e Ponta Grossa) e Quitérias, a depender das variações na dinâmica costeira que soterram os bancos de capim-agulha em determinados períodos do ano (MEIRELLES; PINTO; CAMPOS, 2009; MORETZ-SOHN, 2013; MEIRELLES; CARVALHO, 2016).

Figura 28 - Bancos de capim-agulha durante a maré seca, em Barreiras



Fonte: Thaís Chaves, 2017.

O peixe-boi marinho é Patrimônio Natural de Icapuí (Lei Municipal nº 655, de 15 de julho de 2015; Decreto Municipal nº 18, de 12 de setembro de 2019), um mamífero marinho ameaçado de extinção (Lei Estadual nº 13.613, de 28 de junho de 2005; Portaria Ministério do Meio Ambiente nº 444, de 17 de dezembro de 2014) que pode chegar a medir até 4 metros e pesar 600 kg. A sua reprodução é lenta, com período de gestação de 13 meses e nascimento de apenas um filhote por vez, com raros casos de gêmeos (Figura 29). Filhotes da espécie mamam, até o segundo ano de vida e necessitam de cuidado parental. Atualmente, a ocupação desordenada ocasiona a destruição de estuários e isso constitui uma das principais ameaças ao peixe-boi marinho pois, sem essas áreas propícias para o nascimento dos filhotes, as fêmeas precisam dar à luz em mar aberto. Por conta disso, os filhotes recém-nascidos acabam por se separar de suas mães e encalhar, o que aumenta o risco de extinção da espécie na região (MEIRELLES; PINTO; CAMPOS, 2009; MEIRELLES; CARVALHO, 2016).

Para mitigar essa ameaça, a Aquasis resgata os filhotes encalhados vivos para serem reabilitados no CRMM, onde permanecem até estarem aptos a serem devolvidos ao ambiente natural. Em 2020, a instituição instalou um cativeiro de aclimatação em Peroba, onde os peixes-boi marinhos reabilitados permanecem um período em adaptação antes da soltura no mar (Figura 30) (MEIRELLES; PINTO;

CAMPOS, 2009; MEIRELLES; CARVALHO, 2016). Essa é uma etapa muito delicada, onde o animal precisa ter o mínimo de contato possível com humanos, para que consiga ter mais chances de sucesso no processo de adaptação ao ambiente natural, portanto, necessita desenvolver a independência para viver livre na natureza. Por isso, visitas a espaços de reabilitação são proibidas por Lei (Instrução Normativa IBAMA nº 07, de 30 de abril de 2015).

Figura 29 - Encalhe de filhotes gêmeos de peixes-boi marinhos



Fonte: Acervo Aquasis, 2014.

A reintrodução de animais reabilitados é um reforço populacional da espécie na região, já que os filhotes morreriam se não tivessem sido resgatados e reabilitados para retornar ao seu local de origem. No entanto, além da destruição do habitat e encalhes de filhotes, a espécie enfrenta outras ameaças diversas, tais como colisões com embarcações, capturas acidentais em redes de pesca, molestamentos e ingestão de resíduos provenientes da poluição marinha. Devido ao grande número de embarcações que compartilham áreas de uso com peixes-boi marinhos, podem ocorrer atropelamentos e, conseqüentemente, ferimentos ou a morte dos animais. Além disso, em áreas utilizadas pela espécie é comum existirem modalidades diferentes de pesca, como redes de arrasto e de espera, em que os bichos podem ficar presos e vir a óbito por conta de lesões ou afogamento. Perseguir, tocar, alimentar ou fornecer bebidas são atitudes consideradas como molestamento dos animais, pois prejudicam a saúde deles e afetam negativamente

o comportamento natural. O fato de a região costeira ser bastante afetada pelo descarte inadequado de resíduos, principalmente plásticos, restos de materiais de pesca, esgotos não tratados e despejos de combustível de embarcações motorizadas também coloca em risco a sobrevivência desses animais, assim como de toda a fauna marinha (CHOI, 2011; MEIRELLES; CARVALHO, 2016).

Figura 30 - Peixe-boi marinho em processo de adaptação ao ambiente natural, em cativeiro de aclimatação na praia de Peroba, última etapa de reabilitação antes da soltura.



Fonte: Cinthya Leite/Acervo Aquasis (2020).

Uma curiosidade é que, além do peixe-boi, outros mamíferos marinhos ameaçados ocorrem no município, de acordo com Meirelles, Pinto e Campos (2009), como boto-cinza (*Sotalia guianensis*), cachalote (*Physeter macrocephalus*) e baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*).

GESTÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MANGUEZAL DA BARRA GRANDE E PONTA GROSSA, ICAPUÍ – CEARÁ

*Claudio Alberto Barbosa Bezerra
Luana Rebouças Pinto*

APA do Manguezal da Barra Grande

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra Grande se constitui juridicamente como uma Unidade de Uso Sustentável Municipal, ou seja, nessa categoria de Unidade de Conservação atividades humanas são permitidas, desde que respeitem as legislações relacionadas e estejam em consonância com o Plano de Manejo da Unidade.

No total a APA da Barra Grande Ocupa uma área de 18.038 hectares, sendo 1198 hectares em terra, da Comunidade da Barrinha até depois da comunidade das Placas, e 16840 hectares na porção marinha, estendendo-se por doze milhas mar adentro até a proximidade da isóbata⁴² de 10 metros.

Sua importância para o Município de Icapuí e toda a região é inestimável, pois dentro dessa área encontram-se ecossistemas fundamentais para diversas atividades econômicas, bem como para a cultura local, o meio ambiente e preservação de espécies terrestres e marinhas, algumas em risco de extinção.

Na porção marítima destacamos o Banco dos Cajuais, responsável por abrigar várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos de importância econômica, principalmente para pescadores artesanais que dali retiram o sustento de suas famílias através da pesca de subsistência, além dos currais de pesca, atividade que já era exercida bem antes da formação do município e de grande importância social e cultural para Icapuí. Também destacamos a importância do Banco dos Cajuais como um abrigo, berçário e área de alimentação para muitas espécies de peixes, crustáceos, mamíferos marinhos e aves.

A parte terrestre da APA da Barra Grande encontra-se densamente ocupada por atividades econômicas. Como exemplo, podemos citar que 44 por cento desta área é ocupada somente por salinas e criadouros de camarão. Nesse sentido a promoção de ações de recuperação ambiental e proteção de áreas ambientalmente

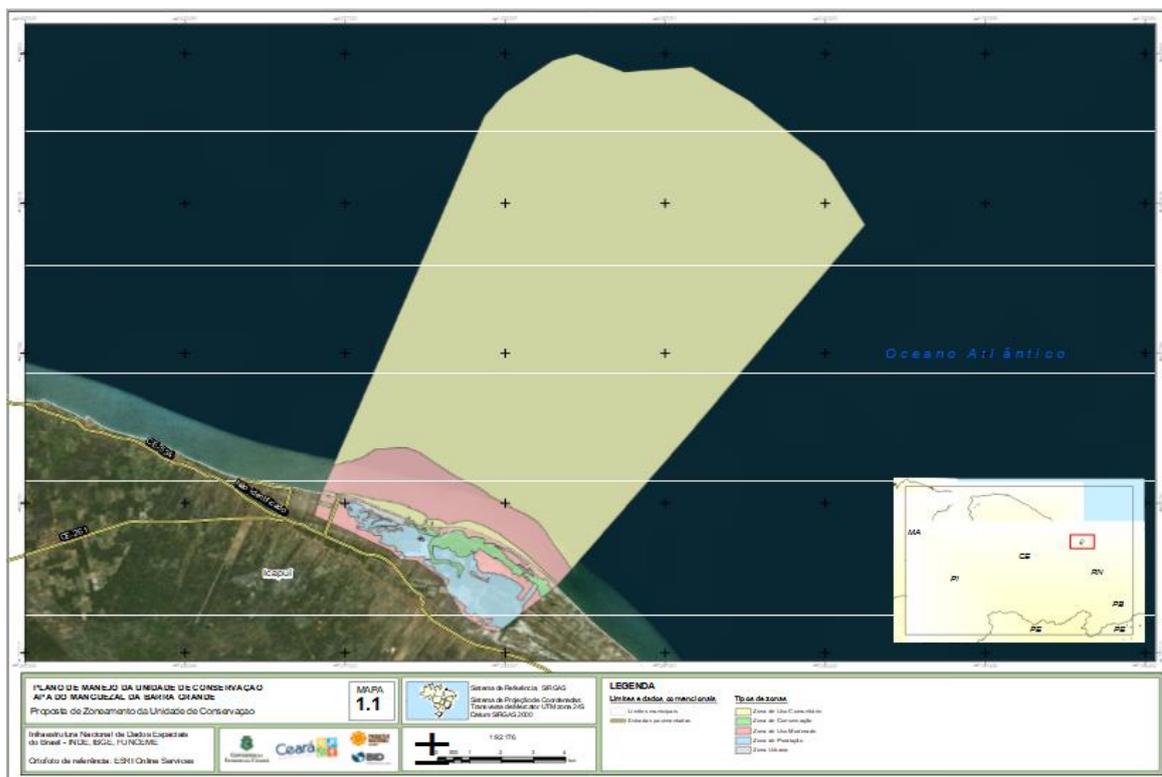
⁴²“A isóbata é uma curva que é usada em mapas para representar o mapeamento dos pontos da mesma profundidade em oceanos e lagos com grandes dimensões”. Fonte: Wikipédia.

mais sensíveis tornam-se essenciais na busca de um equilíbrio para os ecossistemas locais.

Toda área de Proteção Ambiental é gerida por um Comitê Gestor, participativo e deliberativo. A primeira formação do conselho gestor foi criada através do Decreto Nº. 019/2015, e sofreu alteração através do Decreto Nº 038/2015. O Regimento Interno estabelecido através da Proposição da Área de Proteção Ambiental – APA do Manguezal da Barra Grande, 01/2017. O Conselho da APA da Barra Grande é formado por um colegiado de doze instituições representadas por titulares e suplentes e de forma paritária, sendo seis representantes de instituições da sociedade civil e seis de instituições do poder público municipal. Reúne-se trimestralmente de forma ordinária e extraordinária sempre que necessário.

O comitê gestor tem como objetivo garantir a gestão participativa e integrada da APA do Manguezal da Barra Grande, com ações que assegurem a proteção da diversidade biológica, social e cultural, o disciplinamento da ocupação e a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais, além do gerenciamento participativo e integrado para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipais do meio ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visando atender aos objetivos específicos, às metas e as diretrizes do seu Plano de Manejo e dos instrumentos legais.

Figura 31 - Poligonal da APA da Barra Grande



Fonte: PMI-SEDEMA. Plano de Manejo da Área de Proteção do Manguezal da Barra Grande, Icapuí (2019).

A APA do Manguezal da Barra Grande atualmente está com sua situação jurídica consolidada, sendo amparada pela Lei de Criação 298/2000 e pela Lei 634/2014. Possui ainda Comitê Gestor e Plano de Manejo elaborado pela SEDEMA em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR, devendo este passar por processo de revisão com prazo ainda não definido por conta da epidemia do Covid-19 em curso no ano de 2020.

Em relação aos desafios para o futuro temos como intervenção prioritária a efetivação de ações que viabilizem a estruturação da gestão da APA com aporte de recursos humanos, materiais e financeiros para a mesma; para que assim possamos realizar as medidas previstas no Plano de Manejo.

APA da Ponta Grossa

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Ponta Grossa foi instituída juridicamente pela Lei 262/1998. Possui um perímetro de 58,2 quilômetros e uma área de 16.101 hectares.

Estende-se da comunidade do Retiro Grande até a Rua dos Primos em Redonda e adentra pela planície marinha até a isóbata⁴³ de 10 metros de profundidade, a uma distância de varia de dezenove a doze quilômetros da costa.

Figura 32 - Poligonal da APA da Ponta Grossa



Fonte: Poligonal obtida pela representação geográfica das coordenadas inseridas na Lei 262/1998 que cria a APA da Ponta Grossa.

Em seu território encontram-se elementos ambientais e histórico culturais de grande relevância para Icapuí e para o Ceará. Em termos ambientais, a abundância de olhos d'água que ocorrem em terra e na porção marítima favorece o habitat de várias espécies de peixes, aves marítimas e mamíferos marinhos com destaque para o peixe-boi (*Trichechus manatus*). Abriga em sua porção terrestre o maior campo de dunas do município com 154 hectares de área, ecossistema importante para a manutenção da dinâmica costeira com a condução de areias. Nesse mesmo campo de dunas encontram-se quatro sítios arqueológicos cadastrados na base de dados do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, protegidos por legislação federal.

⁴³“A isóbata é uma curva que é usada em mapas para representar o mapeamento dos pontos da mesma profundidade em oceanos e lagos com grandes dimensões”. Fonte: Wikipédia.

Figura 33 - Sítios arqueológicos de Ponta Grossa



Fonte: Poligonal obtida pela representação geográfica das coordenadas inseridas na Lei 262/1998 que cria a APA da Ponta Grossa.

Apesar de sua incontestável importância como área de relevante interesse ambiental, cultural e histórico, a APA da Ponta Grossa ainda não dispõe de Plano de Manejo consolidado, sendo essa uma das ações que devem ser tratadas como prioritárias para que possamos garantir uma gestão realmente sustentável dos recursos locais.

Em seu território encontram-se elementos ambientais e histórico culturais de grande relevância para Icapuí e para o Ceará. Em termos ambientais, sua porção marítima é o habitat de várias espécies de peixes, aves marítimas e mamíferos marinhos com destaque para o Peixe-Boi Marinho (*Trichechus manatus*).

Abriga em sua porção terrestre o maior campo de dunas do Município com 154 hectares de área. Nesse mesmo campo de dunas encontram-se quatro sítios arqueológicos cadastrados na base de dados do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, protegidos por legislação federal.

Figura 34 – Sítios Arqueológicos



Fonte: INDE (2020).

Apesar de sua incontestável importância como área de relevante interesse ambiental, cultural e histórico, a APA da Ponta Grossa ainda não dispõe de Plano de Manejo consolidado, sendo essa uma das ações que devem ser tratadas como prioritárias para que possamos garantir uma gestão realmente sustentável dos recursos locais.

A IMPORTÂNCIA DA COLETA SELETIVA EM ICAPUÍ/CE

Érica Rebouças Alexandre

A gestão dos resíduos sólidos tornou-se um tema de preocupação e um desafio importante em direção à sustentabilidade, sem tratar de maneira desarticulada os impactos relacionados à prevenção, geração, coleta, disposição e reaproveitamento dos resíduos sólidos. Porém, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei 12.305/10) cria uma demanda extra para a investigação científica, inovação tecnológica e ações integradas.

Os problemas ambientais decorrentes da excessiva produção e incorreta destinação de resíduos sólidos nos centros urbanos, em todas as suas formas, são os mais graves a serem enfrentados por todos os segmentos envolvidos com o meio ambiente. Os resíduos sólidos urbanos (RSU) tornaram-se um assunto de grande preocupação pública. No Brasil, apesar da instalação de medidas de coleta seletiva, grande parte dos resíduos não é direcionada para reciclagem.

Considerando que a PNRS teve a sua regulamentação em dezembro de 2010, é necessário que o município viabilize ações no sentido de cumprir as determinações legais, ambientais e sociais no tocante aos resíduos sólidos urbanos, para que a execução do planejamento da gestão sustentável dos mesmos no município tenha como objetivos: a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, a não geração, a redução, a reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos.

Também devem ser viabilizadas: a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos; o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; a adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; a redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos; o incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; a gestão integrada dos resíduos sólidos; a articulação entre o poder público com o setor empresarial; a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos.

São também de suma importância a regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza

urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira; a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; o estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto e ao incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos, e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

Ainda são insuficientes nos municípios brasileiros ações em prol de um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos urbanos, resultando em administrações públicas desprovidas de uma maior preocupação com os impactos ambientais e com a qualidade de vida da própria população, tendo em vista que se paga para “enterrar” resíduos que poderiam ser reduzidos ou reciclados.

Por sua vez, a implantação de um sistema de coleta seletiva seria uma forma eficaz quanto a problemática da geração e do descarte, alcançando assim ganhos socioambientais e econômicos, como a diminuição do volume de resíduos sólidos destinados ao aterro, aumentando assim a vida útil deste e evitando a utilização de novas áreas para a disposição final dos resíduos. Contribui também para a redução do consumo de recursos naturais, já que por meio da reciclagem os materiais que seriam inutilizados voltam para o processo produtivo.

Além disso, seriam preservados no município de Icapuí os lençóis freáticos de uma região rica em recursos hídricos, uma vez que os resíduos causam a contaminação do solo e da água.

Este tipo de coleta também promove a inclusão social e gera emprego e renda para a população menos favorecida, por meio do fomento de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis. Apesar de nem sempre terem seu trabalho valorizado, são os catadores que conseguem reinserir o material nos processos produtivos.

Desta forma, aliando um gerenciamento correto dos resíduos à promoção de emprego e renda para os catadores de materiais recicláveis e a um programa de educação ambiental, resultaria na minimização destes impactos por intermédio da implantação do supramencionado sistema de coleta.

Para tanto, é necessário: atingir a sensibilização e a colaboração da população icapuiense; promover a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis dando-os qualidade de renda e de vida; a redução da quantidade de resíduos encaminhada ao aterro e dos gastos com a limpeza da cidade, e estabelecer programas e ações de educação ambiental conscientizando a população acerca de sua responsabilidade socioambiental.

Sendo assim, pode-se inferir que um passo importante para o município seria adoção de políticas de educação ambiental, mudanças nos hábitos e atitudes dos Icapuienses em conjunto com a implantação do sistema de coleta seletiva para assim ter uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

ALBANO, C. et al. **Aves costeiras de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2007.

AQUASIS - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos. **A Zona Costeira do Ceará: Diagnóstico para Gestão Integrada**, Fortaleza: AQUASIS, 2003.

AQUASIS - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos. **Aves Costeiras de Icapuí**. Editor Responsável João Bosco Priamo Carbogim. Fortaleza, CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2007.

BARRETO, A. M. F. et al, Late Pleistocene marine terrace deposits in northeastern Brazil: sea-level change and tectonic implications. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, n.179, p. 57-69, 2002.

BARROS, E. L. **Erosão costeira no litoral do município de Icapuí-Ce na última década**: causas, consequências e perspectivas futuras. 2018. 254 f.: Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Nº 07, de 30 de abril de 2015. **Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2015

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de dezembro de 2014.

CAMPOS, A. A. et al. **Aves costeiras da APA Delta do Parnaíba**. Parnaíba: Aquasis, 2016.

CEARÁ (Estado). Lei Estadual nº 13.613, de 30 de junho de 2005. **Dispõe sobre a proibição, no Estado do Ceará, de utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna criticamente ameaçada de extinção**. 2005. Diário Oficial do Estado, Ceará, de 30 de junho de 2005.

CHOI, K. F. **Áreas prioritárias para a conservação do peixe-boi marinho *Trichechus manatus* no Ceará e no Rio Grande do Norte**. 2011. 264f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 2011.

CHORLEY, R, J. Theoretical papers in the hydrologic and geomorphic sciences. **Geomorphology and general systems theory**, 1962.

COSTA, R. F. et al. Serviços ambientais do banco de algas marinhas do município de Icapuí (CE): proposta de ordenamento da utilização dos recursos naturais. Seminário Nacional de gestão sustentável de ecossistemas aquáticos:

Complexidade, Interatividade e Ecodesenvolvimento, 1., Rio de Janeiro, 2012.
Anais... Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2012.

CRISTOFOLETTI, A. **A Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo, Ed. Edgard Blucher Ltda, 1999, 236p.

ESTEVES, F.A. *et al.* Neotropical coastal lagoons: na appraisal of their biodiversity, functionings, threats and conservation management. **Brazilian Journal of Biology**, v. 68 n. 4, 967-981, out. 2008.

FERREIRA, B. **Lagunas e lagos costeiros**: características biogeoquímicas associadas à conectividade ao mar. 2017. 41f. Monografia (Graduação em Oceanografia) - Centro de Ciências, Física e Matemática, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO PARA EDUCAÇÃO, CULTURA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (FBC). **Banco de dados**. Icapuí - CE, Fortaleza, FBC, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/>. Acesso em: 02 maio 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Solos**. 2014.

ICAPUÍ. Decreto nº 18, de 12 de setembro de 2019. Regulamenta a Lei nº 655, de 15 de junho de 2015. Declara o peixe-boi marinho como Patrimônio Natural do Município do Icapuí. 2019. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará**, Ceará, 27 de novembro de 2019.

ICAPUÍ. Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA). **Diagnóstico Geoambiental do Rio Arrombado**. 2013.

ICAPUÍ. Lei nº 634/2014, de 25 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre alteração da lei 298/2000, de 12 de maio de 2000, que cria a área de proteção ambiental - APA do manguezal da barra grande, e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios do Ceará**, Ceará, 24 de Março de 2014. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/04/apa-apa-do-manguezal-barra-grande.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias**. Brasília: ICMBio, 2013.

KJERFVE, B. Coastal Lagoons. In: KJERFVE, B. **Coastal Lagoon Process**. Amsterdam, Elsevier, 1994, p. 1-8. v. 60

LIMA, D. R. M. **Análise dos Sistemas Geoambientais do Município de Icapuí – CE com o auxílio de geotecnologias**. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

LIMA, M. C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará território, costumes e conflitos**. 220p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://pos.fflch.usp.br/node/13424>. Acesso em: 10 nov 2020.

MARTINEZ-MARTOS, M. et al. Buried marine-cut terraces and submerged marine-built terraces: The Carchuna-Calahonda coastal area (southeast Iberian Peninsula). **Geomorphology**, n.264, p. 29-40, 2016.

MEIRELES, A. J. A. **Morfología Litoral y Sistema Evolutivo de la Costa de Ceará – Nordeste de Brasil**. Tese de (Doutorado em Geografia) - Universitat de Barcelona, Barcelona, 2001.

MEIRELES, A. J. A. et al. **Enfrentar as mudanças climáticas**: plano participativo de Icapuí. Ed. Fundação Brasil Cidadão. 2020. Ebook. Disponível em <https://www.deolhonaagua.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 30 out. 2020.

MEIRELES, A. J. A. et al. Geologia Ambiental da planície costeira de Icapuí, extremo leste do Estado do Ceará - Mapa de categorias de utilização. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DO NORDESTE, 14., Pernambuco/PE, 1991. **Anais...** Recife, 1991.

MEIRELES, A. J. A. et al. Integração dos indicadores geoambientais de flutuações do nível relativo do mar e de mudanças climáticas no litoral cearense, Mercator. **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 109-134, 2005.

MEIRELES, A. J. A. Geomorfologia e dinâmica ambiental da planície litorânea entre as desembocaduras dos rios Pacoti e Ceará, Fortaleza – Ceará. **Geonotas** – Revista UEM/Maringá, v. 5, n.1, jan./mar. 2002.

MEIRELES, A. J. A.; LIMA, W. F.; SILVA, A. P. **Atlas socioambiental**: cartografia social das comunidades de Icapuí. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2016.

MEIRELES, A. J. A.; SILVA, J. A.; SOUZA, W. F. Área de proteção ambiental (APA) da Barra Grande em Icapuí-CE, Caminhos para a sustentabilidade. **Conexões**, Fortaleza, p.90-99, 2017. Disponível em: <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1352> Acesso em: 20 nov. 2020

MEIRELES, A. J. A.; SANTOS, A. M. F **Atlas de Icapuí**. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MEIRELES, A.J.A. **Banco dos cajuais**: aspectos geoambientais: fundamentos para o uso sustentável dos recursos naturais. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2006.

MEIRELES, A.J.A. **Geomorfologia costeira**: serviços ambientais e sociais. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2014.

MEIRELLES, A.C.O.; CARVALHO, V.L. **Peixe-boi marinho: biologia e conservação no Brasil**. São Paulo: Aquasis, Bambu Editora e Artes Gráficas, 2016. 176p.

MEIRELLES, A.C.O.; PINTO, T.; CAMPOS, T.M. **Mamíferos de Icapuí**. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2009. 75p.

MEIRELLES, J. **Ecosistemas, funções e serviços ambientais: o que você precisa fazer para viver em harmonia com a natureza**. 1. ed. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2015.

MELO, M. Praias - revisão bibliográfica e sua ocorrência no Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. In: 14º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais...** Lima: EGAL, 2013.

MORETZ-SOHN, C.D. **Sazonalidade no uso de habitats pelo peixe-boi marinho (Trichechus manatus LINNAEUS, 1758) na Praia de Picos, Icapuí – CE**. 2013. 40f. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 2013.

MOURA-FÉ, M. M. **Evolução Geomorfológica do Sítio Natural de Fortaleza, Ceará**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NOVELLI, Y. S. **Grupos de ecossistemas: marisma, manguezal e apicum**. Santos, SP: 1995.

NOVELLI, Y. S. **Manguezais**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2004.

NOVELLI, Y. S. Manguezal: Ecossistema entre a Terra e o Mar. **Caribbean Ecological Research**, São Paulo, 1995.

PACHECO, J. F. **As aves da Caatinga: uma análise histórica do conhecimento**. Biodiversidade da Caatinga. áreas e ações prioritárias para a conservação, Recife/Brasília, MMA. 2004.

PINHEIRO, M. V. A. et al. Dunas móveis: Áreas de Preservação Permanente? **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.25, n.3, p. 595-607, set./dez. 2013.

PINHEIRO, M. V. A. **Evolução Geoambiental e Geohistórica das Dunas Costeiras de Fortaleza, Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

PNUD. **Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil**. Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/> Acesso em: 07 mar. 2021.

REBOUÇAS, R. F. C. **Estudo do Teor de Lipídios e Avaliação dos resíduos das Algas Marinhas Gracilaria caudata, Gracilaria birdiae, Gracilaria domingensis para preparação de Biodiesel e Biofertilizante**. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró,

2013.

REPORTAGEM sobre vazamento de óleo no Ceará.

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/24/manchas-de-oleo-ja-atingiram-21-praias-do-ceara.ghtml> Acesso em: 20 nov. 2020

ROCHA, A. B. **Análise multitemporal da dinâmica dos usos e ocupação do baixo curso do rio de Apodi - Mossoró (1989-2009)**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2011.

ROCHA, A. B. et al. Mapeamento geomorfológico da bacia do Apodi-Mossoró - RN, NE do BRASIL. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 201-216, out. 2009.

SANTOS, A.M.F. **Zoneamento geoambiental para uma gestão planejada e participativa**: planície costeira do município de Icapuí/CE. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CINTRÓN, G., **Guia para estudo de áreas de manguezal** – estrutura, função e flora. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1986.

SCHULZ, M. et al, Landscapes from the waves - Marine terraces of California: U.S. **Geological Survey Fact Sheet**, 2018–3002, 4 p., 2018.

SILVA, J. A. **Manguezal do estuário Barra Grande em Icapuí – CE**: da degradação ao processo de recuperação e mudança de atitude. 2012.

SILVA, J. A.; MEIRELES, A. J. A.; SOUZA, W.F. Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra Grande em Icapuí-CE: Caminhos para a Sustentabilidade. **Revista Conexões Ciência E Tecnologia**, v. 11, p. 90, 2017.

SILVA, J. A.; MEIRELES, A. J. Manguezal do Estuário Barra Grande em Icapuí-CE: da degradação ao processo de recuperação e mudança de atitude. In: ENANPEGE, 8., Goiânia, 2011. **Anais...** Goiânia-GO, 2011.

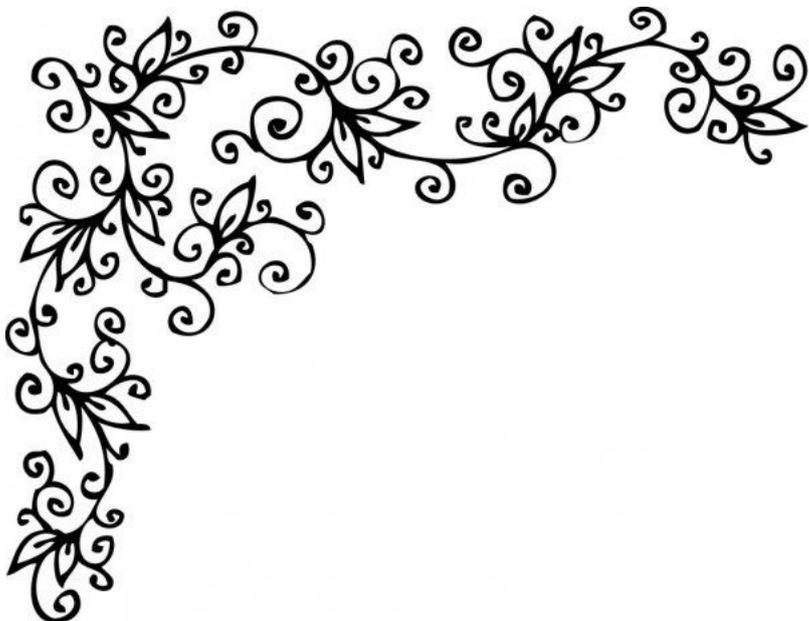
SILVA, M. C. S. **Organização e Autonomia da comunidade de Redonda, Icapuí, CE**. 2004. Dissertação (Mestrado PRODEMA-UFC) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SOARES, K. A. **Diagnóstico Ambiental das áreas de Preservação Permanentes no Baixo Curso da Bacia do Rio Arrombado no Município de Icapuí-CE**. 42f. Monografia (Graduação em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Semiárido, Mossoró, 2020.

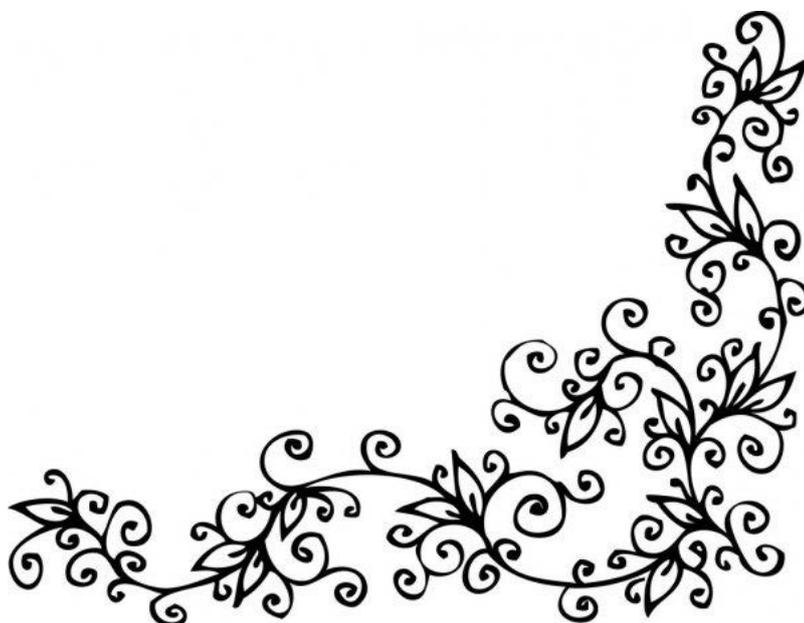
SOUSA, D. C.; JARDIM DE SÁ, E. F.; ANTUNES, A. F. Deformação neógena e suas implicações na estruturação dos campos de petróleo na região de Icapuí-Ponta Grossa (CE), Bacia Potiguar emersa. **Revista Brasileira de Geociências**, v.38, n.2, p.97-110, jun. 2008. Disponível em: www.sbgeo.org.br. Acesso em: 07 mar. 2021.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Terra**: feições ilustradas. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

XIMENES NETO, A. R. et al. Terraço marinho entre Barreiras de Baixo e Tibau: aspectos genéticos e morfológicos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, n. 2, p. 381-392, 2019.



**MODOS DE SER E PRODUIZIR NO CAMPO
E NA CIDADE**



COMUNIDADES TRADICIONAIS E RECURSOS NATURAIS DE ICAPUÍ

Marcia Freire Pinto

As comunidades tradicionais compartilham conhecimentos, percepções, crenças e sentimentos que são repassados ao longo de gerações, de pais para os filhos. Elas podem ser encontradas pelos mais diversos lugares do mundo, inclusive em Icapuí, tanto no litoral como nas regiões interioranas do município.

Embora seja um termo utilizado por cientistas e pela legislação, as comunidades tradicionais, assim como os povos tradicionais, compreendem os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007).

Por estarem em contato direto com os recursos naturais e depender, na maioria das vezes, desses recursos para a sua sobrevivência e para o desenvolvimento do seu modo de vida, as diversas relações estabelecidas entre essas comunidades e os seres vivos são estudadas pela Etnobiologia e pela Etnoecologia. Assim, essas áreas do conhecimento científico podem contribuir para a conservação da biodiversidade e para a valorização do patrimônio cultural das comunidades tradicionais.

Em Icapuí, as comunidades tradicionais litorâneas são formadas principalmente por pescadores artesanais e suas famílias, que dependem diretamente dos ecossistemas costeiros e dos seus recursos naturais. O litoral de Icapuí possui 64 quilômetros de linha de costa, com sistemas ambientais caracterizados por praias, dunas, falésias, terraços marinhos, delta de maré, recifes de corais, manguezais, banco de algas e lagoas costeiras, que fazem parte do cenário de 17 comunidades pesqueiras à beira-mar: Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Picos, Barreiras da Sereia, Barreiras de Baixo, Barreiras de Cima, Barrinha, Requenguela, Placa, Quitérias, Tremembé, Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Peixe Gordo e Manibú.

Nessas comunidades litorâneas, as atividades econômicas são diversas e podem compreender a pesca artesanal, o cultivo de algas marinhas, a agricultura

com o cultivo de mandioca, milho, feijão, caju, melão e melancia, a pecuária (caprinos e bovinos), o turismo comunitário, o pequeno comércio de mercearias, de restaurantes, bares e pousadas, o setor terciário em geral, a extração da palha da carnaúba, dentre outras. Em algumas casas, pode-se observar a cultura de quintais com plantas cultivadas, predominantemente, as frutíferas, como a goiabeira, a mangueira, o cajueiro, o coqueiro e o limoeiro, existindo também hortaliças e ervas medicinais. Além disso, muitas famílias criam galinhas, capotes, pato, cachorro, gato e alguns pássaros.

Nas matas litorâneas, que se estendem pela planície costeira de Icapuí, há mamíferos, como o veado (*Mazama gouazoubira*), o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), o morcego (*Desmodus rotundus*; *Molossus* spp.; *Artibeus* spp.), a raposa (*Cerdocyon thous*) e o cassaco (*Didelphis albiventris*), e aves, como a sabiá-branca (*Mimus gilvus*), o carcará (*Carcara plancus*; *Milvago chimachima*), a siricóia (*Aramides cajanea*) e os urubus (*Cathartes aura*; *C. burrovianus*; *Caragyps atratus*) (ALBANO, 2007; MEIRELLES, PINTO; CAMPOS, 2009). Dentre os répteis, estão diversas serpentes chamadas popularmente de cobras, o teju (*Tupinambis meriana*) e o camaleão (*Iguana*). Muitos desses animais eram caçados pelos moradores da região principalmente para a alimentação e alguns para fins medicinais. Nas lagoas costeiras e praias arenosas existe uma concentração de aves costeiras, como o pernilongo (*Himantopus mexicanus*), a sirizeira (*Numenius phaeopus*), o socó (*Butorides striata*), o martim-pescador (*Ceryle torquatus*; *Chloroceryle amazona*; *C. americana*), os tetéus (*Vanellus chilensis*) e os diversos maçaricos (ALBANO, 2007).

No mar, encontramos uma riquíssima diversidade biológica de peixes como o beiju-pirá (*Rachycentron canadum*), as pescadas (*Cynoscion* spp.), os cangulos (Famílias Balistidae e Monacanthidae), o ariacó (*Lutjanus synagris*), o camurupim (*Centropomus* spp.) e os sirigados (*Paralabrax dewegeri*; *Mycteroperca bonaci*); de crustáceos como a lagosta-vermelha (*Panulirus argus*), a lagosta-samangue (*P. laevicauda*), os camarões (*Xiphopenaeus kroyeri*; *Farfantepenaeus* spp.) e os siris (*Callinectes*); de moluscos, como o polvo (*Octopus* spp.), as taiobas (*Iphigenia brasiliana*), os búzios (*Lucina pectinata*; *Tagelus plebeius*; *Macoma* sp.; *Anomalocardia brasiliana*; *Trivela mactroides*); de mamíferos como as baleias (*Megaptera novaeangliae*; *Globicephala macrorhynchus*; *Physeter macrocephalus*), os golfinhos (*Steno*; *Stenella*; *Sotalia*) e o peixe-boi (*Trichechus manatus*), de répteis

como as tartarugas (*Eretmochelys imbricata*; *Lepidochelys olivacea*), a tartaruga-aruanã (*Chelonia mydas*) e a tartaruga-avô (*Caretta caretta*) e de equinodermos como as estrelas-do-mar (*Astropecton*; *Echinaster*; *Luidia*; *Oreaster*) e a bola-preta ou bola-de-espinho (*Eucidaris tribuloides*). Alguns desses animais eram ou ainda são usados para fins alimentares, comerciais, medicinais ou para a confecção de artesanato. Além disso, esses animais têm representações importantes na cultura das comunidades litorâneas tradicionais, fazendo parte do imaginário, das crenças, dos tabus e das artes.

No manguezal da Barra Grande encontram-se os crustáceos, como os siris (*Callinectes* spp.) e o caranguejo (*Ucides cordatus*), os moluscos, como a ostra (*Crassostrea rhizophorae*) e o búzio (*Anomalocardia brasiliiana*), os peixes, como as tainhas (*Mugil* spp.), as aves, como a galinha do-mangue (*Aramides mangle*), e alguns répteis que se localizam nas proximidades, como o camaleão (*I. iguana*). No manguezal, encontramos espécies arbóreas de mangue, como mangue-branco (*Avicennia* spp.), mangue-sapateiro (*Rhizophora mangle*), mangue-ratinho ou mangue-de-botão (*Conocarpus erectus*) e mangue-manso (*Laguncularia racemosa*). No canal da Barra Grande, observa-se a poluição da água e do solo devido ao óleo oriundo de barcos, ao uso irregular do espaço pelas salinas que ainda estão em atividade na região e às fazendas de camarão.

O banco de algas dos Cajuais, uma extensa planície de maré localizada em frente ao estuário Barra Grande, representa uma importante fonte de recursos marinhos para as comunidades de Icapuí. Na faixa de praia adjacente ao banco de algas, os pescadores ancoram os seus barcos e, na extensa planície de maré vinculada ao banco, muitas famílias realizam a mariscagem. É também onde o peixe-boi marinho (*T. manatus*) se alimenta do capim-agulha (*Halodule* sp.).

Dentre as comunidades rurais, algumas, como as localizadas na sede de Icapuí, são classificadas como urbanas, principalmente, por causa do maior número de habitantes, de uma melhor infraestrutura e de um setor terciário predominante, embora algumas famílias desenvolvam atividades na pecuária e na agricultura de subsistência, dificultando a caracterização do que realmente seria rural. A maioria das comunidades rurais possui um menor número de habitantes, comparando-as com as comunidades litorâneas. Elas estão localizadas próximas a córregos, lagoas e rios ou estão inseridas na área do distrito sede de Icapuí.

De forma geral listamos vinte e três comunidades tradicionais rurais de Icapuí, que são: Copan, na Fazenda Belém (Vila Nova Belém), Bichuca, Baixa da Égua, Vila Ipaumirim ou PA Redonda (INCRA), Serra do Mar, Vila Nova, Barrinha de Cima, Icapuí-sede (Mutamba, Cajuais, Salgadinho, Olho d'água), Berimbau, Ibicuitaba, Morro Pintado, Guajiru, Tijuca, Arisa, Miranda, Gravier, Córrego do Sal, Vila União, Vila Nova e Barrinha de Manibú.

Essas comunidades rurais são caracterizadas, principalmente, pela agricultura com o cultivo de coco, caju, mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, batata, abacaxi, mamão, melancia e melão e, pela pecuária (bovinos e caprinos), embora algumas estejam mais voltadas para o comércio, para as atividades da carcinicultura (criação de camarão), da extração de sal, da exploração de petróleo e do beneficiamento do coco e da castanha de caju (ASSAD, 2002).

Observa-se, a existência de muitos quintais com o cultivo de hortaliças e plantas ornamentais nas casas. Há, ainda, o costume das pessoas criarem animais de estimação, como gatos, cachorros e algumas aves como a graúna (*Gnorimopsar chopi*), o periquito (*Aratinga cactorum*), o cabeça-vermelha (*Paroaria dominicana*) e o canário (*Sicalis flaveola*). Além de criarem aves para o consumo como o pato (*Cairina moschata*) e a galinha (*Gallus gallus domesticus*).

Nas matas de tabuleiro da região, podem ser encontradas muitas espécies de aves como as garças (*Ardea alba*; *Egretta thula*), os urubus (*Coragyps atratus*; *Cathartes aura*), a nambu (*Nothura maculosa*), os bem-te-vis (*Myiozetetes similis*; *Pitangus sulphuratus*), os sabiás (*Turdus* spp.), a coruja-buraqueira ou caburé (*Athene cunicularia*), a galinha-d'água (*Gallinula galeata*), os pica-paus (Picidae), a jaçanã (*Jacana jacana*), os falcões (*Falco* spp.), as rolinhas (*Columbina* spp.), a avoante (*Zenaida auriculata*), o gavião (*Rupornis magnirostris*), dentre muitas outras.

Os mamíferos também são encontrados, embora com dificuldade, pois foram muito caçados e os seus habitats foram destruídos. Entre eles, podemos destacar o gato maracajá-branco (*Leopardus tigrinus*), o gato-do-mato (*Puma yagouarondi*), os tatus (Dasypodidae), a raposa (*Cerdocyon thous*), os preás (Caviidae), os veados (*Mazama* spp.), o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), o tamanduá (*Tamandua tetradactyla*) e o cassaco (*Didelphis albiventris*).

Os peixes consumidos pelos moradores dessas comunidades são principalmente os de viveiro como a tilápia ou pilato (*Oreochromis niloticus*) e dos

córregos e rios como a traíra (*Hoplias malabaricus*), piaba-larga (*Astyanax bimaculatus*), carapeba (*Eucinostomus argenteu*) e os bagres (Ariidae).

Dentre os répteis, podemos destacar o teju (*T. meriana*), o cágado (*Phrynops geoffroanus*), o camaleão (*I. iguana*) e várias espécies de serpentes, como a cobra-de-veado (*Boa constrictor*), cobra-de-cipó (*Oxybelis aeneus*), a cobra-verde (*Philodryas olfersii*), a cobra-cascavel (*Crotalus durissus*) e a jararaca (*Bothropoides erythromelas*). Embora exista uma diversidade de anfíbios em Icapuí, os moradores citaram apenas o sapo-cururu (*Rhinella* sp).

Vários desses animais silvestres, durante muito tempo, foram caçados pelas comunidades, para complementar a dieta alimentar que se baseava, sobretudo, nos recursos biológicos marinhos. Eles faziam parte do cardápio dos moradores da região, o que não acontece atualmente, pois a caça se tornou proibida. Por outro lado, ficou mais fácil e prático comprar alimentos, principalmente, os de origem animal. Entre os animais de criação, utilizados na alimentação, destacam-se, principalmente, as galinhas, mas também se criam vacas, porcos, carneiros, capotes e patos. Alguns moradores chegam a vender alguns desses animais, mas a principal finalidade da criação deles é para consumo familiar.

Em praticamente todas as casas, algumas plantas são cultivadas. Planta-se, por exemplo, o capim (utilizado para alimentar o gado), o milho, a batata, o feijão, a cebola, o limão, a espirradeira, a goiaba, a manga, a acerola, a ata, o coco, a abóbora, a macaxeira, o mamão, a banana, a graviola e o caju. A maioria das plantas cultivadas nos quintais dos moradores é para o consumo próprio, usadas como alimento ou como remédio caseiro. Em algumas comunidades foram construídas hortas comunitárias para o cultivo da alface, da salsa, da rúcula e do coentro, cuja produção é vendida e distribuída para a comunidade, que pouco a pouco incorpora esses vegetais na sua alimentação.

As comunidades de Icapuí se diferenciam tanto pelo lugar onde se encontram como também pelas formas de utilização dos recursos naturais da região, influenciando no desenvolvimento das suas práticas sociais. Assim, compreender as diferentes relações estabelecidas entre as comunidades tradicionais e os recursos naturais da região é de grande importância para a compreensão cultural e para o estabelecimento de ações que visem a conservação dos recursos, em busca de uma sustentabilidade social, ambiental e econômica.

CICLOS ECONÔMICOS DE ICAPUI

João Paulo de Sousa Rebouças

Quando discutimos o início dos ciclos econômicos em qualquer cidade, estado ou país, levamos em consideração apenas as atividades ligadas aos descobridores europeus e esquecemos das atividades produtivas indígenas. Os índios que habitavam o município de Icapuí antes do contato com os Europeus, utilizavam essa paragem como rota de transição, uma vez que, era às margens do rio Jaguaribe e do rio Mossoró que faziam moradas sazonais. Em terra icapuiense, em suas estadias em alguns lugares estratégicos, como o Morro dos Cajuais e Ponta Grossa, viviam da caça de animais silvestre e da pesca de peixe na costa.

A partir do processo de colonização, datada da segunda metade do século XVIII, começa as influências europeias nas atividades econômicas deste município. Nossa colonização está primordialmente ligada a criação de gado. Tal atividade teve início quando o português Antônio de Sousa Machado, resolve criar gado nas áreas da Mata Fresca e, à procura de lugares com melhores pastos, cria casas de apoio nos Morros do Cajuais e Retiro Grande. Cria assim, um caminho de locomoção para o gado ligando estas três comunidades.

Ao longo destes caminhos dos gados foram construindo casas e várias famílias foram criando núcleos populacionais. A agricultura de subsistência, a pecuária bovina e de caprinos se tornaram as atividades primordiais destes moradores. O feijão, a mandioca, o milho, a batata e a cana de açúcar foram os principais alimentos produzidos nesta época. Vale destacar que, a partir dessa época, remontada ao final do Século XIX, que muitos dos engenhos de cana de açúcar e casas de farinha começaram a ser construídas.

Na década de 1930 começa a se esboçar o início de uma nova atividade produtiva no município. Tal atividade foi responsável por tornar o centro do município em uma das comunidades mais populosa - a produção de sal que, feita de forma artesanal, requisitava muita mão de obra e, assim, várias famílias mudaram-se para as proximidades das salinas. Tem início ali a degradação da área do manguezal da Barra Grande e o uso do canal da Barra Grande como porto para as embarcações que transportavam o sal para o Rio Grande do Norte.

Concomitante com o início do ciclo do Sal, o plantio de coqueiros começa a ser explorada em toda área próxima as praias locais. Sua maior incidência se dá das

Barreiras de Cima às margens do Rio Arrobando. Este fruto era comercializado para os grandes centros econômicos vizinhos, tais como: Aracati (CE), Fortaleza (CE), Mossoró (RN) e Areia Branca (RN).

Durante a década de 1950, quando no Brasil se deu o desenvolvimento das indústrias têxtil, o cultivo do algodão, assim como, de produtos de subsistências como o feijão, a batata e a mandioca apresentaram um papel importante na renda das famílias icapuienses. Tais cultivos se davam nos roçados, que eram pequenas propriedades de terras, em sua maioria doados por grandes latifundiários locais para que os agricultores cultivassem seus produtos no sistema de Meia⁴⁴. Para melhor aproveitamento da terra, os proprietários ofertavam sempre as terras mais distantes dos núcleos urbanos, aproveitando para si próprios as mais próximas dos núcleos urbanos. Os meeiros partiam com sua família para os roçados, ainda de madrugada, e somente retornavam para suas casas no final da tarde. Foi em meados da década de 1980 que a cultura do algodão entrou em decadência em Icapuí e na região.

O maior ciclo econômico de Icapuí iniciou em 1957, quando um oficial da Marinha norte-americana da base Ari Parreiras em Natal, comandou uma expedição ao mar do Fortim, com o intuito de pesquisar sobre os estoques da lagosta (*Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda*) neste litoral. Após o primeiro dia de prospecção foi registrado um estoque gigantesco de lagosta neste litoral que, após a coleta de informações do barco denominado de Albatroz, utilizado para a pesquisa, transformou-se no primeiro pesqueiro para lagosta.

Os redondeiros (assim chamados os moradores da comunidade de Redonda) foram os primeiros protagonistas icapuiense a pescar a lagosta. Utilizavam a jangadas de Piúba⁴⁵, à vela, como embarcação e o Jerere⁴⁶ como apetrecho de pesca. No início da década de 1990 a pesca da lagosta se instalou em todas as praias do município. Essa difusão econômica lagosteira e a busca cada vez maior pelo lucro provocaram mudanças nas embarcações e nas técnicas de pesca deste crustáceo. O que antes era realizado com jangadas de Piúba, passou a ser feito com

⁴⁴ Sistema de Meia ou Meiação: É o sistema onde o proprietário rural detentor da terra cede um pedaço terra para que alguns agricultores possam cultivá-la, em troca, o agricultor é obrigado a dar metade de sua produção ao proprietário.

⁴⁵ Embarcação pequena, construída pelos próprios pescadores. O nome Piúba ou Piuba é aplicado a várias espécies de Ipês (*Tabebuia ochracea*, *Tabebuia vellosi*, *Tabebuia serratifolia*, *Tabebuia impetiginosa*).

⁴⁶ Apetrecho de pesca construído a partir de um aro de cipó com redes de pesca em seu meio.

navegações motorizadas. O Manzuá⁴⁷, a rede e pesca de mergulho foram introduzidas como as novas técnicas de pesca da lagosta, que se mantém até hoje, apesar da drástica redução dos estoques.

A luta pela posse das terras na Redonda e comunidades vizinha, no final da década de 1970, dá início a cultura do caju como uma forte fonte de renda para essa região. Além do surgimento da Vila Ipaumirim – mais conhecida como INCRA, duas grandes empresas agrícolas, COPAN e Fazenda Retiro Grande intensificam a produção do caju, como produto principal de suas economias. Atualmente o caju, ainda é a principal fonte de renda para muitas famílias que vivem nas comunidades do Incra, Assentamento São Francisco, Belém, CVTP e uma significativa parcela da população da Redonda.

Foi durante o final da década de 1980 e início da década de 1990 que a extração de petróleo, na base da Fazenda Belém (fazenda Retiro Grande) dá início a uma nova frente na economia local. Durante a perfuração dos poços de petróleo e da construção da base física da Petrobras, uma grande parte da mão de obra icapuiense foi absorvida no mercado de trabalho. Trabalhar na REMOVE, uma das empresas terceirizadas pela Petrobras para realizar os trabalhos no campo da Fazenda Belém era o sonho de todo jovem icapuiense, neste período.

⁴⁷ Manzuás são armadilha fixas de formado hexagonal e estrutura de madeira, revestida com tela de arame ou nylon.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PESCA DA LAGOSTA

Túlio de Souza Muniz

A pesca, sobretudo a pesca da lagosta (*Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda*), é a mais importante atividade econômica de Icapuí. Dados recentes, de 2018, estimam que 15 mil pessoas dependem direta ou indiretamente da pesca. O que é impressionante para um município que tem uma população de aproximadamente 20 mil habitantes. Ou seja, 75% da população icapuiense dependem da pesca, hoje muito diversificada na produção de pescado: além da lagosta, há o camarão (*Penaeus brasiliensis*, o camarão rosa, capturado no mar, e *Litopenaeus vannamei*, o cinza, de cativeiro-aquicultura) e peixes, inclusive espécies de água doce, como a tilápia (*Oreochromis niloticus*).

Entretanto, foi sempre assim? Aqui vamos buscar entender que o fato de a pesca da lagosta ter se tornado a atividade econômica mais importante não se deu por uma “tendência natural” do município praiano. Há uma trajetória na História, ou seja, podemos localizar, num período compreendido entre os anos de 1950 até os dias de hoje, a consolidação da pesca da lagosta enquanto principal fator econômico, bem como buscar entender suas complexidades e possibilidades futuras.

É verdade que vários aspectos da produção pesqueira local vêm da prática de alguns saberes tradicionais, como a pesca por curral, por exemplo, que, provavelmente, tem origem em conhecimentos indígenas. Mas até o final dos anos de 1950, a pesca aqui praticada era, basicamente, de subsistência, ou seja, para suprir a população local, havendo pouco intercâmbio com outras praças. E não havia pesca comercial da lagosta.

Por volta de 1955, Davis Morgan, que já era armador de pesca em seu país (os EUA) e atuava no Caribe, se estabelece no Ceará, atraído pela fartura de cardumes na época, e implanta a pesca da lagosta para fins de exportação. Antes de 1960, Morgan já havia estabelecido contatos comerciais com pescadores de todo o litoral cearense, inclusive os de praias que hoje são do município de Icapuí, onde ele teria chegado em 1958.

Morgan estimulava os pescadores a redirecionarem seu esforço de produção para captura da lagosta. Os trabalhadores primeiro usaram o jerere (ou jereré) como armadilha ideal. As primeiras iscas eram cacos de cerâmica de cor branca, que

refletiam luz do sol e atraíam o crustáceo. Mais tarde é introduzido o covo, uma espécie de gaiola de com armação de ferro e envolta em tela de metal, readaptada pelos pescadores locais na cangalha, uma gaiola com duas entradas, cuja armação é feita de madeira (geralmente pau ferro) e linha de náilon, o que possibilita aos trabalhadores maior autonomia, com a confecção da própria armadilha.

A pesca da lagosta, além de conectar o Ceará, e mesmo o Brasil, com um mercado internacional da pesca, passou a proporcionar aos pescadores artesanais um ganho monetário que jamais tiveram até então, com nenhum outro pescado. Como boa parte da produção era (e ainda é) a da pesca artesanal, foi esse ganho que possibilitou, geração a geração, a permanência e o repassar de saberes ligados à navegação a pano de vela (botes e jangadas), às técnicas de construção das embarcações e à confecção de armadilhas (a cangalha, por exemplo) pelos próprios pescadores.

Como é comum acontecer, um povo economicamente bem sucedido em um determinado setor também tem mais chances de se manter unido na busca de conquistas socialmente mais amplas. No caso da pesca local não foi diferente. O surgimento de um motivo importante para lutar pela gestão de seu próprio território, fosse o marítimo fosse o terrestre, ocasionou eventos que resultaram em conquistas coletivas em Icapuí.

Dentre as mais significativas, podemos citar a emancipação político-administrativa do Município em 1985 (que citaremos abaixo), e a conquista da terra 'do litoral ao sertão' pelas comunidades praianas, a partir do final dos anos de 1970 (cf. Da Silva). De fato, em Icapuí, com exceção das comunidades das praias de Ponta Grossa e Retiro Grande, foram muitas as famílias que conquistaram parcelas de terras (daí o termo 'parceiros') para prática de agricultura (sobretudo a do caju - *Anacardium occidentale*), sendo comum ainda hoje famílias de pescadores alternarem suas temporadas de trabalho no mar com a agricultura.

Contudo, é preciso ter olhar crítico permanente com as narrativas de 'fartura econômica' e de exploração inesgotável da natureza, bem como para discursos de consolidação das conquistas políticas. Isso nos leva a uma melhor compreensão, primeiro, de como a pesca está interligada a contextos históricos e socioambientais mais amplos e, segundo, a enfrentamentos no presente, sobretudo no que diz respeito às gestões governamentais da pesca e a gestão da política local.

Acontecimentos dos anos de 1960 podem nos explicar como a pesca da lagosta tem relações que vão muito além do nosso próprio lugar, sem desconsiderar a importância do 'local' e suas relações com acontecimentos globais. Em 1963, por exemplo, com a pesca da lagosta consolidada como atividade econômica das mais importantes no Nordeste e também nacionalmente, ocorreu entre o Brasil e a França um conflito econômico e diplomático que envolveu mobilização militar em torno da pesca. A França, que perdia territórios coloniais na África, inclusive território marítimo, envia navios de guerra para guarnecer armadores de pesca franceses que faziam incursões em águas territoriais brasileiras (no CE, RN e PE). O empresariado nacional pressionou o governo federal para que expulsasse aos franceses, o que levou à mobilização de navios e aviões militares brasileiros, além de um debate diplomático que durou cerca de dois meses, no período anterior e posterior ao Carnaval de 1963.

O embate ficou conhecido como "Guerra da Lagosta", e terminou sem combate bélico de fato, mas com resultantes inesperadas, como os militares brasileiros agindo à revelia do governo democrático do presidente João Goulart (o Jango) nas ações contra os franceses. Um ano Jango seria derrubado pelo Golpe Militar de 1964. Iniciou-se então uma Ditadura que duraria 21 anos, com cinco generais do Exército na presidência, num quadro que desenvolveu infraestrutura e indústria do país à custa de endividamento internacional e de repressão à Democracia e à política, recorrendo inclusive à prisão morte, tortura e exílio de adversários do regime (para saber mais, ver artigo "A Guerra da Lagosta", indicado nas "Referências", abaixo).

Figura 35 – Marinha preparada para o que der e vier



Fonte - Capa da edição do Jornal O Povo, de 23 de fevereiro de 1963, durante a “Guerra da Lagosta”.

Ainda na relação entre pesca e uma questão global, é preciso atentar sempre para problemas relacionados a exploração de um recurso natural finito, fator incontornável para pescadores em todo o mundo, particularmente aos da pesca artesanal, ou os da “pequena pesca”, como define a pesca artesanal o historiador português Álvaro Garrido.

Em 1968, Garrett Hardin vai lançar a obra e o conceito, bastante atual, da “Tragédia dos Comuns”, que, conforme bem resumiu Marcia Freire Pinto, “postula que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito terminam por condenar estruturalmente o recurso por conta da sua superexploração” (pg. 95).

É o que temos constatado nas últimas décadas, com as oscilações no volume da captura não só de lagosta, mas também de outras espécies marinhas, quando não o seu completo desaparecimento. Essa “tragédia” exige que atentemos tanto para os impactos das alterações climáticas nos oceanos quanto para necessidade, constante, de adequações de políticas de pesca de acordo com os problemas e as necessidades locais.

Segundo ponto: a importância da prosperidade econômica para consolidação de conquistas políticas. Nas décadas seguintes à chegada de Davis Morgan ao Ceará, podemos observar que os ganhos oriundos da pesca da lagosta vão muito além das narrativas exóticas do “Ouro do Mar” (pescador tomando “banho de cerveja”, “acendendo cigarro com cédulas de dinheiro”, etc.). Antes de tudo, foi a consolidação de um incremento econômico de longa duração na sociedade local que levou à coesão social determinante para três episódios decisivos na História de Icapuí: a conquista da posse da terra em boa parte do município a partir do final dos anos de 1970, a inserção dos pescadores locais no combate à pesca predatória nos anos de 1980 (ambos acontecimentos com origem na comunidade da Redonda), e a emancipação político administrativa em relação a Aracati, que levaria à criação do município de Icapuí em 1985, tendo como primeiro prefeito o então vereador em Aracati, José Aírton Félix Cirilo da Silva, natural de Icapuí e principal liderança do movimento emancipatório (sobre esses assuntos, leia mais nos textos de Ana Paula da Silva Lima e Gustavo Augusto da Silva Cruz, neste mesmo livro).

A junção das resultantes desses três episódios foi decisiva para que Icapuí se tornasse referência regional, e mesmo nacional, na participação comunitária, em definições de políticas de pesca, de meio ambiente, de Educação, de Saúde, de Infraestrutura.

Entretanto, em que pese a importância desses acontecimentos, os mesmos exigem um olhar crítico tanto para o passado quanto para o presente. Assim como se sujeitam a avanços, as oscilações e retrocessos também podem ocorrer, seja na participação e associativismo comunitários, seja nas políticas ambientais e de regulação da pesca, seja na gestão político administrativa.

Diante de tal complexidade, o grande desafio hoje é manter um município de pequena área geográfica e densidade populacional como uma das maiores referências na política e na economia cearense, e o conhecimento histórico de como chegamos até aqui é importante para tais reflexões. E a pesca, importante agente

econômico, mas também cultural e político, deve ser analisada tanto em sua trajetória histórica no passado como do presente, para se buscar alternativas para o futuro.

PESCA E AQUICULTURA: RELATÓRIO 2019 AQUICULTURA E PESCA, ICAPUÍ, SEDEMA, CE.

Maurício Valente

A política de pesca, no município de Icapuí, desde os anos de 1990, tem sido objeto de preocupação de sucessivas administrações municipais. Dada a importância socioeconômica do setor, a Prefeitura Municipal de Icapuí, através da SEDEMA, tem na sua estrutura administrativa o acompanhamento, monitoramento e assistência a atividade pesqueira. Em 2017 foi criado um departamento exclusivamente para discutir e apoiar o desenvolvimento do setor.

Apresentamos abaixo, a situação do setor pesqueiro de Icapuí, no ano de 2019, para que possamos ter uma ideia geral da importância da atividade pesqueira para o desenvolvimento social do município.

Este relatório sintetiza os resultados das atividades referentes ao levantamento da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura, no município de Icapuí. A pesca é a atividade mais importante do município. A lagosta (*Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda*), e o peixe representam a principal fonte da renda familiar ou ainda, a única fonte de renda através da comercialização do pescado. A Aquicultura desponta grande crescimento, com o aumento da produção de tilápia e camarão.

Icapuí, com seus 64 quilômetros de orla que se estende da comunidade do Retiro Grande, a Oeste, até a Praia de Manibu, a Leste, na divisa com o Estado do Rio Grande do Norte, sempre teve posição de destaque no âmbito da pesca marítima do Ceará, sendo por muitos anos um dos maiores produtores de lagosta do Brasil. Além desse recurso voltado prioritariamente para a exportação, destaca-se também na produção pesqueira marítima a captura de diversas espécies de peixes que é sustentada por uma frota de embarcações, em sua maioria artesanais, composta por lanchas e botes a motor, jangadas e paquetes a motor e a vela.

Além da pesca marítima embarcada também é realizada de forma tradicional a pesca de curral, com 22 estruturas distribuídas do Canal da Barra Grande até a Praia das Placas sendo esta modalidade responsável por boa parte da produção de pescado consumida no próprio município. Não menos importante, Icapuí também possui centenas de famílias que retiram seu sustento da coleta de mariscos e

crustáceos com destaque para ostras (*Crassostrea rhizophorae*), búzios (*Anomalocardia brasiliiana*), sururu (*Mytella falcata*) e caranguejos (*Ucides cordatus*), sendo esse setor composto em sua maioria por mulheres marisqueiras.

Com relação a aquicultura e maricultura destacam-se as seguintes atividades: carcinicultura, concentrada principalmente nas comunidades de Requenguela, Barra Grande e Salgadinho; piscicultura, com produção de pequena escala, principalmente de tilápia (*Oreochromis niloticus*); cultivo de algas marinhas na comunidade da Barrinha, destinada a produção de subprodutos como gelatina de algas (*Agar Agar*) e produtos de higiene pessoal, comercializados localmente.

Além das ocupações diretas na pesca e aquicultura, ainda temos um grande número de pessoas que dependem diretamente de atividades relacionadas, como: construção de embarcações, comerciantes, atravessadores, fabricantes de arte e outras.

Em termos de organização da categoria, a pesca dispõe das seguintes entidades: Colônia de Pescadores Z17 de Icapuí, Sindicato dos Trabalhadores da Pesca (SINDPAMI, com sede em Redonda), Associação das Marisqueiras (ALGAMAR) e Associação dos Pescadores Curraleiros (APECI).

Segundo as entidades de classe do município, Icapuí possui uma frota de 1500 embarcações, sendo 324 licenciadas. Há cadastros de 3111 pescadores e 816 marisqueiras, sendo 1620 cadastros no Seguro Defeso, benefício social destinado a trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal que cuja atividade é paralisada durante o período de reprodução das espécies capturadas.

A insuficiência de dados relacionados ao setor pesqueiro fez com que, recentemente, a SEDEMA desse início a um Cadastro dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura em Icapuí, que tem dentre seus objetivos coletar e sistematizar informações sobre todo o setor produtivo e seus atores como forma de subsidiar futuras políticas públicas para o setor.

Principais espécies capturadas em 2019.

Lagosta espinhosa: É a atividade pesqueira de maior importância social e econômica, no município de Icapuí. Maior fonte geradora de divisas, estimando-se que perto de 15 mil pessoas dela dependam, direta ou indiretamente. Produção:

Inteira 260,3 toneladas; Cauda 338.9 toneladas; Produção total 599.3 toneladas. Valor: R\$ 61.775.682,50.

Atum (*Thunnus spp*): A pesca de peixe em Icapuí envolve toda uma organização socioeconômica e cultural. O Governo Municipal, através do Departamento de Pesca e Aquicultura da SEDEMA, tem buscado parcerias com o Governo do Estado e com empresas do setor, para qualificação de mão de obra e fomento a pesca de atum em nossa região, como forma de gerar mais empregos e renda para o município. Temos hoje duas embarcações de Icapuí, na pesca do atum. Produção total: 774 toneladas. Valor R\$ 10.210.000,00.

Camarão (*Litopenaeus vannamei*): é a espécie de maior destaque, em termos de volumes cultivados. Possui a maior representatividade dentro da carcinicultura mundial e corresponde a aproximadamente 50% de toda a produção mundial de crustáceos cultivado. Produção local de 714.1 toneladas. Valor R\$ 13.475.608,50. Pós-larva⁴⁸: Produção 354.6 (milheiros); Valor R\$ 3.900.787,00. Valor total: R\$14.376.395,50.

A piscicultura cada vez mais assume importância na produção de alimentos. A atividade é uma alternativa agropecuária com excelente perspectiva de desenvolvimento e retorno econômico. Hoje em Icapuí, além de vários produtores de tilápia em viveiros escavados, temos também sete sistemas de recirculação - RAS, sendo quatro com energia solar produzindo peixe de forma sustentável e inovadora, resultando numa produção total de 66 toneladas, num valor de R\$ 462.000,00.

Quadro 3 - Produção total da cadeia produtiva da pesca e aquicultura 2019

PESCADO	PRODUÇÃO (KG)	VALOR TOTAL (R\$)
Lagosta	599.314,50	61.775.682,50
Peixe Marinho	774.000	10.210.000,00
Camarão	714.165	13.475.608,50
Pós larva	354.617.000	3.900.787,00
Tilápia	66.000	462.000,00
Seguro defeso	-	8.360.000,00
TOTAL	2.153.479,50	98.184.078,00

Fonte: Relatório Aquicultura e Pesca 2019, PMI, SEDEMA

⁴⁸“As pós-larvas assumem o formato e o comportamento de um camarão adulto. Podem ser cultivadas por até 15 dias (PL 15) em um mesmo tanque de larvicultura para serem colocadas diretamente nos viveiros de engorda ou serem cultivadas até juvenis (0,5g a1g) em tanques berçários (cultivo intermediário), por mais 30 dias”, in <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/166-LARVICULTURA.pdf>.

CAJU CULTURA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL EM ICAPUÍ

*Clayton Rebouças de Sousa
Rafael Almeida Santos*

O caju é considerado uma das importantes espécies cultivadas nas regiões tropicais, com uma estimativa de 3,39 milhões de hectares cultivados, destacando-se como principais produtores o Brasil, o Vietnã, a Índia e a Nigéria. A caju cultura no Brasil possui uma elevada importância socioeconômica. Sua distribuição se espalha em várias regiões, sendo sua maior concentração na Região Nordeste, principalmente nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, que juntos são responsáveis por 94% da produção nacional gerando, trabalho e renda tanto para pequenos produtores e agricultores familiares como para agroindústrias.

A extração e processamento do caju oferecem diversos produtos como a castanha, o caju *in natura*, a produção de suco concentrado, doces, ração animal etc. No entanto, o principal produto oriundo da caju cultura nordestina continua sendo a amêndoa de caju. No município de Icapuí, a caju cultura representa uma das principais atividades agrícolas, com uma área plantada de 10.812 ha de cajueiro gigante e 4.521 ha de cajueiro anão precoce (Fonte: Censo Agropecuário 2006) e sua extração e processamento ocorrem no período seco, o que confere papel importante na renda e ocupação de mão-de-obra.

Segundo trabalho realizado pela EMBRAPA⁴⁹ (2000) sobre a estimativa do potencial de cultivo do cajueiro nos municípios do Nordeste do Brasil e Norte de Minas Gerais, o município de Icapuí tem 83% da sua área tida como regular para o cultivo do caju. Na categoria regular estão compreendidas as áreas sem restrições de ordem climática, porém com restrições ligeiras a moderadas de ordem pedológica (estudo dos solos no seu ambiente natural) para a cultura do cajueiro, podendo apresentar médios rendimentos em escala comercial de exploração. Por essa classificação, Icapuí é considerado como município com capacidade de produzir caju com boa qualidade.

Em Icapuí, existem dois assentamentos ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, que são: Projeto de Assentamento - PA São Francisco e Projeto de assentamento PA Redonda que, juntos detêm 90% da

⁴⁹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, <https://www.embrapa.br/>

produção de caju do município. Atualmente cerca de 360 famílias dívidas nos dois assentamentos trabalhando a caju cultura. Essas localidades têm grandes potencial de crescimento no processamento tanto do pedúnculo⁵⁰, como da amêndoa, e muitos são os incentivos que vêm, ao longo do tempo, ajudando pequenos produtores e agricultores familiares a ter um crescimento na área do plantio.

Tratam-se de projetos de investimentos, através do Banco do Nordeste, da assistência técnica da Prefeitura Municipal de Icapuí e programas governamentais como o Projeto São José. A região também conta com duas pequenas indústrias de beneficiamento de castanha, sendo uma no assentamento Redonda, que se encontra em pleno funcionamento, entretanto arrendada para a iniciativa privada, que absorve parte da produção gerando empregos no beneficiamento da amêndoa. Outra pequena indústria está localizada no assentamento São Francisco, entretanto a estrutura predial ainda não foi concluída.

Deve-se ressaltar a importância da comercialização do caju *in natura*, muitas vezes prejudicado devido à dificuldade de comercialização da produção. Para se ter uma noção do potencial de produção, segundo o IBGE⁵¹, no município de Icapuí, no ano de 2019, houve uma produção 268 toneladas de caju de mesa, numa área de 96 hectares, tendo um rendimento médio de 2.583 quilos por hectares.

Associativismo no município de Icapuí

O associativismo, é uma ferramenta de fundamental importância no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades, como forma organizacional, seja no meio rural ou urbano. No município de Icapuí, atualmente estima-se que atuem em torno de 120 associações, sendo sua grande maioria no meio rural. São elas as principais responsáveis pela captação de recurso para o desenvolvimento das mais diversas atividades, sejam as geradoras de renda ou de infraestrutura.

⁵⁰“O caju é composto por duas partes distintas, correspondendo em média a uma distribuição -em peso - de 10% de castanha (fruto) e 90% de pedúnculo (pseudofruto). O pedúnculo possui menor porcentagem de aproveitamento, sendo o suco o produto de maior exploração da matéria-prima. O pedúnculo contém três a cinco vezes mais vitamina C que a laranja, além de cálcio, fósforo e outros nutrientes”, in <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/caju/arvore/CONT000fr3sbpu402wyiv80084arlarog5af.html>.

⁵¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, <https://www.ibge.gov.br/>

Programa Terra Pronta, Tem de Plantar

É projeto que tem como objetivo principal disponibilizar aos agricultores familiares, enquadrados como parte integrante do grupo de baixa renda, horas máquinas para o preparo do solo, atividade está de fundamental importância quando se abrem as janelas chuvosas, para que se inicie o processo de plantio de culturas temporárias como o cultivo de grãos (principalmente milho e feijão) e cultivo de tubérculos, como mandioca e macaxeira.

O Projeto Terra Pronta, Tem de Plantar é custeado integralmente pelo município. Os beneficiários do projeto têm que atender critérios pré-estabelecidos pela equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, como também pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDS), tendo como principal critério ser agricultor familiar, enquadrado na baixa renda, e ainda tendo o beneficiário de apresentar documentos pessoais, como também do imóvel que explora para suas atividades produtivas.

Esse projeto chegou a ser executado nas gestões públicas anteriores, entretanto, não com a frequência do atual, como também com a oferta e abrangência; de 2018 até o presente ano o projeto vem sendo executado ano a ano, atendendo uma média de 400 agricultores (as), sendo ofertado até 02 horas máquinas de aração por cada beneficiário.

Programa Garantia Safra

O Garantia – Safra (GS) é uma ação do Ministério de Desenvolvimento Agrário financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pela Lei 10.420/2002. Inicialmente era voltado para os agricultores familiares que vivem no Nordeste do Brasil e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo que sofrem perdas sistemática de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. O GS tem como beneficiários os agricultores que possuem renda familiar mensal de, no máximo, um salário mínimo e meio e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão. Uma vez aderidos ao programa, eles passam a receber o benefício quando o município em que moram comprova a perda de, pelo menos, 50% do conjunto dessas produções, ou de outras

a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra, em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Funcionamento do Programa Garantia Safra:

- 1- Reunião do Comitê Gestor do Garantia Safra e definição das diretrizes do ano agrícola.
- 2- Processo de Adesão dos Estados, dos municípios e dos agricultores (inscrições).
- 3- Pagamento dos aportes financeiros dos agricultores (boletos), prefeituras, governo Estadual e Federal ao Fundo Garantia-Safra a:
 - Agricultores: corresponde a 2% do valor do benefício do Garantia Safra.
 - Prefeituras: corresponde a 6%.
 - Governo Estadual: corresponde a 12%.
 - União: corresponde a 40%.
- 4- Solicitação de vistorias, indicação do técnico vistoriador e preenchimentos dos laudos de Verificação de Perdas de Safra.
- 5- Pagamento do benefício Garantia Safra (se for comprovado perdas de 50% de produção do município ou de outras a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo do Garantia Safra em razão de estiagem ou excesso hídrico).

O município de Icapuí vem participando do Programa desde 2006, incentivando a produção agrícola dos agricultores familiares da região, garantindo condições mínimas de sobrevivência no caso de perdas na produção. Nos últimos cinco anos foram beneficiadas aproximadamente 370 famílias totalizando uma quantia de R\$ 646 mil reais.

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Através deste programa, em parceria com a agencia do Banco do Nordeste (BN) de Aracati, tendo o respaldo da assistência técnica desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, é executado no município o AGROAMIGO, que tem como finalidade financiar atividades produtivas e de infraestrutura. No ano de 2019 foi financiado algo em torno de R\$ 1, 8 milhão, tanto no comercio, como na agricultura, pecuária e pesca.

Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF).

Programa executado pelo governo do Estado em parceria com os municípios, que tem como objetivo principal o financiamento de atividade produtivas que promovam inovação tecnológica. Um exemplo em Icapuí é o projeto Aquaponia (técnica de cultivo de plantas utilizando água em vez de solo), tendo como fonte energética, a energia solar, sendo um projeto piloto no estado do Ceará. Um outro exemplo é o projeto da agroindústria de processamento de polpa de frutas na comunidade de Olho D'água, com utilização sistema de energia solar para fornecimento de energia elétrica à unidade de produção.

Programa de aquisição de alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de dois de julho de 2003; encontra-se inserido em um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)⁵².

Dentre os objetivos do programa destacam-se a garantia de acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

⁵²In Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2003Z1.pdf.

O programa tem como público alvo agricultores familiares e entidades socioassistenciais e beneficentes, além é claro dos beneficiários dessas respectivas instituições.

Em Icapuí, o PAA teve início em setembro de 2015, executado em parceria da Prefeitura municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca (SEDEMA), da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA) e Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania (MC). No município, a execução do programa é feita por meio de duas modalidades: compra com coação simultânea e incentivo à produção e ao consumo de leite.

A Modalidade Compra com Doação Simultânea representa uma importância significativa desde o início de sua execução, em setembro de 2015. Em cinco anos de execução, 22.7 toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores foram adquiridas, se utilizando de um recurso na ordem de R\$ 122.759,90, beneficiando diretamente 29 agricultores familiares e 3.063 beneficiários consumidores atendidos por nove creches do município, bem como Hospital público, Cadeia Pública e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

A Modalidade Leite foi retomada no em Icapuí em outubro de 2017, depois de passados mais de cinco anos paralisada, por conta que não existirem empresas interessadas em fornecer o laticínio na região do Litoral Leste. Passados três anos do início da execução, o município já recebeu em torno 80 mil litros de leite, utilizando um recurso de R\$ 96 mil, atendendo todas as 16 escolas e creches do município, além do CRAS e associações de moradores.

EMPREENDEDORISMO COMO FATOR POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL

*Eliabe Crispim da Silva
Geraldo Soares Menezes Filho
Maria Aparecida Alcântara
Maria Leinad Vasconcelos Carbognin
Rosineide Rebouças Maia*

A realidade de Icapuí se assemelha a de tantos outros territórios do litoral do Estado do Ceará: uma população predominantemente formada por pescadores, agricultores, artesãos, latifundiários e pequenos produtores, como bem descreve SILVA (2002).

De acordo com o IBGE (2015), o Produto Interno Bruto (PIB) local é de R\$ 11.749,34. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,616 e o índice de Gini⁵³ é de 0,470. Em 2015 a média salarial mensal era de 1,8 salários mínimos (a 25a. melhor do CE, 3.050a. do Brasil). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26.2% (a 5a melhor do CE, 781a. do Brasil), considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 125a do CE e 1095a do Brasil (LIMA, 2014, apud censo IBGE, 2015).

Há um histórico político-administrativo longo no estímulo à exposição de produtos dos pequenos empreendedores locais. Um exemplo atual é a Sala do Empreendedor, espaço criado para atender aos Microempreendedores Individuais (MEIs), na orientação, formalização, emissão de documento, acesso à microcrédito, capacitações e reuniões nas comunidades para identificação de potencialidades e necessidades, promovendo palestras específicas de associativismo e cooperativismos.

As iniciativas empreendedoras de Icapuí surgem desde a década de 1990 (segunda gestão de José Airton Cirilo), quando a então Secretaria de Desenvolvimento e Turismo implantou nas o Projeto denominado de “Em cada Casa uma Estrela”, focado no turismo de base local através da oferta de serviços a

⁵³“O coeficiente de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento estatístico para medir a desigualdade de uma distribuição”, in <https://www.infoescola.com/sociologia/coeficiente-de-gini/>.

turistas nas hospedarias domiciliares, sobretudo, nas casas dos pescadores, valorizando a cultura local, o meio ambiente e gerando renda para as famílias.

Somado a isso, na segunda gestão de Dedé Teixeira (1997-2000) foi implantada a Organização de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Icapuí (ORGAPE). Esta possibilitava aos pequenos negócios acessarem créditos que fortaleciam o capital de giro e a compra de equipamentos. Apesar da importância desta entidade, não houve sustentabilidade, o que incorreu no seu fechamento cerca de cinco anos depois. Apesar disso, muitos empreendimentos deram certo e até hoje ainda funcionam.

No primeiro ano da gestão de Jerônimo Felipe Reis de Souza (2012-2015) foi realizada a primeira Amostra dos Empreendedores e Produtores de Icapuí, com o objetivo de estimular a divulgação e a efetivação da comercialização dos produtores de diversos artesãos, produtores rurais, pescadores artesanais, entre outros. Nesta mesma gestão, no ano de 2015, foi instituído o Estatuto do Microempreendedor Individual, da microempresa e da empresa de pequeno porte de Icapuí (Lei Municipal 665/2015, em conformidade com a legislação federal), levando à criação da Sala do Empreendedor.

Diante desta realidade social e de inclusão no mundo do trabalho, o município de Icapuí começa a buscar novos olhares e rumos. A pesca, principal atividade econômica do município, vem gradativamente declinando, levando as pessoas a buscarem a inserção na agricultura, através de uma das maiores empresas de plantação e exportação de melão do nordeste brasileiro, no caso, a Agrícola Famosa⁵⁴. Com isso, a nova possibilidade e alternativa que se apresenta no cenário de Icapuí como grandes potenciais é o *empreendedorismo*.

No Brasil, os estudos sobre o empreendedorismo são ainda escassos e, de modo geral, enfocam temas como o comportamento e perfil do empreendedor, suas motivações para empreender e o desenvolvimento de competências empreendedoras (FARACO, 2004 *apud* TEIXEIRA, 2012). A iniciativa de se desenvolver o empreendedorismo em Icapuí surge da necessidade de atender as demandas sociais e de inclusão produtiva das comunidades urbanas e rurais do município, através dos seus diversos segmentos e potencialidades econômicas, na

⁵⁴ Fundada em 1995, e hoje conta com quase 9.000 colaboradores nos períodos de safra, e com uma área atual total de mais de 30.000 hectares, sendo a maior produtora de melões e melancias do Brasil e uma das maiores do mundo.

agricultura, na pesca artesanal, no artesanato, nos pequenos negócios, na pecuária, no comércio local, no turismo comunitário, na busca efetiva de dar condições de novos conhecimentos, de promover espaços de divulgação e comercialização dos seus mais diferentes produtos, agregando valor aos saberes, promovendo a inclusão produtiva dos atores sociais.

Levando em consideração as potencialidades do município de Icapuí e com as sucessivas gestões públicas, despertou-se para o processo de incentivo ao desenvolvimento dos pequenos negócios e ao protagonismo dos empreendedores, através de formações contínuas, orientações e incentivo à formalização, em atividades que promovem a comercialização e divulgação de seus produtos. Foi o caso, por exemplo da Amostra dos Produtores e Empreendedores de Icapuí, uma espécie de feira da agricultura familiar, que tem como um dos princípios movimentar a economia solidária e estimular a divulgação e a efetivação da comercialização dos produtores de diversos artesãos, produtores rurais, pescadores artesanais, entre outros

Outro exemplo é acesso aos programas federais que geram renda como é o caso do Programa Federal de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNA) com oportunidade aos pequenos produtores rurais; das rodas de conversas com grupos de universitários de diversos estados nordestinos e os produtores locais, além do estímulo às experiências de intercâmbios que levam esses empreendedores a participarem de diversos eventos voltados para o fomento à agricultura familiar.

Tais ações e atividades culminaram na formação de uma Rede de Empreendedores e Produtores, que vem incentivando e animando diversos atores locais nas suas mais diversas atividades: da agricultura familiar, ao artesanato, turismo comunitário, pecuária, comércio local, pesca artesanal do município, com foco no empoderamento das pessoas, nos seus saberes e aprendizados, na transformação do cotidiano de cidadãos que conseguem melhorar suas vidas e de suas famílias através dessas oportunidades.

Nesse cenário, as políticas públicas desenvolvidas pelo município de Icapuí através da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca (SEDEMA) são ações contínuas que fomentam os pequenos negócios e a economia, estimulando os empreendedores a impulsionarem seus negócios e gerarem suas próprias receitas, recebendo incentivo na elaboração de estratégias

de marketing (criação de logomarca, composição etc..) para a divulgação e maior visibilidade para os seus produtos.

A gestão do prefeito Raimundo Lacerda Filho (2017-2020) deu continuidade às políticas já implementadas, ampliando-as em ações como, por exemplo, a da Amostra dos Empreendedores e Produtores de Icapuí, que agora acontece em dois dias. Também foi ampliada a equipe, os equipamentos e o espaço físico da Sala do Empreendedor, o que triplicou o número de pequenas empresas e de MEIs. Aumentou o número de empreendedores que comercializam produtores da agricultura familiar para os programas federais, como o PNAE e o PAA, e as capacitações ofertadas com parceiros qualificados no cenário estadual e nacional como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. (SENAI), e parcerias com instituições de microcrédito como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal.

Apesar de ser considerada de pequeno porte, Icapuí tornou-se uma promissora cidade empreendedora, como aponta um diagnóstico dos impactos econômicos da Pandemia da COVID-19 no município, realizado no período de 22 /julho a 26/agosto de 2020. Uma amostra com aplicação de questionários com cerca de cem empreendedores, realizado pela SEDEMA, demonstrou o quanto este setor vem movimentando a economia e o quanto ele é imprescindível. Prova disso é que nos quatro meses mais críticos da pandemia, o setor empreendedor deixou de recolher cerca de R\$ 25 milhões.

Tendo por base esse dado, podemos dizer que em 12 meses o município de Icapuí poderá gerar de movimentação de capital algo em torno de R\$ 75 milhões. Somado a tudo isso, hoje Icapuí possui de acordo com o SEBRAE um total de 1.264 empresas, distribuídas da seguinte forma: 688 Microempreendedores Individuais (MEIs), 511 Microempresas (ME), 13 Empresas de Pequeno Porte (EPP) e 52 com outros tipos de formalizações.

Podemos vislumbrar hoje outro espaço promissor de resultados: o funcionamento do novo Mercado Público Municipal, inaugurado em agosto de 2020, que vem estimulando a comercialização e a diversificação de produtos advindos de importantes cadeias produtivas de Icapuí, como a caju cultura, o artesanato, o comércio, a pecuária e a pesca. O Mercado Municipal tem 53 estruturas de armazenamento de produtos (box), promovendo a divulgação e a venda sistemática

e assim gerando mais oportunidades e renda para todo esse público empreendedor. Também agrega um box coletivo para a Rede de Empreendedores e Produtores exporem, divulgarem e comercializarem seus produtos.

Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí

Idos de 2004, realizava-se na Oh! Linda Pousada, Icapuí, CE, seminário patrocinado pelo SEBRAE-CE com o professor Mário Petroski (já falecido) sobre associativismo e sua importância para o turismo. Foram apenas quatro horas, pouco tempo, mas que deixou lições significativas, muito importantes e que repercutem até os dias de hoje. Dentre essas lições sobressaíram-se: trabalharmos em grupo, ter uma marca identitária do nosso turismo e um evento marcante para difundir a imagem de Icapuí como destino turístico.

Nasceu daí o Grupo de Desenvolvimento Turístico de Icapuí (GDTur), o Festival da Lagosta e marcas como “A Terra da Lagosta”, “No Ceará o sol nasce primeiro aqui”, “Icapuí de todos os sentidos”, esta última remetendo à música, à gastronomia, ao artesanato, enfim, aos saberes e fazeres da nossa gente. O Grupo viria a ser, mais tarde, formalizado como pessoa jurídica, na forma de uma associação de micro e pequenos empresários.

O primeiro festival da lagosta foi realizado na Praia da Redonda, assemelhando-se a uma quermesse dessas bem simples, das pequenas comunidades interioranas, com umas poucas mesas de plástico, bandeirinhas estilo São João e gambiarras elétricas como iluminação. Conseguiu-se arrecadar um recurso mínimo como patrocínio, mas a semente foi plantada e haveria de germinar e florescer.

Passaram-se, portanto, 16 anos até agora e o GDTur agigantou-se. Firmou-se como instituição querida e respeitada no meio da sociedade icapuiense. São 13 festivais da lagosta realizados, dezenas de cursos de capacitação para os operadores locais do turismo, viagens de observação a destinos turísticos consagrados voltados para assimilação das experiências exitosas (destacamos São Miguel do Gostoso, Natal e Jericoacoara), um guia turístico de Icapuí que hoje serve de exemplo a outros municípios e, mais recentemente, vídeo exaltando as belezas de Icapuí e o modo de receber de sua gente. Isso para citar os aspectos mais marcantes na atuação do GDTur.

A credibilidade conquistada assegurou a parceria permanente do SEBRAE-CE e, em vários festivais do Governo do Estado, seja pelo apoio direto da Casa Civil, seja por termos logrado aprovar os nossos projetos na lei estadual de incentivo à cultura. Também deram apoio importante, o Banco do Nordeste do Brasil em muitas ocasiões e sempre prestando contas rigorosamente da aplicação dos recursos aportados por essas várias instâncias.

Em toda a história buscou-se trabalhar em parceria com a gestão municipal, na crença inabalável de que o desenvolvimento econômico sustentável se dá com o trabalho das iniciativas pública e privada. Não houve muito sucesso nesse esforço, todavia, justiça seja feita, a atual administração de Icapuí deu guarida à causa, logrando conseguir o apoio institucional e financeiro para as atividades do GDTur, inclusive o Festival da Lagosta, o que animou o grupo.

A pandemia que assolou o mundo em 2020 também alcançou o turismo e o GDTur. Deixou-se de realizar o Festival da Lagosta de 2020, quando estavam previstas as apresentações de Zeca Baleiro e Fagner, mas, na oportunidade, buscou-se projetar o destino turístico Icapuí no cenário regional, realizando o I Circuito de Gastronomia e Cultura de Icapuí, sem grandes aglomerações de pessoas e respeitando os protocolos sanitários vigentes. Vale a pena lembrar que, nos festivais da lagosta, criou-se a oportunidade de oferecer ao turista e ao povo de Icapuí música de qualidade, local, regional e nacional, trazendo à nossa cidade expressões artísticas do cenário nacional como Guilherme Arantes, Chico César, Tribo de Já, Lobão, MPB4, Tony Garrido, Maria Gadu, Elba Ramalho, Dona Zefinha, Chico Pessoa, não esgotando aqui a lista de atrações.

“Não existe vento favorável para o marinheiro que não sabe aonde ir.” (Sêneca). O GDTur continuará a trilhar o caminho do empreendedorismo, com a força do associativismo e das decisões coletivas, planejando o futuro do turismo sustentável em Icapuí, tal como tem feito por tanto tempo. Esse histórico comprova que o empreendedorismo é um dos setores mais marcantes e promissores na história econômica de Icapuí, junto a criação de novas oportunidades de trabalho e renda que certamente, fortalecerá o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Turismo comunitário

O Turismo Comunitário, conforme definição da Rede de Turismo Comunitário do Ceará - Rede Tucum , é uma estratégia de garantia do território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos. É uma modalidade de Turismo desenvolvida pelos próprios moradores de um lugar, passando a articular atividades, operações e empreendimentos em uma comunidade que recebe visitantes de vários níveis.

É também uma alternativa ao modelo de turismo convencional que atende as necessidades de conservação dos modos de vida tradicionais e da biodiversidade de pequenas comunidades, além de estimular o desenvolvimento econômico local. A ideia por trás desse conceito é promover um turismo mais justo, que coloque a população local no protagonismo em todas as etapas (planejamento, implementação e monitoramento), priorizando a sustentabilidade social e ambiental das atividades.

O Turismo Comunitário destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos, uma estratégia de luta contra os grandes projetos da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território, ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Passou a ser desenvolvido no final dos anos de 1990 em algumas comunidades, e com o passar dos anos ampliou a sua capacidade e se expandiu, tornando possível a criação da Rede Tucum em 2007.

A Organização Não Governamental Projeto Bagagem, referência nacional sobre o tema, define o Turismo Comunitário como “atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza”.

Alguns dos princípios desse modo de fazer turismo são: conservação da biodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, partilha cultural, complementaridade a outras atividades econômicas, estímulo à reflexão e ao aprendizado e dinamismo cultural.

Segundo Coriolano (2006), o turismo comunitário

[...] é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, sejam de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. (CORIOLANO, 2006, p.13)

No Ceara, a história do Turismo Comunitário tem origem na Reserva Extrativista - Resex Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe. Situada a 126 km de Fortaleza, a Prainha do Canto Verde é uma típica colônia de pescadores artesanais, que, juntamente com a Comunidade de Ponta Grossa no município de Icapuí, é referência para o turismo comunitário. Destacam-se pela pesca da lagosta, embora pesquem outras espécies, e também apresentam outras atividades econômicas, como agricultura familiar.

Essas comunidades fazem parte da rede de destinos de turismo comunitário no Ceará. Em articulação com outras redes latino-americanas, integram a Rede Nacional de Turismo Comunitário (Rede TURISOL). Essas comunidades experimentam, formas de produção e de serviços turísticos, sem padronização, com bastante criatividade, compromisso, valorização da cultura e solidariedade. É um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar.

Nesse sentido o turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo dos resorts e dos megaempreendimentos, e como forma de evitar que empreendedores externos dominem as comunidades litorâneas maltratadas pelo processo de especulação imobiliária.

Acreditamos nesse modelo de fazer turismo, que promove a troca de vivências entre as comunidades e os turistas. O modelo do turismo comunitário se pauta na defesa dos recursos naturais, estimulando a distribuição igualitária de renda, promovendo o desenvolvimento local e sustentável.

Desta forma, as comunidades que ainda resistem querem ser protagonistas de suas lutas, e mostrar que um outro tipo de turismo pode ser feito. O modo de vida tradicional é um meio alternativo e sustentável. É no território, onde se expressa a relação de amor, de afeto, de valorização das culturas e dos modos de fazer turismo sem agredir o meio ambiente e protegendo os territórios, especialmente de forma sustentável, para ser um direito de todos e todas.

processamento, é considerado nacionalmente uma referência de boas práticas de educação ambiental na agricultura familiar, tendo sido selecionado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente para ilustrar o livro “25 Melhores Práticas em Agricultura Familiar” (2012). As ações e atividades da FBC estão alinhadas com 12 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na avaliação feita pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que elegeu o programa “Teia da Sustentabilidade” como uma das cinco soluções inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável, em 2019.

Localizado na comunidade de Barrinha, o “Mulheres de Corpo e Alga” alia tecnologia e responsabilidade ambiental no cultivo sustentável de algas marinhas. O banco dos Cajuais constitui um importante ecossistema que, associado ao manguezal, é um dos responsáveis pelo estoque de pesca no litoral leste do estado. Assim, o projeto, além de colaborar para conservar o meio ambiente e zelar pela comunidade, ainda gera complemento de renda para 10 famílias por meio da produção e comercialização de produtos à base de algas, transformadas em cosméticos e alimentos. O Projeto recebeu o Prêmio de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais e o Selo de Qualidade de Produto da Mata Atlântica concedido pela RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, programa *Man&Biosfere*, UNESCO).

No banco dos Cajuais está o mais importante local de alimentação e descanso de aves migratórias neotropicais no corredor migratório do Atlântico ocidental. Para subsidiar ações do Projeto “De Olho na Água” nesse ecossistema, o primeiro passo foi identificar os principais serviços ambientais do banco, bem como suas fragilidades e potencialidades. A partir de pesquisas e estudos, foi possível estabelecer uma proposta de ordenamento de utilização desses recursos naturais pelas comunidades costeiras por meio do cultivo sustentável de algas marinhas, evitando assim a destruição e garantindo a preservação do que é considerado, juntamente com o manguezal, o berçário da vida marinha.

A comunidade da Barrinha, liderada por um grupo de mulheres, mobilizou-se em torno da proposta e a iniciativa evoluiu, através de capacitações, participação em feiras e eventos, para o beneficiamento qualificado das algas cultivadas, transformando-as em cosméticos e alimentos, agregando valor ao produto. Dessa forma, com o emprego de tecnologias de baixo impacto ambiental, as comunidades

não só puderam ampliar sua renda, mas aprenderam a ver a natureza com outro olhar, o olhar da conservação de suas riquezas naturais.

Desde 2002 a FBC está presente na Barrinha, valorizando e empoderando as “Mulheres Algueiras”. Foi o primeiro grupo de mulheres apoiado pela instituição e tem uma longa história pra contar. Parte dessa história está reproduzida nos depoimentos abaixo⁵⁵.

Aldeneide Silva: “Sou Aldeneide Silva, minha avó, Francisca Borges, foi uma das primeiras mulheres a coletar algas na praia da Barrinha para ajudar a família no tempo do defeso. Em 2004 entrei no Projeto, que existia desde 2002, a convite de dona Marli. As capacitações e as campanhas realizadas contra a exploração predatória no banco e o apoio ao cultivo sustentável das algas marinhas, com o apoio da Fundação Brasil Cidadão, foram muito importantes. Naquele tempo a gente ia junto para o cultivo e foi um grande aprendizado. Aprendemos a fazer o beneficiamento para produzir cosméticos e alimentos. O projeto foi e é muito importante para mim. Aprendi muito e até hoje aprendo através dos intercâmbios. As viagens foram muito proveitosas para aprender, para ensinar, para representar o projeto em outros estados, para receber prêmios, foi para mim muito gratificante, tanto profissionalmente quanto pessoalmente. A mulher ficou sempre em casa, nos afazeres domésticos e o projeto surgiu como uma oportunidade única de sair dessa rotina doméstica. Eu sempre repito para o grupo que estou no trabalho certo, pois é muito bom estar aqui, viajar e aprender. Fazemos sabonetes, xampus e alimento à base de algas marinhas como bolo, mousse, gelatina, panquecas, biscoitos. Podemos fazer qualquer prato. Todo dia a gente inventa, vai fazendo as práticas e vai aprimorando os nossos saberes... e é isso! Gosto muito e me identifico com o trabalho.

Tivemos duas perdas muito significativas relativamente recentes: 'Seo' Mundinho e 'Seo' Pedro, dois dos nossos fundadores e pioneiros que, com muita energia, nos ajudaram muito a entender a essência desse trabalho. 'Seo' Mundinho sempre falava do sonho de ver continuado esse projeto, mesmo quando ele não tivesse mais aqui. Ainda hoje é uma força que nos move e estamos seguindo em frente. Acho que as capacitações e os intercâmbio foram o diferencial nessa trajetória, tanto sobre o cultivo quanto sobre o beneficiamento, sobre o fundo rotativo, gestão, comercialização, meio ambiente, etc. Assim, vamos descobrindo novos parceiros, novos caminhos e novas oportunidades. Fornecer merenda escolar, participar das feiras e dos editais para a agricultura familiar foi muito importante.”

Maria Marli da Costa Soares: “Olá pessoal, meu nome é Maria Marli da Costa Soares, moradora da Barrinha e faço parte do Projeto 'Mulheres de Corpo e Alga' e quero afirmar que este Projeto é muito importante na minha vida, pois foi a partir dele que vim ter conhecimento para que serviam as algas. Aprendi muita coisa com as capacitações realizadas com apoio da Fundação Brasil Cidadão e com as práticas cotidianas, com os intercâmbios para dar oficinas, e tudo isso aumentou a minha autoestima e a minha alegria. Estou feliz em participar do Projeto “.

⁵⁵ Acesse o site www.brasilcidadao.org.br e leia mais depoimentos do grupo.

Mauricio Sabino: “Sou Mauricio Sabino, morador da Barrinha e coordenador da parte do cultivo sustentável de algas marinhas, aliado ao Projeto 'Mulheres de Corpo e Alga', e participo desde os primeiros momentos do Projeto. As capacitações, as campanhas nos mostraram o valor e a importância do banco natural que era responsável pela presença dos peixes na costa e que o uso tipo extrativismo era predatório e poderia trazer, além da escassez dos peixes, o risco da extinção do banco. As reuniões, os encontros e as capacitações nos ensinaram o valor do cultivo e do beneficiamento, agregando valor aos produtos. Aprendemos sobre gestão, comercialização e também ajudou as famílias de pescadores a mudar de atitude frente ao valor das algas e melhor aproveitar, através do cultivo aprendemos a preservar o banco e a biodiversidade marinha que lá existe.”

CONEXÃO DE ICAPUÍ AO NOVO MUNDO

Oton Braga

A conexão à rede mundial de computadores tem se tornado uma demanda universal. As infinitas possibilidades de aplicações da internet têm proporcionado grandes avanços em diversos setores, que demandam cada vez mais velocidade. Nesse sentido, destacando Icapuí como uma cidade com grandes potenciais econômicos, percebe-se a necessidade de conectá-la à rede do Cinturão Digital do Ceará (CDC), projeto coordenado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), que conta com mais de 3.500 km de fibra óptica instalada e 56 estações rádio base, inclusive em Icapuí, levando internet de alta velocidade para mais de 100 municípios. O município de Icapuí já conta com alguns equipamentos, mas ainda subutilizados.

O município caminha para uma economia cada vez mais voltada ao turismo, de onde surgem diversas oportunidades a cada dia. Tal tendência tem aumentado o fluxo de pessoas, que, em períodos de pico, chega a quase dobrar a população de algumas comunidades. Diversos estudos têm demonstrado as potencialidades do setor no município, que demanda, entre outras coisas, infraestrutura para conectividade à rede mundial de computadores.

Apesar de alguns projetos destacarem também as dificuldades do município, como possuir uma ocupação expressiva por todo o seu território, onde a maior parte da população de Icapuí está espalhada pelo seu litoral, ao invés da cidade. Além disso, sua geografia peculiar, apresentando uma topografia complexa, dificulta a distribuição de internet, exigindo mais investimento. No entanto, novas tecnologias têm derrubado estas barreiras.

Em um mundo globalizado e interconectado, a conexão com a internet em alta velocidade a baixo custo é um dos pressupostos para democratização do acesso à rede e impulsor da inclusão digital. Consequentemente, investir em infraestrutura de rede é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico local. O Cinturão Digital do Ceará (CDC) é um projeto audacioso de grande impacto no estado. Em esforços anteriores, foram implantados alguns equipamentos no município de Icapuí, incluindo torres para telecomunicações de alto padrão.

Com todo o seu potencial, Icapuí não pode deixar de ter a perspectiva de beneficiar-se de tais equipamentos. Em análise recente, constatou-se que tal conexão reduziria os custos com internet no município em quase 90%, podendo

diferir ainda mais dependendo do aumento da demanda. Para tanto, o ideal é conectar o município à rede estadual, utilizando fibra óptica, e estendendo os serviços do projeto Cinturão Digital aos órgãos municipais, estaduais e federais aqui presentes, provendo internet de alta velocidade e, conseqüentemente, agilizando os processos pertinentes ao bom funcionamento e qualidade do serviço público.

Querendo Icapuí acompanhar a corrida econômica, principalmente no mercado turístico, terá que se conectar às tendências mundiais. Os que estão na vanguarda dessa corrida estão apostando pesado em inovações, sejam tecnológicas, econômicas, sociais etc. No entanto, o município ainda conta com pouca ou nenhuma infraestrutura nesse setor. Icapuí não tem cobertura 4G em nenhum local do município, enquanto o 3G é disponibilizado apenas por uma operadora e limitado ao centro da cidade, sobrecarregado pelo número de conexões. Já o restante do município é totalmente descoberto de conectividade, salvo algumas comunidades que estão à mercê do 2G, tão sobrecarregado que não dá pra usar.

Essa falta de conectividade traz prejuízos enormes ao município e dificulta qualquer passo no âmbito da “internet das coisas”, cidades inteligentes e conseqüentemente inteligência artificial, pois não há gestão de dados.

Com o advento da internet de quinta geração (5G), os horizontes para um novo mundo se abriram. A “internet das coisas”, que prevê a conexão de muito mais equipamentos, inclusive objetos, está se tornando realidade. Conseqüentemente as cidades têm se tornando mais inteligentes e conectadas, melhorando seus serviços através da digitalização de processos, bem como automação usando Inteligência Artificial.

Essa evolução toda só é possível com a captação e integração de dados gerados pelos atores do município, sejam moradores, turistas e o próprio governo. Quando processadas por algoritmos de Inteligência Artificial, tais informações podem servir de insumos para geração de conhecimentos e tomada de decisão inteligente.

Por fim, para haver um impacto significativo, devem ser criadas políticas de inclusão digital, acesso facilitado à internet e desenvolvimento e empreendedorismo tecnológico, impulsionando, conseqüentemente, diversos setores. Entre as iniciativas devem estar a educação digital, internet gratuita em espaços públicos e

pontos estratégicos e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para a população e turistas, bem como governança.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, C. et al. **Aves costeiras de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2007.
- ASSAD, L.T. **Tradição - Modernidade - Sustentabilidade. Icapuí - CE**: Os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 11 maio 2020.
- CORIOLOANO, L. N. M. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Ceará: EDUECE, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267960210> Acesso em: 10 dez. 2020
- FREITAS FILHO, M. **A aldeia do Areal**: História e memória de Ibicuitaba – Icapuí – Ceará. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2003. 296p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/>. Acesso em: 02 maio 2015.
- JÚNIOR, M. “Pesca e aquicultura movimentaram mais de R\$ 46 milhões ano passado em Icapuí”. **Diário do Nordeste**, 2019. Disponível em: <https://www.icapui.ce.gov.br/informa.php?id=517> Acesso em: 22 nov. 2020
- LIMA, A. P. S. **A identidade territorial e o meio técnico-científico-informacional**: grupo “mulheres de corpo e algas”: Barrinha-Icapuí-CE. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Mossoró, RN, 2014.
- MEIRELLES, A.C.O.; PINTO, T.; CAMPOS, T.M. **Mamíferos de Icapuí**. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2009. 75p.
- MUNIZ, T. S. A “Guerra da Lagosta”: um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional. **Brasiliana Journal for Brazilian Studies**, v. 2, n.2, 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/index.php/bras/article/view/8029/13321> . Acesso em: 22 nov. 2020
- MUNIZ, T. S. **O Ouro do Mar**. São Paulo: Editora Annablume, 2014.
- PINTO, M. F. **Caracterização Socioambiental e Uso de Animais Por Comunidades Tradicionais do Litoral do Estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, 2012.

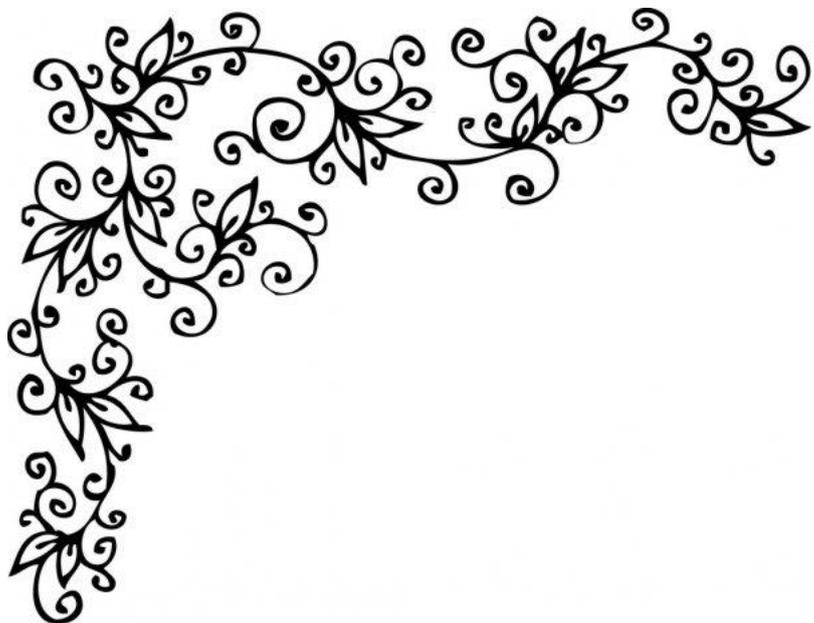
REBOUÇAS, João Paulo de Sousa, **O pescador e o mar**: análises antropológica da conduta dos pescadores artesanais de lagosta da comunidade da Redonda, Icapuí – CE. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, RN, 2015.

SEBRAE-CE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) São Francisco**. Icapuí: Sebrae, 2008.

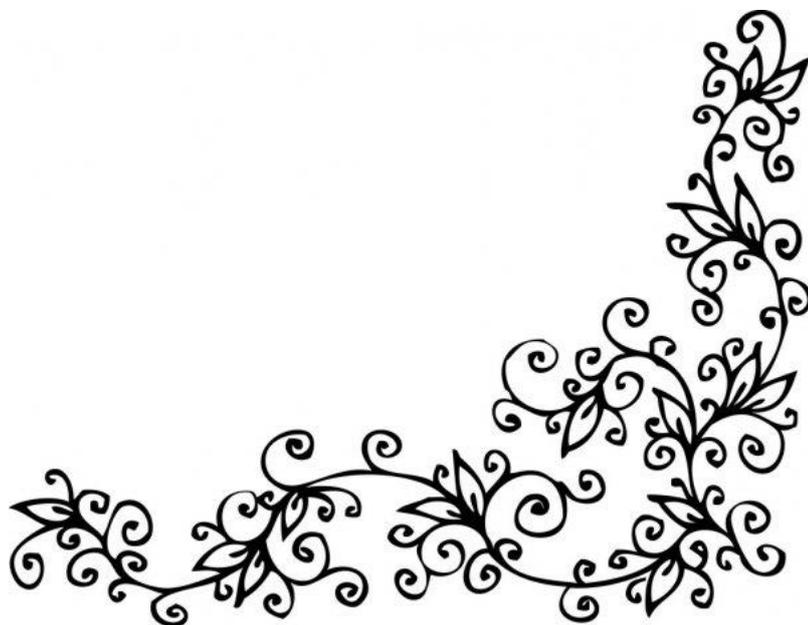
SEBRAE-CE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plano de Desenvolvimento do PA Redonda**. Núcleo de Assessoria Técnica Social e Ambiental da Reforma Agrária. Fortaleza, 2006.

SILVA, M. C. S. **Organização e Autonomia da comunidade de Redonda, Icapuí, CE**. 2004. Dissertação (Mestrado PRODEMA-UFC) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

TEIXEIRA, R.M. Processo Empreendedor em Turismo: Estudo de Casos Múltiplos em Empresas Hoteleiras em Sergipe, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n.17/18, 2012.



GESTÃO PÚBLICA EM ICAPUÍ



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANÇAS

*Janice da Silva Pereira
Geovani Alves da Costa*

O Estado e os Três Poderes

Quando nos referimos a Estado com o “E” maiúsculo, não nos referimos somente aos estados do Brasil, como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, mas estamos tratando de uma organização que exerce o poder máximo e legítimo sobre um conjunto de indivíduos que ocupam um determinado território, isto é, refere-se a União, aos Estados brasileiros, aos Municípios e ao Distrito Federal. O Estado é responsável por estabelecer regras na sociedade, utiliza da força para manter a ordem social, pune os indivíduos que não cumprem as regras e cobra o cumprimento dos deveres e obrigações (COELHO, 2012).

Tomando como base alguns exemplos, podemos dizer que é de responsabilidade do Estado elaborar as leis e os regulamentos que norteiam o funcionamento da sociedade, ele é responsável pelo uso de força policial para coibir infratores e criminosos, assim como de cobrar e fazer cumprir o recolhimento de tributos. Mas como são realizadas estas ações para garantir o cumprimento das responsabilidades do Estado?

O Estado exerce suas funções de caráter inclusivo e monopolista por meio de diferentes instituições, sendo as suas funções:

- Legislativa: produzir as leis e o ordenamento jurídico necessários à vida em sociedade.
- Executiva: assegurar o cumprimento das leis.
- Judiciária: julgar a adequação, ou inadequação, dos atos particulares às leis existentes. (COELHO, 2012)

No município de Icapuí o poder Legislativo é exercido pela Câmara de Vereadores composta por 11 parlamentares. Essa quantidade de vereadores é determinada pela Constituição Federal, a lei maior do nosso país, que determina esse número de vereadores para municípios que possuem acima de 15 mil até 30 mil habitantes como é o caso da nossa cidade. A Câmara Municipal possui uma mesa diretora composta por presidente, um vice-presidente e um secretário, não havendo reeleição para os mesmos cargos. Possui também comissões permanentes

e temporárias, com a finalidade de discutir e avaliar antecipadamente as propostas que serão colocadas em votação no Plenário. Essas comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres.

A lei Orgânica em seu Artigo 146 prevê que a Câmara Municipal poderá bloquear os recursos do Município, quando o mesmo não repassar o duodécimo da Câmara ou deixar de remeter, no prazo legal (art. 79), os balancetes mensais. Duodécimo é um repasse devido pela Prefeitura (arrecadador dos tributos) ao poder Legislativo (Câmara Municipal). O valor repassado é 7% calculado de acordo com a receita de arrecadação líquida do exercício anterior. O instituto está previsto na Constituição Federal (CF), em seu artigo 168. Deve ser entregue até o dia 20 de cada mês, divididos em duodécimos (1/12 avos do valor da receita prevista no orçamento).

Vejam os dados do Quadro abaixo do valor mensal repassado a Câmara Municipal de Icapuí nos últimos três anos:

Quadro 4 - Repasse Duodécimo

2018	214.490,92
2019	225.434,29
2020	229.351,98

Fonte: Governo Municipal de Icapuí.

Já o poder judiciário é exercido pelo Tribunal de Justiça Estadual, através da Comarca de Icapuí, isto é, o fórum municipal. Enquanto o poder executivo é exercido pela Prefeitura.

A prefeitura exerce suas atividades de forma desconcentrada e descentralizada. Mas o que significam essas formas de prestação de serviços? Desconcentração significa a distribuição de atividades dentro de um próprio núcleo, mesma pessoa jurídica, ou seja, no caso da prefeitura ela se subdivide em secretarias de acordo com a área de oferta de serviços, fazendo parte da administração direta (ALEXANDRINO; PAULO, 2017).

Hoje (2021), temos as seguintes Secretarias no município:

- Secretaria de Administração e Finanças
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Assistência Social
- Secretaria de Esporte e Juventude
- Secretaria de Cultura e Turismo

- Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio-Ambiente e Pesca
- Controladoria e Ouvidoria Geral
- Secretaria de Governo

Quadro 5 - Principais objetivos das secretarias municipais:

Secretaria	Atribuições
Secretaria de Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar e executar a política cultural no âmbito do município; • A gestão, o controle e a fiscalização do funcionamento de equipamentos turísticos e de hospedagem existentes no município; • Elaborar políticas de apoio e fomento ao turismo.
Secretaria de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar e controlar as audiências do Chefe do Poder Executivo; • Desempenhar as atividades de relações públicas, imprensa, comunicação social e divulgação; • Providenciar a sanção, promulgação e publicação de Leis e demais atos normativos.
Controladoria e Ouvidoria Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do controle interno de almoxarifados, patrimônio e consumo de combustível; • Zelar pela racionalização dos recursos financeiros, materiais, humanos e logísticos disponíveis ao Poder Executivo do Município de Icapuí.
Secretaria de Administração e Finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Exercer o controle sobre o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual; • Executar as atividades relativas a lançamentos de tributos e arrecadações de rendas municipais e fiscalização de contribuintes. • Zelar pela racionalização dos recursos financeiros disponíveis ao Poder Executivo do Município de Icapuí;
Secretaria de Educação	<ul style="list-style-type: none"> • A execução, supervisão e controle da ação do Município relativa a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, e Educação Especial; • A gestão, o controle e a fiscalização do funcionamento de estabelecimentos do ensino básico, nos termos da legislação vigente.
Secretaria de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e executar as políticas do Sistema Único de Saúde, incumbidas ao Município, conforme Plano Municipal de Saúde e normas do SUS; • Desenvolvimento das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas; • A vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.
Secretaria de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e executar as políticas do Sistema Único de Assistência Social, incumbidas ao Município; • Planejar, executar, supervisionar e acompanhar as atividades de caráter assistencial ao carente, sobretudo no que diz respeito ao menor, à mulher, ao

	<p>idoso, ao deficiente físico ou mental, ou a pessoas em estado de temporária vulnerabilidade social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar e acompanhar os programas concernentes a habitação popular.
Secretaria de Infraestrutura e Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projetos; • Construir e conservar as obras públicas municipais; • Proceder às licenças e a fiscalização das obras particulares; • Proceder à abertura de novas artérias e pavimentação de ruas e logradouros públicos.
Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio-Ambiente e Pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e coordenar as ações do Governo na área agrícola, incluindo o acompanhamento setorial dos Programas Especiais e atividades de irrigação e de piscicultura; • Promover o desenvolvimento das atividades agropecuárias dentro dos princípios de modernização dos métodos de produção, pesquisa e experimentação, difundindo as atividades técnicas de agricultura e pecuária.
Secretaria de Esporte e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Articular-se com os demais níveis de governo e entidades da iniciativa privada para o fomento das ações de desenvolvimento da juventude em consonância com o estatuto da juventude; • Planejar, coordenar e executar a política desportiva no âmbito do município.

Fonte: Quadro adaptado da Lei 064/2017 que trata da estrutura administrativa da PMI

Já o processo de descentralização consiste, na Administração Direta, em deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para outras personalidades jurídicas, outros núcleos, independentes hierarquicamente, mas sob controle e fiscalização dos serviços descentralizados pela administração direta. Fala-se então de administração indireta, que correspondem a criação de entidades, tais como fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. (ALEXANDRINO; PAULO, 2017)

Em nosso município foram constituídas autarquias, são elas:

- Serviço Autônomo de Água e Esgoto: responsável pelo abastecimento de água e tratamento do esgoto do município.
- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais: responsável pela administração dos recursos previdenciários dos servidores públicos do município.
- Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental: responsável pela fiscalização de atividades que depredam o meio ambiente, assim como licenciar e permitir aquelas que estão de acordos e

sem impactos ambientais

- Autarquia Municipal de Trânsito: responsável pela organização do trânsito dentro do município.

Vimos, assim, que o Estado possui a responsabilidade de garantir e ofertar os serviços básicos à sociedade no intuito de minimizar os conflitos existentes e assegurar o bem estar social.

Políticas Públicas e os Instrumentos de Planejamento

Vivemos em sociedade e pode-se dizer que essa convivência é bastante complexa. Para Maria Rua (2009, p.14) “sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados, que interagem continuamente, a fim de satisfazerem às suas necessidades”. Para ela, a principal característica da sociedade é a diferenciação social, pois cada indivíduo possui atributos diferenciados como idade, sexo, religião, renda, estado civil, escolaridade e outros que os tornam indivíduos com anseios, comportamento e necessidades diferentes.

Devido a essa diferenciação social a vida em sociedade pode gerar conflitos de interesses, e com o intuito de resolver possíveis conflitos e criar consensos em relação às regras e aos limites necessários ao bem-estar coletivo surge a política. Rua (2009, p.17) define política como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Política vai além do período eleitoral e das disputas de poder. Pode-se afirmar que política é todo um processo onde há a formulação de propostas e tomada de decisões em busca de garantir o bem-estar social. O resultado desse processo é o que chamamos de políticas públicas. Uma política pública deve ser elaborada a partir dos anseios da sociedade e para isso o Estado precisa conhecer e definir quais deles são prioridades.

Icapuí e seu processo de participação no ciclo orçamentário

O verdadeiro planejamento foi introduzido nas três esferas de governo a partir da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 165, que institucionalizou a integração

entre planejamento e orçamento por meio de alguns instrumentos legais, que compreendem um ciclo formado pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses devem estar vinculados ao planejamento de ações e passam pela tramitação e aprovação da Câmara de Vereadores.

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei orçamentária que define ações de governo para um período de quatro anos. Nele são evidenciados os programas de trabalho a serem implantados pelos gestores públicos durante esse período. Podemos citar como exemplo a Prefeitura de Icapuí pretender bonificar os cidadãos que mantêm o pagamento dos seus tributos em dias, mas para isso é necessário um programa que deve ser previsto nesta lei.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), como o nome diz, é uma lei que estabelece as metas e as prioridades do governo para cada exercício e as regras a serem observadas na elaboração e na execução do orçamento anual. Tomando como exemplo o programa citado anteriormente, esta lei deverá tomar este programa como prioridade para determinado exercício.

Já a Lei Orçamentária Anual (LOA) apresentará a estimativa das receitas que o governo espera dispor e fixar as despesas que serão realizadas para realização dos programas tomados como prioridades na LDO.

Veja abaixo um quadro que apresenta algumas informações importantes sobre cada uma dessas leis:

Quadro 6 - Cronograma de prazos

Situação/Instrumento	PPA	LDO	LOA
Vigência	Do 2º Ano de Mandato atual ao 1º do Mandato subsequente	1 ano	1 ano
Envio a Câmara Municipal	Até 31/08 do primeiro ano de mandato	Até 15/04	Até 30/09
Devolução a Prefeitura	Até 15/12	Até 30/06	01/12

Fonte: Lei Orgânica Municipal e CF 88

Resumindo temos:

- **Plano Plurianual (PPA)** – Define as diretrizes, objetivos e metas da

administração pública relativo aos programas de médio e longo prazo.

- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** – Compreende as metas e prioridades para o orçamento do ano seguinte. A LDO é baseada no PPA e orienta a LOA.
- **Lei Orçamentária Anual (LOA)** – Consiste no orçamento propriamente dito. Discrimina a previsão das receitas e fixação das despesas do Governo.

Vejam os abaixo a evolução do Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Icapuí (PMI) nos últimos três anos:

Quadro 7 - Orçamento anual PMI

2018	84.000.000,00
2019	91.282.091,85
2020	99.853.732,43

Fonte: Governo Municipal de Icapuí.

Para o planejamento tornar-se efetivo aconselha-se que a sociedade organizada, acompanhada pelo Poder Executivo e Poder Legislativo municipais, formulem planos em conjunto que passem a ser do conhecimento de todos.

A participação do povo nas decisões políticas é essencial para que de fato seus direitos sejam garantidos. Ela não pode ser instrumento para alguns privilegiados, ela deve ser uma oportunidade efetiva, acessível a todas as pessoas. Com esse olhar a Prefeitura Municipal de Icapuí, ao longo de suas gestões municipais pensaram mecanismos que garantissem a participação popular nos instrumentos de planejamento. A participação da população nas questões orçamentárias estará desenvolvendo o mais belo numa administração pública, que é proporcionar que o próprio cidadão defina, decida para onde ele quer que os recursos sejam destinados.

Icapuí, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) asseverar uma ação planejada e transparente da Administração Pública por meio da participação da sociedade e pela divulgação que deve ser dada a todas as ações relacionadas à arrecadação de receitas e à realização de despesas, já havia entendido a importância da gestão participativa e da transparência na utilização dos recursos públicos, sendo o pioneiro no Nordeste a implantar o orçamento participativo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, (...) § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. (BRASIL, 2000).

Mas o que é Orçamento Participativo, também chamado de OP? O Orçamento Participativo é um importante espaço de debate e definição dos destinos da cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do Orçamento da Prefeitura. As prioridades podem ser escolhidas nas mais diversas áreas, como, educação, saúde, moradia, infraestrutura, lazer, esporte e cultura.

No final de 1997 o OP foi aprovado pela Câmara de Vereadores, porém o processo de implementação só teve início em 1998 com o slogan "*ÔPA! Participar é decidir!*" (LOTTA, 2003). Esse instrumento passou a ser um modo de gestão democrática no qual não há um modelo pronto, no sentido estrito da palavra. O projeto de Icapuí obedecia a um processo metodológico que tinha como referência o modelo utilizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pioneiro no Brasil.

As 34 comunidades foram divididas em sete regiões, a divisão foi feita de acordo com a área, quantidade de comunidades e afinidade entre elas. O ciclo obedecia, basicamente, quatro etapas: Mobilização Comunitária, Plenárias Comunitárias, Plenárias Regionais e Congresso Municipal do Orçamento Participativo.

O Programa "*Dia Feliz - Brincando Sério de Cidadania*" deu início ao processo de participação infanto-juvenil. Através de atividades lúdicas as crianças indicavam suas prioridades para a comunidade e escola. O Programa acontecia nas sete escolas municipais de Ensino Fundamental do município e uma escola estadual de Ensino Médio. Dele resultou a "*Plenária da Juventude*".

Em 2003, o OP foi interrompido. A metodologia foi repensada, mas não impediu o fim desse importante instrumento de participação⁵⁶. O processo de democratização do orçamento municipal torna possível priorizar políticas públicas que realmente atendam a população, permitindo o exercício da cidadania e corresponsáveis na gestão dos recursos públicos.

⁵⁶Para ler mais sobre esse tema, ver nesta edição o texto "A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM ICAPUÍ/CE", de Ana Paula da Silva Lima.

Receitas e Despesas Públicas

Vimos que o Estado deve garantir ao cidadão brasileiro acesso à saúde, a educação, segurança pública, habitação, dentre outros direitos. Mas para a oferta desses serviços públicos é necessário dinheiro, denominado de receitas públicas. Já os gastos realizados para garantir os direitos coletivos denominamos de despesas públicas.

Vejam os exemplos: para um aluno do ensino fundamental que mora longe da sua escola ir assistir aula, é necessário um transporte escolar, que necessita de combustível e de um motorista. Assim, podemos ver que a aquisição do transporte, o combustível para o ônibus funcionar e o salário do motorista gera uma despesa para a Prefeitura. Falamos então de despesa pública. Mas para conseguir pagar essas despesas é necessário dinheiro, que chamamos de receita pública, que geralmente é realizada através de tributos.

Os tributos pagos pelos cidadãos tais como o IPTU da sua casa e o IPVA do seu veículo, a Contribuição de Iluminação Pública inclusa na conta de energia, são fontes de receitas para o Estado. Além dos tributos, os governos podem contratar empréstimos, assim como receber transferência de outras instâncias governamentais. O município de Icapuí recebe transferências de recursos do Governo do Estado do Ceará e do Governo Federal, assim como pode contratar junto com algum banco um empréstimo para fazer investimento.

As receitas públicas do Município de Icapuí

O município de Icapuí possui um grande potencial de arrecadação de receitas. O quadro a seguir demonstra o quanto entrou de dinheiro nos cofres públicos da cidade nos últimos três anos:

Quadro 8 – Arrecadação de receitas do município de Icapuí

Ano	Valor
2017	R\$ 76.832.551,00
2018	R\$ 83.533.775,00
2019	R\$ 79.243.806,00

Fonte: Governo Municipal de Icapuí.

Pelo visto, houve um aumento de 8,72% em 2018 e uma queda de 5,13% em 2019. Vamos levar em consideração o ano de 2019 que o município arrecadou R\$ 79.243.806,00. O quadro a seguir demonstra de onde veio os principais recursos que entrou no município:

Tabela 5 – Receitas Municipais

Receita	Valor
Tributos Municipais (ISS, IPTU, ITBI, Contribuição de Iluminação Pública, Taxas, multas, dívida ativa)	R\$ 3.525.968,84
Royalties	R\$ 8.329.349,22
Fundo de Participação dos Municípios- FPM	R\$ 16.125.781,84
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB	R\$ 12.217.405,02
Outros repasses Federais e Estaduais	R\$ 39.045.301,08

Fonte: Adaptado Governo Municipal de Icapuí

Pela tabela, podemos enfatizar as receitas oriundas do FPM- Fundo de Participação dos Municípios, Royalties, ISS- Imposto Sobre Serviços, IPTU- Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, CIP- Contribuição de Iluminação Pública- CIP e o ITBI- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis *Inter vivos*.

Os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são recursos financeiros da União administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional que são transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios. Os valores relativos ao FPM devem ser creditados a cada dez dias (decêndio) aos Municípios, até os dias 10, 20 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta aberta com essa finalidade no Banco do Brasil. O repasse do FPM é uma alíquota da arrecadação do IR (Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza) mais IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados). O montante transferido a cada decêndio é diretamente proporcional ao desempenho da arrecadação líquida desses impostos no decêndio anterior. Os percentuais individuais de participação dos Municípios são calculados e publicados anualmente pelo TCU (Tribunal de Contas da União) até o dia 31 de outubro com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações estas compostas da população de cada Município e da renda per capita de cada Estado (BRASIL, 2018)

Royalties é uma palavra de origem inglesa, vem de 'Royal', que significa aquilo que pertence ao Rei. Refere-se a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização (ROYALTY, 2019).

No caso do nosso município os royalties são recebidos devido a exploração de recursos naturais, mais especificamente a extração de petróleo. São cobrados das concessionárias que exploram a matéria-prima, como forma de compensação financeira por eventuais danos ambientais que podem ser causados no processo de exploração. O valor arrecadado fica com o poder público. Segundo a atual legislação brasileira, estados e municípios produtores – além da União – têm direito à maioria absoluta dos royalties do petróleo. A divisão atual é de 40% para a União, 22,5% para estados e 30% para os municípios produtores. Os 7,5% restantes são distribuídos para todos os municípios e estados da federação.

O Imposto Sobre Serviço (ISS) corresponde a uma espécie de tributos diretamente ligada ao fato que o gera, isto é, a sua situação de incidência é quando há a prestação específica de serviços dentro do município. Podemos tomar como exemplo as empresas de perfuração de poços que existem em nosso município. Elas prestam os serviços de perfuração de poços à Petrobrás e pagam o ISS à prefeitura. Essas empresas contratadas pela Petrobras são responsáveis por, aproximadamente, 50% do valor do ISS que entra no município. (CTM, 2016)

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) é um tributo cuja arrecadação é de competência do município e sua cobrança é dada em virtude da existência de terrenos e casas em territórios da cidade. Ou seja, se alguém possuir uma casa ou um terreno em Icapuí, será realizada a cobrança do IPTU (CTM, 2016)

A Contribuição de Iluminação Pública é um tributo municipal, pago pelos usuários da energia elétrica e beneficiados pela iluminação nas ruas e praças públicas. A Fornecedora de Energia Elétrica, que no caso de nossa cidade é a Enel, cobra essa contribuição junto à fatura de energia e repassa aos cofres públicos do município (CTM, 2016)

Já o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) corresponde a um imposto devido ao município quando se transfere a propriedade de um terreno ou casa dentro da cidade, de forma onerosa e entre pessoas vivas (CTM, 2016).

As despesas do município de Icapuí

Chamamos de Despesa Pública a forma com que o dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes é aplicado para custear os serviços públicos prestados à sociedade, manter a máquina administrativa ou para a realização de investimentos no Município.

As despesas públicas, como já vimos, precisam ser previstas no orçamento e, de acordo com a Lei 4.320/64, elas são divididas em:

- Despesas Correntes, que correspondem as despesas de custeio, manutenção dos serviços;
- Despesas de Capital, que inclui os investimentos em obras e aquisição de equipamentos e material permanente.

No quadro a seguir, veremos como foram distribuídas as despesas do município no ano de 2019 por função (área).

Quadro 9 - Demonstrativos das despesas por função ano: 2019

Função	Realizado (liquidado)
Reserva de Contingência	-
Trabalho	30.000,00
Comércio e Serviços	523.135,32
Desporto e Lazer	809.762,90
Cultura	1.400.251,54
Agricultura	1.429.650,85
Transporte	1.617.607,96
Encargos Sociais	2.001.268,32
Assistência Social	2.355.812,95
Legislativa	2.482.014,68
Saneamento	2.994.466,15
Gestão Ambiental	4.310.754,83
Previdência Social	7.105.395,20
Administração	7.773.881,86
Urbanismo	11.609.120,56
Saúde	16.796.573,23
Educação	22.034.415,97
Total geral da despesa	85.274.112,32

Fonte: Governo Municipal de Icapuí.

É possível observar no quadro acima, de formas simples, que o montante maior de gastos realizados é na área da Educação e, logo após, na Saúde. Para

podermos fazer uma avaliação mais detalhada da eficiência com que foi aplicado os recursos, é preciso entender que os gastos de um governo são a soma dos custos operacionais (pessoal, manutenção) mais o investimento realizado. Em outras palavras, olhar apenas o montante de dinheiro que um governo emprega em seus serviços públicos diz muito pouco. Por outro lado, serve, pelo menos, de indício comparativo.

É importante saber que o município possui algumas obrigações legais de gastos mínimos previstos na Constituição Federal. O percentual mínimo de gastos é calculado em cima da arrecadação municipal. São eles:

- 25% com Educação;
- 15% com Saúde.

Além das obrigações constitucionais percebe-se que houve uma preocupação em diferentes épocas, por diferentes gestores na efetivação de Políticas Públicas municipais com a criação dos Fundos Municipais específicos e seus respectivos Conselhos de controle e acompanhamento dos recursos e das ações realizadas, adotando um percentual, na pretensão de regular os gastos. Entre eles podemos destacar:

- Fundo Municipal de Cultura, que estabelece 2% (dois por cento) da arrecadação municipal;
- FUNDEMA (Fundo de Defesa do Meio Ambiente) previsto no Art. 3º da Lei 543/2010, que determina transferências entre 0,5% (meio por cento) e 1% (um por cento) sobre o FPM;
- Fundo Municipal de Esporte de Icapuí (FMEI) em seu Art. 2º, VIII, a Lei 591/2013 coloca como receitas do fundo a transferência da parcela de 0,5% (meio por cento) da arrecadação após deduzido os descontos para o FUNDEB e para as Ações e Serviços Públicos de Saúde. Mesmo facilitando a transparência, deve-se ter a compreensão que a eficiência das despesas públicas depende de uma série de fatores, nas quais julgamos mais importante o Planejamento e o Controle Social.

Prestações de Contas, Transparência e Controle Social

Todas as receitas e despesas de uma organização pública devem ser publicitadas, isto é, deve ser esclarecido à população, e aos órgãos de fiscalização e

controle para onde foi o dinheiro que entrou. Este processo é denominado de Prestação de Contas. Hoje, no município de Icapuí, temos diversos conselhos, assim como órgão de controle externo (a Câmara de Vereadores com o auxílio do Tribunal de Contas do Ceará), a qual essas contas são prestadas.

Os principais conselhos são: Conselho de Saúde, Conselho da Educação, Conselho de Assistência Social, Conselhos da Merenda Escolar, dentre outros. Todos esses conselhos são formados por munícipes representantes de usuários dos serviços, por profissionais, servidores públicos e representantes de entidades civis. Eles são responsáveis por apreciação das prestações de contas e aprovação.

A Lei Complementar nº 131/2009 (BRASIL, 2009) introduziu significativas alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. [...] Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

O grande desafio desta lei para a administração pública é assegurar o pleno conhecimento das finanças públicas, fazendo com que as informações estejam dispostas ao cidadão. Os municípios com menos de 50 mil habitantes são os mais desafiados pela lei, e devem publicar as informações quanto as despesas e receitas públicas em tempo real em seus sítios na internet. A obrigatoriedade se deu a partir de maio de 2013 (FIGUEIREDO, 2013).

Outra ação importante no sentido de dispor as informações do órgão público foi a Lei 12.527/2011 (BRASIL, 2011), que regula o Acesso à Informação com o objetivo principal de efetivar o direito previsto na Constituição de que “todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos, além de informações do seu interesse pessoal, aqueles de interesse coletivo” (MATIAS-PEREIRA, 2014, p. 156). A lei permite grande fortalecimento dos instrumentos de controle da gestão pública, maior participação popular e controle social. Antes da sua aprovação, existia uma legislação dispersa, de forma parcial, inserida em outras leis, que tratavam do direito

ao acesso.

Dessa forma, vale salientar a importância que a legislação brasileira traz para a transparência dos atos públicos para efetivar a participação da coletividade nas decisões tomadas pelos gestores, atribuindo a ela o papel de fiscalização, construção, criticidade e controle. Em uma análise feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE) quanto a transparência das informações no sítio eletrônico do município, a cidade de Icapuí apresentou as seguintes notas, em uma escala de 0 a 10, nos anos de 2016, 2017 e 2018:

Quadro 10 - Notas da transparência do município

ANO	INSTITUIÇÃO	NOTA
2016	Prefeitura	0,00
	Câmara	Não houve
2017	Prefeitura	9,25
	Câmara	9,50
2018	Prefeitura	9,25
	Câmara	8,75

Fonte: TCE-CE

Nota-se a evolução da Prefeitura quanto ao cumprimento da Lei de Transparência. Já na Câmara municipal houve declínio quanto ao atendimento à lei. Vale lembrar que a cidade de Icapuí foi destaque há algum tempo, nos anos de 1990, quando se colocavam as prestações de contas desenhadas em paredes e muros dos prédios públicos.

Quando falamos em Transparência e Prestação de Contas chegamos ao assunto Controle Social. Mas o que significa? Em uma cartilha de orientação para a participação dos cidadãos na gestão pública elaborada pela Controladoria Geral da União-CGU (2012, p.09), Controle Social pode ser entendido como “a participação do cidadão na gestão pública, um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.” Observa-se assim a importância de a sociedade fiscalizar, monitorar, controlar, influenciar e contestar as ações dos atos do administrador público, tonando o controle cidadão um forte mecanismo de combate à corrupção.

Como citado anteriormente, esse controle é exercido pelo próprio cidadão, de forma individual ou de forma coletiva, através de conselhos e associações. Ele é

responsável por acompanhar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público, seja na cidade, no estado ou na União.

PROGRAMAS E PROJETOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, CE

*Alberto Cândido Dionísio
Carlos Alberto Pereira
Luana Rebouças Pinto*

As Políticas Públicas são essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs e desenvolvimento do município, elas podem ser pensadas e realizadas de forma autônoma, mas podem ser executadas em parcerias com outros entes da federação e instituições, autarquias, órgãos, sociedade civil organizada, enquanto controle social etc.

Entendemos como Políticas Públicas um conjunto de interações, relacionadas à distribuição do poder, nas relações sociais, atravessando diversas instituições e segmentos da sociedade. As políticas públicas favorecerem a garantia de direitos humanos de forma significativas para grandes parcelas populacionais, sejam crianças e adolescentes, jovens, adultos, idosos, negros, populações de pescadores e marisqueiras, estudantes.

As Políticas Públicas dialogam, ou devem dialogar, com a realidade sócio política na qual estão inseridas, envolvem diversos atores sociais e estão relacionadas à educação, à saúde, aos direitos humanos, à assistência social, à economia, à zona rural, às mulheres, aos idosos, à criança e ao adolescente, às juventudes, ao meio ambiente e a tantos outros temas e direitos.

Seguem algumas dessas políticas presentes no município de Icapuí.

Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e Adolescente – PETECA

O PETECA é desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho no Ceará, em parceria com as Secretarias Estadual e Municipais de Educação, com a participação dos demais órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Consiste num conjunto de ações de conscientização e sensibilização na comunidade escolar e da sociedade em geral sobre os direitos da criança e do adolescente com foco na erradicação do trabalho infantil e na proteção ao adolescente trabalhador.

A execução do PETECA acontece prioritariamente nas Escolas de Ensino Fundamental, na prevenção e combate ao Trabalho Infantil. Através do Prêmio Peteca promove-se a produção trabalhos literários, artísticos e culturais produzidos pelos alunos das escolas municipais.

Comitê Municipal de Adolescentes pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – COMAPETI

O COMAPETI é um colegiado formado por adolescentes engajados na luta contra o trabalho infantil e pelos direitos da criança e do adolescente no município. É um colegiado que resulta das ações e reivindicação das crianças e adolescente participantes do PETECA.

A formação dos comitês de adolescentes ocorre durante os encontros municipais de adolescentes pela prevenção e erradicação do trabalho infantil. São colegiados formados por adolescentes engajados na luta contra o trabalho infantil e pelos direitos da criança e do adolescente do respectivo município.

Programa Agrinho

O Agrinho é um programa educativo, transformador e motivador de mudanças de hábitos e atitudes, que prioriza a criança, transformando-a, pela educação, em agente de melhoria das condições sociais e econômicas das famílias e da comunidade onde vivem. Entre seus objetivos está proporcionar mudanças de hábitos e de atitudes quanto à preservação ambiental, à saúde, à educação e à cidadania, mediante uma ação conjunta escola-comunidade rural, visando formar cidadãos empenhados na defesa das questões de interesse do seu meio de convivência. É desenvolvido nas escolas rurais do município em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Ceará – SENAR/CE.

Programa Saúde na Escola

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem

para promover saúde e educação integral. Trata-se de uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. O PSE tem ações desenvolvidas em todos os Centros de Educação Infantil e Escolas do município, incluindo a escola estadual.

Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA é uma nova forma de protagonismo em relação às questões ambientais na escola, com participação de estudantes, professores, funcionários, gestores, comunidade. Tem nas crianças e adolescentes seu público-alvo. O principal papel da COM-VIDA é contribuir para um dia a dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade. Assume a tarefa de debater e buscar respostas para os problemas socioambientais existentes na escola e no território onde ela está inserida, ou seja, vai além dos muros da escola em busca uma melhoria na qualidade de vida. Ela vai além dos temas ambientais, atua também em temas relevantes ao contexto escolar, como a violência, o respeito a diversidade e aos direitos humanos, a acessibilidade e cooperativismo.

Essa Comissão realiza também a Oficina de Futuro, vivência que oferece uma proposta metodológica apresentada às escolas por ocasião do planejamento e realização da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, realizada a cada dois anos. Na conferência cada escola, a partir da proposta apresentada e constituída pela COM-VIDA, constrói junto com a comunidade escolar (pais, professores, alunos, grêmio, conselho, funcionários, organizações) um plano de ações de projetos coletivos, ou seja, após esse processo cada escola terá construído, assim, a sua agenda 21⁵⁷.

Esporte Educacional

⁵⁷A Agenda 21 Global é um programa de ação que 179 países assumiram para cuidar do planeta. Ela tem 40 capítulos, que mexem com tudo, do ar ao mar, da floresta aos desertos; propõe estabelecer uma nova relação entre países ricos e pobres. Na Agenda 21, como em qualquer agenda, estão marcados os compromissos da humanidade com o Século XXI, para garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando o ser humano e o seu ambiente. Além desse compromisso global, os países participantes da Conferência Rio-92 decidiram criar Agendas 21 nacionais e propor que todos os municípios, bairros e comunidades realizassem Agendas 21 Locais.

O município de Icapuí deu passos importantes, em relação ao desenvolvimento do esporte e, em sua história, a preocupação educação, esporte e cultura, no entanto permanecem grandes dificuldades para a municipalidade icapuiense avançar no apoio ao desenvolvimento das atividades desportivas, isto face às vulnerabilidades sociais das crianças e adolescentes. São desafios, tais como o trabalho infantil, a evasão escolar, a repetência, drogas, gravidez precoce, entre outras violações de direitos que limitam as expectativas em relação ao presente e ao futuro.

Diante dos desafios, entendemos que a prática esportiva deve promover valores, hábitos e atitudes possíveis de serem formados. Seguimos a linha do esporte educacional, criando metodologias em o esporte possa ser usufruído como um bem cultural, tanto sob o gosto pessoal como pela busca da maximização do rendimento. Nesse sentido, a prática esportiva vem sendo incrementada no município com base na realização de escolinhas esportivas em diversas comunidades e na implementação de um calendário anual de eventos esportivos já tradicionais em nossa cidade. Neste calendário podemos destacar as escolinhas esportivas de futsal, vôlei de praia, tênis de mesa e handebol (masculino e feminino) e os Jogos Escolares Municipais que movimentam espaços esportivos, praças e parques.

O tocante ao esporte educacional este tem como principal objetivo, democratizar a prática esportiva, levando o praticante ao desenvolvimento pleno da cidadania. A preocupação é evitar a competição exagerada e qualquer forma de exclusão. Deve, antes de tudo, firmar seus objetivos educacionais, levando em consideração os princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia.

Os projetos desenvolvidos pelo poder público são: Programa Esporte Lazer da Cidade e Esporte, Educação e Cidadania, cujas ações priorizam o desenvolvimento de práticas esportivas sistemáticas e democraticamente abrangentes. O foco é, aos poucos, transformar as atividades meramente eventuais, auxiliares e ou recreativas em atividades que possam ser compreendidas como processo de construção de conhecimento e transformação da realidade.

O projeto Esporte, Educação e Cidadania traz como marcas na sua construção: a horizontalidade, abrangendo e envolvendo, em núcleos, todas as comunidades do município; e a polifonia, que faz ressoar nele as vozes de todos os

professores de Educação Física, lideranças esportivas, coordenadores pedagógicos das escolas do município, envolvidos no projeto desde o início de sua construção.

Esses projetos expressam, portanto, o conjunto de esforços de professores, pedagogos, técnicos da SEME e desportistas, na construção de um documento orientador para os núcleos que abrangem o universo de comunidades de Icapuí. Durante o período de construção do referido projeto foram realizadas inúmeras reuniões técnicas e encontros com o objetivo de favorecer a participação de todos. Por isso, guarda coerência com a realidade das comunidades e aponta estratégias para nortear o trabalho de professores e agentes esportivos e garantir a apropriação do conhecimento pelas crianças, adolescentes e jovens participantes.

O município dispõe de dois ginásios poliesportivos cobertos comunitários, cinco quadras esportivas cobertas em escolas, uma quadra escolar coberta, em fase de construção, duas quadras escolares descobertas, sete quadras comunitárias descobertas, dez campos de futebol, trinta minicampos, um estádio de futebol, além de espaços naturais para a prática de esportes como os sessenta e quatro quilômetros de praias.

Diante da escassez de recursos da PMI que precisam ser carreados para a manutenção de políticas públicas prioritárias, especialmente para a educação, saúde e assistência social, torna-se necessário a parceria de instituições financiadoras do projeto. Para ampliar o leque de opções aos participantes do projeto, além das escolas municipais, da escola estadual e das comunidades organizadas no município outros parceiros fundamentais são incorporados tais como: Associação Icapuiense de Taekwondo - AIT, Kite Manson clube, para a prática do *kite surf*, Academia Alternativa para natação e jiu jitsu, Associação Cearense de Windsurf e Associação Abadá de Capoeira.

Esperamos assim, respaldado pelos princípios de democracia e transparência da administração pública de Icapuí, termos em breve, nas nossas escolas e comunidades, crianças, adolescentes e jovens mais conscientes e participativos e uma vida esportiva mais dinâmica nas comunidades, promovendo a integração da escola com a comunidade garantindo um desenvolvimento pleno e sadio das nossas crianças e jovens.

Semana do Meio Ambiente

Realizada desde o ano de 2001, pela PMI e seus parceiros, promove ações de vertente ambiental e social, alusiva às comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 05 de junho, em todo o país. São escolhidas temáticas no âmbito do desenvolvimento sustentável, principalmente que estejam em destaque tanto a nível local quanto a nível nacional, e que servem como base para aplicação de políticas públicas para o nosso município. Na sua programação proporciona atividades de educação ambiental à população do município, voltadas à preservação e conservação do meio ambiente e a mudança de atitude.

Mostra Ambiental do Peixe Boi Marinho

Realizada desde 2018 pela Prefeitura de Icapuí, AQUASIS e outros parceiros, propõe um edital para os estudantes, com atividades promovendo o intercâmbio artístico, cultural e científico no âmbito escolar, comunitário e social, ressaltando a importância da preservação e cuidado do ambiente marinho para sobrevivência do peixe-boi e de outras espécies. O Dia Municipal do Peixe-boi-marinho é comemorado no dia 10 de outubro, instituído através da Lei Municipal Nº 655/2015, de 15 de julho de 2015 e regulamentada através do Decreto Municipal Nº 018/2019, de 12 de setembro de 2019.

Festival das Aves Migratórias - Banco dos cajuais

Realizado desde 2019, pela Prefeitura de Icapuí, AQUASIS e outros parceiros, objetiva a difusão da ciência e a participação social, promovendo o envolvimento da comunidade para conhecer e discutir a respeito das aves migratórias, principalmente as ameaçadas de extinção, e a preservação ambiental. Promove toda uma programação com a oportunidade de entremear os saberes tradicionais e acadêmicos, gerando um sentido de pertencimento e tornando-se um evento cultural de orgulho local, além de estimular nos participantes o encanto pelos estudos em conservação. Com a realização do evento, é esperada a geração de renda, no município, com a contratação de serviços e compra de produtos pela organização e participantes, o que incrementa a economia local prezando-se pela sustentabilidade.

Sala Verde Canoa Veloz

Projeto que, além de disponibilizar e democratizar a informação ambiental, busca maximizar as possibilidades dos materiais disponíveis no CID Ambiental, colaborando para a construção de um espaço que ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. A Sala Verde segue uma pauta de atuação permeada por ações educacionais dispostas no seu projeto político pedagógico, através de atividades diversas de Educação Ambiental como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões e campanhas. Busca cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental municipal, que caminhem em direção à sustentabilidade.

Festa Anual das Árvores

Em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA) são realizadas diversas ações de educação ambiental com o objetivo de conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância das árvores para o equilíbrio da vida no planeta. Em cada ano é escolhido um tema para direcionar os trabalhos da Festa Anual das Árvores. Para participar oficialmente, os municípios devem enviar para a SEMA/COEAS seus Planos de Trabalho, contendo informações detalhadas sobre as atividades da campanha no município. Dessa forma, é possível receber apoio com técnicos, materiais educativos, mudas de árvores, camisas, bonés e outros brindes específicos, além da divulgação pela SEMA nos meios de comunicação.

Semana Estadual de Preservação dos Manguezais

A semana estadual de proteção aos manguezais foi instituída através da lei nº 16.996/2019, tem suas atividades realizadas na semana que compreende o dia 26 de julho de cada ano, data escolhida para marcar o dia de proteção aos manguezais em todo o mundo. Entre os 21 municípios do estado do Ceará, o município de Icapuí é um dos que possui significativa reserva de manguezal, compreendida por um dos

ecossistemas mais produtivos que existem, sendo indispensável para o desenvolvimento de espécies marinhas, de preservação da faixa costeira e do fornecimento de bens e serviços ambientais que sustentam diversas atividades econômicas. Por isso, Icapuí compõe um grupo de trabalho para a elaboração de atividades alusivas a Semana, em parceria com o Eco Museu Natural do Mangue e, em consonância com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e respectivos municípios. Em 2020 foi realizado um Seminário Virtual com discussões sobre pesquisas, reflorestamento e educação ambiental, com transmissão da TV Assembleia e pelo rádio.

PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE E CONSELHOS MUNICIPAIS EM ICAPUÍ

Brena Jéssica da Silva Damasceno

Maria Aparecida de Alcântara

Luana Rebouças Pinto

A Assistência social é uma das obrigações dos governos federais, estaduais e municipais que exigem grande atenção do Estado. Para facilitar a organização e acompanhamento de atividades de cunho social foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é responsável pela gestão descentralizada de todos os serviços socioassistenciais do Brasil. Sua responsabilidade é interligar e utilizar os esforços e recursos destes três níveis de governo, utilizados para financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Com o objetivo de garantir o direito à proteção social para todos os indivíduos, bem como a qualidade das ações executadas através da política de Assistência Social, foram criados os serviços, programas, projetos e benefícios que são ofertados em todo o território nacional, conforme o nível de proteção social que se enquadra ao usuário, podendo ser básica ou especial. No caso de Icapuí, fazemos parte da proteção básica.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

O CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Tem como missão ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. E oferta ainda o serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária. São atendidos famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar

devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos. São 87 famílias cadastradas.

Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

O CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Conhecendo o território, a equipe do CRAS pode apoiar ações comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, atuando junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros. O CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. São atendidos famílias e indivíduos em situação grave desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. No total são 3.500 famílias referenciadas.

Programa Bolsa Família - PSF

O PSF É um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda;

acesso a direitos; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos. O Programa atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Totalizam 3.166 famílias cadastradas.

Programa Cadastro Único - PCU

O PCU é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Para se inscrever no Cadastro Único, é preciso que uma pessoa da família se responsabilize por prestar as informações de todos os membros da família para o entrevistador. Essa pessoa - chamada de Responsável pela Unidade Familiar (RF) - deve ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher. São 5.091 famílias cadastradas.

Programa de Atenção a Primeira Infância / Criança Feliz

O programa Criança Feliz, tem como ponto central a visita semanal de técnicos às casas das famílias de baixa renda para acompanhar e estimular o desenvolvimento das crianças até os 3 anos de idade. Com o estímulo correto, o governo espera preparar essa geração para vencer a pobreza. O público-alvo é formado por gestantes e crianças de 0 a 3 anos de idade beneficiárias do Bolsa Família, e até os 6 anos aquelas crianças com algum tipo de deficiência e que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ainda são acompanhadas as

crianças de até 6 anos que estão afastadas do convívio familiar em função de medidas protetivas. São 200 famílias atendidas por esse Programa.

Benefício de Prestação Continuada

O Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Isso é feito por meio de ações intersetoriais com a participação da União, estados, municípios e do Distrito Federal. É uma iniciativa interministerial, que envolve os ministérios da Cidadania, da Educação, da Saúde e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Entre os principais objetivos estão a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de Assistência Social, de Educação, de Saúde e de Direitos Humanos. Para identificar essas barreiras, são aplicados questionários aos beneficiários durante visitas domiciliares. Posteriormente, é realizado o acompanhamento dos beneficiários e de suas famílias pelos técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e das ações intersetoriais desenvolvidas pelos grupos gestores locais do Programa. São 200 famílias atendidas.

Sistema Municipal de Saúde

O Sistema Municipal de Saúde de Icapuí dispõe de capacidade instalada para realização de serviços básicos e especializados em saúde. Está organizado, da seguinte forma, para atender às necessidades de saúde da população própria e referenciada:

Atenção Primária à Saúde

- Estratégia Saúde da Família
- Equipes de Saúde Bucal
- Programa Agentes Comunitários de Saúde
- Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- Residência Integrada em Saúde – ESP-CE.

Atenção Especializada

- Assistência Ambulatorial - CAPS, CEREST, CEO, Pediatria e Policlínica

- Assistência de Urgência e Emergência: Hospital Municipal Maria Idalina Rodrigues de Medeiros, SAMU e Hospital Santa Luísa de Marilac
- Assistência Hospitalar: Hospital Municipal Maria Idalina Rodrigues de Medeiros, Hospital Santa Luísa de Marilac e Hospital Municipal de Aracati Dr. Eduardo Dias
- Atenção à Saúde Mental - CAPS I
- Atenção à Saúde do Trabalhador - CEREST Regional
- Assistência Farmacêutica - CAF, Farmácia Popular e Farmácias básicas nas unidades básicas de saúde
- Vigilância em Saúde: Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental

Atenção primária à saúde

As ações de saúde na atenção primária são realizadas através da Estratégia Saúde da Família, que conta atualmente com nove Equipes de Saúde da Família (ESF), nove Equipes de Saúde Bucal (ESB) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), atualmente com 35 agentes comunitários de saúde (ACS). Estão distribuídos nas oito Unidades de Atenção Primária à Saúde, localizadas em divisões e distritos sanitários do município, que são: Peixe Gordo, Morro Pintado, Salgadinho, Morro Alto, Mutamba, Barreiras, Redonda e CVTP, que também conta com alguns pontos de apoio para atendimentos em comunidades distantes, como Gravier, Retiro Grande, Peroba e Ponta Grossa.

A Estratégia Saúde da Família também dispõe de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que conta com uma equipe multiprofissional, composta por fisioterapeuta, nutricionista, fonoaudióloga, pediatra, psicóloga, profissional de educação física e assistente social para atendimento à população e para realizar matriciamento com as equipes de saúde da família.

Também são mantidas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação através do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Também há parceria com a Escola de Saúde Pública do Ceará, através da Residência Multiprofissional em Saúde, que busca promover a educação em saúde e a formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, se busca ativar e capacitar lideranças técnicas, científicas e políticas por

meio da interiorização da Educação Permanente Interprofissional, na perspectiva de contribuir para a consolidação da carreira na saúde pública e para o fortalecimento do SUS.

Assistência ambulatorial especializada

As consultas especializadas com médico pediatra são realizadas semanalmente e acontecem através de agendamentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde da Família.

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) atua na identificação, diagnóstico, prevenção, orientação e encaminhamento das questões relativas à saúde do trabalhador. Sua atuação é regional, abrangendo as Regiões de Aracati, Russas e Limoeiro do Norte, atendendo, assim, a 21 municípios.

O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) possui atuação regional e é gerenciado por um consórcio público de saúde o qual Icapuí faz parte, e realiza ações ambulatoriais em sete especialidades: cirurgia buco-maxilo-facial, endodontia, prótese, DTM, periodontia, pacientes com necessidades especiais e radiologia.

A Policlínica também possui ação regional e gerenciada por consórcio conforme o CEO. Nesta unidade são atendidas as seguintes especialidades médicas: cardiologia, clínica médica, cirurgia, gastroenterologia, ginecologia/obstetrícia, mastologia, urologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologista, nutricionista e fisioterapeuta.

O município ainda dispõe de um CAPS I para acompanhamento de pacientes com transtornos psíquicos e mentais.

Rede de apoio

No município de Icapuí, a assistência hospitalar é realizada pelo Hospital Municipal Maria Idalina Rodrigues de Medeiros e pelo Hospital de referência Dr. Eduardo Dias (atendimento de urgência e emergência geral) de natureza pública municipal, e pelo Hospital Santa Luiza de Marilac (atendimento de urgência e emergência em pediatria e gineco-obstetrícia), de natureza filantrópica com serviços hospitalares e ambulatoriais conveniados com o Sistema Único de Saúde.

O Sistema de Saúde de Icapuí conta com serviços implantados de atenção primária e secundária. A atenção primária é prestada, em sua maioria, pelas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) que, dentro do modelo assistencial vigente no município, constituem a porta de entrada do usuário ao sistema, viabilizando o acesso para os níveis de atenção secundária e terciária.

A Central de regulação opera hoje três sistemas informatizados. O SISREG é para agendamento de consultas e procedimentos na Policlínica Regional, e a CRESUS para agendamento de consultas e procedimentos pactuados na Programação Pactuada e Integrada (PPI). Para regulação nos três hospitais utilizamos o UNISUS.

Conselhos de Políticas Públicas e Controle Social em Icapuí

Os Conselhos Municipais são espaços públicos, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. São canais efetivos de participação social que garantem o exercício da cidadania. São formados por representantes governamentais e da sociedade civil e contribuem, além de outras funções, para a definição dos planos de ação do município, através de reuniões periódicas e discussões. Cada Conselho atua de maneira diferente, de acordo com a realidade local e com a sua especificação.

Os Conselhos funcionam como organizações capazes de estreitar a relação entre o governo e sociedade civil, a partir da participação popular em conjunto com a administração pública nas decisões regentes na sociedade. Um exercício de democracia na busca de soluções para os problemas sociais, com benefício da população como um todo. O número de conselheiros ou membros titulares varia de acordo com o tipo de Conselho, mas a sua composição é paritária e definida por decreto.

Cada Conselho é estabelecido a partir de um projeto de Lei, no qual deverá constar as suas competências e representantes, entre outras informações. O mandato e os representantes também variam de acordo com o Conselho. Como instâncias deliberativas de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, os Conselhos estão representados em sua maioria por 50% pelo Poder Público, e 50% pela Sociedade Civil (dentro usuários, entidades e organizações não-governamentais).

A importância dos Conselhos está no seu papel de fortalecimento, da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Pois são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade.

Embora não sejam ainda tão reconhecidos como devem ser, os Conselhos são espaços poderosos e estão relacionados a todas as esferas de poder e a uma diversidade de temáticas, como por exemplo, o Poder Judiciário, e também o Ministério Público e seus agentes municipais, que são parceiros em diversas ações visando à garantia dos direitos de toda população.

O aperfeiçoamento dos Conselhos passa pela garantia de sua autonomia administrativa e financeira, pela efetiva participação da sociedade civil em sua gestão, e por sua ocupação sistemática por parte da população a fim de assegurar a sua descentralização, o amplo conhecimento de suas funções e objetivos, além de sua intervenção eficaz. Disputar não apenas a qualidade dos serviços públicos no dia a dia da população, mas o exercício democrático por direitos e cidadania. Disputar a legitimidade dos sujeitos representados e a diversidade de direitos seja do campo ou da cidade. Desconstruir o senso comum que prevalece nos setores conservadores, que em períodos de crise financeira sugerem cortar políticas sociais, por concebê-las como gastos e não investimento.

O artigo 204 da Constituição Federal estabelece em seu inciso II que uma das suas diretrizes é a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

Com a criação dos Conselhos de políticas públicas a partir da década de 1990, os movimentos sociais puderam direcionar ações para a construção e defesa das políticas públicas universais e garantidoras de direito, fazendo uso de sistemas descentralizados e participativos nestes espaços.

Na história do município de Icapuí, sempre teve destaque a participação popular, a atuação das lideranças, nas Associações Comunitárias, organizações e nos Conselhos através de seus representantes. Essa forma de participação faz a diferença na garantia e eficácia da conquista e efetivação das políticas públicas municipais em suas diversas temáticas. Para tanto, o Município conta atualmente com 16 Conselhos que são: Conselho Tutelar; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (COMIDI); Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

(CMDPD); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDCA); Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMPSD); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Conselho Gestor do Fundo de Habitação e Interesse Social (CGFHIS); Conselho Municipal de Educação (CME); Conselho Municipal da Merenda Escolar (CAE); Conselho Municipal do Transporte Escolar (CMTE); Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS); Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA); Conselho Municipal de Saúde (CMS); Conselho da Cidade (CONCIDADE); Comitê Gestor da Área de Proteção Ambiental da Barra Grande e Conselho Municipal de Defesa Social.

Os Conselhos, para possuírem um bom desempenho de suas atribuições, precisam ter bem definidas as funções que exercem, principalmente por serem órgãos de defesa da promoção e direitos humanos, bem como o controle das políticas públicas. Assim, sua atuação deve contribuir para a modificação das relações sociais e políticas resgatando a soberania popular. Desta forma, os desafios contribuem para que os resultados prezem pela transparência nas análises e no processo decisório, a garantia da qualidade das informações que são passadas aos conselheiros de forma a subsidiar a tomada de decisões, e a orientação das ações do conselho visando a garantia da qualidade dos serviços prestados.

O desafio dos gestores e profissionais que atuam nos Conselhos é buscar responder às demandas da população através de princípios e valores fundados na concepção de superação das desigualdades sociais, com direitos sociais universais na reafirmação da cidadania, ou seja, no seu caráter emancipatório.

ESTRUTURA GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL EM ICAPUÍ

Luana Rebouças Pinto

A Lei Federal nº 6.938/81, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) constituído pela União, Estados e Municípios.

Em Icapuí, a Lei Municipal nº 0541/10, trata da Política Municipal do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente (SISMUMA) integrado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio ambiente e Pesca (SEDEMA), o Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA), o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Fundo Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (FUMDEMA).

Entende-se que a proteção ao meio ambiente deva avançar no sentido de uma atuação harmoniosa e integrada entre a estrutura governamental e a não governamental, além de levar em consideração outras políticas públicas, como saúde e educação. Pode-se visualizar que o investimento na proteção ao meio ambiente gera reflexos preventivos nestas áreas, tendo em vista o seu aspecto multidisciplinar, assim como os demais programas, projetos e ações com o mesmo fim, citados neste texto.

Aliado a isto, o recebimento de verbas, reconhecimentos e premiações pelo Município visando à proteção ao meio ambiente, depende do funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente, garantindo, ademais, a participação da sociedade na elaboração e execução da política ambiental.

Dessa forma, a implantação de uma política ambiental eficiente resulta da completa gestão compartilhada e integrada dos órgãos integrantes do SISNAMA, SISMUMA, bem como das parcerias com as ONGs para o efetivo exercício do dever de proteção do meio ambiente.

Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio ambiente e Pesca

A Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio ambiente e Pesca (SEDEMA) é um órgão da administração municipal, criado através da Lei nº 231/97, depois modificada pela Lei nº 309/01 e alterada pela Lei Complementar nº 064/17. Tem finalidade normativa e é incumbido de promover o desenvolvimento econômico, geração de trabalho, emprego e renda, agropecuário, pesqueiro e socioambiental do município e responsável pelo planejamento, coordenação, proteção, preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e execução da política ambiental em âmbito local.

É responsável também por coordenar o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente, juntamente com o IMFLA. É composta atualmente por 23 servidores efetivos, divididos nos cinco setores que a compõe, a citar Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca. Cada setor com profissionais qualificados na área, com suas atribuições distintas, mas correlacionadas em prol do desenvolvimento sustentável do nosso município.

Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental

O Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA), órgão local integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, é responsável pelo controle da qualidade ambiental no Município de Icapuí. O Instituto foi criado no ano de 2010, através da Lei Municipal nº 542 de 29 de dezembro de 2010, com o intuito de fortalecer a proteção ao meio ambiente.

Tem como eixo principal executar procedimentos de fiscalização, monitoramento e licenciamento, visando a proteção e defesa do meio ambiental de acordo com a legislação municipal, estadual e federal. Apresenta fundamental importância para a garantia da preservação ambiental como também para o desenvolvimento sustentável do município, de forma planejada e responsável.

Os servidores do instituto, técnicos ambientais, são investidos de poder de polícia administrativa, competindo-lhes apurar, de ofício ou mediante provocação, a prática de infração ambiental. Cabe ao fiscal em atividade o dever de fiscalização e atendimento técnico ao público em geral, entre outras funções, como o monitoramento de atividades potencialmente poluidoras e promover a legitimidade do processo de Licenciamento ambiental, uma importante ferramenta para a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) foi criado através da lei nº 466/2006, é um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo, no âmbito de suas competências, sobre as questões ambientais propostas nesta e nas demais leis correlatadas do município. Tem como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal.

O COMDEMA é composto por um colegiado de 12 instituições representadas por titulares e suplentes e de forma paritária, sendo seis instituições da sociedade civil e seis instituições do poder público municipal. Reúne-se mensalmente, de forma ordinária e, extraordinária, sempre que necessário. Nas reuniões são avaliados processos administrativos para obtenção de licenciamento ambiental, emissão de anuências e resoluções.

Os principais objetivos: propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento; analisar e, se for o caso, conceder anuências ambientais para atividades em âmbito municipal; promover a educação ambiental; propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais; opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município; receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura municipal as providências cabíveis.

Fundo Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – FUMDEMA

Fundo Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (FUMDEMA) foi criado através da lei nº 543/2010 e sofreu alteração através da lei nº 686/2017. O FUMDEMA tem por finalidade dar suporte a execução e manutenção das atividades desenvolvidas pelo Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA), bem como o desenvolvimento de programas de educação ambiental, recuperação do meio ambiente degradado, preservação das áreas de interesse ecológico, paisagístico e cultural, que garantam uma qualidade de vida das pessoas, bem como o ambiente ecologicamente equilibrado, através de um desenvolvimento sustentável.

O conselho gestor do FUNDEMA é composto por membros titulares e suplentes de sete instituições: SEDEMA, Secretaria de Cultura e Turismo, Câmara Municipal de Icapuí, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Infraestrutura, Conselho Municipal de Meio Ambiente e o IMFLA.

Centro Informação e Documentação Ambiental – CID AMBIENTAL

O Centro Informação e Documentação Ambiental (CID AMBIENTAL) é uma iniciativa em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). É responsável pela memória institucional da SEDEMA, pelo desenvolvimento de acervo especializado na área de competência da instituição e pela disseminação, divulgação e democratização da informação socioambiental para toda a população, buscando atender, no que lhe cabe, as disposições contidas na lei 10.650/2003, que possibilita o acesso a dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Programa Selo Municipal Verde - PSMV

O Programa Selo Município Verde é um Programa de Certificação Ambiental Pública, instituído pela Lei Estadual nº13.304/03, alterada pela Lei nº16.128/2016, e regulamentado pelos Decretos n.º 27.073/2003 e n.º 27.074/2003. É o distintivo que identifica os municípios cearenses que desenvolvem ações protetivas do meio ambiente com melhores resultados possíveis na salvaguarda ambiental, atendendo critérios preestabelecidos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, proporcionando melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, a ser entregue a cada dois anos.

O referido Programa tem como parâmetros a sustentabilidade, exequibilidade, legitimidade, confiabilidade e equidade eletiva. A participação do município dá-se inicialmente com a sua inscrição online, desde que possua a Lei de criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), condição *sine qua non* para o município se inscrever no programa. A prefeitura de Icapuí vem participando desde a 1ª Edição do programa, em 2004. No total de 12 edições, Icapuí participou de 7 e em todas elas foram classificadas: 2004, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2018, também concorrendo em 2020.

Certificação Praia Limpa

Programa criado em 2007, pela Lei nº 13.892 do Governo do Estado do Ceará, coordenado pela SEMA. Concede certificação aos municípios do litoral cearense que aderirem voluntariamente ao programa, inscrevendo suas praias para que sejam avaliadas e recebam o selo de qualidade ambiental e de infraestrutura, o qual atestará as condições de higiene, limpeza e conservação exigidas pelo Programa dentro de critérios estabelecidos.

Tem por objetivos identificar as praias dos municípios litorâneos do Ceará que desenvolvam ações e medidas efetivas de proteção e aplicabilidade da qualidade ambiental e infraestrutura, e incentivar a promoção da conservação e restauração do patrimônio natural, favorecendo atividades turísticas sustentáveis nas praias do nosso Estado.

A Prefeitura de Icapuí vem aderindo ao programa desde o início e já teve praia certificada, como Ponta Grossa, que ganhou quatro Estelas do Mar, em 2013. Em 2020, o município também se inscreveu na quinta edição desse programa.

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública

Programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. Tem por objetivos: sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; estimular a incorporação de critérios para gestão social e ambiental nas atividades públicas; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública. Icapuí participou da edição

Parcerias com Organizações Não Governamentais

As parcerias com organizações não governamentais – ONGs, em Icapuí são parte importante do desenvolvimento socioeconômico e da proteção ambiental aqui expostos e reafirmados. Apresentamos algumas das principais parcerias

constituídas em nosso município, com essas organizações e com vínculos duradouros na construção das políticas públicas de desenvolvimento.

Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente

A Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e meio ambiente – FBC, conhecida como Fundação Brasil Cidadão foi criada em 1996 por um grupo de profissionais comprometidos com a responsabilidade social-empresarial. A instituição tem como foco a promoção do desenvolvimento local sustentável por meio de alianças com as comunidades, com empresas social e ambientalmente responsáveis, e com instituições governamentais e não governamentais. Fundamenta sua prática na teoria do conhecimento sistêmico de Fritjof Capra (2014) e no conceito de educação libertadora de Paulo Freire (FREIRE, 2015). Suas ações são concentradas no município de Icapuí, por meio do Programa Teia da Sustentabilidade - conjunto de ações e projetos que impulsionam o protagonismo das comunidades.

As diretrizes que norteiam as ações dos projetos implantados pela FBC em Icapuí são: o planejamento e a gestão ambiental; o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a estímulo às mudanças de atitude. Nesse sentido, a FBC contribui com a gestão municipal com ações voltadas para a capacitação e implantação de tecnologias socioambientais. Por meio da parceria já foram implantadas: 510 cisternas, 547 canteiros bio-séptico, um dessalinizador, 220 colmeias de abelhas sem ferrão, um laboratório para produção de mudas de algas marinhas, duas trilhas interpretativas para educação ambiental.

Foram recuperados, também, nove hectares de manguezal em áreas ocupadas por salinas, atividade econômica altamente impactante e bastante forte na região, em função da alta salinidade marinha. Outra importante contribuição para a gestão pública municipal da FBC foi a formação de um banco de dados com representações temáticas digitais e da publicação de Atlas Geofísico e Socioambiental do Município.⁵⁸

Para o desenvolvimento das as atividades educação ambiental locais, foram construídas duas estruturas de apoio, como uma grande passarela na área do

⁵⁸ Ver <http://www.brasilcidadao.org.br/>

manguezal e a estação ambiental. As estruturas recebem, em média, seis mil pessoas por ano, entre crianças e alunos de pós-graduação. A passarela, além de ser um dos pontos turísticos mais visitados na região, serve como observatório das aves marinhas e limícolas (aves que se alimentam do lodo ou da lama, sendo a mais popular na região o Maçarico - um Charadriiforme da família *Scolopacidae*).

Infelizmente no ano de 2019 a estação foi incendiada em uma ação de vandalismo, mas a FBC seguiu realizando suas atividades em uma tenda e articulando junto ao poder público municipal e estadual para sua reconstrução.

Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos

A Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos – AQUASIS começou em 1992, quando um grupo de estudantes da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará fundou o Grupo de Estudos de Cetáceos do Ceará (GECC). Em 1994, a iniciativa evoluiu, formando o que hoje é a Aquasis que conta com três frentes de atuação: o Programa de Mamíferos Marinhos (PMM), o Programa de Aves (PAVES) e o Núcleo de Educação Ambiental (NEA). Cada programa executa diferentes projetos.

Dentro do PAVES existem os seguintes projetos: o Projeto Aves Migratórias do Nordeste (PAMN) executado, também, em Icapuí, cujo objetivo é realizar monitoramento e ações para a conservação de aves migratórias e residentes ao longo da Rota Atlântica, contribuindo para o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas; o Projeto Periquito Cara-suja, que tem como metas desde o aumento da fiscalização contra o tráfico de animais silvestres e atividades de campo para monitoramento da espécie na natureza, até ações de educação ambiental, com foco na região do Maciço de Baturité; o Projeto Soldadinho-do-Araripe, que combate a degradação de florestas úmidas, uma das principais causas para a extinção da espécie endêmica, com isso são realizados trabalhos de restauração de matas nas zonas de ocorrência do soldadinho-do-Araripe e atividades de educação ambiental com a população, no Sul do Ceará.

O NEA é responsável pelo Projeto Brigada da Natureza, realizado desde 2002, voltado para crianças e adolescentes em situação de risco da região de Iparana, Caucaia. Seu objetivo é desenvolver a cidadania e consciência dos jovens,

à medida em que trabalha com o resgate da autoestima e do protagonismo através da música, dos esportes e do meio-ambiente.

Já o PMM estuda os mamíferos aquáticos que ocorrem no CE, com ênfase no peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*) e no boto-cinza (*Sotalia guianensis*) espécies ameaçadas de extinção e com o maior índice de mortalidade no Ceará. A principal missão da ONG é evitar a extinção das espécies animais que ocorrem no Nordeste brasileiro, com foco no estado do Ceará. Para tanto, considera-se fundamental o envolvimento das comunidades locais para garantir a proteção dos animais ameaçados e a manutenção das áreas naturais onde habitam.

Em Icapuí o trabalho é voltado para ações de resgate e reabilitação do peixe-boi marinho, em pesquisas e no fomento de políticas públicas e de ações de educação ambiental voltadas para a sua conservação. Também realizam ações, nesse sentido, com foco no boto-cinza. E desenvolve atividades de monitoramento com aves migratórias, no Projeto Aves Costeiras, mais um dos alvos de conservação.

Icapuí foi recentemente incorporado à rede hemisférica para conservação de aves, como um sítio de grande relevância para as aves limícolas. Destaca-se por possuir um banco de algas com alta produtividade marinha, conhecido com Banco dos Cajuais. Nesse ambiente encontra-se o capim-agulha (*Halodule wrightii*), que é o principal alimento do peixe-boi. As algas ainda fornecem alimento para aves migratórias, que também são objeto de conservação.

A área do banco de algas é considerada pelos pesquisadores como altamente frágil às mudanças climáticas e à erosão litorânea. A pesquisa ajudou a verificar que o peixe-boi além de se alimentar nesse banco de algas, era visto frequentemente bebendo água doce, que brota de ressurgências encontradas ao longo da costa.

Para a prefeitura de Icapuí, o histórico da sólida parceria com instituições como a *FBC* e a *AQUASIS* é fundamental para o sucesso das ações de conservação.

Associação Caiçara de Promoção Humana

A Organização Não Governamental Associação Caiçara de Promoção Humana (Caiçara) está situada em Icapuí, município da costa leste cearense, onde o turismo é uma das principais atividades econômicas. Assim sendo, havia uma

necessidade local para a promoção de um turismo de forma responsável e sustentável. Desta forma, em 2000 foi fundada a Associação Caiçara. Sua missão é contribuir para a transformação da sociedade, de forma organizada, participativa, ativa e crítica, nas dimensões sócio-cultural-econômica-política e ambiental, na afirmação de ideias e valores, possibilitando uma sociedade diversa, justa e solidária.

O objetivo principal da Associação Caiçara é contribuir com o fortalecimento das comunidades e grupos organizados, através da formação de uma consciência crítica, autônoma e cidadã na promoção e defesa da vida. Tem como Linhas de Atuação o Turismo responsável, proteção do meio ambiente, educação popular, inclusão sociodigital, geração de ocupação e renda, fortalecimento das comunidades e grupos organizados, bem como a cidadania.

Ao longo de sua atuação, vem desenvolvendo projetos voltados para crianças, adolescentes e jovens nas áreas produtivas de baixo impacto econômico, combate a ociosidade através do esporte, inclusão sociodigital e trabalhos de prevenção na área de combate ao trabalho infante-juvenil prevenção às drogas e exploração sexual.

Executou alguns projetos voltados para crianças e adolescentes como:

- **Bom de Bola, Bom na Escola**, desenvolvido na Comunidade de Tremembé e financiado pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), desenvolvendo atividades esportivas, de cuidado com o meio ambiente em consonância com o bom desempenho na escola.
- Projeto de Inclusão Sociodigital, com três núcleos, um na Comunidade de Morro Pintado, um na sede municipal e outro na comunidade de Redonda.
- Projeto de Beneficiamento da Casca do Coco Seco, na comunidade de Morro Pintado (um projeto que tinha como objetivo, a inclusão produtiva das famílias, proteção do meio ambiente e geração de renda para a comunidade).
- Projeto Novo Olhar, com atividades socioeducativas com jovens e suas famílias na Comunidade de Redonda.
- Projeto Bibliopong, espaço de leitura/biblioteca e jogos educativos, executado por um grupo de voluntários e voluntarias da comunidade de Redonda.
- Projeto DO RE MI que funciona no Centro de Icapuí, atendendo crianças e adolescentes das comunidades do Salgadinho, Jardim Paraíso e Vila Chico Dantas. Esse projeto tem como objetivo oportunizar crianças e adolescentes,

que estejam ou não, em situação de risco e vulnerabilidade social, ingressar na atividade da música, oferecendo iniciação aos instrumentos musicais flauta doce, violão e trabalho da voz com aulas de canto.

- Projeto de Turismo Sustentável, com apoio financeiro para as famílias de quatro comunidades do município (Córrego do Sal, Morro Pintado, Requenguela e Ponta Grossa) que desenvolvem Turismo Comunitário, através da criação de um fundo rotativo, melhoria das hospedagens e formação dos sujeitos.

As experiências mais importantes que a organização acumula residem em promover o turismo comunitário e sustentável, ajudando no processo de construção Rede de Turismo Comunitário do Ceará (Rede Tucum), reconhecida como referência para o estado do Ceará, onde integra 14 municípios do litoral. A Caiçara também coordenou o processo de construção do Plano Municipal de Turismo Sustentável de Icapuí.

Na sua atuação, a Caiçara tem como principais parceiros e apoiadores a Associação Tremembé-ONLUS-Itália, Fundação Brasil Cidadão (FBC), Petrobrás, Secretaria de Desenvolvimento e Agricultura do Estado (SDA), através do Programa Sertão Vivo, Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, Bodega Solidária. Através da rede Tucum, recebe recursos oriundos da Província de Trento na Itália, através da Associação Tremembé-ONLUS e de voluntários, entre outros.

Suas ações voltadas para a sustentabilidade envolvem também ações educativas ambientais, reciclagem da casca do coco seco, participação em eventos que discutem a sustentabilidade territorial. A Associação Caiçara é registrada no Conselho Municipal e Nacional de Assistência Social. É cadastrado na Secretaria Nacional de Economia Solidária, no CADSOL Nº 115984. Temos também assento garantido no Conselho Municipal de defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Icapuí (CMDPD), Conselho Municipal de Meio Ambiente de Icapuí (COMDEMA) e no Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas de Icapuí (COMPSD). Também integra o Fórum Regional de Economia Solidária e tem assento no Conselho da Reserva Extrativista de Batoque – Município de Aquiraz-Ceará, junto com o Instituto Chico Mendes de Proteção a Biodiversidade (ICMBio).

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Resumo de direito constitucional descomplicado**. 11ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. **Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, (Lei Nº 8.742/93) Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/control-social-a-importancia-dos-conselhos-de-direitos> Acesso em: 18.nov. 2020
- BRASIL. Lei Complementar n.º 101 de 05 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/legislacao/leis/lei-complementar-n-101-4-de-maio-de-2000> Acesso em: 20 nov. 2020
- BRASIL. Lei N.º 4.320 de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: encurtador.com.br/jmwA3. Acesso em: 20 nov. 2020
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Fundo de Participação dos Municípios**. 2018. Disponível em: [em: encurtador.com.br/etxDZ](http://encurtador.com.br/etxDZ). Acesso em: 08 nov. 2020.
- CAPRA, F. **Visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Pier Luigi Luigi, tradução Mayra Teruya Eichemberg, Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2014. (Coleção Polêmica).
- COELHO, R. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: UFSC, 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Controle Social:** Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/controlsocial.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. **Transparência e controle social na administração pública.** Disponível em: http://www.tre-rs.jus.br/arquivos/FIGUEIREDO_transparencia.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

ICAPUÍ. Apec sistema de Contabilidade. **Pesquisa In Locus**, out. 2020.

ICAPUI. Brincando e Cantando: Crianças e Jovens Constroem a Gestão Participativa de Icapuí, Fortaleza. **Ágora XXI:** Programa de Gestão Urbana. Caderno de Trabalho, n. 95, jan. 2002.

ICAPUÍ. Lei 062, de 26 de dezembro de 2016. **Código Tributário do Município.** 2016.

ICAPUÍ. Lei 540/2010 de 29 de dezembro de 2010. **Cria áreas não edificáveis, de preservação permanente, de relevante interesse ecológico, ambiental e paisagístico no município de Icapuí e dá outras providências.** 2010. Disponível em: encurtador.com.br/nowAX Acesso em: 22 nov. 2020

ICAPUÍ. Lei 591/2013 de 25 de fevereiro de 2013. **Dispõe sobre a criação do fundo municipal de esporte de Icapuí - FMEI, do conselho municipal de esporte - CME, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.icapui.ce.gov.br/arquivos/198/LEIS_591_2013_0000001.pdf Acesso em: 10 out. 2020.

ICAPUÍ. Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990. Disponível em: http://www.sindicapui.org.br/download/leis_decretos/Leis_especiais/LEI%20ORGANICA%20DO%20MUNICIPIO%20-ATUALIZADA.pdf Acesso em: 22 nov. 2020

LOTTA, G.; MARTINS, R. Estudo de continuidade dos projetos educacionais do município de Icapuí. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 8 n. 26, jul. 2003.

MATIAS-PEREIRA, José. **Controle de contas e transformação da administração pública.** Controle Cidadão, Fortaleza, Universidade Aberta do Nordeste, n. 10. p. 144-159, 2014.

PEREIRA, J. S. **Construção histórica do Orçamento Participativo em Icapuí-CE.** Fortaleza: UAB/UECE, 2012.

ROYALTY. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Royalty> Acesso em: 10 out. 2020.

RUA, M. G. **Políticas públicas.** Florianópolis: UFSC; Brasília, CAPES, UAB, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARA, **Índice de transparência municipal**. Disponível em: < http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/?page_id=194>. Acesso em: 15 out. 2020.



Esta Coletânea constituiu-se como estratégia frente ao desejo de forjar o processo formativo tecido por experiências, energias e utopias movedoras de saberes essenciais à educação contextualizada, em Icapuí. Sem dúvida, frente ao conhecimento socioespacial e à história da gestão educacional que nasceu associando esporte, arte e saberes freirianos vem sendo gestada, nos diversos espaços educativos (escolares e não escolares), a necessidade de avançar. Esse avanço tem como horizonte as possibilidades da universalização do acesso à educação e ao mesmo tempo os desafios decorrentes das desigualdades que persistem e marcam as condições do viver em Icapuí. E por isso é preciso seguir a esperar como nos ensinou Paulo Freire!

Ao recusar a história como jogo de destinos certos, como dados, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a história como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. Reconhece o papel da consciência construindo-se na práxis; da inteligência sendo inventada e reinventada no processo [...].
(FREIRE, 2001, p. 47).

As pesquisas realizadas por pessoas do lugar ou que ali aportaram conhecimentos que indicam experiências educativas e enunciam buscas pela efetivação das dimensões do conhecer-refletir e agir. Enquanto há muitos escritos associados a questão ambiental identificam-se lacunas sobre outras temáticas, a exemplo dos estudos sobre a cultura.